

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL – UFF/UFMA

JOSEFA MELO E SOUSA BENTIVI ANDRADE

AS NARRATIVAS DA ATHENAS BRASILEIRA
modos de dizer e modos de ser no jornalismo maranhense

Niterói

2011

JOSEFA MELO E SOUSA BENTIVI ANDRADE

AS NARRATIVAS DA ATHENAS BRASILEIRA

modos de dizer e modos de ser no jornalismo maranhense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. FERNANDO ANTÔNIO RESENDE

Niterói

2011

JOSEFA MELO E SOUSA BENTIVI ANDRADE

AS NARRATIVAS DA ATHENAS BRASILEIRA

modos de dizer e modos de ser no jornalismo maranhense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. FERNANDO ANTÔNIO RESENDE (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. KLEBER MENDONÇA
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. FRANCISCO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO
Universidade Federal do Maranhão

Niterói

2011

Aos meus familiares e amigos da minha infância em Pedreiras-Maranhão, quase todos analfabetos, para quem eu lia “romances de cordel”, à luz das lamparinas, para quem também lia e escrevia cartas, com quem aprendi que saber ler e escrever era/é uma forma de poder.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Criador, em Jesus Cristo, o Salvador, meu consolo e amparo em todas as horas.

A Chiquinha, minha mãe-primeira, minha avó querida, de quem eu me orgulho de ter herdado o Amor, antes de tudo, pelos meus.

A Zima, minha mãe, que me ensinou a temer as palavras e a usá-las para a paz e para a guerra. Nunca vi uma analfabeta tão letrada, com tanta leitura. (Acho até que precedeu Foucault). Devo-lhe muito, meu general!

A José, meu pai, meu anjo de guarda. Com ele aprendi que as palavras também consolam, emocionam e aquecem o coração. Pai, sua suavidade e o seu sentimentalismo deixaram minha vida mais doce. Em nossa casa, querido, “as flores na janela sorriam, cantando, por causa de você”.

A meus irmãos, Abmael e Antônio. Tenho uma saudade imensa de vocês!

Ao meu irmão, João Bentivi, meu amigo, meu companheiro, incondicional, em todos os momentos de minha vida, um homem-menino-velho para quem não há fronteiras entre a realidade, a imaginação e os sonhos. Para quem o impossível nunca existiu. João Valentão, meu Dom Quixote, esta conquista a La Sancho Pança é igualmente sua! Do teu sonho, minha realidade se fez.

Ao meu amor, meu namorado, meu amante, meu marido, meu companheiro, meu amigo, meu cúmplice pela vida, o pai dos meus filhos, o avô do meu neto, Carlos Augusto. Carlos, não posso te oferecer nenhuma das minhas vitórias ou te “culpar” por qualquer fracasso meu, por uma razão simples: nós somos um só pela vida há 39 anos!

A minha filha Dadá, meu teste de maternidade. Contigo, Dadá, aprendi que a maternidade não vem do ventre. Vem da emoção, vem da alma. Serás sempre meu porto seguro, minha reserva técnica, a irmã dos outros filhos.

A minha filha Melyssa. A ti, Lyssote, que me faz entender o que realmente é o amor e a entrega, desde o ventre. Sou feliz contigo, por tua existência, sempre.

Ao meu genro Francisco, um filho, um amigo, por se alegrar comigo, sofrer comigo, sonhar comigo e se preocupar, sempre, com minha qualidade de vida.

A Minha filha Marina. A ti, Nina, meu amor, um amor mágico e sobrenatural, de sentimentos tão iguais aos meus, de tanta força e de tanta fragilidade. Sinto-me eterna vencedora contigo.

Ao meu genro Fábio, igualmente filho, pela cumplicidade e pela parceria no amor que devotamos à Marina e pela torcida por mim.

A minha filha Marília, minha nega, minha caçula. Teu amor me encanta. Sou, muitas vezes, criança ao teu lado. Tu me trazes a moleca que sou. Nas tuas lutas e nas tuas superações, cada pedaço meu que se desintegra reintegra-se com mais força, quando vences. Vencemos juntas!

A ti, meu anjo Gabriel, meu filho da maturidade, o sopro renovador de nossas vidas. A certeza de que os filhos são designados por Deus a nós. Não importa o tempo ou as dificuldades, eles virão!

A ti, meu neto, Carlos, responsável por uma sensação de encantamento que nunca cessou desde o dia em que te vi pela primeira vez e desmaiei!

A ti, minha filha-sobrinha Janaína, minha cópia (perfeita e melhorada!). Obrigada, por tudo, mas principalmente, pela força no Rio.

Ao meu genro Arnaldo, um “estrangeiro” que me conquistou de primeira, a quem também agradeço pela força no Rio.

A Gracinha, minha Gagá, uma filha que encontrei nos corredores da UFMA, há mais de 16 anos, um presente de Deus em minha vida. Esta travessia, Gagá, fizemo-la, juntas, desde o projeto, passando pelas noites em claro, pelos momentos de tensão, até o dia da entrega do trabalho. (Ufa!).

A todos, enfim, da minha numerosa família que, por falta de espaço, não posso integralmente citar aqui. Família é tudo que uma pessoa, grande ou pequena, tem o direito de querer e de ter.

Ao amigo Gilberto Mendonça, meu companheiro de normalização e formatação do trabalho. Gil, sem tua preciosa participação e tua presença tranquila, o caminho teria sido mais difícil. Obrigada!

Ao meu amigo Manoel, pela eficiência, determinação e consideração. O homem que deu conta de fotografar todas as edições dos jornais, em tempo recorde. Manoel, quando as tarefas são impossíveis, só tu podes fazer. Tu “tens a força”.

A Darlene, pela torcida, pela preocupação de irmã e de filha e pelas sugestões do título.

Às minhas amigas Eliane, pelo colo de mãe; Angélica, pela sintonia e pelo apoio, sobretudo espiritual; Márcia, pela cumplicidade e pelo amor de todas as maneiras; Jamila, pela generosidade e pela disponibilidade e Denize porque sentimos juntas o passar dos anos e não desistimos de sonhar, mesmo assim.

Ao meu professor, orientador e amigo, Fernando Resende, pelo respeito a mim e à minha história, sem abrir mão de ser um orientador presente (e exigente) contribuindo, decisivamente, para ampliar meus conhecimentos e deslocar o meu olhar para os fenômenos da linguagem e do jornalismo. Professor, para chegar perto do que eu gostaria de dizer-te, só Fernando Pessoa:

“Meu mestre e meu guia!/A quem nenhuma coisa feriu, nem doeu nem perturbou,/Seguro como um sol fazendo o seu dia involuntariamente,/ Natural como um dia mostrando tudo./ Meu mestre querido!/ Coração do meu corpo intelectual inteiro! Vida de origem da minha inspiração!”

Aos professores da Universidade Federal Fluminense:

Kléber Mendonça, pelo carinho, atenção e paciência, principalmente, com os prazos, pela orientação e estímulo na qualificação, pela disponibilidade para participar da banca e, principalmente, pela maravilhosa viagem que fizemos pelas teorias da comunicação, via linguagem e discurso. Foi uma experiência, esplêndida!

Afonso Albuquerque, pela capacidade de ensinar Metodologia, a partir das nossas realidades, sem se deixar seduzir por nomenclaturas. Foi um choque e uma salvação!

Mariana Baltar, pela competência, conhecimento, seriedade e carinho com que conduziu a disciplina e a quem agradeço pelo incentivo a me “aventurar” pela linguagem não-verbal.

Aos meus amigos do MINTER:

Arnold, Marcos, Euclides e Junerlei (os meninos), obrigada pela companhia, pelo incentivo e pelos bons momentos que passamos juntos.

Francinete, Nilma e Ana Leila (as meninas), minhas amigas e companheiras das muitas “viagens” que fizemos. Obrigada pelo carinho, pela cumplicidade, pelos cuidados. O bom foi que, de colegas de trabalho, tornamo-nos amigas. Neth, Nilma e Ana, “foi muito bom estar com vocês”!

Aos colegas do Departamento de Comunicação Social, da Universidade Federal do Maranhão, pelo apoio, pela torcida e persistência na luta para a concretização do mestrado interinstitucional. Em especial:

Ao professor José de Ribamar Ferreira Júnior pela coordenação do MINTER, por nos apoiar e se dedicar a nossa causa com respeito e disponibilidade; por lutar por nossos direitos e, principalmente, combater os preconceitos que, eventualmente, surgiram no caminho. Professor, com Mário Quintana, posso lhe dizer: Eles passaram e passarão e, nós, passarinhos. Obrigada!

Ao professor Francisco Gonçalves da Conceição, pela generosidade de me ensinar, quando o procuro, de me dar belas dicas, de ser carinhoso e generoso, mesmo que se “esconda” disso, algumas vezes. Obrigada pelas preciosas sugestões na qualificação e por aceitar o convite para minha banca.

À professora Francisca Ester da Sá Marques, uma amiga-irmã que me deu a maior prova de confiança, quando eu já havia desistido de lutar pelos meus sonhos. Nunca esquecerei teu gesto, Ester, muito obrigada!

Às alunas da UFMA Thaís, Tâmara, Anna Karolyne, Arlória e Acksa, pela colaboração na recolha das notícias, obrigada minhas queridas!

Aos amigos jornalistas Karina e Ricardo, pela colaboração e pela torcida. Obrigada!

Ao jornalista Marcos Nogueira, pela atenção e pelas informações preciosas.

*DA MINHA ALDEIA vejo quanto da terra se pode
ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra
terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura...
O GUARDADOR DE REBANHOS*

Fernando Pessoa

*Uma parte de mim
Pesa, pondera;
Outra parte
Delira
[...]
Uma parte de mim
É só vertigem;
Outra parte,
Linguagem.*

Ferreira Goulart

RESUMO

O trabalho analisa as formas narrativo-discursivas no e sobre o jornalismo impresso maranhense e as relaciona a contextos histórico-culturais, com objetivo de compreender os *modos de dizer* e os *modos de ser* do jornalismo do Maranhão, em especial, os processos de construção de valores. Optou-se por pensar o jornalismo maranhense e seus valores a partir do mito da *Athenas Brasileira*, construído, na primeira metade do século XIX, por – *homens-semióforos* – sujeitos que se dispunham a intérpretes do seu tempo. Mito revisitado e atualizado, desde 1832, como um espaço simbólico de poder e legitimação social que subjaz aos processos de diferenciação do (s) Maranhão (ões), presentes nos *modos de dizer e de ser* do jornalismo. Problematiza-se, assim, o jornalismo como *semióforo* da sociedade, enfatizando-se a função de representação e mediação das narrativas no processo de construção, reprodução e traduções do (s) Maranhão (ões), construídos discursivamente. 459 notícias do Jornal O Estado do Maranhão e 449, do Jornal Pequeno – fotografadas dos acervos destes jornais – constituem o *universo* da pesquisa do qual se extraiu o *corpus* da análise, composto por 108 matérias jornalísticas, selecionadas pelos critérios de *regularidades temáticas, identificação de disputas por hegemonia política e pelas falas do e sobre o Maranhão, centradas na personagem José Reinaldo Tavares, ex-governador do estado (2003-2006)*, tendo em vista o rompimento político do governador com o grupo Sarney, uma situação que desestabilizou o grupo hegemônico da política maranhense. Concentrou-se a análise em três momentos ou fases: *a pré-ruptura*, quando o governador estava alinhado ao grupo Sarney; *a ruptura*, quando a crise se instala entre o governador e o grupo e *a pós-ruptura*, quando, concomitante à crise política (ou como parte constitutiva desta), travam-se duas guerras: nas hostes políticas e na imprensa, tendo em vista que os meios de comunicação tornam-se porta-vozes dos grupos em disputa. Para dar conta das questões aqui abordadas, fundamenta-se teoricamente essa pesquisa com as teorias do jornalismo, da narrativa e do discurso, problematizando o jornalismo entre os atos e as falas; a história do jornalismo; os processos de construção de valores pelo jornalismo, além dos marcos histórico-contextuais do estado do Maranhão. Para a análise, trabalhou-se com a metodologia da análise pragmática da narrativa (narratologia), associada à análise de discurso pela identificação das categorias da retórica aristotélica. Constatou-se que os *modos de dizer* do jornalismo maranhense constituem-se de estratégias narrativo-discursivas a serviço dos grupos em disputa política. Nesse sentido, os jornais tornam-se tribunas nas quais e pelas quais os Maranhões são construídos como um espaço geográfico, mas, sobretudo, como um espaço simbólico da *Athenas Brasileira* no qual dizer é ser.

Palavras-Chave: Jornalismo. Narrativa - Discurso. Valores. Maranhão - Athenas Brasileira

ABSTRACT

This article examines the narrative-discursive forms in print journalism and the Maranhão and relates them to historical and cultural contexts, in order to understand the ways of speaking and ways of the journalism of Maranhão, in particular, the processes of building values. We chose to think of journalism Maranhão and their values from the Brazilian myth of Athena, built in the first of the nineteenth century by – translator cultural – men - guys who were willing to performers of his time. Myth revisited and updated since 1832, as a symbolic space of power and social legitimacy that underlies the processes of differentiation (s) of Maranhão (s) present in the ways of speaking and being of journalism. It is problematized thus translator cultural journalism as a society, emphasizing the role of representation and mediation of the narratives in the construction, reproduction and translation (s) of Maranhão (s) constructed discursively. 459 The Journal News of the State of Maranhão and 449, the Small Newspapers - photographed the collections of these journals - is the universe of the study which was extracted from the corpus analysis, consists of 108 news stories, selected by the criteria of regularity issues, identifying disputes and the political hegemony and the speeches of Maranhão, focusing on character Jose Reinaldo Tavares, a former state governor (2003-2006), in view of the governor's political break with the group Sarney, a situation that destabilized the group hegemonic policy of Maranhão. Analysis focused on three moments or phases: Pre-break, when the governor was aligned to the group Sarney, Rupture, when the crisis arrives and the group between the governor and the post-break, when, concurrent with the political crisis (or as a constituent part of this), lock themselves two wars: the ranks and in the press policies, given that the media become spokesmen for the groups in dispute. To handle all the issues addressed here, is based in theory, this research with the theories of journalism, narrative and discourse, questioning the acts of journalism and speech, the history of journalism, the process of building values for journalism, beyond the historical and contextual frameworks of the state of Maranhão. For the analysis, we worked with the methodology of pragmatic analysis of the narrative (narratology), associated with discourse analysis by identifying the categories of Aristotelian rhetoric. It was found that the ways of saying journalism Maranhão constitute narrative and discursive strategies in the service of political groups in dispute. In this sense, newspapers become tribunes in which and through which Maranhões are constructed as a geographical space, but mainly as a symbolic space in which the Brazilian half Athens is said to be.

Keywords: Journalism. Narrative – Discourse. Values. Maranhão. Brazilian Half Athens.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Roberto Jefferson, José Reinaldo e Alexandra Tavares	66
Figura 2	Roseana abraçada pela população	83
Figura 3	Roseana em visita a municípios maranhenses	83
Figura 4	Jackson Lago em visita a municípios maranhenses.....	84
Figura 5	Jackson Lago e estudantes	84
Figura 6	José Reinaldo e Agnelo Queiroz.....	97
Figura 7	Alexandra Tavares	100
Figura 8	Aderson Lago, Edison Lobão, Roseana Sarney e José Reinaldo	102
Figura 9	Corte no salário de servidor	103
Figura 10	Dívida da UEMA	105
Figura 11	Parlamentares criticam declarações.....	106
Figura 12	Roseana, Lula e Senadores	108
Figura 13	Governador do Maranhão rompe o silêncio	111
Figura 14	Escândalo da venda do BEM.....	114
Figura 15	Instalação de siderúrgica.....	117
Figura 16	Roseana em discurso no município de Santa Helena – MA.....	118
Figura 17	Governador bate forte na dinastia.....	120
Figura 18	Projeto de combate à pobreza	121

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BEM	Banco do Estado do Maranhão
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CPI	Comissão Permanente de Inquérito
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
JEMA	Jornal O Estado do Maranhão
JP	Jornal Pequeno
JRT	José Reinaldo Tavares
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RJ	Roberto Jefferson
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ATOS E FALAS: as tramas do jornalismo ou o jornalismo das tramas.....	27
1.1 Os semióforos e a (s) tradução (ões) do Maranhão	28
1.1.1 Narradores e intérpretes da Athenas Brasileira.....	34
1.2 A dois graus do Equador – na Ilha Maranhão: as narrativas como representação e mediação	39
1.3 Narrativas e valores nos jornais maranhenses	43
2 AQUÉM E ALÉM-MAR: jornalismo, narrativas e valores	48
2.1 Jornalismo ou jornalismos?(concepções e práticas historicamente construídas)	53
2.2 Notícia e valores.....	59
3 NA TRAMA: falas em disputa no jornalismo impresso maranhense	65
3.1 Crise política, acontecimento e construção de uma nova ordem discursiva.....	66
3.1.1 Acontecimento jornalístico e as possibilidades de investigação.....	75
3.2 Narrativa e narratividade: texto/enunciado/discurso/enunciação	77
3.3 Estruturas e tessituras: o texto das lógicas e a lógica do texto	80
3.3.1 A estrutura traída (um exercício com o não-verbal)	82
4 O JORNALISMO (S) NA ATHENAS BRASILEIRA.....	86
4.1 Sujeitos e contextos histórico-sociais no/do jornalismo maranhense	89
4.2 Maranhão de papel: a saga das falas nos jornais O Estado do Maranhão e Pequeno. 93	
4.2.1 A pré-ruptura em O Estado do Maranhão	93
4.2.2 A pré-ruptura no Jornal Pequeno	99
4.2.3 A ruptura em O Estado do Maranhão	104
4.2.4 A ruptura no Jornal Pequeno.....	110
4.2.5 A pós-ruptura em O Estado do Maranhão.....	115
4.2.6 A pós-ruptura no Jornal Pequeno.....	119
4.2.7 A guerra pelos pobres do Maranhão	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
OBRAS CITADAS	132
OBRAS CONSULTADAS	138
ANEXOS	140

INTRODUÇÃO

Cada um de nós se esquecerá do seu mesmo, e estávamos transvivendo, sobrecrentes, disto: que era o verdadeiro viver? E era bom demais, bonito—o, milmaravilhoso —a gente voava, num amor, nas palavras: no que se ouvia dos outros e no nosso próprio falar. E como terminar?

Então, querendo e não querendo, e não podendo, senti: que só de um jeito. Só uma maneira de interromper, só a maneira de sair do fio, do rio, da roda, do representar sem fim. Cheguei para a frente, falando sempre, para a beira da beirada. Ainda olhei, antes. Tremeluzi. Dei a cambalhota. De propósito, me despenquei. E caí. [...] E, me parece, o mundo se acabou. [...] no outro dia, eu são e glorioso no recreio, então o Gamboa falou assim: “*Eh, eh, hem? Viu como minha estória também era de verdade?*” (ROSA, 1962, p.39)

Para iniciar, busca-se fruição em *Pirlimpisquice*, de Guimarães Rosa. No conto, o narrador-personagem, numa situação-limite, foi impelido a recorrer a uma estória “falsa”, para encenar na escola. Isto porque a “verdadeira” deveria ficar guardada, em segredo, até o dia da apresentação da peça. Já a estória “falsa” circulava e era recontada por todos os garotos da escola. Quando, enfim, chegou o grande dia da apresentação, ninguém sabia contar a estória “verdadeira”. Contou-se, afinal, a estória de que todos lembravam: a “falsa”. Foi um sucesso! Trazer à cena uma estória de Guimarães Rosa (em livre interpretação) possibilita refletir de forma lúdica sobre duas lições aprendidas no processo de construção deste trabalho, adequadas para o momento em que, muito mais do que apresentar o resultado de uma pesquisa, deseja-se falar de percursos, dilemas, descobertas. De transformações, enfim. A primeira lição diz respeito ao poder e ao fascínio de histórias que se contam e se recontam, como a história da *Athenas Brasileira* no Maranhão; a segunda, ilustra o sentimento de se despencar, cair no vazio, jogar-se em busca de respostas a indagações, de tentar conhecer uma realidade que, de tanto se ver, parece já explicitada. A solução? *Sair do fio, do rio, da roda, do representar*; abrir mão de certezas, conviver com a insegurança e chegar ao final e poder apresentar também uma história. Ei-la.

Com o tema *AS NARRATIVAS DA ATHENAS BRASILEIRA: modos de dizer¹ e modos de ser no jornalismo maranhense*, o trabalho analisa as formas narrativo-discursivas no e sobre o jornalismo impresso no Maranhão e as relaciona a contextos histórico-culturais, com objetivo de compreender os *modos de dizer e de ser* do jornalismo maranhense, em especial, os processos de construção de valores. Do processo de escavações em busca de respostas, optou-se por pensar o jornalismo maranhense e seus valores a partir do mito da *Athenas Brasileira²*, construído, de acordo com Borralho (2009), na primeira metade do século XIX, como estratégia dos setores dominantes da sociedade de então para participar do projeto de construção da identidade nacional em curso. Criou-se, desse modo, um sistema explicativo da cultura maranhense, como espaço de poder e legitimação social. Mito que tem sido revisitado e atualizado, desde sua ereção, em 1832, por intelectuais da província, principalmente escritores e jornalistas, alguns com projeção nacional, homens-semióforos³, sujeitos que se dispunham, conforme Abreu (1996 apud BORRALHO, 2009), a intérpretes do seu tempo. No sentido gramsciano do termo, esses intelectuais agiram como construtores, intérpretes e condutores de um Maranhão que precisava se tornar visível no império brasileiro. Um Maranhão “europeu”, de simbologias rebuscadas, convivendo com o Maranhão dos escravos, da mestiçagem, da maioria iletrada da província. Um Maranhão de papel, portanto.

Simbologias transportadas para o século XXI, uma vez que, das leituras e das observações empíricas, observou-se, na contemporaneidade, a recorrência à discussão e à tradução reiterada de um Maranhão retórico, matizado em narrativas que, embora tenham entrelaçados atos de um Maranhão do mundo vivido (política, economia, cultura, ambiente, natureza, gentes...), estava/está encharcado por um Maranhão retórico. Retomou-se, pois, neste trabalho, a temática *Athenas Brasileira* por compreender que o mito de diferenciação do Maranhão ou dos Maranhões, construído discursivamente, sobrevive na atualidade e explica, em grande parte, os *modos de dizer e ser* do jornalismo maranhense. Problematiza-se, por

¹ Expressão utilizada por Milton Pinto (2004, p.23), partindo das categorias da *Arte Retórica* de Aristóteles (1981), o autor credita a *modos de dizer* (em análise do discurso) não apenas à interpretação semântica dos conteúdos dos textos, mas, essencialmente, a “como e por que se diz, mostra e seduz”. Em resumo, em *modos de dizer* estão contidos “*modos de mostrar*”; “*modos de interagir*” e “*modos de seduzir*”.

² Segundo Barros, a *Athenas*, enquanto elemento dístico da singularidade maranhense, tem sido reapropriada desde sua ereção para aplacar uma marca regional, um *ethos* deste lugar, ainda que de forma antagônica; no século XIX, para legitimar a sociedade escravista, no XX, para incorporar os segmentos que outrora não eram percebidos enquanto sujeitos sociais. Assim sendo, “o Maranhão é reatualizado como *Athenas Brasileira* e São Luís como única capital brasileira fundada por franceses”. (BARROS, 2007, apud BORRALHO, 2009).

³ Vem de *semeion*, signo, conforme Chauí (2001). Aquilo que dimensiona e circunscreve os elementos de uma determinada cultura, seus pontos de convergência e de identificação a partir de suas práticas sociais e influências históricas e de tradição. Aquilo que designa semióforos, patrimônios de identidade, cf: POMIAN, K. (1984). Para Pomion, um semióforo é um patrimônio. (BORRALHO, 2009, p. 30).

consequente, o jornalismo como *semióforo* da sociedade contemporânea, enfatizando-se a função de representação e mediação das narrativas no processo de construção e reprodução da cultura maranhense. Desse modo, buscou-se elucidar como atos e falas se entrelaçam em acontecimentos narrativo-discursivos, criando efeitos de sentido em traduções do Maranhão ou dos Maranhões. Assim, da contradição identificada, desde então, entre o Maranhão real e um Maranhão construído (retórico ou de papel), defende-se que, no Jornalismo da *Athenas Brasileira*, dizer é ser.

Indo, pois, ao encontro dos valores construídos pelo jornalismo *atheniense*, buscou-se compreender as narrativas do jornalismo impresso maranhense e, assim, “desvendar” seus valores e/ou verdades construídas sobre a realidade do Maranhão ou dos Maranhões. Escolheu-se como objeto de estudo as notícias sobre o estado, centradas na personagem José Reinaldo Tavares (JRT), governador do Maranhão, no período 2003-2006, tendo em vista o rompimento do então governador com o grupo Sarney, em 2004, acontecimento que, na consideração de Gomes e Conceição (2008, p. 1), abalou a estrutura política hegemônica maranhense. O universo da pesquisa constituiu-se de 449 notícias publicadas no Jornal Pequeno e 459, em O Estado do Maranhão, no período de janeiro de 2004 a novembro de 2005, edições fotografadas dos acervos dos próprios periódicos.

Sistematizou-se a análise em três momentos ou fases: a) *a pré-ruptura* (de janeiro a junho de 2004), quando o governador ainda estava alinhado ao grupo Sarney; b) *a ruptura* (de julho a dezembro de 2004), quando uma crise se instala entre o governador e o grupo Sarney, mas, no primeiro momento, não se publiciza, claramente, nos jornais, podendo-se percebê-la, porém, na tessitura dos textos jornalísticos, sobretudo na apreensão de estratégias discursivas utilizadas pelos narradores das notícias, como pelas marcas textuais que servem de pista para a atribuição de sentidos e/ou apagamentos, silenciamentos, penumbras, segredos ou luminosidades e c) *a pós-ruptura*, quando, de forma clara, os jornais tomam posição e as notícias são usadas como “armas” para os “duelos” que se travam no campo midiático. Travam-se, por conseguinte, duas guerras: nas hostes políticas e na imprensa, tendo em vista que os meios de comunicação tornam-se porta-vozes dos grupos em disputa.

Faz-se necessária uma breve justificativa para a escolha da personagem, em torno da qual os jornais representam (traduzem) o Maranhão ou os Maranhões. José Reinaldo Tavares foi vice-governador de Roseana Sarney, em dois mandatos (1995/1998 e 1999/2002). Eleito governador com apoio do grupo Sarney (2003/2006), no meio do mandato, em 2004, rompeu com o grupo, aproximando-se da oposição, quando passa a sofrer uma campanha contrária ao seu governo, por parte dos veículos de comunicação ligados ao grupo Sarney. Por outro lado,

os veículos de comunicação identificados com a oposição passam a dar apoio ao governador José Reinaldo.

Dizendo-se perseguido pela família Sarney (que o apoiou na eleição) e pelos seus veículos de comunicação, após, a princípio, negar-se a apoiar o candidato do grupo a prefeito de São Luís na eleição de 2004, José Reinaldo volta-se contra os seus antigos aliados, responsabilizando, inclusive, o governo de Roseana Sarney pelas péssimas condições sociais, econômicas e administrativas do estado. (COUTO, 2009, p. 176).

Apontam-se vários motivos para o rompimento do então governador com o grupo a que ele pertenceu por 36 anos. Entre questões políticas, econômicas e administrativas, na esfera pública e até questões privadas. Para Couto (2009), a influência da primeira dama, Alexandra Tavares, sobre o governador e seus desentendimentos com a família da ex-governadora Roseana Sarney também são apontadas como causa do rompimento. Segundo consta, afirmado por Couto (2009), uma das consequências imediatas do rompimento foi a suspensão do repasse mensal de verbas publicitárias no valor de 700 mil reais do governo do estado para as empresas do sistema Mirante, de propriedade da família Sarney. Tal implicou, conforme afirmou José Reinaldo Tavares, na ocasião, uma perseguição implacável por parte dos veículos de comunicação da família Sarney. Ele denunciava então:

Em 2003, a guerra existia, mas não tinha extrapolado, ou estava segurando. Em 2004, arrebentou tudo. Eu fui três vezes até o Sarney para mostrar o que estava acontecendo. Levei recortes de jornal e ele dizia que aquilo era um absurdo, que não podia continuar. Mas quando eu chegava lá, o pau cantava pior ainda, porque ela ficava mais chateada. Ela queria que eu a reconhecesse como grande liderança política do estado, e não era! Daí para frente, quando eles encheram a minha paciência, fui para a televisão, e aí, com uma audiência de quase 100%, mostrei o que tinha sido o governo da Roseana. Eles detêm todo o sistema de comunicação do Maranhão. Têm a Globo, que lá é chamada de TV Mirante, ligada via satélite para todo o estado. Têm também o jornal de maior circulação, e depois montaram mais dois. Já tinham “O Estado do Maranhão” e fizeram mais dois só para baixar mais o nível. Um, de baixíssimo nível, e o outro também, mas que já existia. (O IMPARCIAL, 21 de março de 2006, p.2, apud COUTO, 2009, p. 179-180.)

Historicamente, pode-se afirmar que José Reinaldo Tavares, embora tenha ocupado, ao longo de sua vida, cargos públicos relevantes, tanto na esfera estadual quanto federal, sempre se manteve distante da visibilidade proporcionada pela mídia. Era um personagem opaco, sempre à sombra do político mais influente do estado, José Sarney e, assim viveu, até que foi alçado à condição de governador. Já no governo, os fatos se desenrolaram e desembocaram em uma crise do grupo. Em primeiro momento, sem grandes publicizações e, depois, agudizou-se, de tal forma que até José Sarney, que tenta passar ao largo dos problemas entre os membros do seu grupo político, comportando-se como um magistrado, expôs seus sentimentos, na coluna que assina aos domingos no Jornal o Estado do Maranhão:

Em 1967 levei-o para o DER, em 1970, o fiz secretário de Planejamento. Briguei com o professor Pedro Neiva porque queria fazê-lo governador em 1974. Obtive sua nomeação como diretor do DNOS, então uma das maiores autarquias do Brasil. Com Geisel, o fiz presidente da Novacap e secretário de obras do Distrito Federal. Presidente, nomeei-o superintendente da Sudene e depois ministro dos transportes. Em 1990, o elegi deputado federal, em 1994, vice-governador. Repeti a dose em 1998, embora todos me advertissem de que ele não era mais o mesmo. (O ESTADO DO MARANHÃO, Coluna do Sarney, de 01 de janeiro de 2007 apud COUTO, 2009, p. 125-126).

Para contextualizar, o jornalismo maranhense caracteriza-se, historicamente, pelos vínculos com a política, quer pelo sistema de propriedade dos meios, quer pela dependência econômica aos grupos hegemônicos, quer pela mobilização de elementos e pela adoção de procedimentos que resultam na angulação dos fatos e na consequente construção de notícias comprometidas com projetos político-partidários. As relações do poder com os meios de comunicação e as contradições que advêm de tais relações revelam-se, de forma inequívoca, nas páginas do Jornal o Estado do Maranhão que assim se posicionou sobre o corte das verbas publicitárias ao sistema Mirante:

Quanto ao Sistema Mirante, não é verdade que o mesmo passou a exercer uma postura crítica em relação ao governador por causa do corte injustificável da propaganda governamental. O governador, sim, foi quem, de maneira raivosa e violenta, determinou o corte dessa publicidade por se sentir incomodado com o jornalismo isento praticado por veículos que lideram amplamente a preferência do povo maranhense.

Este jornal, por exemplo, sempre se recusou a aceitar o material de baixa qualidade produzido pela assessoria do governador e acolhido sem reservas pela mídia agora aliada. (O ESTADO DO MARANHÃO. Coluna Estado Maior, 4 de agosto de 2004, apud COUTO, 2009, p. 181-182).

A constatação, um tanto óbvia, da vinculação do jornalismo com a política não é privilégio do Maranhão. De acordo com Pinto (2010), existem variados níveis de dependência econômica e política que condicionam a mídia brasileira. O fenômeno, por conseguinte, tanto se registra nos grandes centros quanto nas periferias. A autora afirma, contudo, que:

Parte significativa dos teóricos da comunicação situou as diferenças estruturais e ideológicas desta em dois blocos: o da ‘grande’ imprensa ou jornalismo empresarial e a ‘pequena’ imprensa, na maioria das vezes vinculada a domínios políticos locais e regionais. Apontou-se o primeiro como o espaço do jornalismo comprometido com os leitores, e principalmente com os seus anunciantes, enquanto que o jornalismo regional configurou-se como um instrumento político. (PINTO, 2010, p. 41).

Essa concepção, de certa forma aceita como critério de verdade, é reposicionada por Pinto, uma vez que sua pesquisa demonstra que certas características do jornalismo regional são também verificadas no jornalismo nacional, como os laços políticos e econômicos. Assim, embora o jornalismo produzido nos grandes centros econômicos do país sustente-se na reivindicação de autonomia política, como pressuposto de qualidade e credibilidade, o proselitismo político, as parcialidades, a dramatização e o libelo, entre outras práticas que

revelam, claramente, adesão a grupos políticos, não são exclusividade do jornalismo maranhense o que torna mais complexo o fenômeno. Aliás, é o contexto político que faz emergir, de forma inequívoca, o jornalismo de que se trata nesta dissertação. Um jornalismo que lembra os tempos dos pasquins maranhenses do século XIX⁴. As questões político-partidárias recrudescem quando um bloco hegemônico, no poder há mais de 40 anos no estado, fraciona-se e expõe suas contradições, sobretudo e principalmente, nos meios de comunicação.

Em decorrência da crise, portanto, realinham-se núcleos políticos que estavam em campos opostos (políticos que sempre fizeram oposição ao grupo Sarney passam a compor com José Reinaldo). De modo que, do rompimento, resulta uma reestruturação nas forças políticas do estado, com a emergência, inclusive, de novas forças políticas no espaço público. Tudo isso vai se tornando realidade para a população por meio da mídia, em especial, pelos veículos impressos. Assim, os jornais passam a construir novos cenários e novos efeitos de sentido sobre a política maranhense. As políticas editoriais mudam radicalmente. Mudanças que vão instituir novos *modos de dizer e de ser*.

É, porém, no Jornal Pequeno (JP) e no jornal O Estado do Maranhão (JEMA), que se evidencia mais forte a mudança editorial. O Estado do Maranhão, de aliado do governador, numa postura de porta-voz do governo, passa a desqualificar sua administração e a apontar as mazelas do estado. No discurso do JEMA, o Maranhão que, até o rompimento, era o estado das oportunidades, dos grandes investimentos, torna-se, nas narrativas de O Estado do Maranhão, um estado decadente. Já o Jornal Pequeno, de crítico ou indiferente ao governo, mas sempre oposição ao grupo Sarney, passa a legitimar o governador e seu governo e, por consequência, a defender a possibilidade de um Maranhão “livre”, um Maranhão que, a despeito de um processo histórico de “opressão” e “desmandos administrativos” estaria vivendo um novo momento, com perspectivas de crescimento e prosperidade.

É, portanto, a partir desse quadro, que se problematiza o jornalismo, em específico, o jornalismo maranhense, tendo em vista que, historicamente, a legitimidade social desse campo assenta-se na crença de que esta é uma atividade que profere a verdade, porque se pauta na objetividade, na imparcialidade, naquilo que tradicionalmente se designa de

⁴ Os pasquins, jornais que se proliferaram de maneira impressionante no Maranhão nas décadas de 30 e 40 do século XIX, caracterizavam-se pela linguagem de baixo nível e freqüentes ataques à honra e à vida particular de adversários políticos, ou de qualquer outro cidadão. A este respeito Jorge (1998, p. 18) explica que: “Os pasquins circulavam com a proposta de defender certos grupos ou determinada causa política. No programa editorial, os redatores prometiam não invadir a privacidade, mas trabalhar dentro de uma conduta ética, e recriminavam os que pisavam na estrada errada. Tudo não passava de promessas. Palavras ao vento, pois, logo, vinham os excessos. Era difícil manter uma conduta isenta de agressões verbais. O meio político se caracterizava como hostil pelos contornos e desdobramentos. Daí ninguém escapar dos insultos”.

racionalidade jornalística⁵. Concepções que se “traduzem” em técnicas legitimadas e reproduzidas nas escolas de jornalismo e nas redações dos jornais pelo uso de tecnologias discursivas (regras que se apreendem na estrutura das narrativas jornalísticas como o uso do *lead*; o “afastamento” do narrador pelo uso da terceira pessoa; a apresentação de provas; o recurso da mobilização de vozes, entre outras regras. Recursos, enfim, que intentam apagar subjetividades e parcialidades, criando-se, por conseguinte, efeitos de realidade).

Pela análise, foi possível reafirmar caminhos teóricos percorridos, uma vez que o exemplo do engajamento político dos jornais analisados corrobora com a tese de que o condicionamento do texto jornalístico a regras e a técnicas não apaga as marcas da enunciação que lhe são próprias. Com base em Resende (2009), afirma-se que a lógica estruturante que predomina no jornalismo não “domestica” os sentidos das narrativas. Para o autor, o fato não se encerra nele próprio, produz sentidos, formando outros polos possíveis de significação. É, pois, na tessitura textual, que o texto jornalístico se completa nas dimensões discursivas e narrativas. Assim, a pesquisa possibilitou constatar que as notícias do jornalismo impresso maranhense se constituem por narrativas cuja estrutura as legitima como lugar da verdade, da objetividade e da racionalidade e, paradoxalmente, de tessituras que revelam parcialidades e emocionalidades negadas pelo paradigma da racionalidade jornalística.

A tessitura, ainda segundo Resende, é o lugar da intriga, da trama, onde a narrativa se realiza, local em que se instalam os modos, os contextos e os sujeitos. O suporte (a marca) é a estrutura. Constituintes de um mesmo fenômeno, no texto (materialidade do discurso), estrutura e tessitura são indissociáveis, portanto. Para efeitos desse trabalho optou-se por vê-las em contraste, sem separá-las, contudo. Na lógica que se adotou para atribuir sentido às narrativas do jornalismo impresso maranhense, compreendeu-se que a tessitura das notícias se revela por meio do uso de estratégias da linguagem, com o valor retórico assumindo uma posição preponderante na disputa das falas dos jornais. De tal maneira que, nos *modos de dizer* (PINTO, 1999), dos jornais analisados evidenciam-se os processos de *legitimação* (o sujeito da enunciação advoga autoridade para falar de); a *credibilidade* (necessário se faz que o sujeito prove a “verdade”) e a *captação* (o parceiro da troca comunicativa – o leitor – precisa sintonizar com o sujeito da enunciação). No jogo, pois, das tramas discursivas dos jornais, foi possível compreender como homens-semióforos constroem valores, em tradução (ões) do (s) Maranhão (ões) que se revelam poderosos instrumentos de saber/poder.

⁵ Aparato, ao mesmo tempo, ideológico, contextual e instrumental, designado racionalidade jornalística; fazer institucionalizado e sistemático, pela adoção de rotinas, tomadas de decisões, seleção e apresentação dos fatos, a mobilização de fontes, uso de estratégias para lidar com fatos, fontes, valores, tempo e decisões de produção (TUCHMAN apud TRAQUINA, 1999, p.74; 88-89).

Em continuidade, cumpre também informar a metodologia de análise adotada, ressaltando-se, em princípio, que escolher caminhos possíveis para dar conta de um problema/objeto de uma da investigação sobre as narrativas do jornalismo impresso maranhense revelou-se a parte mais complexa e mais “perigosa” do percurso que se realizou para a consecução da pesquisa. Até porque reside ainda na pesquisadora, é forçoso reconhecer, uma herança estruturalista que se evidencia numa tendência a buscar um modelo capaz de dar conta, “com segurança”, da apreensão dos valores responsáveis pelos *modos de dizer/ser* do jornalismo da *Athenas Brasileira*. A busca pela “segurança” que a estrutura parece oferecer.

Das inseguranças, das descobertas, dos deslocamentos e rupturas, optou-se pela metodologia da análise pragmática da narrativa (narratologia), associada à análise de discurso, mesmo reconhecendo o perigo que se corre quando se escolhe o conforto de “uma via segura, amparada pela referência de estudioso (s) reconhecido (s) e de uma linha (s) teórica (s) aceita pela academia, sustentada (s) pela aplicabilidade anterior, facilitadora por oferecer um caminho já desbravado” (ROSÁRIO, 2006, p. 43). Com atrevimento, porém, entende-se que a associação da narratologia à análise de discurso não é/foi uma opção engessante, muito menos confortável ou segura. Bem ao contrário disso, permite/permitiu à pesquisadora liberdade de enveredar por especificidades e particularidades que possibilitaram reescrever (traduzir) a história e os valores das narrativas (notícias) do jornalismo maranhense.

Sobre a narratologia, Motta (*apud* LAGO; BENETTI, 2007, p. 144) afirma ser esta, ao mesmo tempo, uma teoria e um método usado para análise das narrativas. Seis movimentos ou categorias elencados pelo autor para realizar a análise pragmática da narrativa jornalística serviram de parâmetro para as análises realizadas neste trabalho: 1) a *recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico* (como as notícias são fragmentos dispersos e descontínuos de significações parciais, recomenda-se ao pesquisador conectar as partes, identificar a serialidade temática e o encadeamento narrativo cronológico. A síntese orienta toda a análise); 2) a *identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios* (o conflito é o núcleo central da narrativa, é o elemento estruturador das narrativas. No jornalismo, é o conflito uma situação que desestabiliza, rompe com o equilíbrio, traz ambiguidade, estabelecendo um tipo de comunicação singular com o leitor, apresentando elementos ou marcas que podem passar despercebidas, sem um processo analítico); 3) a *construção de personagens jornalísticas – discursivas* (a identificação dos conflitos está relacionada à atribuição dos papéis das personagens); 4) *estratégias comunicativas* (o movimento tem como objetivo descobrir os dispositivos retóricos usados pelos jornalistas para produzir os diferentes efeitos, sobretudo os

efeitos de realidade e os efeitos poéticos ou subjetivos); 5) *a relação comunicativa e o contrato cognitivo* (a dimensão pragmática da comunicação deixa claro que um texto se concretiza na recepção, ou melhor, na interlocução. Dessa forma, o foco narrativo ou enquadramento ou abordagem, na teoria do jornalismo, guarda estreita relação com o leitor. Nessa perspectiva, o texto é o nexos de uma atividade interativa entre dois interlocutores); 6) *identificação das metanarrativas* (significados de fundo moral ou fábula da história. Necessário se faz identificar, interpretar e elucidar os significados simbólicos, desvendar, pois, a estrutura profunda da narrativa. Tem-se, nesse movimento, a possibilidade de se revelarem os mitos que habitam as narrativas jornalísticas).

Os movimentos da narratologia, como se observa, são compatíveis com a análise de discurso por serem, de certa forma, complementares, principalmente quando se compreende que a análise de discurso, conforme Benetti (2007), é uma metodologia adequada para mapeamento de vozes e identificação de sentidos, quer nos textos verbais, quer nos textos imagéticos. Entende-se, portanto, que associar análise da narrativa à análise de discurso possibilita trabalhar as dimensões estruturais da narrativa, relacionando-as aos sistemas de significação que estão presentes e são passíveis de identificação nos modos de funcionamento de um discurso.

Em razão do exposto é que, tomando-se como orientação a Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), buscou-se apreender os sentidos dos textos analisados pela identificação de marcas, traços (associando-se a contextos), pistas que possibilitaram ir ao encontro das formações discursivas (FDs) cuja definição é “aquilo que pode ser dito em oposição ao que não pode e não deve ser dito” (BENETTI, 2007, p.122). Dessa forma, localizar as marcas discursivas do sentido, reuni-las em formações discursivas nucleares, possibilitou reconhecer os conflitos, elucidar os movimentos de construção de personagens e atribuir sentidos às estratégias comunicativas das narrativas informativas, movimentos sugeridos pela narratologia.

De igual modo, o estudo das vozes ou o mapeamento das vozes constituiu-se numa ferramenta indispensável para entender e inferir as posições dos sujeitos, os contratos de leitura, os significados de fundo moral, entre outros aspectos propostos para análise da narrativa, tanto em textos verbais quanto em textos imagéticos. Nessa perspectiva, a narratologia e a análise de discurso são métodos também adequados à compreensão de textos fotográficos e, embora a análise realizada nesta pesquisa tenha se concentrado em narrativas verbais, não se descartou, em alguns momentos, a “aventura” de recorrer-se à leitura do não-verbal. Dessa maneira, em relação aos textos fotográficos, seguiu-se a orientação de Tania

Clemente de Souza (2001). A autora parte da crítica formulada por Vilches (1991 apud SOUZA, 2001) quanto a projetos oriundos da Linguística e da Semiologia que submetem a análise do não-verbal aos estatutos da linguagem verbal. Vilches propõe como método o abandono do projeto de leitura da imagem centrada no signo linguístico e se volta para a leitura da imagem enquanto texto.

Associando Semiótica Estruturalista, Linguística Textual e Pragmática, Vilches sugere que os estudos do texto icônico valham-se “dos conceitos de enunciado e enunciação como um conjunto de procedimentos que identificam um *continuum* discursivo numa relação semântico-pragmática. Nessa perspectiva, a leitura da imagem se dará pela apreensão da coerência textual que perpassa todos os elementos da textualidade. O autor enfatiza, no processo de leitura da imagem, não apenas o conjunto de estruturas que compõem os textos visuais, passíveis de sistematização e de leitura, mas, principalmente, coloca em destaque o papel do leitor. “Que leitor se inscreve aí nesse projeto de leitura? De que ponto de vista se institui a coerência? De quem produz? Ou de quem recebe? Como resposta possível para Vilches, com relação à imagem, a coerência discursiva, mais do que a dimensão discursiva, pressupõe a dimensão cognitiva, a qual resulta de um contrato enunciativo no processo de comunicação.

Relaciona-se o contrato às possibilidades “transgressoras” (para usar uma expressão de ISER) (apud IMBROISI, 2009) que a tessitura institui, posto que “o trabalho de interpretação da imagem, como a interpretação do verbal, vai pressupor também a relação com a cultura, o social, o histórico, com a formação social dos sujeitos” Assim, de acordo com Souza,

Ao interpretar a imagem pelo olhar e não através das palavras, apreende-se sua matéria significante em diferentes contextos. O resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude, inerente, eu diria, à linguagem verbal e não-verbal. (SOUZA, 2001, p. 5).

Em primeira instância, tem-se que a incompletude dos textos guarda relação direta com as vozes que estão evidenciadas e também com as vozes não ditas, mas implícitas; com os silenciamentos ou apagamentos. Essencialmente polifônicos (BAKHTIN, 2006), é na dimensão dialógica que os textos se articulam com outros textos, buscando a construção de sentidos. Ducrot (1980 apud SOUZA, 2001, p. 9) compreende que os diversos locutores de um texto inscrevem-se de diferentes maneiras nesse texto. A polifonia seria constituída pelo dito e pelo não-dito ou implícito (o locutor diz sem dizer, sem se responsabilizar pelo enunciado). Aos atos de polifonia textual, Orlandi (1992 apud SOUZA, 2001, p.5) acrescenta

a categoria do silêncio. A autora esclarece que, ao contrário do não-dito, que se estabelece por referência ao que foi dito, o silêncio significa, não fala.

Nesses termos, no texto não-verbal, há imagens que não são visíveis, porém sugeridas, implícitas, a partir do jogo de imagens previamente oferecidas ou continuadas no extracampo. Outras, todavia, são apagadas e silenciadas, dando lugar a caminhos abertos à significação e à interpretação do texto não-verbal. Ainda em relação ao texto não-verbal, Souza (2001) formulou o conceito de policromia (por associação ao conceito de polifonia) para análise dos textos imagéticos. Ressalta-se que, embora os textos verbais componham a maior parte do *corpus* de análise deste trabalho, necessária se fez a leitura do texto fotográfico pelo reconhecimento da importância das imagens no jornalismo. Contudo manteve-se o foco no verbal em razão do volume de texto analisado.

Ainda em referência aos caminhos e às pedras do caminho (para poetizar um momento tão importante, difícil, instável; de vazios e incertezas, mas de descobertas), informa-se que, do universo de 908 notícias, extraiu-se o *corpus* da análise composto por 108 narrativas, selecionadas do universo pesquisado pelos critérios de: 1) *regularidades temáticas* 2) *identificação de disputas por hegemonia política e de falas, do/sobre o Maranhão* e 3) pelo agrupamento de *subtemas* do tipo: *o estado do Maranhão e as privatizações; o Maranhão e os índices sociais*, por exemplo. Importa, ainda, informar que a noção de *corpus* provém de Greimas que o define:

[...] como um conjunto de mensagens cuja constituição visa à descrição de um modelo linguístico. Diremos que um *corpus*, para ser bem constituído, deve satisfazer a três condições: ser *representativo*, *exaustivo*, e *homogêneo*. [...] O que permite sustentar que *corpus*, embora permanecendo parcial, pode ser representativo, são os traços fundamentais do funcionamento do discurso, retidos sob os nomes de *redundância* e *limitação* [grifo nosso] (GREIMAS apud ATAÍDE, 1998, p. 2).

Estabelecido o *corpus*, buscou-se em Milton Pinto (1999) e (2004) a base teórica para estabelecer as categorias de análise, uma vez que se defende a tese de que, na disputa pela hegemonia das falas sobre a *Athenas Brasileira, um Maranhão retórico* é construído e reiterado, cotidianamente. Assim é que, em oposição ou convergência, os jornais, como semióforos, constroem seus *modos de dizer e de ser* pela utilização de estratégias persuasivas com objetivos de sustentar suas posições de verdade. Explica Pinto (2004, p. 12) que “a análise de discursos, que se interessa particularmente pela disputa da hegemonia da fala na sociedade, não deixa de ser, de certa forma, uma reflexão sobre a teoria e a técnica da retórica”. O autor, partindo dos estudos de Aristóteles (1981 apud PINTO, 2004, p. 16), defende que as estratégias da retórica aristotélica estão presentes nos discursos

contemporâneos, sobretudo os discursos midiáticos, considerando que “todo processo de comunicação é um processo polêmico de convencimento, onde poder e saber estão em jogo e em que os valores sociais se reproduzem e se modificam”. Relata-se que, embora se tenha se recorrido aos pressupostos teórico-metodológicos de Milton Pinto (1999) e (2004), para melhor compreender o que empiricamente já se evidenciava na tessitura dos textos, o encontro com as categorias da retórica, sistematizadas em análise, ocorreu em razão da inspiração que proveio do trabalho realizado por Gomes e Conceição (2008).

Os autores, tomando como base teórica Chauradeau (2009) e Pinto (1999), relacionaram as estratégias de discurso com a argumentação da técnica retórica e os *modos de dizer* da AD contemporânea, em “categorias em tríades: *legitimação/ethos/modos de mostrar; captação/pathos/modos de interagir; credibilidade/lógica/modos de seduzir*”. (GOMES; CONCEIÇÃO, 2008, p. 2). Categorias adequadas também à análise, adaptadas, porém, às especificidades do objeto. Ainda em relação aos processos de elaboração da pesquisa, considera-se importante registrar, no mapa da viagem, um caminho percorrido de rupturas e deslocamentos da trajetória da professora, claramente circunscrita em um projeto inicial que compreendia o jornalismo e a linguagem numa perspectiva estrutural e normativa, para a pesquisadora (incipiente, é certo) que se ressignifica e se abre a uma problemática cultural e simbólica, em que o jornalismo e a linguagem que o conforma e o matiza internalizam-se, na pesquisadora, como uma prática cultural e discursiva, na qual e pela qual, os contextos e os sujeitos estão matizados, tecidos, inclusive com as contradições inerentes aos atos e às falas. Os objetivos iniciais da pesquisa visavam, inclusive, a confrontar (o termo usado era esse mesmo) enunciado (notícia) e enunciador (jornalista) para compreender por que a “racionalidade jornalística” estaria sendo negada. Essa era, pelo menos, uma das hipóteses, no início da caminhada.

Felizmente, as experiências de leitura e de orientação deslocaram o olhar. Em princípio, aflorou a convicção de que a perspectiva estrutural não dava conta de explicar um fenômeno de tamanha complexidade. Refez-se, então, o caminho, compreendendo possibilidades outras que se podem descobrir quando outro olhar se faz possível. O farol acendeu com o professor-doutor Fernando Resende, orientador desse trabalho. Para o autor, a narrativa é o lugar de produção de sentido, local em que se tecem os atos (fatos), as falas e os sujeitos. As narrativas apresentam-se, assim, como uma possibilidade de melhor compreender a práxis jornalística. Assim, do desejo de confrontar enunciador e enunciado, para compreender os modos de dizer do jornalismo, os olhos se abrem para a tessitura da intriga, de Paul Ricoeur (1994), o lugar em que se podem encontrar os mundos que se viam

separados: o mundo dos atos (fatos); o mundo dos sentidos (acontecimentos) e o mundo da recepção e da circulação de sentidos. Tradução livre da tríplice mimese do autor, uma das referências teóricas desta pesquisa.

Por fim, para dar conta das questões aqui abordadas, fundamentou-se teoricamente essa pesquisa com as teorias do jornalismo, problematizando-se o jornalismo entre os atos e as falas; as teorias da narrativa, da narrativa jornalística e do discurso; a história do jornalismo; os processos de construção de valores, além dos marcos histórico-contextuais do estado do Maranhão, para a compreensão dos jogos de poder/saber e dos valores construídos, compartilhados e reverberados pela mídia.

Por fim, constitui-se esta dissertação de: introdução; primeiro capítulo: (ATOS E FALAS: as tramas do jornalismo ou o jornalismo das tramas), em que se retoma o mito da *Athenas Brasileira* para pensar o jornalismo no Maranhão, como um semióforo do (s) Maranhão (ões), construídos discursivamente. Problematizam-se as dimensões narrativas e discursivas do jornalismo, objetivando-se distensionar ou desenredar as falas dos atos, nos acontecimentos jornalísticos; segundo capítulo: (AQUÉM E ALÉM-MAR: jornalismo, narrativas e valores), no qual se discutem concepções e práticas do jornalismo, historicamente construídas, no mundo e no Maranhão, com ênfase nos valores e concepções das narrativas noticiosas); o terceiro capítulo: (NA TRAMA: falas em disputa no jornalismo impresso maranhense) em que se apresenta a crise política no Maranhão e os desdobramentos da “guerra” nos jornais. Discute-se também narrativa e narratividade, evidenciando-se as dimensões da estrutura e da tessitura; quarto capítulo: (JORNALISMO (S) NA ATHENAS BRASILEIRA) no qual se apresenta o lugar do acontecimento, situando sujeitos e contextos histórico-sociais e, com a metanarrativa *Maranhão de papel: a saga das falas nos jornais O Estado do Maranhão e Pequeno*, sintetizam-se os *modos de dizer e de ser (os valores)* no/do jornalismo impresso maranhense, fechando-se com considerações finais.

E, para registrar o sentimento desta caminhada, o inevitável apelo a Álvaro de Campo:
 “Que sei eu do que serei, eu que não sei o que sou?

Ser o que penso? Mas penso ser tanta coisa!

E há tantos que pensam ser a mesma coisa que não pode haver tantos! (PESSOA, 1996, p. 118).

1 ATOS E FALAS: as tramas do jornalismo ou o jornalismo das tramas

Uma breve incursão na história do jornalismo leva a entender, pela via do discurso, como, em sua própria constituição, a história se faz refletida. E mais, como o contexto histórico em que o jornalismo se constitui enquanto campo de reflexão e prática tem um papel de fundamental importância no que se tem apreendido acerca desse campo ao longo dos anos. No caso do Brasil, particularmente, é nítido como fatos e falas se entrecruzam. (RESENDE, 2007, p.82).

A relação que Resende estabelece entre fatos e falas é o ponto de partida para analisar os processos narrativos do jornalismo maranhense, considerando-se, à luz do autor, que as narrativas apresentam-se como uma possibilidade de melhor compreender a práxis jornalística. Nesse sentido, bem mais do que cronologias e factuaisidades, interessa relacionar formas narrativas e discursivas no e sobre o jornalismo a contextos histórico-culturais, para compreender *os modos de dizer e de ser* do jornalismo maranhense. É o que afirma Benetti (2007). Para a autora, a compreensão das condições em que os discursos são produzidos não é acessória. Ao contrário, é pressuposto para qualquer estudo de jornalismo, embora não seja necessário detalhar todas as condições para entendimento das produções textuais do jornalismo.

Assim, analisar as narrativas ou o ato de narrar do jornalismo é considerar os discursos produzidos sobre e pelo jornalismo, estes que se explicam e se constituem a partir de contextos histórico-culturais. Nessa perspectiva, o capítulo faz uma discussão sobre o papel dos tradutores/construtores ou semióforos da cultura maranhense, no passado e no presente, enfatizando-se a função de representação e de mediação das narrativas, no processo de construção e reprodução da *maranhensidade*⁶. Para tal, problematizam-se as concepções do (s) jornalismo ou jornalismos, com ênfase nos valores construídos em contextos, intra e extra indivíduos, estes que se dão a conhecer na trama narrativo-discursiva das notícias, aquém e

⁶ Para Borralho (2009), este termo ganhou ressonância durante a campanha de 2006, do então candidato ao governo do Estado, Jackson Kleper Lago (PDT), expressando as formas de sociabilidade cultural maranhense. A “*maranhensidade*” enquanto conceito evoca tudo que simboliza o que é ser maranhense, incluindo nisso até a *Athenas Brasileira* como derivação da mistura racial. Ao longo do século XIX a *Athenas Brasileira* estava restrita à imagem de São Luís e não da província e, depois, Estado do Maranhão. A transmutação e ampliação da *Athenas* para os outros maranhenses faz parte de um longo movimento de invenção da “*maranhensidade*”.

além Maranhão, região metaforicamente designada no capítulo 2 somente como MAR, numa alusão à capital do estado, São Luís, que é uma ilha, geográfica e culturalmente.

Em síntese, busca-se compreender como atos e falas se entrelaçam em acontecimentos narrativo-discursivos, sobretudo por intermédio de “homens-semióforos” que constroem valores, midiaticamente compartilhados e reverberados, em traduções do Maranhão ou dos Maranhões que nascem de “discursos e saberes dos agentes sociais, cuja eficácia de sua crença está assentada na correlação das forças sociais que configuram o campo político” (MAUSS, 1980 apud GONÇALVES, 2008, p. 49).

Ainda, por julgar relevante para apreensão dos valores construídos midiaticamente, colocou-se em cena o mito *Athenas Brasileira* que se tem revisitado, mantido e atualizado no Maranhão, como um sistema explicativo da cultura maranhense, responsável por representações de “superioridade” (retórica) de uma região em que os paradoxos entre os atos e as falas se enredam e se tecem, em narrativas várias, contudo é no jornalismo que, cotidianamente, os Maranhões são tecidos em tramas discursivas que se revelam poderosos instrumentos de saber/poder.

1.1 Os semióforos e a (s) tradução (ões) do Maranhão

O homem está na cidade
 Como uma coisa está em outra
 e a cidade está no homem
 que está em outra cidade
 [...]

 mas variados são os modos
 Como uma coisa
 está na outra:
 o homem, por exemplo, não está na cidade
 como uma árvore está
 em qualquer outra
 nem como uma árvore
 está em qualquer uma de suas folhas (GULLAR, 1991, p. 273).

Em seu “Poema Sujo”, o poeta maranhense Ferreira Gullar traduz um momento especial da vida brasileira, mas, sobretudo, traduz a si mesmo e a sua terra. Da evocação da infância e da juventude, na cidade da São Luís do Maranhão, o poeta sintetiza-se e, assim, diz de um lugar em que seu corpo e o corpo da cidade se fundem, isto é, o mundo da cidade é construído pelos significados dos mundos interior e exterior do escritor.

O “convite” ao poeta, para iniciar este tópico, além de inspirar e possibilitar fruição ao texto, também diz muito sobre as formas discursivas como os maranhenses interpretam a si mesmos e a sua terra, numa certa hermenêutica da cultura maranhense que se mantém, até

hoje, apreensível em narrativas contemporâneas produzidas no/sobre o Maranhão, principalmente as narrativas literárias e midiáticas. Nesses termos, compreende-se que os *modos de dizer/ser* do jornalismo maranhense estão condicionados às experiências econômicas, políticas e culturais em 399 anos de história do Maranhão, mas também refletem como os maranhenses construíram/constroem, sobre si mesmos e sobre sua terra, epítetos, imagens, símbolos e representações de uma cultura “[...] rica em diversidade, polissêmica, afro-descendente, indígena, negra, branca, racista, preconceituosa, excludente e includente, ao mesmo tempo” (BORRALHO, 2009, p. 22). Eis a razão por que os espaços midiáticos tornam-se privilegiadas “tribunas”, a partir das quais se vão construindo efeitos de sentido sobre a realidade maranhense.

Para ilustrar o jogo de significações, apresentam-se narrativas recentes produzidas por dois maranhenses ilustres: o cantor e compositor Zeca Baleiro (texto 01) e o senador José Sarney – presidente do Senado Federal (texto 02) que constroem sentidos e valores sobre o Maranhão, ora em oposição, ora em convergência:

Texto 01

O Maranhão é um Estado do Meio Norte brasileiro, um preciosismo para nomear a região geograficamente multifacetada que é ponto de interseção entre o Nordeste e a Amazônia. Com área de 330 mil km², pleno de riquezas naturais, tem fartas agricultura e pecuária, uma culinária rica e diversa e uma cultura popular exuberante. *Não obstante tudo isso, pesquisa recente coloca o Estado como o segundo pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do País, atrás apenas de Alagoas.*

Sou maranhense. Nasci em São Luís, capital do Estado, no ano de 1966, mesmo ano em que o emergente político José Sarney assumiu o governo estadual, sucedendo o reinado soberano do senador Vitorino Freire, tenente pernambucano que se tornou cacique político do Maranhão, a dominar a cena estadual por quase 40 anos. De 1966 até os dias de hoje, são outros 40 anos de domínio político no feudo do Maranhão, este urdido pelo senador eleito pelo Amapá José Sarney e seus correligionários, sucedâneos e súditos, que gerou um império cujo sólido (e sórdido) alicerce é o clientelismo político, sustentado pela cultura de funcionalismo público e currais eleitorais do interior, onde o analfabetismo é alarmante.

O senador José Sarney, recém-empossado presidente do Senado em um jogo de caras barganhas políticas, parecia ter saído da cena política regional para dar lugar a ares mais democráticos, depois de amargar a derrota da filha Roseana na última eleição ao governo do Estado para o pedetista Jackson Lago. Mas eis que volta, por meio de manobras politicamente engenhosas e juridicamente questionáveis, para não dizer suspeitas, orquestrando a cassação do governador eleito, sob a acusação de crime eleitoral, conduzindo a filha outra vez ao trono de seu império. Suprema ironia, uma vez que paira sobre seus triunfos políticos a eterna desconfiança de manipulações *eleitoreiras (a propósito, entre os muitos significados da palavra maranhão no dicionário há este: "mentira engenhosa")*.

Em recente entrevista, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disparou frase cruel: "Não vamos transformar o Brasil num grande Maranhão." A frase, de efeito, aludia a uma provável política de troca de favores praticada pelo Planalto atualmente - segundo acusação do ex-presidente -, baseada em jogo de interesses regionais tacanhos e tráfico de influências. Como alguém nascido no Maranhão, e que torce para que o Estado alcance um lugar digno na história do País (potencial para isso não lhe falta, afinal!), lamento o comentário de FHC, mas entendo a sua ironia, pois

o Maranhão tornou-se, infelizmente, ao longo dos tempos, um emblema do que de pior existe na política brasileira. *Não é de admirar que divida o ranking dos "piores" com Alagoas, outro Estado dominado por conhecidas dinastias familiares. Em seus tempos de apogeu literário, São Luís, a capital do Maranhão, tornou-se conhecida como a "Atenas brasileira". Mais recentemente, pela reputação de cidade amante do reggae, ganhou a alcunha de "Jamaica brasileira". Não me espantará que num futuro próximo o Maranhão venha a ser chamado de "Uganda brasileira" ou "Haiti brasileiro". A semelhança com o quadro de absoluta miséria social a que dois célebres ditadores levaram estes países - além do apaixonado apego ao poder, claro - talvez justificasse os epítetos.* [grifo nosso] (BALEIRO, 2009).

Texto 02

Perguntaram-me outro dia, numa entrevista, sobre minha relação com o Maranhão, o que eu sentia além da terra de nascimento, das relações familiares e da vida na política. *Respondi que havia um sentimento de amor que reunia todas essas circunstâncias que foram dadas pelo destino ou pelo nascimento, desde que os meus olhos se abriram numa chuvosa manhã de abril em Pinheiro. A minha frase, já transformada em quase provérbio para mim, é a de que o Maranhão é minha terra e minha paixão.* Mas ela não diz tudo, pois as palavras, mesmo transcendentais, são incapazes de traduzir aquilo que nós sentimos. Gilberto Amado, quando expressava sua gratidão, dizia “não tenho palavras”.

Não tenho palavras para expressar o que verdadeiramente me une ao Maranhão. Como intelectual essa relação é mais difícil, porque a inspiração não se completa pela impossibilidade de dizer.

É aquilo que Afonso Arinos diz no seu livro “Amor a Roma” que “embora descrito não completava”. É amor demais e para mim há uma realidade que me faz misturar numa síntese São Luís e Maranhão. Não há um só dia que uma saudade que não passa não me faça pensar no meu estado. *De todas as interpretações que existem sobre a palavra Maranhão, para mim a que mais me agrada é mar grande, mar-anhão.*

Na minha longa vida, tive a oportunidade de assistir às transformações que se operaram no estado, de tal modo que nos tempos atuais eu vejo o tempo do passado e nesse passado o tempo do futuro e posso repetir como Vieira: “Tenho saudade do futuro”. Nasci em 1930, e naquele tempo o Maranhão ainda estava no século XIX, mergulhado numa extrema pobreza e numa total falta de perspectivas quanto aos anos que viriam. Quando, depois de percorrer quase todo o estado com meu pai promotor, perseguido, de cidade em cidade, cheguei a São Luís para estudar no Colégio Maristas, a cidade tinha cerca de 80 mil habitantes. Não tinha automóveis (seis a oito apenas), só tinha os nossos encantados bondes e casario quase deserto, os becos e seus mistérios, a carruagem de Ana Jansen e a Manguda que aparecia nas noites de lua nova.

Minha geração de poetas consumia as madrugadas lendo poemas ao pé da palmeira de mármore de Gonçalves Dias, em sua praça de palmeiras. *Deus me deu a ventura de liderar essa geração de poetas e formular e conduzir a mudança da mentalidade e o planejamento que viria transformar o estado num dos maiores da Federação. Hoje tem o segundo porto do Brasil, o gás descoberto em Capinzal do Norte, a Refinaria da Petrobrás, que muito devemos ao competente e devoto líder, ministro Edison Lobão. Tem a Siderúrgica de Açailândia, os projetos de celulose da Suzano em Imperatriz e Chapadinha, a Base de Alcântara, as centenas de indústrias que estão chegando. Tudo isso nos faz ter certeza do grande futuro.*

Mas não se faz uma terra sem povo e o povo maranhense tem sua identidade na cultura popular, no jeito de ser maranhense, na bondade, na beleza e no gosto alegre de viver.

É assim que caminhamos para os 400 anos de São Luís, no próximo ano. E nós que vivemos esses dias *vamos dar graças a Deus por sermos testemunhas desse momento em que podemos de (sic) lançar um olhar sobre o nosso passado e louvar o presente, com a nossa governadora Roseana, essa flor de mulher que tanto tem feito e trabalhado pelo Maranhão.*

Assim, para terminar como comecei, meu sentimento para com o Maranhão é de amor demais, Maranhão, meu amor. [grifo nosso] (SARNEY, 2001, p. 1).

Os textos têm em comum a temática ou o tema em síntese: o Maranhão, numa visão que engloba aspectos da natureza, do mundo político e cultural; uma avaliação sobre o Maranhão atual, fincada em elementos do passado; a metalinguagem quanto à designação atribuída ao Maranhão; a admissão do caráter de pertencimento dos narradores ao espaço geográfico em discussão.

As histórias, porém, são outras. Dos conflitos ou da funcionalidade dos discursos emergem novos enredos. Os narradores-personagens apresentam dois Maranhões: “o Maranhão de Zeca Baleiro” e “o Maranhão de José Sarney”. O primeiro é uma terra de riquezas naturais e culturais (povo e natureza exuberantes), vilipendiado, contudo, pelas ações nefastas de duas elites políticas. A atual, no poder há 40 anos, tem como líder o senador José Sarney a quem Baleiro atribui os baixos índices de qualidade de vida e o atraso econômico e social do estado, além dos desmandos engendrados por uma forma de fazer política marcada por clientelismo, barganhas e por uma questionável legitimidade eleitoral. O narrador reafirma sua maranhensidade, pelo caráter de pertencimento ao lugar em que nasceu, mas faz questão de desconstruir este Maranhão que, conforme se depreende de sua narrativa, é uma região cuja designação, entre tantas, seria: *Maranhão = Mentira Engenhosa*. Tal designação estaria mais adequada ao contexto presente. Infere-se da construção discursiva de Baleiro uma proeminência da figura do senador José Sarney e seu grupo e a atribuição de responsabilidade a este político pelo abandono em que se encontra o estado.

Observa-se com Baleiro que, por meio de estratégias discursivas⁷, como a citação de índices socialmente acolhidos como critério de verdade (IDH), bem como a recorrência à palavra do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o autor descortina, num jogo de significações e atribuições de sentidos ou de verdades, um Maranhão (território e gente) vitimizado por um vilão. Constata, lamenta e faz previsão pessimista para o futuro da terra. Apesar do caráter “desmistificador” empreendido por Baleiro, há no texto a recorrência a um passado de apogeu do Maranhão, mesmo que seja nas artes literárias, *status* que se revela importante, a ponto de servir como referência para o temor que Baleiro demonstra, quando se reporta a outros epítetos depreciativos a que o estado poderia (poderá) fazer jus no futuro.

O Maranhão de Sarney é também uma terra de riquezas naturais e culturais (povo e natureza exuberantes), povo principalmente, a quem o narrador atribui a maior riqueza. Bem ao contrário do Maranhão de Baleiro, o Maranhão de Sarney é hoje uma das “maiores

⁷ Estratégias, na análise do discurso, conforme Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 219) “dizem respeito ao modo como um sujeito (individual ou coletivo) é conduzido a escolher (de maneira consciente ou não) um certo número de operações linguageiras”.

unidades da federação”, tudo pelas mãos de um grupo de poetas que ele (Sarney) “teve a ventura de liderar” num processo de mudança de um Maranhão do século XIX, sem marcas de desenvolvimento, ainda dominado por uma cultura envolta em misticismos, para um Maranhão desenvolvido. Nota para a qualificação daqueles a quem coube mudar o Maranhão – não foram políticos, empresários, administradores ou similares, mas “poetas”. Suposto está que essa categoria sobrepõe-se às demais na escolha do narrador.

É imprescindível informar que José Sarney, ao vencer as eleições para o governo do estado do Maranhão, em 1966, bradou: “*é a poesia no poder*”. Segundo Borralho (2009, p. 45), “por entender que ser literato e toda a simbologia que disso decorre no Maranhão o credenciava para o exercício do cargo”. Acrescenta-se que Sarney fez parte do grupo denominado “Movimento Modernista” (Geração de 1945 e 1950), herdeira da “tradição literária” que se cultua no estado, como forma de organizar um sistema explicativo ou uma arqueologia da cultura maranhense, cujos valores, construídos retoricamente, apontam para representações de “superioridade” do maranhense.

É desse lugar de fala⁸ que se manifestam Baleiro e Sarney quando traduzem o Maranhão em suas narrativas. Assim, estabelecendo-se um paralelo entre os dois textos, nota-se que o articulista Sarney, convergindo com Baleiro, atribui-se a responsabilidade por este Maranhão “venturoso e próspero” (a ele próprio e a seu grupo político), citando, nominalmente, o atual ministro de Minas e Energia, Edison Lobão e sua filha, a governadora Roseana Sarney. Como critério de verdade, o narrador faz um paralelo do Maranhão de sua infância e juventude, um estado de “extrema pobreza”, ainda que envolto numa atmosfera de mistérios, romantismo, poesia e um provincianismo boêmio e o Maranhão do presente que se fez por meio de ações, suas e de seu grupo político. Para tal, cita os diversos empreendimentos econômicos implantados ou a serem implantados no estado pela “*flor de mulher*” [grifo nosso] (SARNEY, 2001, p. 1), a governadora Roseana Sarney.

Assim como Baleiro, Sarney reafirma sua maranhensidade, pelo caráter de pertencimento ao lugar em que nasceu. Ufana-se, revela-se um apaixonado pela terra a ponto de também optar por uma denominação que estaria (está) mais adequada para designar o Maranhão: *Maranhão = mar grande ou mar-a-nhão*. Nota-se que parte das estratégias discursivas do narrador José Sarney enfatiza o amor que este personagem-narrador dedica ao

⁸ Noção utilizada no estudo das interações verbais, extraída de Foucault (1978 apud CHARUADEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 314-315): “Cada um tem acesso a sua identidade a partir e no interior de um sistema de lugares que transcende; esse conjunto implica que não existe fala que não seja emitida de um lugar e que não convoque o interlocutor a um lugar correlativo; seja porque essa fala pressupõe apenas que a relação de lugares está em vigor, seja porque o locutor espera o reconhecimento de seu lugar específico, ou obriga seu interlocutor a se inscrever na relação”.

Maranhão e a enorme contribuição que ele (Sarney com o grupo que lidera) deu/deram ao Maranhão.

A construção discursiva de Sarney mantém, desse modo, a temática de Baleiro, bem como a personagem central: o político José Sarney e seu grupo, em torno de quem parece legítimo aos dois discutir o Maranhão. Ressalta-se que a atribuição de responsabilidade total pelo estado ao senador Sarney é a mesma nas duas narrativas. Diante de tal constatação, recorre-se a Ataíde (2006, p.7) para pensar que, implícita ao discurso dos narradores, está a noção de poder, personalizado em um “sujeito agente das ações e como aquele que sabe como reparar o ‘dano’ ou repor a ‘falta’ provocada pelas situações conflituosas próprias das relações da sociedade atual”. O poder aos dois tem, pois, o mesmo sentido, qual seja:

[...] aquele que sabe quais objetos são demandados e que se oferece como aquele que pode atender a tais demandas para promover o “bem comum” (QUÈRÉ, 1982 apud ATAÍDE, 2006, p.8). Configura-se aí o discurso da competência, o discurso de quem “pode fazer” e “sabe fazer”, conforme nos ensina a semiótica de Greimas (1976 apud ATAÍDE, 2006, p. 8).

Nessa linha de raciocínio, se Sarney e Baleiro convergem quanto à concepção de poder, não ocorre o mesmo em relação à avaliação ou à valoração da atuação deste. Eis porque um discurso ordenado a partir de uma mesma região produz efeitos de sentido tão antagônicos. De modo que, se o futuro do “Maranhão de Zeca Baleiro” é uma possibilidade de ruína, o “Maranhão de José Sarney” tem grandeza a ponto de o narrador conclamar a todos para agradecer e louvar a Deus pelo presente que possibilita vislumbrar um futuro de conquistas. Importa enfatizar que a temática de Baleiro e Sarney guarda similaridade com o conteúdo das narrativas jornalísticas analisadas nesse trabalho as quais têm como tema recorrente o Maranhão, nas diversas vertentes de o pensar, de o interpretar e de o construir jornalisticamente, sempre em torno das classes dominantes.

Do exposto e, sem esgotar com o exemplo as possibilidades de leitura dos textos examinados, é possível afirmar que o contexto em que o discurso é produzido diz respeito a um universo exterior aos participantes do ato de comunicação, mas, igualmente, reflete as posições político-ideológicas dos narradores. Estes que se creem com legitimidade, credibilidade e autoridade para falar sobre. Desse modo, as estratégias discursivas utilizadas pelos narradores fazem parte também das condições do discurso.

Tal ocorre porque, conforme Charaudeau (1995 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 219), o sujeito do discurso faz escolhas que consistem em estratégias de convencimento pela linguagem. Ainda, segundo o autor, há estratégias discursivas de legitimação, de credibilidade e de captação, as quais visam, respectivamente, a

determinar as posições de autoridade, verdade e interação do usuário da linguagem, categorias utilizadas nas análises do objeto desta pesquisa.

1.1.1 Narradores e intérpretes da Athenas Brasileira

Para além da identificação das estratégias utilizadas por José Sarney ou por Zeca Baleiro, evidencia-se, com os exemplos, o fenômeno que Regina Abreu (1996 apud BORRALHO, 2009) denomina de homens-semióforos – sujeitos sociais que se dispõem à função de intérpretes ou narradores do seu tempo – os quais, por meio da literatura, do jornalismo e, principalmente, pela construção de biografias, tornam-se suportes materiais de ideias. “Os semióforos são, portanto, pontes entre o mundo visível e o mundo invisível, desempenham a função de intermediários entre os espectadores e o mundo invisível de que falam os mitos, os contos e as histórias” (ABREU, 1996 apud BORRALHO, 2009, p.19). Sobre semióforos, Borralho explicita:

Nomes, instituições, partidos, situações e circunstâncias em que tais atores sociais se manifestam enquanto intérpretes, administradores, chefes políticos, arautos do saber. A visibilidade desses atores estava lastreada pela construção de biografias, ou seja, era necessário fazer conhecer como os organizadores da cultura oficial maranhense deveriam ser emblematizados enquanto pessoas insígnias, já que recarregavam a missão da construção da vida pública (BORRALHO, 2009, p. 19).

Em se tratando de histórias, contextos e semióforos, interessa, para o percurso teórico-metodológico deste trabalho, destacar o fato de São Luís, a capital do Maranhão, autoreferenciar-se, desde o século XIX, com o epíteto de *Athenas Brasileira*. A designação decorre da emergência do *Grupo Maranhense* (1832-1868), formado por intelectuais da província Maranhão, principalmente jornalistas/escritores, alguns com projeção nacional, identificados com os ideais iluministas, base ideológica e estética dos movimentos literários *Arcadismo* e *Romantismo*, com destaque para Antônio Gonçalves Dias⁹, João Francisco Lisboa, Francisco Sotero dos Reis, Antônio Henriques Leal e Manoel Odorico Mendes, entre outros, além de homens públicos de destaque na província.

Demarca-se que, embora não constituísse um grupo homogêneo, (bem ao contrário disso, mantinham-se, entre eles, divergências estéticas e ideológicas claramente observáveis/perceptíveis em textos produzidos pelos integrantes do grupo), o *Grupo*

⁹ Ao maranhense Gonçalves Dias coube o papel de consolidar a escola romântica no Brasil, ao lado do escritor José de Alencar. Ambos foram decisivos na formação de um temário nacional em nossa literatura e se aprimoraram no sentido de assegurar a *brasilidade* literária, a sua *cor local*. Ligado ao grupo de Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias imprimiu à sua poesia um tom particular – uma aliança da razão ao sentimento – legando ao Romantismo brasileiro, “a mais equilibrada poesia romântica”, no julgamento de Manuel Bandeira. (CAMPEDELLI; SOUZA, 2000, p. 189).

Maranhense ou os letrados da província do Maranhão da primeira metade do século XIX cumpriram o papel de elaborar uma determinada visão de mundo, de transmitir um ideário de conhecimentos os quais consolidaram um sistema explicativo da cultura maranhense, contribuindo, por conseguinte, com a elaboração da simbologia da “*Athenas Brasileira*”. Nesse sentido, Rafael Resende pondera:

A *Athenas Brasileira* [grifo nosso] não foi elaborada pelos letrados do Grupo Maranhense, mas consolidada em torno, ao redor, da ação individual de cada literato no despontar de sólidos princípios românticos, entre os quais a grandeza da nação, o culto à maestria do poeta, enquanto gênio criador, a relevância da narrativa literária enquanto fomentadora de uma ‘realidade’ simbolizada textualmente (RESENDE, 2007, p. 81).

Vale acrescentar que, de acordo com Borralho (2009), São Luís e o Maranhão se confundem já que, por muito tempo, e com reflexos nos tempos atuais, o Maranhão se restringiu à sua capital. Significa que a ideia de uma distinção que se formou em torno do mito da *Athenas Brasileira* estendeu-se para o Maranhão. Consequentemente, dessa construção advêm as representações de superioridade da gente e da terra da província. Mas que lugar é esse? Que estado é este que se autocognomina de *Athenas Brasileira*, herdeiro, portanto, da civilização grega e o que representa para a auto-imagem do Maranhão tal *status*? Recorre-se a Borralho, em busca de respostas para tais questionamentos:

Os maranhenses e aqueles que participaram da ereção do epíteto da *Athenas Brasileira* têm em comum com os forjadores da civilização ocidental o caráter racista e preconceituoso, pois tal qual a Grécia Clássica, escravista, em que culturas como as afro-asiáticas tiveram papel predominante na sua formação e ainda assim foram sistematicamente negligenciadas, no Maranhão, imerso na escravidão, a fundação de uma província com características específicas, dotada de figuras ‘geniais’, privilegiou aspectos europeizantes em detrimentos dos africanos e indígenas. *Esta escolha foi consciente* [grifo nosso]. (BORRALHO, 2009, p. 16).

O autor explica que, em uma sociedade “ensimesmada”, “entrópica”, envolta numa guerra civil de proporções como a Balaiada¹⁰, algumas lideranças intelectuais e políticas encontraram no referencial grego uma ‘resposta’ ao caos provocado por uma guerra, ao mesmo tempo em que costuraram uma articulação política entre o emergente estado brasileiro e a recém-formada província do Maranhão, outrora estado de vastas dimensões territoriais.

¹⁰ A Balaiada, revolta popular que explodiu na província do Maranhão, entre os anos de 1838 a 1841, em que morreram cerca de 12 mil sertanejos e escravos. A razão do conflito foi a crise da economia agrária e a insatisfação da população pobre, uma multidão formada por vaqueiros, sertanejos e escravos. Havia também insatisfação entre a classe média urbana, que formava o grupo dos bem-te-vis. Sem organização consistente, nem projeto político definido, o movimento não era único, tampouco harmônico. (COTRIM, 1994).

Da literatura disponível¹¹ que tenta elucidar “a transformação” da província do Maranhão em *Athenas* evidencia-se a contradição entre o Maranhão real e o Maranhão construído. Em razão deste último, que se denomina neste trabalho como o *Maranhão de papel* ou *Maranhão retórico*, o paralelo São Luís/Athenas ou Maranhão/Grécia tornou-se plausível, pelo menos discursivamente. Borralho (2009) explica que o projeto *Athenas Brasileira* consistiu numa estratégia usada por setores dominantes da sociedade maranhense para participar da construção da identidade nacional, uma vez que, no Brasil pós- 1822, a ligação do Maranhão com Portugal foi, inicialmente, empecilho para o desenvolvimento da identidade nacional. Convém lembrar que só em 1823 o Maranhão aderiu à independência do Brasil.

Rompidos os laços com Portugal, tornou-se necessária ao Maranhão a articulação com o projeto da nação brasileira em curso, sobretudo como forma de garantir privilégios aos maranhenses que se constituíam como classe dominante então. É importante sinalizar para o fato de que a *Athenas* não foi criação de uma só pessoa, foi uma aspiração de frações de classes que ocuparam espaços de legitimação social, instâncias de poder e decisão nos diversos setores da sociedade como administração da província, imprensa, literatura e educação formal.

Tais figuras fizeram da *Athenas Brasileira* um projeto de construção de uma cultura oficial e, enquanto intelectuais, organizaram a forma como as instâncias sociais legitimadoras interpretavam a sociedade, posicionavam os indivíduos, controlavam o aparato burocrático do estado, didatizavam o passado, construíam o futuro, conduziam o presente. Não havia, no entanto, hegemonia dentro dessas frações de classe, pois cada grupo possuía interesses específicos. (BORRALHO, 2009, p.18).

Esses atores sociais agiram, pois, como construtores e intérpretes desse Maranhão que precisava se tornar visível dentro do império brasileiro. No sentido gramsciano do termo, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectual” (GRAMSCI, 1985 apud BORRALHO, 2009, p.19). Os intelectuais a que se faz referência organizaram uma parte da cultura maranhense e, em regime de cooperação ou de disputa, dividiram entre si as funções de intérpretes e condutores da sociedade maranhense. E, como arautos do saber, como classe dirigente da sociedade, careciam de visibilidade, quer pelo jornalismo ou pela literatura e, principalmente, pela produção de biografias, nas quais e

¹¹ A *Athenas Brasileira* é uma das temáticas mais estudadas na historiografia maranhense. Desde o primeiro trabalho de Antônio Henriques Leal (1873-1875), passando por Frederico Corrêa em resposta a Henriques Leal (1878) ao grupo congominado de Neo-Atenienses em fins no XIX, Antonio Lobo (1909), Reis Carvalho (1912), nunca deixou de fato de mencionar a questão da *Athenas*, quer na história, quer na literatura. Nos últimos anos têm surgido trabalhos revisionistas em dissertações de mestrado, como: BARROS (2007), MARTINS (2002), BORRALHO (2000; 2009); em obras como as de LACROIX (2002), CORREA (2001 E (1993), MÊRIAN (1988); monografias de conclusão de curso de pós-graduação e graduação, quer na UEMA, quer na UFMA, como os de ARAGÃO (2007), RESENDE (2007), CASTRO (2007), AZEVEDO (2006), BARROS (2005).

pelas quais, estas figuras tornaram-se conhecidas como organizadores da cultura oficial maranhense, pessoas insígnies que carregavam a missão da construção da vida pública, constituindo-se em homens-semióforos dos quais já se falou anteriormente.

Nessa perspectiva, a *Athenas Brasileira*“ era um mito¹² constituído a partir de homens-semióforos, portanto, também mitos” (BORRALHO, 2009, p.19). A discussão sobre o fenômeno, é claro, não se restringe aos aspectos aqui apresentados, tampouco se esgota nos limites deste tópico. Interessa, todavia, a concepção histórica que subjaz ao mito, porquanto se defende, neste trabalho, que o mito *Athenas Brasileira* sobrevive na atualidade e responde, em grande parte, pelos *modos de dizer/ser* do jornalismo maranhense, tendo em vista que os jornalistas, bem como os personagens que são visibilizados pelas narrativas que foram analisadas para a realização desta pesquisa enquadram-se como os semióforos da contemporaneidade. Corroborar com este entendimento a afirmação de Borralho:

[...] frações de classe do Maranhão, colocando-se na condição de organizadores de toda a cultura maranhense, optaram conscientemente em selecionar e erigir determinadas representações em detrimento de outros seguimentos sociais que, embora presentes no labor do dia-a-dia do sol tórrido do Maranhão, sempre foram negligenciados (BORRALHO, 2009, p. 22).

E as representações de classes, sobretudo de frações de classe da elite, seguem a lógica discursiva que se experienciou com Baleiro e Sarney. No epicentro, os Maranhões (dos atos e das falas), embora estes não existam separadamente, uma vez são construções sociais/culturais e, em razão da condição de produto cultural, os atos não podem prescindir das falas e vice-versa. Confirma-se com Castoriadis (apud ATAÍDE, 2006, p. 3) que o social implica alguma coisa que jamais pode ser dada como tal, provém, por conseguinte, dos “movimentos do real”, estes que são responsáveis pela indefinição e instabilidade das instituições que podem até preceder a linguagem, mas emergem em significados por meio desta, em tramas ideológicas que ordenam e reordenam as instituições.

Reflete-se, então: se entrelaçados estão atos e falas nos diversos campos de construção da realidade, se mesmo o que está fora da linguagem emerge dos “movimentos do real”, em significações discursivas, como entender como verdadeiros (reais) os Maranhões construídos por semióforos (usando a categoria escolhida para discutir o jornalismo) cujas narrativas opõem-se de tal modo que uma exclui a outra, se não em totalidade, pelo menos

¹² Partindo do princípio de que o mito não pode ser entendido somente como esfera mágica, fantástica, fantasmagórica, pois é histórico e ordenado, Borralho afirma que a *Athenas Brasileira* é “um mito, pois, ainda que não atemporal, já que todos demarcavam o surgimento do Grupo Maranhense (1832-1864) como marco fundante do epíteto, não se discutia o porquê do surgimento de tantos gênios. Além disso, a *Athenas Brasileira* criou um sentido de organização social, uma explicação sobre o passado do Maranhão, fundou uma etiologia, um *ethos* das coisas do Maranhão, estabeleceu o passado enquanto patrimônio”. (BORRALHO, 2009, p. 109)

parcialmente? Como possível resposta, observou-se que tanto ontem, com os athenienses do século XIX, quanto hoje, com os athenienses do século XXI, as narrativas dão conta de Maranhões diversos, múltiplos, mas verdadeiros. Uma verdade retórica, antes de tudo.

Em relação à retórica ou ao entendimento do que a define, Pinto (2004) esclarece que é a arte (equivalente à técnica hoje) de persuadir que permite assegurar a propriedade da fala. Conforme o autor, a arte retórica chegou ao seu apogeu na cultura grega com os sofistas os quais foram atacados por Platão pela prática de substituir o “conhecimento” e a “verdade” por simulacros verossímeis que “escondiam interesses de indivíduos e grupos, utilizando uma técnica de produção discursiva centrada na emoção mais do que na razão, destinada à cooptação do público” (PINTO, 2004, p. 15).

É importante notar que Aristóteles, em sua *Arte Retórica*, reposiciona as críticas de Platão e, em lugar de opor verossimilhança e verdade, opta por definir os bons e os maus usos da retórica, classificando-a como “a arte da verossimilhança a serviço da argumentação nos discursos da vida prática”, tentando “nesse sentido estabelecer uma diferenciação entre *verossimilhança absoluta e verossimilhança aparente*” [grifo nosso] (PINTO, 2004, p.16). Nesses moldes, partilha-se da possibilidade de que as construções discursivas sobre o Maranhão e sua gente, tão díspares, como já se problematizou acima, são verdades retóricas que transitam entre *verossimilhanças absoluta e aparente*.

Nessa lógica, percebem-se realidades, verdades e valores, narrativamente construídos, sobre o Maranhão que não se restringem somente aos atos e não são decorrência meramente das falas. No período de análise, por exemplo, notou-se que o Maranhão (retórico) transformou-se em tema central da agenda midiática maranhense e, em razão disso, tornou-se agenda pública dos maranhenses. Maranhão aliás que, acompanhando Gonçalves (2008, p. 48), “não é um espaço geográfico, econômico em si [...], mas um espaço simbólico que serve para exprimir um projeto de dominação política de práticas de poder pessoais”. A autora refere-se, especificamente, ao projeto (em suas palavras) reinventado por José Sarney em 1966. Estende-se, contudo, a compreensão da autora sobre o fenômeno para além dos domínios de Sarney no estado.

Observou-se, nas análises realizadas, que o Maranhão é o mote para que as elites discutam a si mesmas em disputa pelo poder. Daí se revelar apropriado retomar o Maranhão enquanto *Athenas Brasileira*, na atualidade, tendo em vista que, de acordo com Borrallho (2009), o contexto que configurou e cristalizou o mito *Athenas Brasileira* era/é demarcado pelos conflitos sociais, pelas disputas de memórias, de opções políticas e sociais, de instrumentação econômica por parte dos detentores do poder político, das desigualdades

sociais de uma nação que nascia pautada na exclusão, na exploração do trabalho escravo, sobretudo, nas inúmeras diferenças e desigualdades. E continua Borralho:

Ao editarem o epíteto ateniense não vislumbraram o mosaico compósito da diversidade sociocultural do Maranhão, encobriram segmentos sociais que ladeavam a reza do latim ao tambor-de-crioula, pratos refinados da Europa ao lado de vendeiros, quituteiras, pregoeiros que não escondiam um outro Maranhão. Estavam porque sempre estiveram ali (BORRALHO, 2009, p. 22).

Ontem como hoje, constata-se!

1.2 A dois graus do Equador – na Ilha Maranhão: as narrativas como representação e mediação

Todo mundo canta a sua terra/Eu também vou cantar a minha/Modéstia parte, seu moço, minha terra é uma belezinha/ [...] Tinha tanta coisa pra falar/ quando estava fazendo este baião/Que quase me esqueço de dizer/que esta terra tão linda é o Maranhão. (João do Vale, 2011).

Retomando o mito *Athenas Brasileira*, Lacroix (2002 apud BORRALHO, 2009, p. 35), atribui ao gosto pelo classicismo um dos sustentáculos da propagação da Athenas: o gosto pelas letras, pela literatura, pela expressão linguística rebuscada, a ponto de o maranhense propagar que fala o “melhor português do Brasil”. Dotes, supostamente, fundantes da identidade dos maranhenses. “Nasceu a partir de seu passado de fortes raízes lusitanas, cultuando métrica, clássicos da literatura portuguesa e hermetismo linguístico”.

Sem pretensão de discutir o mérito, o certo é que narrativas em verso e prosa têm construído o Maranhão e os maranhenses, ao longo de sua história. Nem sempre, porém, textos literários ufanistas, como a canção de João do Vale. Tampouco o fenômeno é novo ou específico do Maranhão. Afinal, a ideia de pertencimento a um grupo social ligado à territorialidade não se restringe ao Maranhão.

Assim, de João do Vale a Fernando Pessoa (Alberto Caeiro): “O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia, /Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia/Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia” (PESSOA, 1996, p. 157), a vida torna-se realidade por meio de textos, estes que possibilitam estar-se no mundo, construindo-o/reconstruindo e, dessa forma, dando sentido às existências que se tecem em narrativas cujos fios entrelaçam fatos/atos e contextos, tornando-os textos. Portanto, lá como cá, ontem como hoje, semióforos se utilizam de formas narrativas, construídas por diferentes linguagens e enquadramentos, para representar a si mesmos, a terra e as gentes e, fundamentalmente, estabelecer relações de saber/poder.

Nesse sentido, o político mais influente do Maranhão, o ex-presidente José Sarney, atual presidente do Senado Federal, na campanha eleitoral para o governo do Maranhão, em

1965, além de ter utilizado os recursos midiáticos, sobretudo o rádio, como ninguém fizera antes, numa campanha que envolveu, segundo D'Elboux (2003), artistas brasileiros de renome nacional, reunidos na gravação de um disco com o título sugestivo de “Show da Vitória” que divulgava a plataforma do governo em forma de música, fez mais, informa Couto (2009), “encomendou” a Glauber Rocha, um dos precursores e dos principais cineastas do movimento *Cinema Novo*, o filme *Maranhão 66: posse do governador José Sarney*.

O conteúdo da fita – com as chamadas “estratégias de agressão” idealizadas pelo cineasta – chocou a comunidade ao estrear em abril de 1966, nos cinemas da capital. Mesmo com alguns críticos que não queriam reconhecer as mazelas da época, o filme aparentemente surtiu o efeito desejado que era o de mostrar a real situação do estado na época da posse do novo governador e sugerir que uma comparação deveria ser feita com as condições que o novo governador deixaria o estado no final do seu mandato (COUTO, 2009, p. 148).

Fenômenos como o relatado, de acordo com Resende (2010), decorrem do fato de o campo dos media ter a capacidade de instaurar, conformar, definir e redefinir, ao mesmo tempo, discursos sobre e para sociedade, criando e recriando práticas sociais discursivas, por meio de narrativas nas quais e pelas quais se tecem os saberes acerca do mundo. *Se há alguma mediação possível*, afirma o autor, em se tratando do campo dos media, *ela acontece na e pela narrativa*. Posição igualmente defendida por Charaudeau:

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade. Defender a ideia de que existe uma realidade ontológica oculta e que, para desvendá-la, é necessário fazer explodir falsas aparências, seria reviver um positivismo de má qualidade (CHARAUDEAU, 2009, p. 131).

A esse respeito, Kant (apud SODRÉ, 2009, p. 28) afirma que “os fatos são objetos para conceitos cuja realidade objetiva pode ser provada (seja mediante pura razão, seja pela experiência)”. Comporta, assim, uma atribuição de sentido, conclama do sujeito uma interpretação, o que significa tornar-se acontecimento que se disponha como objeto para a consciência. Visto dessa forma, o verdadeiro (o real) será uma combinação que se estabelece entre uma representação e o fato. “Verdadeiro será, portanto, o enunciado que concorde (entenda-se: que seja capaz de figurar lógica e linguisticamente alguma coisa) com a realidade”. Desse modo, a representação social do fato, em especial a informação jornalística concretizada na notícia, é o acontecimento que se materializa em narrativas as quais, por sua vez, traduzem o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo em relatos, proporcionando a compreensão dos fenômenos do mundo físico ou do mundo cultural, uma vez que, colocadas em relação umas com as outras, em uma determinada ordem ou perspectiva lógica e cronológica, as coisas do mundo físico ou cultural organizam o (s) mundo (s), tornando

inteligíveis e significativos os eventos que, conforme Ricouer (1994, p.87), constituem o mundo configurado.

Assim, na proposta hermenêutica da narrativa de Paul Ricouer, a significação social da experiência passa por uma forma de inteligibilidade narrativizada. O autor parte dos três momentos da mimese aristotélica, denominando-os de *mimese I*, *mimese II* e *mimese III*. Na I, tem-se a prefiguração do campo prático, (o mundo prefigurado); na II, dá-se a configuração textual ou a mediação, (o mundo configurado) e na III, a refiguração pela recepção da obra, (o mundo refigurado).

É construindo a relação entre os três modos miméticos que constitui a mediação entre tempo e narrativa. É essa própria mediação que passa pelas três fases da mimese. Ou, em outros termos, para resolver o problema da relação entre tempo e narrativa, devo estabelecer o papel mediador da tessitura da intriga entre um estágio da experiência própria que a precede e um estágio que a sucede (RICOUER, 1994, p.87).

A intriga a que se refere Ricouer é tecida na própria narrativa, ou, em suas palavras, uma síntese do heterogêneo porque transforma os acontecimentos ou incidentes em uma história. Assim, a tessitura da intriga é um conceito complexo que supõe a capacidade de identificar a ação por seus traços estruturais (do mundo prefigurado); elaborar uma significação articulada da ação (semântica da ação) e identificar mediações simbólicas da ação, em forma de texto.

Em se tratando das narrativas construídas sobre o Maranhão, nos diversos espaços midiáticos, verificou-se que a crise política entre José Reinaldo Tavares e o grupo Sarney transformou-se em histórias tão heterogêneas a ponto de, como já se problematizou no item anterior, aventar-se a possibilidade de o mundo prefigurado ser apenas um simulacro da realidade. Mas ao contrário disso, o que se apreende das narrativas é que a prefiguração está assegurada na perspectiva de Gonçalves (2008, p.49-50) de uma realidade simbólica tão ou mais forte que a realidade concreta a ponto de, ainda pensando como a autora, “o Maranhão, no singular, por assim dizer, estar cheio de atributos que lhe conferem a aparência de consenso e de naturalidade [...]. Isso é traduzido na fala dos agentes produtores do discurso político”.

Consenso, naturalidade e legitimidade que estão presentes nas representações dos “convidados” Baleiro e Sarney. Nesse aspecto, compreende-se que os Maranhões simbólicos que estes semióforos constroem são verdadeiros e reconhecidos a ponto de eles se sentirem com autoridade para dizê-los ou representá-los narrativamente. Uma prática que, convém lembrar, remete ao século XIX, sobretudo quando se observa que as narrativas do passado assentavam-se em crenças e lançavam mão de dispositivos retóricos aceitos como se fossem

dados prontos e não construídos. Em adaptação aos postulados de Fátima Gonçalves, ousa-se afirmar que se fabricou um Maranhão, uma *Athenas* e, em simultâneo, fabricou-se a crença:

Refiro-me à análise e explicação da magia de Maus (1980) que asseverou que a crença do mágico e aquela do público não são coisas distintas, mas reflexas porquanto a simulação do mágico não é possível senão em razão da credulidade pública e circunscreve a definição da crença pelo atributo de coletividade, uma espécie de força construída socialmente por um grupo que partilha ideias e noções (GONÇALVES, 2008, p.49).

Crenças e magias coletivas que constroem a credulidade pública do jornalismo de tal forma que, em relação às narrativas noticiosas, problematiza-se, com Milton Pinto (2004), que os jornalistas aprendem e apreendem a lógica do processo de configuração nas faculdades, “sob o inocente disfarce de uma técnica sem ideologia”. Assim, por meio do domínio de tecnologias discursivas (como o uso do *lead*, da pirâmide invertida, entre outros), desenvolvem competências e habilidades as quais, ao contrário do que advogam professores e alunos, têm um componente importante e privilegiado da retórica clássica. Nos termos do autor:

Todo processo de comunicação é um processo polêmico de convencimento, onde poder e saber estão em jogo e em que valores sociais se reproduzem ou se modificam. A prática discursiva é, dialeticamente, ao mesmo tempo constitutiva e criativa daqueles valores (PINTO, 2004, p.14).

É o que se comprova nos processos narrativo-discursivos do jornalismo maranhense. A mediação entre os jornais e o público leitor dá-se por narrativas, cujos dispositivos enunciativos, pelo menos no período observado, claramente partidarizavam as versões dos fatos/atos que se tornaram acontecimentos noticiosos. As técnicas ou os valores que, tradicionalmente, são erigidos como estratégias para garantia de “imparcialidade”, ao contrário disso, servem/serviram como estratégias de ilusão, de imparcialidade, de persuasão, portanto. Fenômeno identificado por Andrade (2010) como “*estrutura traída*”. Considera-se, pois, a impossibilidade de se domar a estrutura por meio de técnicas, por mais que se venda a ideia de que tais técnicas sejam eficientes, a atividade discursiva deixa sempre “um conjunto de traços formais que remetem à pessoa do orador, com vistas ao público” (PINTO, 2004, p. 18).

Complementa-se com Ricoeur (1994, p. 87), para quem “o próprio sentido da operação de configuração constitutiva da tessitura da intriga resulta de sua posição intermediária entre as duas operações que denomino de *mimese I* e *mimese III* e que constituem o montante e a jusante de *mimese II*”. Deduz-se, pois, que a narrativa extrai sua inteligibilidade da capacidade de mediação, por seu poder de configuração, um processo de produção textual que é resultado da mediação entre a prefiguração do campo prático e a

refiguração que se dá ou se completa quando o texto é recepcionado. O autor concebe o ato de narrar, a partir de duas ordens complementares: a ordem paradigmática (domínio da inteligência prática e da trama conceitual), em que se pode apreender o contexto, (os atos) e a ordem sintagmática (disposição dos fatos, encadeamento das frases, na ação total constitutiva da história), em que se operacionalizam as estratégias discursivas (as falas). O autor explicita a distinção, familiar em semiótica, entre ordem paradigmática e ordem sintagmática:

Enquanto pertencentes à ordem paradigmática, todos os termos relativos à ação são sincrônicos no sentido de que as relações de intersignificação que existem entre fins, meios, agentes, circunstâncias e o resto são perfeitamente reversíveis. Em compensação, a ordem sintagmática do discurso implica o caráter irredutivelmente diacrônico de qualquer história narrada (RICOUER, 1994, p. 90).

Ainda na trilha de Ricouer, para compreender uma narrativa é necessário dominar as regras que governam sua ordem sintagmática. Nesse sentido, a narrativa se efetiva pela narratividade, “qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação” (MOTTA apud LAGO; BENETTI, 2007, p.143). O discurso narrativo é, pois, organizado pela enunciação dos estados de transformação os quais produzem significações, dão sentido às coisas e aos atos. A enunciação é, portanto, “a instância de mediação que produz o discurso, ou seja, que realiza a passagem das estruturas semióticas narrativas às estruturas discursivas” (GREIMAS; COURTÉS apud BARROS, 1988, p.3). Importa completar o exercício de reflexão, registrando que, se a trama (aqui compreendida como resultado da mediação entre o mundo da vida e o mundo do leitor) revela clara partidarização das notícias, suposto está que a leitura seja também partidarizada.

1.3 Narrativas e valores nos jornais maranhenses

As narrativas, nos termos que se vêm discutindo neste trabalho, são o suporte sintático-semântico das estruturas discursivas. Compreende-se, de certo, que é da articulação entre narrativa e discurso e as condições de recepção deste que advêm os valores. Segundo Barros, duas concepções complementares devem ser levadas em conta para a análise da narrativa e a consequente revelação dos seus valores:

A narratividade como uma ação transformadora do sujeito que “age no e sobre o mundo em busca de certos valores e narratividade como uma sucessão de estabelecimentos e rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre os sujeitos e a circulação de objetos-valor. Em outros termos, as estruturas narrativas simulam a história da busca de valores. Da busca de sentido (BARROS, 1988, p.28).

Assim, de valores e sentidos constituem-se as narrativas, considerando-se, sempre, a indissociabilidade entre atos e falas, uma vez que, conforme Charaudeau (2009, p.131), o

acontecimento não significa em si. Ele só significa como acontecimento em um discurso. Sobre os sentidos construídos pelo jornalismo maranhense, constatou-se que as tramas discursivas, que se tecem cotidianamente nos jornais, revelam saberes e poderes, num jogo de submissão e de autoridade. Submissão porque se moldam às diversas condições de sua produção; autoridade porque, da mesma forma, os discursos jornalísticos posicionam os atores sociais, atribuindo-lhes papéis e *status*; poder, portanto.

Em relação à submissão e autoridade, no período ou recorte temporal escolhido para análise da pesquisa, de acordo com Gomes e Conceição (2008), iniciava-se um processo de mudança discursiva na mídia maranhense em geral. Particularmente, nos jornais impressos e, destes, nos jornais o Estado do Maranhão e Pequeno, decorrente de uma reestruturação hegemônica, conforme já se mencionou na introdução. Com efeito, os jornais passaram a construir novos cenários e sentidos sobre o Maranhão e sobre os políticos que dirigem ou dirigiram o estado nos últimos 40 anos. Ainda refletindo com os autores, para dar conta da nova realidade, necessária se tornou a adoção de novas posturas editoriais por parte dos jornais analisados, tendo em vista que o jornalismo se sustenta na presunção de ser “reprodutor da realidade” e, conseqüentemente, o senso comum o considera como uma instituição que profere a verdade, credível, pois. Razão por que os outros campos sociais, (inclusive e, principalmente, o campo político) recorrem ao jornalismo para ter reconhecida sua posição de autoridade na sociedade.

De fato, observou-se que uma reengenharia do poder fez-se presente nas formas de dizer dos jornais. O Jornal Pequeno que, antes da dissidência de José Reinaldo ao grupo Sarney, silenciava, ignorava ou, mais amiúde, criticava-o, passa a legitimar a liderança do governador, a ponto de realçar-lhe a autoridade, enquanto desqualifica os membros do grupo Sarney. No Jornal o Estado do Maranhão, ocorre movimento de igual intensidade e de sentido inverso, ou seja, deslegitima-se o governo José Reinaldo Tavares, desqualifica-se o governador e o homem, ao mesmo tempo em que se legitima ou se reforça a posição de autoridade do grupo Sarney, com destaque para Roseana Sarney, ex-governadora, na época senadora, e principal desafeta do governo José Reinaldo.

Em face do exposto, poder-se-iam levantar questões do tipo: o jornalismo maranhense entrou em crise de credibilidade? Nestas circunstâncias, em quem confiar? Quem diz a verdade? Como selecionar a informação razoavelmente isenta? Não há dúvida de que essas e outras questões passaram a fazer parte da agenda de discussão da sociedade maranhense, sobretudo no meio acadêmico, nas redações de jornais e no mundo da política partidária, tendo em vista que o rompimento de José Reinaldo Tavares com o grupo de que fazia parte,

hiperbolicizou as diferenças editoriais dos jornais e deu maior visibilidade aos contextos que definem as notícias.

Em que pese, todavia, a instabilidade de posturas editoriais, sobretudo mudanças radicais ocorridas decorrentes da crise política, não houve registro de que as tiragens diárias dos principais jornais impressos de São Luís/Maranhão tivessem caído, como um sinal, quem sabe, de falta de credibilidade. Bem ao contrário disso, as rotinas se mantiveram, o jornalismo se manteve como uma instituição, “duplamente determinado: pela sua condição de *instituição*, ou seja, como um dos modos pelos quais se institui o poder político; e também como *discurso*, isto é, como uma das maneiras de organizar um discurso sobre esse poder” (ATAÍDE, 2006, p. 2). Pode-se mesmo afirmar que, aos moldes do século XIX, os jornais maranhenses tornaram-se os principais “semióforos” da sociedade maranhense, construindo discursos, por meio de narrativas nas quais e pelas quais, os grupos em disputa dividiram-se na condição de intérpretes e condutores da sociedade maranhense.

No passado, informa Borralho (2009, p. 19), os grupos que compunham a classe dominante, na condição de condutores da sociedade, tornavam-se visíveis por meio da literatura, do jornalismo e de biografias, principalmente, quando sedimentavam sua condição de “organizadores da cultura oficial maranhense”. No presente, observa-se que a visibilidade dos grupos dominantes dá-se, prioritariamente, pelas tramas, narrativizadas no e pelo jornalismo, de anônimos tecelões das notícias diárias a articulistas com representação local ou nacional.

Mas como se tecem, que mundos, que verdades ou valores estão ali à espera de alguém que os penetre, à procura de sentidos? (para trazer um sentimento de Drummond). Antes de qualquer resposta, forçoso é reconhecer que não se procura uma verdade *a priori*. Buscou-se, contudo, ao longo das “escavações” realizadas, distensionar ou desenredar as falas dos atos, nos acontecimentos jornalísticos, pela identificação das estratégias narrativo-discursivas do jornalismo maranhense, à procura de verdades, de valores. Esforço, cumpre afirmar, provisório. Confirma-se com Orlandi (2002, p. 60):

O fato é que as formações discursivas não são fechadas. É preciso acrescentar que elas tampouco são definitivas e não duram para sempre. Sua materialidade é a materialidade do social na história, politicamente trabalhada. Tem a provisoriidade das circunstâncias na história e funciona pelo equívoco. Tem, pois, materialidade e funciona pela ideologia, pelos discursos.

A tese de Orlandi (2002) comprova-se pelo exame de notícias sobre um tema que funcionou como estopim na “guerra” travada entre José Reinaldo Tavares e Roseana Sarney,

em agosto de 2004, tempo identificado no *corpus* da análise como o período da ruptura. O tema é/era a privatização do BEM (Banco do Estado do Maranhão)¹³.

Este momento foi antecedido por uma entrevista de José Reinaldo Tavares, em julho de 2004. Ação que instaura ou confirma aquilo que já se podia vislumbrar, pelas marcas discursivas dos dois jornais analisados, desde abril de 2004: o conflito ou a guerra entre o grupo Sarney, personificado pela, então, ex-governadora Roseana Sarney e o governador José Reinaldo. A entrevista, com o título: *Bomba - Governador do Maranhão rompe o silêncio: Zé Reinaldo diz que herdou índices vergonhosos do Governo Roseana* (ver ANEXO A), é uma resposta de JRT ao “fogo intenso do jornalismo do Sistema Mirante”, de propriedade do grupo Sarney. O governador se defende atacando e mostrando os erros de sua antecessora (Roseana). Entre eles, o processo de privatização do BEM que teria contribuído para um enorme endividamento do estado.

Como consequência da entrevista, ou como réplica, o Jornal O Estado do Maranhão publicou uma notícia com o título: *José Reinaldo Tavares assinou o contrato de privatização do BEM* (ver ANEXO B), narrativa que revela uma aludida contradição de JRT, por colocar sob suspeita um ato do governo que ele próprio teria assinado na condição de governador em exercício, quando ainda era vice de Roseana Sarney. A atitude do governador, segundo a narrativa do JEMA, demonstra que José Reinaldo “não sabe o que se passa no governo e desconhece até mesmo o que assina”.

A matéria do JEMA desqualifica a crítica ou a denúncia de JRT, ao tempo em que desmonta os principais argumentos do governador. Como critério de verdade, acionam-se fontes como o ex-presidente do BEM, o economista Afonso Celso Pantoja, que apresenta dados, na tentativa de comprovar ter sido a operação vantajosa e que o processo de privatização do BEM em nada estaria contribuindo para o enorme endividamento do estado (desnudado por JRT). Declarações de deputados, criticando ou questionando a atitude do governador, corroboram com a tese do JEMA. A estratégia discursiva produz efeitos de sentido de modo a construir a imagem de um José Reinaldo Tavares *desequilibrado, despreparado*, “desleal com a governadora que garantiu sua eleição”.

Por sua vez, a notícia do Jornal Pequeno, a tréplica, intitulada: *Zé Reinaldo garante que a culpa no contrato do BEM é toda de Roseana* (ver ANEXO C), é uma resposta à

¹³ Em 10 de fevereiro de 2004, o Bradesco comprou o Banco do Estado do Maranhão (BEM) por 78 milhões de reais. O BEM tinha um patrimônio de 38 milhões de reais, contava com cerca de 770 milhões de reais em ativos e 186.151 contas movimentadas. Sobre o processo, Sérgio Oliveira, então diretor executivo do Bradesco, afirmou: "Acreditamos que é uma boa operação para o Bradesco... (O BEM) tem vários atrativos e um dos maiores é a conta do Estado e do funcionalismo público". (NOTÍCIAS UOL, 2011).

matéria veiculada pelo Jornal o Estado do Maranhão, reportada acima. Em essência, a estratégia é esclarecer que JRT reconhece ter assinado o contrato de financiamento. A reportagem, porém, demonstra que o documento assinado por ele (JRT), em 1998, seria decorrência do primeiro contrato (designado pela notícia de contrato-mãe), assinado por Roseana Sarney, em 1996. A narrativa apresenta o discurso direto do governador: “por força de substituição eventual, em exercício do cargo de governador”, possibilitando-lhe esclarecer que o contrato que, de fato, privatizou o BEM fora assinado por Roseana Sarney.

Como estratégia para assegurar a verdade da fala do governador, elenca-se uma série de cópias documentais que comprovam a versão de JRT e permitem inferir que as informações veiculadas pelo JEMA fragmentaram ou parcializaram os fatos. Nesses termos, carecem de veracidade, por fim. Observou-se que a reengenharia narrativo-discursiva do jornalismo maranhense (e é recorrência em toda a análise) foi responsável, em grande parte, pela guerra que se travou na ilha Maranhão. O tempo esquentou. A belicosidade foi tamanha que teve consequências além Maranhão, pois a imprensa dos grandes centros do país, principalmente de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, também deu visibilidade aos conflitos que ocorriam cá. Consta, inclusive, que fazia parte da estratégia de José Reinaldo Tavares reverberar o conflito e, assim, contribuir para o questionamento da liderança de José Sarney, em nível nacional.

O que mais chama atenção do exercício ou da análise é que as representações realizadas, pelas estratégias discursivas, sobretudo aquelas que colocam em debate o Maranhão ou os Maranhões, em vez de evidenciar ou ensejar um debate público sobre o estado, acabam favorecendo o debate sobre a classe dominante, as personagens que disputam espaços de fazer-dizer e, assim, garantir o poder. Eis a razão por que, tanto os anônimos operários da notícia, quanto os famosos articulistas, aqui simbolicamente representados por Baleiro e Sarney, acabam conferindo ao jornalismo maranhense particularidades e singularidades que, embora não o tornem único, possibilitam identificar nos *modos de dizer/ser* tramas que só acontecem aqui e fogem aos maniqueísmos ou aos automatismos (importados quase sempre) que se tomam de empréstimo, muitas vezes, para compreendê-lo em diferenças e identidades que só na *Athenas* existem.

2 AQUÉM E ALÉM-MAR: jornalismo, narrativas e valores

Pantheon ou Panteão em grego era um espaço de culto às divindades locais e estrangeiras que poderiam ser celebrizadas publicamente. Esta peculiaridade foi um traço de dominação a que os gregos submeteram os povos conquistados: permissão e não intromissão em seus caracteres religiosos, demarcando supostamente alteridade e respeitabilidade [...] O Panteão ocupava na Ágora a iconicidade ritualística da sociedade urbana, fazendo com que os gregos prestassem a devida reverência aos seus deuses (BORRALHO, 2009, p. 88).

Para pensar o jornalismo, partindo-se de *aquém-Mar*, na *Athenas Brasileira*, buscou-se compreender mais um aspecto cultural da Grécia clássica, assimilada, importada para a cultura maranhense, quer em forma de narrativas fundantes da cultura, quer materializado em espaço público, como, por exemplo, na praça do Panteão, no Centro de São Luís, que contém os bustos dos maranhenses ilustres dos séculos XIX e XX, cenário composto por uma biblioteca pública de estilo neoclássico, sustentada por seis colunas em estilo jônico, uma referência ao *Parthenon* grego, além de outras monumentalizações do mito na tessitura da cidade, como praças e outros logradouros.

Em relação a representações do mito, interessa o registro de que, *da Athenas Brasileira* do século XIX, erigiu-se um *Pantheon* ou Panteão, discursivo ou de papel, por meio da publicação da obra “*Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos, Tomos I e II*, (1837-1875), um verdadeiro monumento aos maranhenses ilustres cujas vidas e feitos transformaram-se em narrativas – biografias. Seu autor, um dos integrantes do grupo em torno do qual se construiu e se fortaleceu o mito *Athenas*, Antonio Henriques Leal, do Grupo Maranhense já mencionado neste trabalho. A ideia era/é que, como na Grécia, no *Pantheon* estivessem os homens com *status* de deuses a serem reverenciados.

O Panteão simbólico estabelecido por Henriques Leal segue princípios semelhantes ao homônimo grego, só que, ao invés de encará-los como deuses, encara-os como homens anormais, acima dos demais, heróis, gênios da raça, merecedores de uma obra imorredoura na memória dos maranhenses (BORRALHO, 2009, p.88).

A obra, além de immortalizar os maranhenses que compuseram a “pentarquia” de notáveis que iniciaram a construção de significados para a cultura maranhense, representa,

também, a história do jornalismo do Maranhão do século XIX, pela ótica dos seus produtores, posto que os homens ilustres habitantes do *Pantheon*, quase todos oriundos das elites maranhenses, militaram na literatura, na educação, na política e nas lides do jornalismo, fundando jornais, administrando tipografias e, sobretudo, escrevendo em constantes debates políticos por meio dos periódicos de então.

Um aspecto que merece destaque é a pujança de periódicos em circulação no Maranhão, durante o século XIX. Do mapeamento dos jornais que circularam no estado, neste período, Vilaneto (2008) registra 348 (trezentos e quarenta e oito) jornais, de curta, média e longa duração, (inclusos os pasquins já citados na introdução), numa província cujos dados (indicadores sociais), registrados em almanaques da época, demonstravam uma situação caótica da educação, com uma população predominantemente analfabeta. Em que pese, pois, o número de iletrados sobrepujar os letrados, os jornais eram “tribunas”, espaços de discussão de ideias, de debate público.

Discutia-se de tudo, mesmo numa província acentuadamente iletrada, onde o privilégio da codificação e decifração das letras era, de fato, de pequenas parcelas da população. A temática ‘independência’ ocupou posição vantajosa e foi um instrumento de simbolização de como as elites ensaiavam seus papeis. Afinal, a imprensa serviu como elemento de pedagogização, didatização dos códigos culturais e ideológicos em construção, sendo por vezes também um elemento coercitivo, pois nem todas as vozes estavam ali representadas ou foram reverberadas. Entretanto exerceu a função de denúncia de cisão dentro dos espaços intra-elitista. (BORRALHO, 2009, p.178).

O excerto confirma a inevitável e inegável comparação do ontem com o hoje que se vem realizando, em busca de compreender os valores do jornalismo maranhense. O paralelo tem se revelado, inclusive, adequado para compreender o que se denomina de hermenêutica da cultura maranhense (ainda que em traços e/ou sinais que apontam para, sem a pretensão de esgotar sentidos pela impossibilidade de). Necessário se faz, porém, cautela, em relação ao exercício de pensar o Maranhão e o jornalismo por esse caminho, pois se corre o risco de enveredar por determinismos ou maniqueísmos. Afinal, os mesmos fatores que aproximam o ontem do hoje são, dialeticamente, os que fazem a diferença, tendo em conta a realidade como um construto social, “um movimento do real”. Concepções a que se adere neste trabalho.

Considerando os cuidados, registra-se que, na *Athenas Brasileira* do século XXI, há onze jornais impressos diários¹⁴. Tantos jornais em circulação podem representar um risco de

¹⁴ *O Imparcial, O Estado do Maranhão, Jornal Pequeno, Tribuna do Nordeste, Jornal Extra, Atos e Fatos, 4º Poder, O Debate, Jornal A Tarde, Aqui-MA e Correio de Notícias*. Dados do mapeamento das mudanças econômicas, políticas e tecnológicas do mercado de notícias do Maranhão, a partir dos jornais impressos e diários de São Luís do Maranhão, realizado pelo grupo de Pesquisa “*Mercado & Notícia: Jornal, interlocução e poder em São Luís (MA)*”, do Departamento de Comunicação Social, da Universidade Federal do Maranhão, sob a coordenação do professor-doutor Francisco Gonçalves da Conceição. (MERCADO & NOTÍCIA, 2009).

se ceder à tentação de atribuir o fato ao controle político-econômico e/ou a um incremento do mercado, com a suposição de aumento, por exemplo, do número de leitores, numa capital, como São Luís do Maranhão, cujos indicadores de desenvolvimento não sinalizam mudanças relevantes na população letrada, muito menos do segmento de leitores, consumidores e anunciantes de jornais.

Conceição (2011, p. 1) reflete, todavia, que “uma e outra abordagem limitam o entendimento do fenômeno no estado, por desconsiderar outras variáveis que constituem as empresas jornalísticas e os seus produtos, como as conexões entre os campos da política, do jornalismo e da economia”. O pesquisador compreende que as articulações supramencionadas devem ser pensadas, problematizadas, com base nas mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas em curso no estado. Em razão das quais, recomenda Conceição, será necessário discutir as categorias e os paradigmas de pensar e construir objetos sobre o jornalismo. Mudança de paradigma, mudança de valores, de certo. Partindo desses pressupostos, o grupo de pesquisa Mercado & Notícia (UFMA) pensa o jornalismo maranhense, procurando desviar-se das visões ufanistas ou deterministas, para tentar compreender o jornalismo e seus valores, sobretudo em relação às mudanças sociais. Nesse sentido, afirma Conceição:

O lugar de interlocução, ou seja, o lugar pelo qual os jornais esperam ser reconhecidos e levados em conta pelos leitores, anunciantes e concorrentes, é continuamente desestabilizado pelas mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas. Não são apenas mudanças políticas, embora a política ocupe um lugar fundamental na constituição no campo das mídias no Estado, que atingem a relação dos jornais com os outros agentes, que compõem o campo de significação das notícias (CONCEIÇÃO, 2011, p.2).

Perspectiva que se adota para pensar o jornalismo maranhense. Desse modo, compreende-se que, subjacentes ao processo de produção, distribuição, circulação e consumo de produtos jornalísticos, bem como ao modo como as narrativas dão visibilidade e voz aos sujeitos da sociedade maranhense, estão valores, estes que são continuamente desestabilizados por determinantes de ordens várias, tais como: estabilidade econômica, emergência de novos agentes sociais na cena política, disputas por núcleos de poder, com direito a rupturas e novos arranjos, novos padrões de consumo, novas tecnologias, emergências de redes sociais e convergências das linguagens midiáticas, novas produções de conhecimento sobre o campo, entre outros desestabilizadores e construtores de novos valores o que torna complexa a tarefa de identificá-los, mas um desafio instigante.

Sobre valores, Agnes Heller (1970, p. 4) afirma que “o decurso da história é o processo de construção de valores ou da degenerescência e ocaso desse ou daquele valor”. Para a autora, o valor é uma categoria ontológico-social capaz de explicar os movimentos

sociais, portanto, históricos. Com base nas concepções de história de Marx, Heller conceitua valor como tudo da natureza do homem e que contribui, direta ou indiretamente, para explicação desse ser. Nesse sentido, valor é:

[...] tudo aquilo que, em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daquelas componentes essenciais; e pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de uma determinada componente essencial (HELLER, 1970, p.5).

Reportando-se aos valores sociais, como construções históricas, Heller (1970, p.2) enfatiza que a história é a substância da sociedade, acrescentando que a sociedade não dispõe de nenhuma substância além do homem, pois os “homens são portadores da objetividade social, cabendo-lhes, exclusivamente, a construção e a transmissão de cada estrutura social”, contudo, ressalta Heller, a substância da sociedade, ou seja, a história é uma construção coletiva, não pode ser o indivíduo humano, já que esse – embora a individualidade seja a totalidade de suas relações sociais – não pode jamais conter a infinitude extensiva das relações sociais.

Infere-se do pensamento da autora que é a objetividade, construto das relações sociais, que gera os valores socialmente compartilhados. Acrescenta-se que a substância, de onde se constroem e reconstroem valores, é estruturada, amplamente heterogênea e hierárquica (produção, relação de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte e etc.). De forma que:

As referidas esferas, heterogêneas e hierárquicas em suas relações recíprocas, são também heterogêneas até mesmo no interior de sua relativa homogeneidade de campos fechados, estando também elas articuladas com relação ao par essência-aparência. São elas os grandes túmulos da história, mas igualmente seus berços (HELLER, 1970, p.3).

Significa, para a autora, que, em determinado ponto, estruturas que foram essenciais submergem nas profundidades, para aí continuarem uma vida inessencial, do ponto de vista social e global; outras se elevam, passando da inessencialidade à significatividade. O postulado de Heller possibilita compreender o jornalismo como esfera ou uma estrutura (para usar o termo recorrente em sua obra) em que submergem e emergem paradigmas que refletem os valores desse campo de conhecimento e de atuação profissional.

Pensar essencialidades e inessencialidades no jornalismo significa refletir a respeito de paradigmas produzidos sobre a atividade que se revelam inadequados para explicar um fenômeno tão complexo. Tais modelos, porém, de viés positivista/funcionalista, pelo pioneirismo e pelas razões das estruturas sociais (para pensar com Heller), acabaram por influenciar, tanto a produção de conhecimento, quanto a atividade profissional. É o que se

observa com Luiz Beltrão (1976), para quem seria possível excluir dos “agentes da informação” partidarismos e/ou outras subjetividades incompatíveis, segundo este teórico, com as funções do jornalismo. Resende afirma, todavia, que concepções como as defendidas por Beltrão explicam-se pelo fato de:

As análises que dominaram os estudos acerca da sociologia da comunicação, a comunicação social e o jornalismo, como campos de reflexão e prática, têm-se delineado a partir de um processo histórico cujos marcos e proposições se delimitam em questões da ordem da produção (aqui entendida única e exclusivamente na perspectiva do emissor). (RESENDE, 2010, p. 6).

Com a crítica, o autor sugere a necessidade de estudos que busquem recuperar a dimensão complexa do problema comunicacional, em abordagens e perspectivas que permitam olhares interdisciplinares para a comunicação/informação. Em sua avaliação, um problema ou uma limitação nos estudos sob a ótica funcionalista/positivista ou crítica é considerar a prevalência do emissor no processo da comunicação. Reafirma Resende (2010, p. 6) a necessidade de se compreender a complexidade do discurso que inclui “locutor, alocutário, tempo, lugar e discurso que precede e que se segue; compreender, portanto, o contexto da enunciação”. Nesse sentido, alerta o autor para o problema que se instaura no discurso jornalístico quando este advoga para si uma exterioridade ou um divórcio do contexto da enunciação.

O paralelo entre dois diferentes autores brasileiros reforça a tese de que, numa trajetória em busca de valores construídos, historicamente, sobre o jornalismo, estarão presentes diferentes concepções, com consequências na produção de conhecimento, bem como nas práticas profissionais. Emergem e submergem, dessa forma, valores, socialmente compartilhados, que tentam dar conta, em determinados contextos, de responder à indagação do que seria, afinal, jornalismo.

Assim, é possível afirmar que a história do jornalismo é também a história dos seus valores, materializados em diferentes formas de narrativas. Razão pela qual se considera oportuno associar a categoria valores de Heller à proposição desse trabalho quanto a estabelecer uma relação entre a história dos processos narrativos jornalísticos com a própria história do jornalismo, assim como da história em geral, uma vez que são os valores que determinarão, subjetivamente e objetivamente, as formas de narrar. Do jornalismo, em específico, porque, embora sejam da ordem das relações humanas, não têm objetividade natural, pois são construídos socialmente e, como tal, são expressões resultantes das relações e situações sociais.

2.1 Jornalismo ou jornalismos? (concepções e práticas historicamente construídas)

“As capelas são outras, mas as relações de poder, bastante terrenas, continuam sendo obstáculos ao pensamento autêntico” (MEDITSCH apud PONTE, 2005, p.9). A reflexão reporta-se às linhas de pesquisa sobre jornalismo que, historicamente, consolidaram-se no mundo e no Brasil as quais, conforme o autor, “obrigam” os estudiosos do jornalismo a “um malabarismo intelectual” que os faz “enquadrar” suas pesquisas em marcos conceptuais pouco adequados ou mesmo incorretos, por não darem conta da multiplicidade de realidades em que se produz jornalismo no mundo.

De fato, é um risco, passível de erros e de equívocos, recortar quadros teóricos, mesmo validados, intersubjetivamente, pelos cientistas da área, e fazer coincidir com uma realidade, muitas vezes fluida e de difícil sistematização, da qual deriva a complexidade da atividade profissional dos jornalistas. Dificuldade que se evidencia maior quando se tomam quadros teóricos desfocados, temporal e territorialmente, das realidades concretas de povos, quer na perspectiva de diferentes continentes e países, quer na perspectiva de unidades federativas (regiões) de um mesmo país.

Daí que, com a designação “jornalisms”, pretende-se levar em conta a existência de particularidades e singularidades – para usar as categorias trabalhadas por Adelmo Genro Filho (1987) – capazes de atribuir diferentes identidades, em razão dos contextos em que a atividade se realiza, sem deixar de considerar, porém, os quadros referenciais construídos em espaços temporais e geográficos distintos e que são fundantes para a compreensão do jornalismo, pela universalidade que lhes é inerente. Nesses termos, corrobora-se com Conceição:

É um equívoco ignorar o caráter histórico que o jornalismo assume em cada formação social ou fechar os olhos às particularidades que esse fenômeno ganha em cada sociedade, sobretudo porque o desenvolvimento desigual do capitalismo permite a coexistência de vários processos de acumulação do capital e contribui para a existência de diferentes formas de instituições jornalísticas e diversos processos de produção de notícias (CONCEIÇÃO, 2010, p. 15).

O autor alerta sobre a necessidade de se evitar pensar o jornalismo numa perspectiva do “relativismo frouxo” (tudo é jornalismo) ou “o essencialismo” (só há um tipo jornalismo a ser considerado) que não dá conta das particularidades, tampouco das singularidades. Bem, jornalismo ou jornalisms, o certo é que, conforme Kovach e Rosenstiel (2004, p. 19), das culturas primitivas às sociedades contemporâneas, “precisamos de notícias para viver nossas vidas [...]. O jornalismo é simplesmente o sistema criado pela sociedade para fornecer essas notícias”. Atividade que só se pode tentar explicar, bem como construir quadros de referência, tanto na dimensão teórica, quanto na prática, levando-se em conta contextos.

É necessário lembrar que o contexto (macro) referência para pensar o jornalismo (e/ou jornalismo) é a sociedade moderna cujas bases conceituais foram construídas a partir de valores como razão, verdade, transparência, confiança no progresso e no consequente aperfeiçoamento do homem e dos direitos humanos. Incluso o direito à informação. Nessa perspectiva, categorias como poder e dominação, principalmente o poder econômico e o político, o controle dos meios, da linguagem e das técnicas de decodificação de mensagens são tomadas como referência para desvendar e assegurar o papel do jornalismo na sociedade. Como pano de fundo, marcos regulatórios do pensamento moderno: o saber, a ciência, a tecnologia e valores mais abstratos como democracia, liberdade, igualdade, entre outros.

Marcondes Filho (2002) situa o jornalismo no projeto da modernidade em quatro fases do jornalismo: o jornalismo da “iluminação”, de 1789 à metade do século XIX; o jornalismo como grande empresa capitalista, da segunda metade do século XIX; o jornalismo dos monopólios, do século XX e o quarto jornalismo, demarcado pela era tecnológica, da contemporaneidade. Na classificação do autor, o primeiro jornalismo, essencialmente político-literário, sem fins econômicos, refletiu um momento de euforia com os valores modernos. No segundo, a imprensa torna-se um negócio e as tecnologias começam a transformar os processos de produção da notícia – mercadoria – que concorre com a publicidade para o sucesso das empresas de comunicação. Já o terceiro jornalismo delimita-se pelas transformações científicas e tecnológicas e o desencanto com os ideais da modernidade. Também começa a competir com novas formas de comunicação, como a publicidade e as relações públicas, em processo de desintegração e de enfraquecimento, na concepção do autor:

A transformação ou a descaracterização da atividade (alguns chamam mesmo de decadência) tem a ver com a crise da cultura ocidental: o jornalismo é a expressão física de um espírito. O pano de fundo dessas mudanças é o fim da modernidade, caracterizado pelo novo processo universal de desencanto (defecção do socialismo e das alternativas ao capitalismo), pela crise dos meta-relatos e de todos os sistemas gerais de explicação, pela falência dos teleológicos (esperança de um futuro melhor, subordinação do engajamento político a um projeto histórico) e – por último e não menos sério – o desaparecimento do “conceito de agonística geral”, isto é, da política como embate, competição, confrontação radical (MARCONDES FILHO, 2002, p.15).

No tempo presente, que se convencionou chamar de pós-modernidade, ainda de acordo com Marcondes Filho, o quarto jornalismo constitui-se pela diminuição das fronteiras entre jornalismo, entretenimento e outras formas de expressão, pela inflação de material produzido para a imprensa pelos diversos campos sociais e pelo contínuo e veloz aprimoramento das tecnologias da informação. Como consequência, verifica-se a progressiva

substituição dos jornalistas pelos sistemas de comunicação tecnológicos, alterando “o papel histórico do jornalista como um ‘contador de histórias’ (repórter) mas também como um ‘explicador do mundo’ (analista/comentarista)” (MARCONDES FILHO, 2002, p.30).

A cronologia do pesquisador corrobora com a compreensão de que o lugar de pensar o jornalismo, como atuação profissional ou como produção de saber, são a (s) sociedade (s) capitalista (s). A partir desse referente, construíram-se e reconstruíram-se concepções que visam responder (e respondem!), ainda que de forma parcial, incompleta e demarcada pela história, a questionamentos sobre a natureza do jornalismo.

Assim, questões como jornalismo e literatura; jornalismo e ficção; jornalismo e conhecimento; jornalismo e poder, jornalismo e linguagem, entre outras, inquietam jornalistas e estudiosos de todo o mundo, como bem atestam as produções e os debates sobre o tema. Sintetiza bem estas preocupações a obra, já referendada acima, dos jornalistas americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel, na qual explicam a gênese do livro e expõem suas preocupações:

Organizamos 21 discussões públicas, com a presença de três mil pessoas, com testemunhos de mais de trezentos jornalistas. Fizemos uma parceria com uma equipe de pesquisadores universitários que fizeram mais de cem horas de entrevistas, tendo como tema seus princípios. [...] Depois de fazermos uma síntese do que aprendemos, ficou claro que certas ideias familiares ou até úteis, a isenção e o equilíbrio incluídos, são muito vagas para serem consideradas como elementos essenciais da profissão (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 21-23).

Do excerto e da obra em geral, o que chama atenção é a crise de identidade do jornalismo, tanto no campo da produção de conhecimento, quanto no campo das atividades profissionais, quando os modelos, tradicionalmente aceitos, não dão conta de explicar a complexidade do fenômeno, nas sociedades contemporâneas. Ainda que em crise, ou mesmo por conta desta, não se pode prescindir da importância das teorias e da sistematização das concepções quanto à natureza do jornalismo. Destas, a concepção de que o jornalismo é uma forma de conhecimento atribui à atividade um papel central na comunicação social. E, embora a primazia dos conhecimentos, no mundo ocidental, seja ainda atribuída à filosofia e à ciência, o jornalismo institucionalizou-se como um dos principais campos de mediação da experiência moderna do mundo. Como afirma Marques:

A emergência do campo da comunicação/jornalismo é “resultante do projeto de transparência e visibilidade da esfera pública contemporânea e, conseqüentemente, da constituição de um sujeito esclarecido e emancipado, bem como das transformações progressivamente alcançadas no domínio das tecnologias da informação (MARQUES, 2002, p.1).

E é justamente este sujeito “esclarecido” e “autônomo” que reivindica a si a legitimidade das maneiras de ser, fazer e de dizer, uma vez que a viragem dos tempos modernos configurou-se como uma ruptura completa com qualquer instância transcendente de

legitimação. Por esta razão, a legitimidade do ser, do fazer e do dizer está relacionada ao desenvolvimento da racionalidade (do conhecimento) em duas grandes modalidades de manifestação da experiência: a expressiva (o dizer) e a pragmática (o fazer). De acordo com Rodrigues:

As regras que os fundamentam dependem doravante da capacidade argumentativa de uma pluralidade de instâncias, para o efeito, constituídas em campos sociais com relativa autonomia, tanto na definição dos fundamentos da legitimidade e das materialidades simbólicas da sua expressão, como na criação das normas de adequação destas materialidades ao dizer e ao fazer comuns (RODRIGUES, 1994, p. 174).

Como se pode observar, na lógica de uma sociedade que legitima seus membros pelo conhecimento, o jornalismo entroniza-se, ao ocupar um espaço como instância de produção de saber e a institucionalização da atividade, no circuito produção, circulação e consumo dos produtos jornalísticos, constituindo-se num campo cultural/social. Nesse sentido, Bourdieu explica que:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo da linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1998, p. 69).

Destaca-se, por oportuno, que a compreensão de que o jornalismo constitui um campo de conhecimento ou campo cultural remete à noção de poder simbólico. De acordo com Bourdieu (1998), um poder “capaz de fazer coisas com palavras”. Isso, para Fairclough (2001), implica uma ação de sentido que o discurso deflagra no espaço social, produzido em relações concretas e a partir de regras constituídas em formações sociais específicas. Essas relações envolvem instituições, processos sociais e econômicos, “padrões de comportamento, sistemas de normas técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização específicos e disputas de poder e saber” (BOURDIEU, 1998, p. 27).

No Maranhão, a disputa pelo “poder de fazer ver e fazer crer”, concentrada no jornalismo, reflete-se na tarefa, sempre recorrente, de elucidar, traduzir o Maranhão, ou os diversos e, às vezes, inconciliáveis Maranhões (vide Baleiro e Sarney), aos maranhenses, principalmente, conforme já se vem problematizando. Falar do Maranhão, portanto, torna-se a forma legítima de o sujeito do discurso falar de si mesmo e, assim procedendo, escamotear desejos, eximir-se de vaidades e, principalmente, da acusação de falar em causa própria. Saber mais (falar mais) sobre o Maranhão dá legitimidade a quem o faz, “retira” o egocentrismo da fala, pelo menos como estratégia discursiva. Assim, construir conhecimento sobre o (s) Maranhão (ões) é apostar no poder sobre o Maranhão. Estratégias que se revelam eficazes,

considerando os poderes constituídos cá, em construções de conhecimentos que tem orientado escolhas no estado. É o jornalismo, portanto, com o poder de construir conhecimento social.

A esse respeito, Genro Filho (1987, p. 21) afirma que, além de ser uma forma de comunicação que responde às funções tradicionais de socialização, funcionalidade, organização, etc., o jornalismo constitui, e leva a cabo, uma forma singular do conhecimento humano, cotidianamente produzido e veiculado no espaço social. Meditsch (1997 apud PONTE, 2005, p.105), partindo de Genro Filho, convida a pensar sobre o conhecimento produzido pelo jornalismo naquilo que ele tem de “único” e “original”, uma vez que o jornalismo constrói conhecimento diferente daquele que é produzido pela ciência, conhecimento que, de acordo com Ponte, é também um conhecimento político:

A escolha do que aqui apresentamos sob a designação de *jornalismo e produção de conhecimentos* sublinha a capacidade do discurso jornalístico em circular como seiva e elo do tecido social, toma posição crítica face a mitos e posições ancoradas num passado de uma estreita definição de esfera pública, num olhar de um lugar distante o outro, o estranho, o habitualmente sem voz, numa redução à dimensão singular do que tem, em muitos casos, *uma dimensão política*, e por isso merece ser conhecido e falado publicamente [grifo nosso]. (PONTE, 2005, p. 165).

A autora não restringe o jornalismo à dimensão política, mas enfatiza um aspecto que interessa para se pensar o jornalismo no Maranhão. Afinal, as narrativas que compõem o *corpus* de análise deste trabalho recortam o mundo político, constroem, pois, conhecimento político que (supõe-se) direciona o olhar dos maranhenses em relação ao lugar e a si mesmos. Comporta problematizar e adiantar algumas das conclusões, em princípio, quanto a valores (conhecimentos), construídos pelo jornalismo, durante a crise ou a disputa das falas: Que tipo de conhecimento sobre o Maranhão e sobre seus dirigentes estava sendo ali construído? Principalmente que jornalismo é esse? Que valores ele produz? Qual é a sua validade como conhecimento?

As respostas possíveis, desde sempre, estavam/estão lá, nas narrativas e, considerando-se que estas são o espaço em que se encontra também o mundo do leitor, é possível afirmar que ele (o leitor maranhense) consome os discursos “sem surpresas/ desconfiança”, por sabê-los partidarizados, engajados. Ali estão contidas as próprias idiosincrasias do leitor. É (são) o (s) mundo (os) dele que está (ão) recortado (s), na trama ou na intriga, mesmo que seja um mundo de natureza retórica, mas está ali. Da dicotomia das falas, ao que parece, o sujeito leitor constrói seu próprio conhecimento sobre a política do/no Maranhão.

Nesses termos, é que o jornalismo valida-se como forma de conhecimento da realidade social com implicações e consequência nesta realidade. Ressalva-se que a assunção de que o jornalismo produz saberes sobre a realidade baseia-se na concepção de conhecimento,

identificada por Meditsch (1997), como *epistemologia crítica*, por considerar a historicidade no processo de conhecer e descartar a existência de uma verdade única e objetiva, desmistificando, portanto, os preceitos positivistas.

Com base nesses pressupostos, o autor atribui ao jornalismo o *status* de conhecimento, alertando, porém, que “a comparação quantitativa dos atributos do jornalismo em relação à ciência ou à história pode ser útil para elucidar algumas de suas diferenças, mas parece insuficiente para definir o que ele tem de específico” (MEDISTSCH, 1997, p. 3). Complementa-se a reflexão com Foucault (2005) para quem o conhecimento (saber) necessariamente não é científico, mas não existe, porém, conhecimento sem uma prática discursiva definida; prática que, também, só se constitui pelo saber que ela veicula. Para o autor:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico. [...]; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. (FOUCAULT, 2005, p. 209).

É importante destacar a relação que Foucault (2005) estabelece entre conhecimento (saber) e poder. Ele afirma que, por meio do conhecimento, uns indivíduos “mantêm o controle” sobre outros. Conhecimento é, portanto, poder, é manipulação, é dominação. É, principalmente, critério de distinção entre as pessoas. Assim, o jornalismo, por meio dos seus agentes e de suas práticas discursivas, disputa o poder de falar e de se fazer ouvir bem como a prevalência do seu modo de perceber e classificar as coisas do mundo e, desse modo, de se fazer tomar em consideração, produzir a realidade e de intervir sobre essa realidade (ARAÚJO, 2000 apud CONCEIÇÃO, 2004).

No que tange à realidade, Berger e Luckmann (1985, p. 56) concebem-na como uma construção social que comporta a relatividade das ações humanas e a emergência do significado dessas ações em processo de construção social e, em decorrência, a relatividade social, uma vez que todas as construções humanas, entre elas a realidade, resultam da atividade social, o que torna impossível a compreensão das sociedades fora do movimento dos seus criadores, a partir da relação entre a própria realidade e o conhecimento. Para os autores, há três níveis de realidade: a realidade da vida cotidiana; o simbólico e o objetivo. O primeiro seria a realidade por excelência e os demais seriam complementares ao primeiro. “A realidade possui uma faticidade que é objetiva, mas é construída pela atividade expressa de um significado subjetivo”. “O indivíduo, por meio da interiorização, transforma a faticidade

objetiva em estruturas significantes de sentido”. A dimensão subjetiva e a linguagem configuram a realidade. “As significações individuais se coletivizam e resultam em ‘reconfigurações’ partilhadas continuamente” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 56).

Vale ressaltar que, intrínseca à noção realidade e, por conseguinte, de conhecimento está a concepção de linguagem, categoria imprescindível para compreender fenômenos sociais, como o jornalismo. Logo, subjacentes à concepção de jornalismo ou jornalismos (para retomar o início da discussão), estão as epistemologias sobre a linguagem, por ser a matéria prima do jornalismo, assim como sobre os processos de produção de conhecimento da realidade que o jornalismo produz.

Como se observa, da complexidade e multiplicidade de abordagens do fenômeno advêm as narrativas sobre o jornalismo, na sociedade em geral, em específico, nos campos profissional e acadêmico. Neste último, narrativas sistematizadas e apresentadas em forma de teorias e/ou similares as quais influenciam e são influenciadas pelas práticas do cotidiano das redações. Pensando com Resende (2009), acredita-se que os estudos que visam a produzir conhecimento sobre o jornalismo deveriam partir da narrativa, tendo em vista que “[...] acolher o jornalismo como lugar de produção de conhecimento significa não só trazer à tona a problemática da representação, mas colocar em evidência o lugar em que se realizam ações e performances socioculturais” (MOTA, 2007 apud RESENDE, 2009, p.35).

2.2 Notícia e valores

Os jornalistas produzem discursos como o pintor pinta telas, o músico compõe músicas, o arquiteto projeta edifício. (Adriano Duarte Rodrigues).

Para o jornalista, a tela, a música ou o edifício (seguindo inspiração de Rodrigues) é a notícia. Em sentido lato, com a designação notícia/notícias, faz-se referência aos diversos registros discursivos do jornalismo. A notícia é, conseqüentemente, a essência do jornalismo. A narrativa, por sua vez, é seu suporte linguístico-discursivo, a forma de composição em que se assenta o discurso ou o conhecimento sobre a realidade produzida pelo jornalismo. Em referência à narrativa jornalística, Resende (2009, p. 36) critica a forma autoritária de narrar histórias que ainda predomina no jornalismo, tanto na perspectiva da produção de conhecimento, com a persistência de se pensar o jornalismo a partir de epistemologias de viés positivista ou denunciata, quanto na prática que deriva desses princípios e que acaba por “colocar à disposição do jornalista escassos recursos com os quais narrar os fatos do cotidiano”. Para o autor,

Compreender a narrativa como lugar de produção de conhecimento significa dar ênfase à ideia de jornalismo como atividade própria de um espaço dinâmico em que se articulam estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis. (RESENDE, 2009, p.36).

É importante destacar do pensamento do autor a viragem que se opera, na teoria e na prática, quando se opta por ver as notícias (o jornalismo, por conseguinte) pela via da narrativa, enquanto discurso e narração. Torna-se impossível não perceber a constituição de vozes, os sujeitos e contextos envolvidos, o que provoca o abandono de mecanicismos e demais “ismos”. Novos valores revelam-se e possibilitam compreender a notícia para além do *lead*, da manipulação e da sujeição aos poderes constituídos, pura e simples, mesmo quando se opta por compreender o discurso na perspectiva da utilização de estratégias de convencimento, como na concepção teórico-metodológica utilizada neste trabalho.

Tem-se claro que o mundo do autor, independente de suas intenções, não exclui o mundo do leitor tampouco estes deixarão de estar presentes no mundo do texto, pensando com Ricouer (1994), com a inspiração de Resende (2009, p.33). Desvendar, portanto, a notícia é entender o jornalismo em sua materialidade narrativo-discursiva, reafirma-se. É também supor que certas formas de narrar no/do jornalismo, além de se revelarem “farsas” quanto à admissão de critérios como objetividade, imparcialidade, neutralidade na feitura e “disciplinamento” do texto, de igual modo retiram da narrativa as infinitas possibilidades de significações. Tais pressupostos e experiências implicam entender que, subjacentes às epistemologias que se adotam, estão concepções e práticas; valores, enfim. Logo, colocar em cena a problemática da narrativa para pensar/analisar as notícias do jornalismo impresso foi decisivo para a produção deste trabalho. Contudo, considera-se importante elencar algumas concepções teóricas, com tradição nos estudos sobre a notícia, de forma a “mapear” os deslocamentos do olhar ocorridos no percurso.

No “mapa”, Ponte (2005) identifica a gênese das teorias sobre notícia nos estudos denominados de *Mass Communication Research* (corrente americana) e na *Teoria Crítica* (corrente europeia), paradigmas que demarcaram olhares sobre a notícia numa perspectiva de comunicação como transmissão, uma visão mecanicista que supõe ser o jornalista capaz de ter o domínio completo do processo de produção noticiosa, sustentada no princípio de que seria possível à notícia reproduzir a realidade. Paradigmas que foram/são determinantes para que se erigissem teorias sobre a notícia. Nelson Traquina (2002) elenca, pelo menos, sete teorias da notícia: 1) a teoria do espelho; 2) a teoria da ação pessoal ou do *gatekeeper*; 3) a teoria organizacional; 4) a teoria da ação política; 5) a teoria da notícia como construção social; 6) a teoria estruturalista; e 7) a teoria interacionista. Teorias que objetivaram/objetivam responder

ao questionamento: “*por que as notícias são como são?*” (TRAQUINA, 2002, p.73). Abordagens que, de certo, diferenciam-se e apontam para superações que o desenvolvimento da pesquisa possibilita. Contudo, ainda hoje, o padrão dominante no campo do jornalismo decorre das concepções da teoria do espelho – “as notícias são como são porque a realidade assim as determina”.

Segundo Vizeu (2010), a construção da teoria do espelho deve-se ao desenvolvimento da indústria do jornal, dos séculos XIX e XX, com o crescimento e a consolidação da circulação massiva de jornais e a crescente internacionalização das atividades de coleta das notícias (THOMPSON, 1995 apud VIZEU, 2010, p.3). A questão que se impunha então era separar fatos de opinião; subjetividade de objetividade. No contexto, para Schudson (1978 apud TRAQUINA, 2002, p.76), objetividade, antes de ser uma oposição à subjetividade, é um método concebido em um mundo em que os fatos já não mereciam confiança. A fé nos fatos foi substituída pela fé nas regras.

Ainda, de acordo com Vizeu (2010, p. 4), “a ideologia jornalística tem na objetividade o *ethos* dominante que situa o jornalista como uma espécie de juiz da realidade”. Já para Tuchman (apud TRAQUINA, 1999, p.74; 88-89), a objetividade pode ser vista como um ritual estratégico que “protege” os jornalistas dos riscos de sua profissão. Registra-se que, ao identificar, em sua pesquisa participante, os procedimentos de objetividade jornalística, na forma e no conteúdo das notícias, bem como nas relações entre jornalistas e fontes, Tuchman acaba demonstrando que os processos usados com o fim de legitimar as notícias, atribuindo-lhes *status* de verdade, dialeticamente, deixam ver que a verdade, de fato, não passa de uma ilusão realista.

Nesses termos, considera-se que, antes de reafirmar, a autora está desconstruindo a objetividade, quando a coloca como um idealismo de que os fatos falam por si, podendo tornar-se um meio de o jornalista fazer passar sua opinião e iludir o leitor. Assim, a objetividade, como ritual estratégico, no termos de Tuchman, antes de fazer emergir o real – o verdadeiro, nas notícias, de fato, produz efeitos de verdade no imaginário social e no campo profissional e explica, em grande parte, a crença em valores, consensualmente aceitos como próprios da notícia, como imparcialidade, objetividade e neutralidade, parte da cultura profissional dos jornalistas e, também, da maioria da sociedade.

Sobre o tema, nota-se que a recorrência ao *ritual estratégico* está presente nas notícias analisadas neste trabalho. Não passa, contudo, de uma ilusão realista, de fato. Prática que, além de não dar conta de uma objetividade presumida, mas nunca realizada, resulta em textos que supõem a incapacidade de o leitor articular os fatos (RESENDE, 2009). Problematiza-se

que a presunção da racionalidade jornalística faz parte das estratégias de textualização das notícias, apreensíveis na estrutura dos textos, de certo, mas não garantem sequer a aparência de racionalidade. Assim, teia de faticidade¹⁵, enquadramento ou frame da matéria¹⁶ constituem procedimentos operacionais ou estratégias que, contraditoriamente, acabam por revelar parcialidades e engajamentos nas notícias.

Do percurso ou do mapeamento sobre a notícia, evidenciam-se concepções em confronto. Autores conservadores, de viés positivista, determinista, concebem a construção da notícia numa perspectiva de *domesticação e controle* dos sentidos, supondo-se para tal a capacidade ou o domínio técnico dos jornalistas. Valores, por exemplo, que Lage (1987, p. 16) defende, ao afirmar que o texto informativo pretende informar e não convencer e que a notícia estaria submetida às regras de uma gramática cuja essência é a referencialidade o que, por definição, excluiria a subjetividade e a publicidade. Tal concepção implicaria, também, uma linguagem comprometida com a informação, por meio da adoção de procedimentos que garantiriam a eficácia dessa informação, sobretudo quanto ao uso do *lead* como forma de simplificar (otimizar as informações) e eliminar excessos ou faltas que decorreriam de uma estrutura menos pragmática. As concepções de Lage (1987), em consonância com pensadores “tradicionalistas” e “conservadores”, reforçam a convicção de que valores herdeiros da tradição positivista-funcionalista-determinista prevalecem, ainda na contemporaneidade, no conjunto de procedimentos que configuram o fazer jornalístico. Este fazer, para Traquina (2002, p.135), é regido por uma constelação de valores e um conjunto de normas, partilhados entre os profissionais da notícia, há mais de 150 anos, que constituem o “vocabulário de precedentes” que se explica como:

[...] a progressiva articulação verbal do estado corrente de saber de reconhecimento, de procedimento e de narração, requerida para efectuar um desempenho competente do trabalho. [...] Para Ericson, Baranek e Chan (1987), o vocabulário de precedentes é constituído pelo saber de reconhecimento, pelo saber de procedimento, e pelo saber de narração (TRAQUINA, 2002, p.151).

O modelo a que faz referência Traquina revela-se na estrutura das notícias: a técnica do *lead*, o uso de discursos e fontes que possibilitam ou simulam o afastamento dos narradores da notícia, a matematização dos dados, as estratégias textuais ensinadas nas escolas de jornalismo e reverberadas ou adequadas pelos manuais das empresas jornalísticas.

¹⁵ Segundo Gaye Tuchman (apud MOURA 2006, p.15), o fato deve estar imerso numa teia que o relaciona com outros fatos, bem como atores, jornalistas, pessoas e o público em geral para dar validade à construção noticiosa. A pesquisadora credits a teia de faticidade grande responsabilidade pela racionalidade noticiosa.

¹⁶ Erving Goffman (apud MOURA, 2006, p.51) “define enquadramento como os princípios de organização que governam os acontecimentos (pelo menos os sociais) e nosso envolvimento neles. E destaca que os enquadramentos organizam ‘um fragmento ou um corte arbitrário feito no fluxo da atividade em curso’ do mundo cotidiano ou de quaisquer outras realidades”.

Em polo oposto a tais postulados estão autores que buscam entender a notícia como uma prática cultural discursiva. Vêm, por conseguinte, a comunicação (o jornalismo) como um processo relacional e, por esta razão, consideram impossível “domesticar” a linguagem em discurso narrativo-discursivo, em qualquer gênero textual, como a notícia. Negam a possibilidade por não se revelar adequada para pensar a complexidade da linguagem e do jornalismo nas sociedades contemporâneas. É o que confirma Resende:

Enviesado, nosso olhar obliterado apagou o que para a comunicação é de natureza semiológica – o mundo em movimento se constitui de sentidos e forças, como nos alerta Ricoeur – e, se é na dimensão simbólica que tal natureza atua, pensamos que é na inscrição da linguagem que se deve buscar entender as faltas (RESENDE, 2009, p. 33).

Revestido pois, de epistemes que contrariam convicções referendadas pelos autores a que se está denominando de “conservadores”, Resende (2004) reposiciona o olhar para entender o jornalismo, a partir da narrativa, propondo-se a “fugir” da armadilha dos aportes teóricos fundantes “que foram construídos basicamente no decorrer do século XX [...] cujos valores e normas foram impingidos por um projeto ainda mais amplo, o projeto da modernidade” (RESENDE, 2004, p.1). O autor compreende, assim, que os valores ou as regras tradicionalmente aceitas como critério de verdade na construção das narrativas noticiosas baseiam-se em pressupostos positivistas/funcionalista e marxista, lógicas que reforçam a instrumentalização dos meios de comunicação. Tais modelos consolidaram a ideia de que os textos jornalísticos dependem exclusivamente de normas, regras, critérios, fórmulas prontas, valores, enfim, que seriam responsáveis por garantir a produção do discurso da *verdade*, resultando em textos jornalísticos ou acadêmicos que não priorizam o lugar onde a mediação se processa: a narrativa.

Para o autor, por mais que se tente simplificar, “domar”, por meio de regras, o texto, submetendo-o à lógica do ordenamento, do aperfeiçoamento e da eficácia comunicativa, além de não se conseguir tal feito (tendo em vista a impossibilidade de o sujeito que o constrói eximir-se de estar ali), tal prática resulta na construção de textos denominados pelo autor de *texto das lógicas*¹⁷, textos construídos por narradores que, visando à contenção de ambigüidades e subjetividades, tornam-se “óbvios e/ou superficiais”, na tentativa de serem “pragmáticos”, “claros e objetivos”. Textos produzidos nessa lógica são classificados pelo autor como narrativas *atrofiadas ou cegas* que demandam uma relação maniqueísta do mundo, reforçam a ordem comum, baseiam-se nas lógicas que as precedem.

¹⁷ Categoria construída por Resende em “O Olhar às avessas – a lógica do texto jornalístico” (RESENDE, 2010).

Ampliando as possibilidades de se compreenderem as narrativas jornalísticas, essencialmente como práticas discursivas, que fujam à armadilha da forma, das soluções técnicas, das regras, Resende (2004) contrapõe o *texto das lógicas* à *lógica do texto*. Esta última resulta em *textos de resistência ou ruidosos* que não se apresentam como um dado pronto. Fogem a fórmulas e, assim, acabam produzindo outros valores.

Encerrando esta discussão, convém informar que, no terceiro capítulo desta dissertação, as categorias *texto das lógicas* e “*lógica do texto*” estão associadas, por conveniente e adequado ao trabalho, às categorias “*estrutura*” e “*tessitura*”, na apreensão dos valores do/no jornalismo impresso maranhense.

3 NA TRAMA: falas em disputa no jornalismo impresso maranhense

[...] inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de suportar lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. (FOUCAULT, 1999a, p.8).

A assertiva de Michel Foucault enquadra-se de forma magistral ao momento de produção discursiva a que se assistiu e de que se participou, no recente passado político-midiático do Maranhão. Poderes e perigos, dominações e servidões e, principalmente, ferimentos, numa luta fratricida (considerando paternidade única do grupo em disputa: José Sarney) tornaram o momento discursivamente rico, jornalisticamente complexo e politicamente imprevisível. Entre inquietações e asperidades, observou-se que, à medida que a crise política entre reinaldistas e sarneysistas se instaura e se torna dizível nos meios de comunicação, evidencia-se, também, como afirmam Gomes e Conceição (2008), uma crise das/nas narrativas jornalísticas.

O rompimento de José Reinaldo Tavares com o grupo em que “nasceu” provoca uma reestruturação hegemônica nas forças políticas do estado, como a emergência, inclusive, de novas forças políticas no espaço público. Realinham-se, em decorrência, núcleos políticos que estavam em campos opostos (uma boa parte dos políticos identificados com a esquerda no Maranhão e que sempre fizeram oposição ao grupo Sarney compôs com José Reinaldo); discursos, até então, “proibidos” vêm à cena como as desavenças entre a primeira dama Alexandra Tavares e a ex-governadora Roseana Sarney. Sutis, mas surpreendentes, notas em colunas sociais e charges nos jornais alinhados ao grupo Sarney prenunciam uma crise que se vai intensificando com discursos cada vez mais reveladores até o desfecho com a ruptura.

Tudo isso vai se tornando visível e compreendido pela população por meio da mídia, especialmente, por meio dos veículos impressos. Os jornais passam a construir novos cenários e novos efeitos de sentido sobre a política maranhense. Mudam as posturas editoriais radicalmente e, para sustentar e justificar mudanças tão extremas, passam a “reconstruir suas

próprias imagens a fim de sustentar suas posições de verdade” (GOMES; CONCEIÇÃO, 2008, p.2).

Cenários instigantes que se intentam compreender (problematizar) neste capítulo, realizando um percurso que, em primeiro momento, discute crise política, acontecimento e construção de uma nova ordem discursiva, sempre relacionando contextos e discursos (atos e falas); elencam-se possibilidades de investigação científica do acontecimento jornalístico; convidam-se autores para compreender as relações entre narrativa e narratividade, texto e discurso, em estruturas e tessituras, considerando que a análise das narrativas possibilita compreender as relações que se estabelecem entre o jornalismo e a sociedade.

3.1 Crise política, acontecimento e construção de uma nova ordem discursiva

Inicia-se este tópico com um texto imagético cujos efeitos de sentido provocam questionamentos dos tipos: “Atos de fingir?” (ISER 2002 apud IMBROISI, 2009). “Marcas de mentira e verdade?” (MENDONÇA, 2001).

Figura 1 – Roberto Jefferson, José Reinaldo e Alexandra Tavares



Fonte: O Estado do Maranhão, 10 de junho de 2005, capa.

Tudo porque o texto fotográfico em destaque diz muito da crise que ensejou transformações das/nas ordens de discurso dos jornais impressos maranhenses, decorrentes do rompimento do governador José Reinaldo Tavares com o grupo Sarney. A foto, centralizada na primeira página do jornal O Estado do Maranhão, “faz (é) parte” da notícia sobre a CPI dos

Correios¹⁸ “Relaciona-se a”. O contexto (tomado no sentido de totalidade do enunciado) descreve-se da seguinte forma: O título (manchete) acima da foto: *Instalada CPI dos Correios*. Abaixo do título principal, três subtítulos relacionados: 1) *Primeira reunião acaba em impasse por cargos*; 2) *Base aliada quer criar a CPI da compra de votos*; 3) *Jefferson vai depor na Câmara terça-feira*. O conteúdo do texto verbal (chamada no extremo direito da página) informa sobre o andamento da CPI referida nos títulos, sem relação alguma com a política local ou com o governador do Maranhão. Este é o contexto intratextos.

Fica a indagação: O que justifica, então, a foto e, principalmente, o destaque dado à mesma? A legenda desvenda a “charada”: *Roberto Jefferson, que esteve no Maranhão em 2004 para filiar José Reinaldo Tavares e Alexandra Tavares ao PTB, vai depor terça-feira*. Aqui se começa a desvendar o “enigma” do texto-fotográfico e as relações que se estabelecem com os outros textos, causando efeitos de sentido. A estratégia do autor começa pela relação que se estabelece entre Roberto Jefferson, cuja imagem estava, então, relacionada aos escândalos da República.

Assim, em razão do contexto político, o texto é rico em policromia (ORLANDI, 2002); pelo dito e, principalmente, pelo não-dito e pelo silêncio. Explicitamente, a associar esta personagem (RJ) aos Tavares (divulgar um texto composto pelos três) é uma estratégia que cola conceitos negativos ao primeiro casal da “província”, cria efeitos de sentido do tipo: o governador e a primeira dama são amigos dele, são iguais a, são companheiros de. O implícito: “pertencem à mesma agremiação política ou mesma gangue?”. Observa-se que a figura lembra textos fotográficos comuns às páginas policiais dos jornais. Os personagens olham de lado, não encaram a câmera fotográfica, não estão com desenvoltura (convém informar que esta mesma imagem é retomada em variadas notícias sobre o governo JRT no jornal O Estado do Maranhão). Escolhas, estratégias discursivas, que depreciam o governador e a primeira dama os quais, antes, eram publicizados nas mesmas páginas, divulgados pelo

¹⁸ A CPI dos Correios foi criada em maio de 2005, com o objetivo específico de investigar as denúncias de corrupção nas estatais, mais especificamente, nos Correios. Seu foco, no entanto, foi deslocado pouco depois para a investigação da existência do suposto “mensalão”, o pagamento mensal a parlamentares da base aliada pelo governo Lula. O estopim da crise surgiu com a revelação da uma fita de vídeo, que mostra o ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho negociando propina com empresários interessados em participar de uma licitação. No vídeo, o funcionário dos Correios dizia ter o respaldo do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ). Pouco depois, em entrevista à **Folha**, Jefferson denunciou o suposto esquema de pagamento de mesada a parlamentares da base aliada em troca de apoio político. Só para lembrar, ele “implode” o sistema de corrupção, implica-se e implica os outros políticos, quando resolveu abrir a “Caixa de Pandora” dos conchavos, da indústria de favorecimentos e outros ilícitos na esfera federal do poder. A República tremeu. Jefferson aparecia nos meios de comunicação, expunha-se, à exaustão, como uma pessoa furiosa, ávida por vingança. Histriônico, até. Imagens que o negativam de todas as formas.

mesmo jornal, em seus melhores ângulos, em narrativas que lhes destacavam atributos positivos.

Tudo mudou em razão da crise política, não apenas no jornal O Estado do Maranhão, mas também nos outros jornais em circulação no estado. Instituem-se novos *modos de dizer*, novos valores, na recorrência a estratégias discursivas de legitimação, pela mobilização de provas “que conduzem a recepção a julgar o discurso em seu caráter de verdade ou de verossimilhança” [...] “Os jornais recorrem ao *ethos* para produzir provas que garantam a eficácia dos dispositivos de enunciação, a fim de conquistar a confiança dos (e) leitores” (GOMES; CONCEIÇÃO, 2008, p.3). Nessa lógica, os autores asseveram que o conflito José Reinaldo-grupo Sarney tem explicações diversas e contraditórias, contudo afirmam que, “na instância jornalística, o acontecimento foi reconstruído na disputa pela busca e apresentação de provas do *dizer o verdadeiro*” (GOMES; CONCEIÇÃO, 2008, p.6).

Uma estratégia discursiva que não se restringe ao discurso jornalístico, mas permite perceber, com mais clareza, a verdade como uma atividade de linguagem, submetida aos condicionamentos político-ideológicos que a moldam e a tornam sempre um *vir-a-ser*, sobretudo no jogo político. Ainda sobre o *dizer verdadeiro*, é importante destacar que, na perspectiva foucaultiana, a história da sociedade é atravessada por práticas discursivas as quais são controladas, selecionadas, organizadas e redistribuídas por procedimentos coercitivos, como se constituíssem, nas palavras do autor, “grandes edifícios que garantem a distribuição dos sujeitos que falam, nos diferentes tipos de discurso e a apropriação dos discursos por certas categorias”. (FOUCAULT, 1999a, p. 44).

Partindo, pois, do princípio de que, em toda a sociedade, a produção discursiva sofre controles variados, Foucault (1999a) identifica, na sociedade, três sistemas de exclusão que atingem o discurso: a palavra proibida, a segregação e a vontade de verdade¹⁹. O autor explica como esta última (vontade de verdade) renova-se, continuamente, em diferentes contextos históricos. Para demonstrar como a vontade de verdade se estabelece no/pelo discurso, sempre em decorrência das condições em que é produzido, o autor situa-se em três momentos históricos. Primeiro, na época da sofística, com Sócrates e a filosofia platônica, quando o discurso eficaz ordenou-se aos poucos em uma separação entre discurso verdadeiro e discurso falso. Segundo, do século XVI para o XVII, principalmente na Inglaterra, quando apareceu uma ciência do olhar, da observação, da verificação, uma certa filosofia natural, com um

¹⁹ Para Foucault, a palavra proibida ou a interdição diz respeito ao fato de que não se pode dizer tudo, sobretudo em áreas como a sexualidade e a política; já a segregação determina que certos discursos não podem circular como os outros, como o discurso dos loucos; por sua vez, a vontade de verdade, sustentada por sistemas de instituições, impõe discursos por meio da pressão e de alguma forma de violência.

discurso que estrutura e legitima este momento e é, também, por ele estruturado. Por último, faz referência ao início do século XX, com a ciência moderna, a formação de uma sociedade industrial e a legitimação da ideologia positivista.

No jornalismo, a vontade de verdade, que guarda a lógica da ideologia positivista, legitima-se no mito da objetividade, da imparcialidade e da neutralidade. Para Mendonça, porém, “o lugar do saber, enquanto espaço de verdade, será ocupado pelo jornalismo menos graças à partilha social de uma crença na objetividade do que pelo acatamento das estratégias enunciativas do discurso” (MENDONÇA, 2001, p. 28). Posição que vem ao encontro das concepções e das práticas de leitura e interpretação realizadas durante esta pesquisa.

Nesse sentido, observa-se que os jornalistas maranhenses, usando estratégias enunciativas claramente a serviço de “uma verdade” que convinha aos grupos em litígio, tornam irrelevante a preocupação com a objetividade e com a neutralidade, no entanto conservam, do ponto de vista estrutural, o ritual estratégico, o acionamento da teia de faticidade, os elementos que compõem o que se denomina de racionalidade jornalística. Deduz-se, então, que a vontade de verdade ou o dizer verdadeiro está condicionada, de certo, a fatores da ordem política, econômica e social. É o que confirma Norman Fairclough (2001), ao considerar o discurso como uma prática social e não uma atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. O autor destaca, todavia, as implicações que esta concepção suscita: de um lado, o discurso é um modo de ação das pessoas sobre o mundo, sobre as outras pessoas, como também um modo de representação. De outro, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis.

Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural, segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo. Aqui está a importância da discussão de Foucault para a formação discursiva de objetos e conceitos. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Convém esclarecer que falar de moldagem do discurso pela estrutura social não significa dar à referência ou ao contexto o valor requerido pelas teorias clássicas da linguagem, herdeiras das concepções de que a linguagem representa a realidade e o pensamento. Tem-se claro que a realidade não é um objeto dado a ser reconhecido e interpretado pelos usuários da língua ou das linguagens. Também não se concebe o oposto, como propõem as correntes pós-modernistas, anti-realistas de origem nietzschiana e os pós-

marxistas, segundo os quais a linguagem nunca reflete nada²⁰. Adota-se, por conseguinte, a posição de Cardoso (2003, p. 119) quando afirma que o “real” é um conjunto de práticas que oferecem a razão (não a causa) para o que se diz e que constituem o seu referencial. Essas práticas são transformadas interpretativamente. A autora reforça, nesta perspectiva, que o referencial:

[...] pode ser tomado como a situação socioeconômica total, e interesses que essa contém são significados de muitas maneiras diferentes pelos discursos. A linguagem então trabalha sobre a situação “real” de maneiras transformadoras. Falar, desse modo, em trabalho transformador, implica que algo preexiste a esse processo, algum referencial, o que equivale a dizer que os interesses materiais existem anterior e independentemente de interesses político-ideológicos (CARDOSO, 2003, p. 119).

Reportando-se à questão política, a autora afirma que a situação material é o referencial do discurso e não o significado dele. O real existe, assim, como um conjunto de práticas discursivas e não discursivas que fornecem razão para o que se diz e que constituem seu referencial. Práticas, contudo, que não são fixas ou estáveis; são sujeitas a serem transformadas pela prática da representação. Visto desse modo, na representação, o representado nunca é uma realidade bruta, mas uma realidade moldada pela prática da própria representação. As práticas discursivas moldam, transformam as práticas não discursivas e a si próprias.

Nascimento (2008, p. 121) alerta, porém, para o fato de que os vínculos entre as palavras, os conceitos e as coisas, a verdade e a referência não são absolutas e puramente garantidas por uma metacontextualidade ou metadiscursividade. Para o autor, por mais estabilizado, complexo e sobredeterminado que seja, há um contexto apenas relativamente firme, sem firmeza nem fechamentos absolutos, sem pura e simples identidade em si. No contexto há, pois, jogo, diferença, abertura que vêm embaralhar ou complicar perigosamente os limites entre o dentro e o fora. Dessa forma, nenhum contexto é saturável, tendo em vista a impossibilidade de que este possa deter o conjunto potencial das significações passíveis de se manifestarem (DERRIDA apud NASCIMENTO, 2008, p. 128). O texto, nesta concepção, não é jamais esgotável, pois sempre se contará com a imprevisibilidade das derivas de leitura. “Aliás, as interpretações que se dão como verdadeiros acontecimentos dependem dessa imponderabilidade da leitura, que articula determinadas marcas textuais a fatores que estão circulando num determinado contexto” (NASCIMENTO, 2008, p. 128).

²⁰ O pós-moderno, segundo Lyotard (1998), caracteriza-se pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes. Para Nietzsche, a realidade é o caos inefável. Os pós-marxistas, por sua vez, chegam a dizer que o “real” é apenas uma relação construída particularmente para fins específicos. Não há, então, porque se falar em referentes quando se considera a inexistência de uma relação causal entre o discurso e a realidade (CARDOSO, 2003, p. 116-117).

Imponderabilidade de leitura e impossibilidade de deter as significações, aliás, são recorrentes nas conversões ou mudanças de discursos realizadas pelo jornal O Estado do Maranhão, na representação discursiva da personagem José Reinaldo Tavares. Três notícias tomadas pelo contexto e pelas determinações político-ideológicas que lhe são próprias exemplificam bem o que se afirma. Com a ressalva, já mencionada acima, da instabilidade da representação. Aos exemplos estão: com os títulos: *José Reinaldo assume o novo mandato anunciando trabalho*, de 01/01/2003; *População maranhense desaprova a administração de José Reinaldo*; de 10/07/2005 e *Governo sob fogo cruzado*, de 30/09/2005, as notícias (aqui apresentadas em fragmentos) contam a história do governador do estado do Maranhão, José Reinaldo Tavares, que assumiu o mandato, em 1º de janeiro de 2003, legitimado por um grupo político, com a certeza e a garantia do grupo de que ele seria um excelente governador, porque leal, competente e apoiado por políticos, *igualmente competentes* [grifo e dedução nossos], como se ilustra no fragmento abaixo:

José Reinaldo assume o novo mandato anunciando trabalho

O governador José Reinaldo Tavares e o vice, Jura Filho, tomaram posse hoje na Assembléia Legislativa conclamando os maranhenses "para um mutirão de progresso, de produção, de desenvolvimento e de cidadania".

[...]

O senador José Sarney, que foi saudado no discurso por José Reinaldo como o homem que sempre acreditou no seu trabalho, disse que o governador se afirmou na vida pública pelo seu valor. "Foi um homem extremamente competente que prestou um grande serviço ao país". (IMIRANTE, 2003).

A história, porém, toma outro rumo e a personagem principal, de herói, torna-se vilão. O governador, na construção narrativa do jornal de propriedade do grupo que o elegeu, transforma-se: em "corrupto", "incompetente", entre outros atributos negativos o que o faz, ainda segundo o jornal, "rechaçado" pela população. Pesquisas são citadas para demonstrar esta nova "face" do governador:

População maranhense desaprova a administração de José Reinaldo

A esmagadora maioria dos maranhenses rejeita a administração do governador José Reinaldo Tavares. É o que revela levantamento da Escutec Pesquisas de Opinião, realizado em 87 municípios entre os dias 9 e 19 de junho. De acordo com o levantamento, 75,2% da população consideram o governo José Reinaldo "ruim" ou "péssimo". Os maranhenses também avaliaram que o estado vive os maiores problemas no setor da Saúde (37,6%) e Educação (15,5%), justamente as áreas mais prejudicadas pelo atual governo. (IMIRANTE, 2005b).

O desfecho da história, em síntese, é que o governador, que era uma "certeza de continuidade e de competência, uma esperança para o Maranhão", encontra-se acuado, sem apoio político (não há sequer partidos que o queiram receber como filiado), além de estar sendo investigado por improbidade administrativa. É o que se depreende da leitura da narrativa:

Governo sob fogo cruzado

Sob fogo cerrado das investigações do Ministério Público Estadual (MPE) e do Ministério Público Federal (MPF), que apuram o esquema de corrupção no pagamento de obras rodoviárias fantasmas pelo Governo do Estado, o governador José Reinaldo Tavares e a primeira-dama Alexandra Tavares desembarcam hoje no Partido Socialista Brasileiro (PSB), depois das tentativas frustradas de filiação ao PSDB e ao PP.

[...]

O MPE investiga 103 contratos de construção de estradas vicinais no interior do estado firmados pela Secretaria de Estado de Infra-Estrutura (Sinfra), durante a gestão de João Cândido Dominici, cunhado do governador. Os promotores já comprovaram que 19 desses contratos pagos pelo governador José Reinaldo Tavares, que somam R\$ 3,6 milhões, eram irregulares. Os outros 84 contratos suspeitos estão sendo analisados pelos promotores. (IMIRANTE, 2005a).

Dos exemplos, considerando o que a narratologia recomenda: a construção de uma história-síntese, na apresentação da narrativa (narrativa inicial), tem-se uma trama pacificada. Há convergência de interesses e todos os personagens comungam de uma mesma visão de mundo. O conflito principal, a situação que desestabiliza, desequilibra o cenário e transforma o herói em vilão, é o rompimento de José Reinaldo Tavares com o grupo a que pertencia e que o legitimara para o governo do estado. A síntese da narrativa é pródiga em jogos de linguagem para provocar efeitos de realidade pretendidos pelos narradores.

Por exemplo, no início (narrativa 01), o narrador introduz uma fala de José Reinaldo Tavares em que este conclama os maranhenses “para um mutirão de progresso, de produção, de desenvolvimento e de cidadania”. Como estratégia, o narrador seleciona um discurso direto do personagem principal cujo efeito de realidade é: (ele disse), logo estou isento, ao mesmo tempo, reafirma o governador como um continuador do projeto do grupo, alguém “escolhido pelo grupo” com capacidade de agregar. Daí o convite público ao “mutirão”. Discurso mobilizado porque convinha que todos tomassem conhecimento da intenção do governador, comprometendo, dessa maneira, JRT com um projeto político referendado por aqueles que lhe davam sustentação, até aquele momento, como se evidencia no texto: “A senadora eleita Roseana Sarney disse que o seu ex-vice tem ‘todas as condições de fazer um governo melhor que o meu porque estaremos em Brasília para ajudá-lo’” (IMIRANTE, 2003).

A declaração revela, pelo não-dito, que o governador só terá sucesso porque será ajudado. Está, pois, submetido à liderança do grupo. Seu sucesso depende desta condição. Na sequência, a história-síntese tem um desfecho surpreendente: o contexto muda e a personagem também. A narrativa revela a vilania do governador, a incompetência, a corrupção, a falta de apoio popular, decorrentes dos rumos “errados” tomados pelo governador, ao romper com o grupo que lhe dava sustentação. Assim, de 2003 a 2005, tempo em que as narrativas foram

construídas, a personagem, descrito como leal, competente, homem honrado, experiente, ideal e adequado ao momento que o Brasil vivia, desapareceu.

Das vozes mobilizadas, no primeiro momento da narrativa, do governador e do grupo de que lhe dá apoio, fica patente que o protagonista é o homem certo porque “fiel” ao grupo. Observando-se, porém, o texto a partir das formações discursivas (aquilo que pode ser dito em oposição ao que não pode ser dito), tem-se que, se no início JRT é apresentado como o governador de consenso, capaz de unir a todos e desenvolver o Maranhão, implicitamente, infere-se que a competência é relativa, a depender do grupo que o colocou no poder. “Ele terá (teria) sucesso porque será/seria ajudado pelo grupo (se ajudado). Ele depende, portanto, do grupo que o elegeu para ter sucesso”.

No desfecho da história, silenciam-se as personagens mobilizadas para legitimar o governador no primeiro momento. O silêncio é sinal de que ele (José Reinaldo) está sem apoio. Ele não é mais o mesmo. Como estratégia de reiterar e legitimar o discurso, as vozes mobilizadas são institucionais: os institutos de pesquisa, cujos números representam um critério de verdade, próprio das narrativas jornalísticas, apontando para o fato de que, sem apoio do grupo que o colocou no poder, ele caminha para ser processado por irregularidades. Em contradição, o não-dito revela que o grupo errou em apoiar José Reinaldo ou, ao contrário disso, José Reinaldo estaria, pela autonomia alcançada, sendo perseguido pelo grupo a que pertencia cujos interesses o Jornal O Estado Maranhão estaria defendendo.

O que se observa da análise, em relação à personagem JRT, guarda sintonia com a relação que Bakhtin (2006, p. 128) estabelece entre o ato e o sujeito atuante. Para o autor, o homem vivente estabelece os atos de sua existência, entretanto não é possível determinar a si mesmo pelos atos. Nessa lógica, o ato realiza uma significação concreta, semântica, mas não ao próprio ser como determinado e determinável. O ato carece, pois, de uma determinidade de fins, de meios, e não de uma determinidade de seu agente – a personagem. O próprio ato não diz do atuante, diz apenas de sua ambivalência material, e não é a personagem, mas tão-somente essa ambivalência que gera o ato.

A tese de Bakhtin ampara a forma como se compreende essa personagem da história política do Maranhão, construído midiaticamente. Nessa linha de raciocínio, no ato está presente o indivíduo atuante que se movimenta em um contexto objetivo, significativo: no mundo de objetivos estritamente práticos, de valores políticos e sociais, de significações cognitivas (atos de cognição), de valores estéticos (atos de criação ou de percepção artística) e, por último, no campo propriamente moral (no mundo dos valores estritamente éticos, na relação imediata entre o bem e o mal).

Contudo não é este indivíduo da ação que determina o ato. Os mundos de objetos determinam axiológica e totalmente o ato para o próprio sujeito atuante. São os contextos, em última instância, que determinam os atos. Nos limites desse trabalho, ato e fato são tomados indistintamente. Estes que emergem e significam nas relações de poder que se estabelecem na sociedade. Precisamente, analisam-se os atos (fatos) que se tornam acontecimento. Charaudeau (2009), ao discutir o acontecimento como visão social do mundo, afirma ser o fato uma configuração concreta, particular do acontecimento, embora opte por não fazer, em seu trabalho, distinção entre fato e acontecimento. Ainda, segundo Charaudeau, o acontecimento origina-se da dialética que se estabelece entre um mundo a comentar e um mundo comentado. Dito de outra forma, a noção do acontecimento está ligada ao universo do discurso, posto que os acontecimentos do mundo só ganham sentido por meio de uma estruturação que lhes é conferida pelo ato da linguagem. Os universos de discurso e de acontecimento estão, pois, estritamente ligados.

O acontecimento se encontra nesse “mundo a comentar” como surgimento de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa. Assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível. (CHARAUDEAU, 2009, p.95).

Por sua vez, Quéré (2005) analisa as concepções de acontecimento, tornando-se necessário, para ele, atentar às diversas categorias que devem ser utilizadas para compreender a natureza dos acontecimentos. Espontâneos, provocados, passíveis de controle ou de modificações, capazes de afetar as pessoas, com ou sem atribuição de valor, são alguns dos elementos complexificadores quanto a determinar o que vem a ser um acontecimento. O autor privilegia, contudo, o entendimento (a hermenêutica), a ação e a capacidade de afetar as pessoas como essenciais na delimitação do acontecimento. Quanto ao caráter hermenêutico, Quéré (2005) afirma ser este crucial para a organização da conduta e para o cumprimento da ação, sobretudo a coletiva, razão pela qual os *media* exercem um papel preponderante nas sociedades contemporâneas. Tal ocorre porque:

O acontecimento transforma o campo dos possíveis que ele atinge. Abre horizonte de sentido, em particular, introduzindo novas possibilidades interpretativas, concernentes tanto ao passado como ao presente e ao futuro. Não pode, por isso, ser enclausurado no momento e nas circunstâncias de sua ocorrência: transborda-os, espacialmente e temporalmente. (QUÉRÉ, 2005, p. 74,75).

Assim, embora o acontecimento, em Quéré (2005), não esteja limitado, exclusivamente, ao caráter hermenêutico, é este aspecto essencial para a atuação da mídia. O autor considera que os *media* são decisivos na identificação e exploração dos acontecimentos, possibilitando o debate público por meio do qual, afirma ele, as soluções são elaboradas ou

experimentadas. Como se pode observar, as teorias sobre ato, fato e acontecimento guardam estreita relação com os processos de construção de conhecimento sobre/pelas narrativas jornalísticas, com ênfase na notícia, tendo em vista que a notícia pressupõe a apreensão e a construção de um fato (ato). Registra-se, porém, a pluralidade de abordagens e as dificuldades epistemológicas quanto à forma como tal fato torna-se acontecimento midiático.

Sodré (2009), ao tentar “resolver” as dificuldades práticas e teóricas na definição de notícia, considera necessária a distinção entre fato e acontecimento na tentativa de demonstrar como o discurso informativo constrói e comunica, narrativamente, os fatos do cotidiano. Nessa perspectiva, em meio a uma série de concepções sobre a notícia, destacando aspectos variados, como o interesse do leitor e do jornalista, práticas profissionais orientadas por critérios de seleção e de construção, o lugar que a notícia ocupa nas sociedades contemporâneas, entre outros, o autor vai ao encontro das teorias da narrativa para problematizar a notícia como sendo uma estrutura linguística que privilegia a referência.

Para Sodré (2009), as narrativas jornalísticas provêm dos processos de representação e mediação que resultam de complexas relações entre texto e contexto. Postula-se, assim, que a diversidade das narrativas sobre o governo José Reinaldo Tavares provêm, essencialmente, dos processos de representação e mediação que se foram construindo pelas notícias, as quais, de acordo com Sodré, obrigam-se a ser verídicas (real-histórico, portanto). “O real da notícia é a sua factualidade, a sua condição de representar um fato por meio do acontecimento jornalístico” (SODRÉ, 2009, p. 27).

Dessa forma, sem maniqueísmos do tipo falso ou verdadeiro, compreende-se que as tramas das narrativas do jornalismo e, em especial, aquelas que são objeto de análise desse trabalho, resultam da construção ou do entrelaçamento dos fatos e das falas, tornando-os acontecimentos.

3.1.1 Acontecimento jornalístico e as possibilidades de investigação

Em *O acontecimento jornalístico como relação e cognição*, Cristina Ponte (2005, p.110-119) inventaria autores que contribuem sobre como pensar o acontecimento jornalístico. A autora inicia com van Dijk (1998 apud PONTE, 2005, p.110) com seu quadro sociocognitivo, o que remete aos processos dialógicos e situacionais de produção textual. Para o autor, a coerência na apropriação dos textos decorre da articulação entre suas partes, mas também da relação deste com outros textos e contextos. Entre a memória pessoal e a memória social, afirma o pesquisador, as pessoas compreendem muito mais do que aquilo que não está explícito no texto, numa referência à importância do implícito ou do não-dito.

Em continuidade ao inventário, localiza-se Maurice Mouillaud (1989 apud PONTE, 2005, p.114), para quem o acontecimento constitui um corte na experiência contínua e não reprodutível do tempo e do espaço. O acontecimento será, por conseguinte, inseparável do seu dispositivo de observação e de construção, incluindo-se os quadros cognitivos e culturais que orientam a leitura. Do pensamento do autor, interessa, sobretudo, o fato de este negar, de certa forma, as perspectivas sociológicas que colocam os profissionais dos *media* no lugar de grandes construtores dos acontecimentos midiáticos. Bem ao contrário disso, do pensamento do autor, Ponte, destaca:

A necessidade de ter presente as estratégias cruzadas dos *media* e das fontes de informação, com as zonas de luminosidade, de penumbra e de segredo. Põe em causa a aparente contradição entre os interesses dos *media* noticiosos e das fontes de informação na disputa dessas zonas de luminosidade e de segredo e interroga-se sobre se as duas estratégias concorrentes não serão complementares nas formas como trabalham os ditos e os não-ditos de acontecimentos (PONTE, 2005, p. 115).

A forma de pensar do autor ilumina a compreensão dos acontecimentos jornalísticos em torno do personagem José Reinaldo Tavares e o Maranhão relacionado a este personagem, sobretudo em relação a zonas de “luminosidade, de penumbra e de segredo”. Ainda, seguindo o trabalho de Ponte, tem-se Charaudeau (1993 apud PONTE, 2005, p.116) que, entre outros achados sobre o acontecimento jornalístico, defende a necessidade de se estudarem as escolhas das palavras como categorias semânticas e o uso destas como portador de valor social de imaginários e de ideologias. Procedimento observado nas narrativas que compõem o *corpus* de análise desta dissertação.

Ao levantamento de Ponte, convém ainda relacionar a perspectiva de acontecimento midiático de Alsina (apud PONTE, 2005, p.117-118) com suas categorias “variação, comunicabilidade e implicação do sujeito”. Entendendo-se como “variação” a duração entre o início e a conclusão de um acontecimento, condição que pode afetar o seu reconhecimento, risco que se corre quando se buscam compreender narrativas com “índices de caducidade” para a lógica do jornalismo, como agora se faz. Já “comunicabilidade” refere-se às estratégias de seleção e enquadramento do fato, estas que decorrem da “implicação do sujeito” envolvendo destinatários e produtores. Ponte recorre, ainda, a Barbero (1987 apud PONTE, 2005) para acentuar do inventário o “valor cultural” do acontecimento que perpassa, nas considerações da autora:

1) a relação entre imprevisibilidade e verossimilhança; 2) a implicância do auditório, em que será acontecimento não aquilo que ocorreu a certas pessoas mas aquilo em que podem participar; 3) o paradoxo do acontecimento viver na e da notícia, de ser simultaneamente carrasco e prisioneiro de um circuito comunicacional que afecta e que o afecta (PONTE, 2005, p.118).

Aspectos culturais reiterados por Resende (2010, p. 17) que vê a narrativa em geral e, em específico, a narrativa ou o acontecimento midiático, em seu caráter de representação coletiva, criando e recriando sociabilidades, um fenômeno, por excelência, cultural.

3.2 Narrativa e narratividade: texto/enunciado/discurso/enunciação

Stuart Hall (1997) argumenta que “os processos econômicos e sociais, por dependerem do significado e terem conseqüências em nossa maneira de viver, em razão daquilo que somos – nossas identidades – e dada ‘a forma como vivemos’, também têm que ser compreendidos como práticas culturais, como práticas discursivas” (HALL, 1997, p.13). Desse modo, o autor assegura que toda prática social depende e tem relação com o significado e que a cultura é uma das condições constitutivas para a existência dessa prática. A cultura é, portanto, uma prática discursiva, porque social. Parte-se das premissas de Hall para reafirmar, como o faz Resende (2009), a tese de que a narrativa é o lugar em que se revelam legitimações, valores, representações e faltas. Dados preponderantes, de acordo com o autor, para compreensão e leitura do mundo. Acrescenta-se, também, para a construção e reconstrução destes mundos.

Na linha de raciocínio aqui desenvolvida, a trama ou a tessitura da intriga (Ricouer, 1994), lugar em que ocorre a mediação entre o acontecimento e a história, é a narrativa. Essa mediação é a operação que faz de uma simples sucessão uma configuração. Mas não se pense que a mediação ou a configuração a que se refere o autor podem ser compreendidas separadamente. A préfiguração (a mimese I) ou o mundo do autor; a configuração (a mimese II) ou o mundo do texto e a refiguração (a mimese III) ou o mundo do leitor fazem parte de um mesmo processo, inscrevem-se numa mesma realidade, a realidade simbólica.

Nessa perspectiva, as narrativas midiáticas representam “importantes elementos a serem investigados [...], porque conferem legitimidade e redividem, socialmente, o espaço ao qual elas pertencem” (RESENDE, 2010, p. 15). Razão pela qual a análise ou os estudos sobre as narrativas (narrativas jornalísticas, especificamente) possibilitam compreender a dinâmica que se estabelece entre o jornalismo e a sociedade. No tema, de acordo com Motta (2007 apud LAGO; BENETTI, 2007, p.143), compreende-se a maioria das coisas do mundo pelas narrativas. “A partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras, em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico”. Dessa matriz conceitual, as narrativas são gêneros textuais que traduzem o conhecimento do mundo em relatos que atribuem nexos e sentidos aos acontecimentos.

Resende (2009) confirma que o ato de narrar advém da necessidade que se tem de compreender o mundo, nos vários lugares em que a vida acontece. Por essa razão, analisar as narrativas jornalísticas é essencial para a compreensão do caráter dinâmico da sociedade. A análise a que se refere Resende não guarda semelhança, porém, com a perspectiva estruturalista, método segundo o qual seria possível, por meio da análise empírica de narrativas particulares e, em um processo de abstração progressiva, chegar a uma “estrutura geral da narrativa”. É importante assinalar que o método estruturalista, vinculado ao positivismo racionalista do século XIX, adota uma visão do texto como uma estrutura fixa, abolindo os fatores como o sujeito e a história na compreensão dos significados. Tal concepção é criticada por Barthes, quando assim se posiciona:

Diz-se que, por força de acesso, alguns budistas conseguem ver toda uma paisagem numa fava. Foi exatamente isso o que quiseram os primeiros analistas da narrativa: ver todas as narrativas do mundo (tantas há e houve) numa única estrutura: vamos, pensavam eles, extrair de cada conto um modelo, em seguida faremos com esses modelos uma grande estrutura narrativa, que reverteremos (para verificação) sobre qualquer narrativa: tarefa exaustiva e [...] e finalmente indesejável, pois com isso o texto perde sua diferença. (BARTHES apud NASCIMENTO, 2008, p. 110).

De acordo com Nascimento (2008), depreende-se do excerto o reconhecimento de Roland Barthes quanto à impossibilidade de o método estruturalista dar conta das particularidades dos discursos, como a identificação daquilo que neles (nos discursos) permanece irredutível à generalização. Nascimento (2008, p.116) explica os fatores que contribuíram para que o paradigma estruturalista fosse superado: a introdução de categorias como o *dialogismo*²¹ de Mikhail Bakhtin e a *intertextualidade*²², um dos vetores do dialogismo, construído por Júlia Kristeva.

²¹ “Conceito emprestado, pela Análise do Discurso, ao Círculo de Bakhtin e que se refere às relações que todo enunciado mantém com os enunciados produzidos anteriormente, bem como com os enunciados futuros que poderão os destinatários produzirem. Mas o termo é ‘carregado de uma pluralidade de sentidos muitas vezes embaraçantes’, não somente – conforme afirma Torodov (1981: 95) – nos escritos do Círculo de Bakhtin, mas, igualmente, devido às diferentes maneiras como ele foi compreendido e retrabalhado por outros pesquisadores [...]. Para Bakhtin e Volochinov, com efeito, ‘o diálogo – a troca de palavras – é a forma mais natural da linguagem. Mais ainda: os enunciados longamente desenvolvidos, ainda que eles emanem de um locutor único – por exemplo, o discurso de um orador, o curso de um professor, o monólogo de um ator, as reflexões em voz alta de um homem só – são monológicos somente em sua forma exterior, mas, em sua estrutura interna, semântica e estilística, eles são, com efeito, essencialmente dialógicos’ (Volochinov, 181:292) (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 160-161).

²² “A noção de ‘intertextualidade’ foi introduzida por Kristeva (1969) para o estudo da literatura; com isso, chamava atenção para o fato de que a ‘produtividade’ da escritura literária redistribui, dissemina... textos anteriores em um texto; seria preciso, pois, pensar o texto como ‘intertexto’. Concepção ampliada por Barthes: ‘Todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob as formas mais ou menos reconhecíveis [...] O intertexto é um campo geral de fórmulas anônimas, cuja origem raramente é recuperável, de citações inconscientes ou automáticas, feitas sem aspas’ (1973).” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 288-289).

Tais categorias modificaram a concepção de texto. Desse modo, em vez de existir como entidade em si mesma, detentora de uma estrutura universal, o texto funciona em rede, tendo em vista que o leitor (aqui entendido como sujeito) articula a massa dos escritos preexistentes, o que implica adotar uma nova noção de signo, de texto e de escritura. A ideia é que não há ‘texto em si’, não há, por conseguinte, uma narratividade geral com possibilidade de significação controlada. Há, isto sim, um jogo de remissões sem interrupção dos fluxos de referência e das inscrições, o que remete a entender o enunciado como fruto da enunciação.

Nascimento, ao problematizar e lamentar o fato de o texto ter deixado de ser um problema em si para se tornar uma ferramenta operacional, tendo em vista os caminhos percorridos pela linguística estruturalista, afirma que o termo texto significa não mais apenas enunciados linguísticos estruturados, segundo determinadas regras e dotados de coesão. Segundo o autor, o termo texto aponta para:

[...] justamente aquilo que, partindo do linguístico, vai além dele. Suspeito até que, partindo do linguístico não seja um sintagma consequente para o que de fato desde sempre mobilizou o desejo de pesquisa. É possível que para certa teoria do texto, como se configurou historicamente, o problema fosse não mais partir do verbal, mas recorrendo a outras categorias de pensamento, desmobilizar o que o verbal tem de mais hegemônico em nossa cultura, como limite mesmo de um estágio cultural, uma certa episteme – para recorrer a um velho-novo termo de Michel Foucault (SIGNORINI, 2008, p. 112).

Retoma-se Foucault (1999a) para quem os discursos ultrapassam os recursos linguísticos (letras, palavras e frases) e expressam bem mais do que os pensamentos. O autor afirma, porém, que o discurso só existe na dimensão do real e que é no campo dos enunciados que toda realidade se manifesta. Enunciados que se apreendem na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem. Dessa forma, ele é um acontecimento que não pode ser esgotado inteiramente nem pela língua nem pelo sentido. É constituído por palavras, por signos, entretanto interessa sua condição mesma de enunciado e não seus aspectos puramente linguísticos. Diante disso, analisar um enunciado é reconhecer suas especificidades, é apreendê-lo como um acontecimento situado no tempo e no espaço e que pertence a uma dada formação discursiva. Para Bakhtin (2006), o enunciado é a real unidade da comunicação discursiva. O discurso, desse modo, só pode existir, de fato, na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso.

Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. Por isso cada enunciado se caracteriza, antes de tudo, por um determinado conteúdo semântico-objetal. A escolha dos meios linguísticos e dos gêneros de discurso é determinada, antes de tudo, pelas tarefas (pela idéia) do sujeito do discurso (ou o autor) centradas no objeto e no sentido. É o primeiro momento do enunciado que determina as suas peculiaridades (BAKHTIN, 2006, p.289).

Concebe-se, pois, que as narrativas são os suportes sintático-semânticos que sustentam os discursos, estes que representam lugar, ao mesmo tempo, do social e do individual. Reportando-se aos discursos narrativos midiáticos, Motta (2007 apud LAGO; BENETTI, 2007, p.144) ressalta as estratégias discursivas e as operações e opções linguísticas e extralinguísticas para realização dos objetivos dos diferentes discursos midiáticos em função da diversidade de narrativas que os meios de comunicação comportam, quer sejam elas fáticas, como as notícias ou fictícias, como as telenovelas. De acordo com o autor:

A comunicação narrativa pressupõe uma estratégia textual que interfere na organização do discurso e que o estrutura na forma de sequências encadeadas. Pressupõe também uma retórica que realiza a finalidade desejada. Implica na competência e na utilização de recursos, códigos, articulações sintáticas e pragmáticas: o narrador investe na organização narrativa do seu discurso e solicita uma determinada interpretação por parte do seu destinatário. (MOTA apud LAGO; BENETTI, 2007, p.145).

A materialidade da comunicação narrativa, por conseguinte, é o texto. Este, mais do que a soma de períodos ou orações, é uma unidade semântica completa que contém em sua realização certas características linguísticas responsáveis por sua unidade total e lhe imprimem tessitura. A tessitura, por sua vez, advém de relações coesivas, que, a seu turno, contribuem para a coerência textual, obtida pelo fato de o texto funcionar como uma unidade em relação ao seu ambiente. A tessitura é, assim, a propriedade de garantir que um texto seja um texto, devido aos princípios de conexão que unem um texto e promovem a interpretação.

Em conclusão, Halliday e Hasan (1989 apud BELMONTE, 2010) acrescentam ao critério da tessitura o de estrutura. Considera-se como estrutura a organização das sentenças de acordo com uma formatação textual reconhecida. Com a inclusão de estrutura ao conceito anterior, os autores tentam abarcar elementos tanto da microestrutura quanto da macroestrutura para sugerir como um texto se torna completo e pode ser julgado coerente. A esse conceito ampliado de texto, Halliday e Hasan (1989 apud BELMONTE, 2010) também incluem uma dimensão social.

3.3 Estruturas e tessituras: o texto das lógicas e a lógica do texto

Do ponto de vista epistemológico, o conhecimento que se tem produzido acerca do jornalismo enquadra suas narrativas em um lugar tão formatado que se torna tarefa difícil estendê-las a procedimentos dialógicos e polifônicos. Trata-se de narrativas, em princípio autoritárias, exatamente porque propõem o apagamento daquele que fala. O jornalista, diante de pressupostos conceituais que formatam seu texto – a necessária busca da verdade, valor engravado na pressuposta imparcialidade de quem relata o fato – se esvai do narrado e raramente se apresenta enquanto autor. Não há, na perspectiva da narrativa jornalística tradicional, alguém que conta a história. Desse modo, à luz das reflexões de Benjamin, esperamos que seja possível refletir sobre a problemática da enunciação, questão que, no nosso entender, tem limitada a *práxis* jornalística a uma ordem de caráter condutista. (RESENDE, 2005, p. 4-5).

No texto acima, Fernando Resende sintetiza a crítica às formas de narrar do jornalismo na contemporaneidade. Assim é que o pesquisador redireciona os conceitos linguísticos de tessitura e estrutura, posicionando-os no jornalismo. O autor, partindo do reconhecimento de que o texto jornalístico, historicamente, está condicionado a regras, técnica e valores que determinam suas práticas, tais como objetividade e imparcialidade, designa de estrutura a organização textual que se baseia nesses pressupostos e tenta apagar do enunciado jornalístico as marcas da enunciação que lhe são inerentes. Ao contrário da lógica estruturante que predomina nas narrativas jornalísticas, Resende (2009) defende que o fato não se encerra nele próprio, ele gera significados, produz sentidos, formando outros polos possíveis de compreensão. Desse modo, é no jogo da tessitura textual que se revela a completude do texto nas dimensões discursivas e narrativas.

Convém, porém, destacar que as categorias a que se denomina de estrutura e tessitura são partes inseparáveis do tecido ou da trama que se apreende do texto em condições de enunciação. Cabe ao analista o desafio de contrastar estrutura/tessitura sem que uma coisa elimine a outra. Sem separá-las, portanto. Estrutura e tessitura, de certo, não se constituem em pares dicotômicos, uma vez que são fenômenos intrínsecos à textualização. Em que pese a impossibilidade de separá-las, a verdade é que se consagrou uma forma de pensar e de operacionalizar as narrativas jornalísticas, supondo-se que, pelo acionamento de técnicas, da construção de uma racionalidade, poder-se-iam narrar os acontecimentos de forma imparcial, neutra, objetiva. Excluir, enfim, o sujeito do ato de enunciar (uma impossibilidade, sem dúvida), mas um pressuposto que orientou e orienta concepções e práticas, historicamente constituídas.

Nessa lógica, ao intentar conter a complexidade da produção discursiva das notícias, por adesão a esse modelo, o jornalista tenta reduzir a notícia à forma, à estrutura e desconsidera ou tenta minimizar a dimensão da tessitura. É a hegemonia da estrutura que se traduz na categorização construída por Resende (2004, p.5) com a denominação de *o texto das lógicas*. Resende considera que a tessitura, mais do que representar o texto completo e coerente, é o lugar da narrativa em que as representações e mediações são indissociáveis; lugar de produção de conhecimento no qual se inscrevem as instâncias enunciativas da narração. “É nelas que se instalam os modos, os contextos e os sujeitos”. (GENETTE, 1995 apud RESENDE, 2009, p. 33). Acrescenta o autor que:

As possibilidades de reconhecimento da pluralidade de identidades, a relativização, no texto, de dogmas que operam a construção do discurso, o próprio suscitar das dúvidas e a utilização das estruturas sintáticas provocadoras de sentidos outros que não o esperado naquele discurso específico são modos dialógicos de interagir com o mundo” (RESENDE, 2009, p. 39-40).

3.3.1 A estrutura traída (um exercício com o não-verbal)

Partindo-se das categorias estrutura e tessitura, observa-se que as narrativas do jornalismo impresso maranhense demarcam-se por uma contradição: do ponto de vista da estrutura, os textos reproduzem operações e procedimentos referendados por um processo a que Fairclough (1997 apud CONCEIÇÃO, 2004, p.126) denomina de tecnologias discursivas (leia-se racionalidade no processo de construção da notícia). Do ponto de vista das tessituras textuais, contudo, o jornalismo maranhense conserva valores e constrói sentidos que negam, em grande parte, os pressupostos de que o jornalismo depende, exclusivamente, de normas/regras as quais, aplicadas ao texto, garantem explicar os acontecimentos do mundo sem a interferência de quem conta tais fatos.

Nesse sentido, constata-se que a estrutura dos textos pauta-se na apuração dos fatos, na pluralidade das fontes, na operação de distanciamento, com discursos e reforço ou legitimação da informação; na preocupação com a seleção lexical, entre outros elementos que caracterizam as técnicas tradicionais da notícia (*lead*, corpo, títulos, etc.). À luz das tessituras, porém, o que se infere é que as narrativas são construídas por tramas que revelam subjetividades, parcialidades e emocionalidades que não podem ser entendidas pelo paradigma da racionalidade jornalística. Mas se a tessitura contradiz a estrutura nos textos verbais, nas narrativas não verbais, em específico, na fotografia, é que se revela, com mais vigor, a impossibilidade de se obedecer aos cânones de realidade e verdade tão caros ao jornalismo. (O texto fotográfico que introduz este capítulo bem o confirma).

Pelo que se observa, no fotojornalismo revela-se com mais nitidez que as operações de “contenção” ou de “domesticação” de sentidos tornam-se inócuas. Isto porque, no texto fotográfico, a estrutura é traída ou negada e a tessitura apresenta-se, de acordo com Iser (2002 apud IMBROISI, 2009), como “atos de fingir”. Tais atos dizem respeito às transgressões de limites entre o texto e o contexto, revelando a impossibilidade de a estrutura conter a tessitura textual.

Um exemplo como pista: as fotos abaixo, dispostas em dois jornais impressos maranhenses, os jornais O Estado do Maranhão e a Tribuna do Nordeste, datados do dia 30/07/10, noticiam as agendas dos candidatos ao governo do Maranhão, nas eleições de 2010, com destaque para os dois candidatos melhor colocados nas pesquisas eleitorais: Roseana Sarney, atual governadora e Jackson Lago, ex-governador, deposto do cargo antes de completar o mandato e substituído por Roseana Sarney.

Figura 2 – Roseana abraçada pela população



Fonte: O Estado do Maranhão, Capa, 30 de julho de 2010, p.1

Figura 3 – Roseana em visita a municípios maranhenses



Fonte: O Estado do Maranhão, Política, 30 de julho de 2010, p.3

No plano da estrutura, a narrativa dá conta da racionalidade ou das estratégias próprias da construção jornalística. As fotografias têm caráter testemunhal, como convém ao fotojornalismo, identificando a personagem Roseana Sarney em contato com a população, sendo recebida, com carinho e alegria, pelo povo. As fotos denotam movimento e os planos são fechados no sorriso permanente da governadora e no acolhimento do povo. A impressão que se tem é que Roseana está em movimento, carregada pela população.

No plano da tessitura, porém, a policromia faz perceber apagamentos que negam em parte o que a estrutura mobiliza. Há silenciamentos importantes para a atribuição de sentidos e a construção de valores. O fato de o destaque ser dado à população (não há destaque para as lideranças, prefeitos, vereadores, por exemplo) silencia a informação de a governadora-

candidata não ter apoio de boa parte das lideranças políticas daquela região. É conveniente supor que, com domínio do contexto, o leitor questione ou mesmo coloque em regime de desconfiança a informação que o texto mobiliza ou enquadra.

A desconfiança pode se ampliar, quando se comparam as figuras 02 e 03, já citadas acima, e os textos 4 e 5 abaixo.

Figura 4 – Jackson Lago em visita a municípios maranhenses



Fonte: O Estado do Maranhão, Capa, 30 de julho de 2010, p. 3.

Figura 5 – Jackson Lago e estudantes



Fonte: Tribuna do Nordeste, Capa, 30 de julho de 2010, p.1.

O texto fotográfico 04, do Jornal o Estado do Maranhão, está localizado na mesma página em que se localizam as fotos dos textos 02 e 03. Separadamente, a estrutura apresenta o candidato Jackson Lago em encontro com lideranças. Respeitando-se as estratégias de construção da notícia, a foto testemunha o fato. Em contraste, porém, com as fotos da

candidata-governadora, o texto revela outras vozes pelo mecanismo do não-dito ou do implícito, fundamental para a atribuição de sentido e a construção de valores desse texto. Enquanto a Figura 4 apresenta o candidato Jackson Lago distanciado das pessoas que o rodeiam, a candidata Roseana Sarney está cercada de carinho e alegria. A foto de Jackson revela-se estática, as pessoas estão sérias e sem vida, denotando falta de entusiasmo e de alegria. Os implícitos deixam claro: a candidata Roseana está feliz, porque recebida com carinho pelo povo. O candidato Jackson Lago está restrito ao apoio de poucos, um grupo pequeno, daí a sua tristeza ou apatia.

Como o texto não se esgota nas intenções dos emissores, realizando-se, enquanto discurso, nos processos de recepção, o não-dito, nesse caso, pode possibilitar uma leitura insubmissa ao controle da estrutura. O leitor pode se perguntar, pela mobilização do contexto e de outros textos provenientes das práticas culturais, se esta é a verdade que lhe convém. Nesse sentido, o Jornal Tribuna do Nordeste estrutura o texto 04 com os mesmos personagens mobilizados no texto 03 da matéria do Jornal o Estado do Maranhão. O enquadramento do texto, contudo, aponta para efeitos de sentido que revelam verdades diametralmente opostas. A tessitura, em contraste com a mensagem reiterada, nas quatro narrativas imagéticas das figuras 02, 03 e 04, do Jornal o Estado do Maranhão, revela que o candidato Jackson Lago está em clima de alegria. Infere-se que as pessoas estão felizes ao seu lado. O não-dito aponta para as parcialidades dos dois veículos o que pode colocar o leitor que teve acesso a mais de um jornal em alerta com respeito às construções de verdades ou de valores do jornalismo maranhense.

4 O JORNALISMO (S) NA ATHENAS BRASILEIRA

Inicia-se este tópico com o autor que iluminou pensar o jornalismo maranhense a partir da *Athenas Brasileira*. A esse respeito, ele descreve o espaço em que se erigiu o mito:

A que região, enfim, estou me referindo? Àquela cuja capital foi legitimada historiograficamente em 1612, quando de sua suposta fundação, como a única capital de origem francesa, fundada por Daniel de La Touche (Senhor de La Ravardiere), [...] àquela que se tornou parte da sede administrativa do Brasil, [...] lugar onde morou padre Antônio Vieira, [...] região onde eclodiu a Revolta de Beckman – utilizada pelo IHGB em sua empreitada de confecção da história do Brasil como um dos pilares do movimento nativista brasileiro, região evocada no século XIX como lugar onde se falava o melhor e mais casto português; penúltima fronteira a aderir à independência do Brasil, província a ter o segundo o teatro brasileiro mais antigo e a quarta em aparecimento da imprensa [...]. Este lugar é o Maranhão, mas poder-se-ia impunemente chamá-lo de São Luís mesmo, já que ao longo de sua história o Maranhão se restringiu a sua capital (BORRALHO, 2009, p. 27).

Como se observa, o autor faz uma descrição dos aspectos histórico-culturais para demarcar um lugar, um espaço físico e simbólico com a finalidade de explicar os motivos da ideia de diferenciação social que foi construída sobre o Maranhão. Ideia que foi sendo retomada e reconstruída a ponto de se pensar sujeitos e contextos do jornalismo maranhense a partir da *Athenas Brasileira*. Nessa perspectiva, é importante registrar que historiadores, escritores, pesquisadores de todas as vertentes, mesmo aqueles que intentam desconstruir o mito, não o deixam de perpetuar, posto que, dialeticamente, negá-lo é também reafirmá-lo, à medida que o fenômeno torna-se referência para pensar o Maranhão ou os Maranhões. Há, inclusive, entre os historiadores tradicionais mais convergências que divergências quanto à importância de o Maranhão ostentar o título de *Athenas Brasileira*.

Ilustra-se com Mário Meireles (2001), um historiador tradicional, uma referência nas escolas de educação básica do estado e Rafael Resende (2007), um historiador em processo de reconhecimento público (usando-se como parâmetro antiguidade de Meireles).

A partir do fim do século XVIII, se estabeleceu de mandar os filhos-família, e até as moças, se educarem na Europa, e o que tomava notável incremento no primeiro quartel da centúria seguinte, o Maranhão pôde, no Império, desfrutar de uma situação privilegiada e invejável no campo cultural, especialmente no domínio das belas letras, conquistando então o epíteto honroso de Atenas do Brasil.

[...]

Esta observação, com que concordamos plenamente, não é obrigatoriamente nossa, mas de nosso erudito mestre Jerônimo de Viveiros que, em estudo lido na Academia Maranhense de Letras em fins do ano de 1955, quis acentuá-lo, em contrário à suposição corrente de a ação educacional dos jesuítas dever o Maranhão *a sua glória literária*. *A Atenas do Brasil seria um fruto, além-mar, do humanismo coimbrão*. [grifo nosso] (MEIRELES, 2001, p. 200).

Alguns destes elementos e os caracteres contidos nesta análise nos sinalizaram o fato de que possivelmente a noção de distinção cultural só faria sentido dentro da lógica específica de compreensão dos próprios letrados, ou seja, havia uma clara diferenciação entre *o tipo de sociedade pensada pelos letrados, com características de erudição, intelectualidade, instrução e hábitos refinados*; e aquela vivenciada pelo restante da população, formada por pessoas desprovidas de instrução formal, ou no máximo tendo as “primeiras letras”. Sem considerar, é claro, a enorme quantidade de escravos que habitavam a província [grifo nosso] (RESENDE, R. 2007, p.18).

Dos exemplos, é possível inferir que, louvando ou criticando, o certo é que a um ponto todos convergem: a história cultural do Maranhão passa pela simbologia de que aqui se construiu e se constituiu “um patrimônio biocultural, um *locus* discursivo de quem se sentia autorizado a interpretar o Maranhão” (BORRALHO, 2009, p. 296). Nesses termos, interessa à discussão que se leva a cabo relatar o percurso de construção e consolidação da *Athenas*. Assim, aos primeiros athenienses, o *Grupo Maranhense ou Autonomia Literária*, (1832-1868), responsável pela construção e/ou consolidação do mito, seguiram-se outros grupos, como o *Sopro Renovador* (1870-1890) do qual participaram os irmãos Aluísio e Artur Azevedo, Raimundo Corrêa, Coelho Neto, Graça Aranha, (para falar de escritores que se destacaram nacionalmente), também chamado de *Geração Migrante*; os *Novos Athenienses* ou a *Regeneração Intelectual* (1899-1930) e, ainda, os *Novíssimos Athenienses*. Deste último, participou José Sarney que, em 1966, na condição de intelectual-político (relembrando a *poesia no poder*) assumiu, simultaneamente, o cargo de governador do estado e de presidente da Academia Maranhense de Letras.

Do exposto, evidencia-se que os grupos formados posteriormente deram seguimento ao fenômeno, construindo diferentes identidades e redimensionando suas questões, a partir de contextos diferentes. Importa, contudo, demarcar esta simbologia como construtora de uma sociabilidade que se amalgamou de forma a se tornar instrumento de interpretação de códigos sociais e de disputas do saber e do dizer que encontraram e encontram legitimidade social. Nas palavras de Borralho, a sociabilidade construída pela ideia de *Athenas Brasileira* representa:

Um conjunto de ações, práticas sociais, comportamentos, repetições de ação e discursos, percepções, que envolvem um ethos, um manejo, estratégias que intencionalmente e identificam grupos, criam élan, laços de pertencimento, reconhecimento da igualdade, da semelhança e também da desigualdade, da diferença. Esta sociabilidade em construção somente pode ser vislumbrada com

mais evidência *pari passu* à formação de grupos políticos dominantes no Maranhão. (BORRALHO, 2009, p. 98).

É importante assinalar que os grupos de intelectuais (ainda no sentido gramsciano) que se constituíram, no passado e no presente, diferenciando-se, por cultivar o mito da superioridade intelectual, acabaram por exercer “um poder, ainda que mediante a persuasão e não coação, nas formas extremas de manipulação dos fatos por meio de uma verdadeira psicologia da persuasão (BOBBIO, 1997 apud RESENDE, R. 2007, p.78). Explica-se com Rafael Resende que os letrados da província estabeleceram uma relação direta com as esferas de poder, a ponto de João Lisboa e Odorico Mendes, por exemplo, ocuparem cargos públicos importantes, bem como intelectuais daquele grupo rivalizarem-se, publicamente, em debates por meio de jornais e revistas.

Contextos do ontem que ajudam a compreender o hoje, uma vez que o poder do letrado, tanto político quanto poético, tornou-se determinante para a constituição e a manutenção do poder no Maranhão contemporâneo. Cumpre observar que não somente a classe política do Maranhão de hoje bebe dessa fonte, elabora distinções em razão da ideologia de uma suposta superioridade, também é fato que a elite maranhense (políticos tradicionais ou não, intelectuais, artistas, jornalistas, homens de cultura, empresários, etc.), distingue-se pelo mito. O que faz lembrar os convidados do início deste trabalho: Sarney e Baleiro. Eis o motivo por que se torna verossímil estabelecer um paralelo entre o *Pantheon Maranhense de ontem e hoje*:

Um instrumento para se perceber de onde os sujeitos, membros da *Athenas*, falam, embora não sejam eles que falem, e sim o autor, que fala por eles. Ainda que não retrate toda a elite, aliás, nunca foi essa sua intenção, os critérios de inclusão na obra – consequentemente, os de exclusão – não levam em consideração somente a capacidade intelectual dos biografados, perfilando literatos, jornalistas, juristas, oradores, entre outros, mas também de políticos, reforçando o elemento de distinção social por condição de notoriedade como qualidade de pertencimento a uma elite. (BORRALHO, 2009, p.99).

E o principal *Pantheon* da *Athenas Maranhense* dos séculos XX e XXI tem sido o jornalismo. Nos espaços dos jornais, a elite maranhense procura diferenciação, visibilidade, ora em processo de convergência, ora em processo de disputa. Nesse sentido, o jornalismo congrega estes “notáveis”, seleciona-os, endeusa-os, demoniza-os, a depender dos contextos, do jogo do poder. Ressalta-se que o jogo, o campo e as regras são os mesmos, tanto para os que criticam quanto para os que são criticados. Todos estão usufruindo da sua condição de “heróis”. Daí que as disputas pelo dizer dos grupos na política maranhense seguem a lógica da “diferenciação”, da “superioridade” daqueles que estão em condição de duelar na arena discursiva.

4.1 Sujeitos e contextos histórico-sociais no/do jornalismo maranhense

Procurar entender a história do jornalismo e sua diversidade será assim procurar entender uma forma de imaginação humana, uma forma – partilhada por quem escreve e lê – na qual a realidade entra na consciência de um modo esteticamente estimulante e com referências para a acção quotidiana e para a expressão de sentimentos (PONTE, 2005, p.23).

Ponte inspira a pensar em imaginação para além da ficção, imaginação como acção, como ideologia, como construção de realidades. Nessa lógica, defende-se a relação da comunicação (especialmente o jornalismo) com a política, com o poder. Ressalta-se que, neste exercício de pensar o poder, opta-se pela compreensão de Michel Foucault (2005) para quem o poder não está circunscrito, exclusivamente, ao Estado. Compreende-se, pois, o poder como uma articulação de poderes associados ao Estado (de várias maneiras), indispensáveis, inclusive, à manutenção do próprio Estado. Deslocamentos que possibilitam entender o poder implícito nas práticas sociais e distribuído por todas as esferas sociais. Pinto (2004) adere ao pensamento foucaultiano para entender o papel do discurso nas sociedades modernas.

Para o autor,

O poder moderno não é imposto de cima por nenhum agente coletivo, como uma classe social ou o estado sobre grupos ou indivíduos; ele se desenvolve “de baixo” por meio de certas ‘microtécnicas’ [...] O poder e o saber estão assim numa relação binária de implicação na sociedade moderna. Algumas dessas tecnologias discursivas de poder estão nas mãos dos profissionais de comunicação, como jornalistas e marqueteiros [...] (PINTO, 2004, p.14).

Concebe-se, por conseguinte, o jornalismo como instituição duplamente determinada, ou seja, como “um dos modos pelos quais se institui o poder; e também como discurso, isto é, como uma das maneiras de organizar um discurso sobre o poder” (ATAÍDE, 2006, p.2), importa, nesse espaço, tratar da história do jornalismo maranhense bem como caracterizar os jornais contemporâneos. Especificamente, o jornal O Estado do Maranhão e o Jornal Pequeno.

No Maranhão, segundo Jorge (2008, p. 20-21), imprensa maranhense nasceu panfletária. “Na batalha das palavras, uma arma poderosa, só os mais inteligentes e cultos eram capazes de convencer e brilhar”. Oficialmente, porém, assinala Sebastião Jorge, a história do jornalismo impresso começa em 1821, com o Jornal o Conciliador, periódico financiado pela coroa portuguesa. Em o Conciliador, bem como nos jornais que a ele se seguiram, prevalecia o texto opinativo, dissonante dos paradigmas europeus e norte-americanos que se propagavam no mesmo período.

De acordo como o autor, entre 1821 a 1881, período indicado como a primeira fase do jornalismo maranhense, as narrativas refletem os valores de uma elite refinada e influenciada

por costumes europeus. Observa-se, na afirmativa de Jorge, o assentimento do fenômeno da *Athenas*, ou seja, do reconhecimento de um tipo de superioridade das gentes da província. Com a proclamação da República e a abolição da escravatura, ainda acompanhando Jorge (2008), o jornalismo maranhense evidencia um estado em decadência e em instabilidade política, mas também descreve uma elite intelectual que luta contra o declínio da sociedade. Desse movimento, funda-se a Academia Maranhense de Letras (AML), em 1808, seguindo-se do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, além das primeiras faculdades.

No período, os periódicos maranhenses eram assumidamente partidários, advogando para si mesmos o lugar de verdade ou da verdade dos grupos que representavam. As formas de narrar mantinham-se, portanto, adjetivadas, e sem a preocupação com as estratégias comunicativas que legitimaram o fazer jornalístico pela assunção de poder reproduzir a realidade e a verdade. Dessa maneira, na primeira metade do século XX, havia pelo menos treze jornais em circulação na capital maranhense. Entre eles: O Globo, O Norte, Folha do Povo, O Combate, Diário da Tarde, A Pacotilha, O Imparcial, A Tribuna, O Tempo, Jornal do Povo, Diário da Manhã, Correio do Nordeste e Jornal Pequeno.

Convém ressaltar que a padronização das técnicas jornalísticas, a exemplo do que ocorria em boa parte do mundo capitalista e até mesmo nas regiões mais industrializadas do Brasil, só encontram eco no Maranhão a partir da década de 60 do século XX. De acordo com Pinto (2007), as agências de notícia concorrem para o início das mudanças na forma de narrar os acontecimentos pelos jornais maranhenses. Contribuem também para a mudança na forma de conceber o jornalismo e as práticas decorrentes desse campo, no Maranhão, fatos socioculturais relevantes como a criação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 1967; de um Conselho Estadual de Cultura, em 1973 e, em 1970, do curso de Comunicação Social – Jornalismo, na UFMA.

Os anos seguintes seriam de consolidação das técnicas e da legitimação de um modo de conceber e tratar o jornalismo pelo viés do positivismo, o jornalismo como um campo ou atividade profissional com poder de reproduzir a realidade, concepções, àquela altura, já dominantes no jornalismo em todo o mundo ocidental. Segundo Béliche (2008, p. 43), a modernização da produção jornalística, com a introdução das tecnologias mais avançadas, ocorreu na década de 90 – época de modernização das redações, informatização e utilização de impressoras coloridas, entre outras modificações. Na atualidade, de acordo com Conceição (2011, p. 2), o lugar de interlocução dos jornais maranhenses tem sido profundamente desestabilizado por mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas, além de fatores como a estabilidade econômica e o surgimento de novos padrões de consumo.

Para o autor:

Nas últimas décadas, podemos observar um conjunto de mudanças que, de um modo ou de outro, têm atingido a configuração da aliança entre capital, política, tecnologia e comunicação, que formam as instituições jornalísticas no Estado do Maranhão. Trata-se, assim, de pensar os jornais impressos e diários a partir das mudanças sociais, tecnológicas, econômicas e políticas que estão reestruturando o mercado noticioso e o modo como as empresas jornalísticas se reorganizam e formam os seus produtos para interagir com essas transformações. A democratização da política, com a emergência de novos agentes sociais no espaço público e a disputa de núcleos de poder, como governos estaduais, municipais e federal, altera as relações que atingem o campo das mídias no que diz respeito às mudanças do leitorado e às negociações com anunciantes. Como exemplo disto, pode-se citar as relações estruturadas e reestruturadas com a ruptura de Zé Reinaldo com o Grupo Sarney e a eleição e cassação de Jackson Lago (CONCEIÇÃO, 2011 p. 2)

Em que pese, porém, Conceição apresentar componentes importantes para pensar o Jornalismo no Maranhão, entre os jornais em circulação em São Luís, observa-se a preponderância da política e da opinião, temáticas centrais de suas políticas editoriais, sobretudo os três jornais que circulam há mais de 40 anos no estado: *o Imparcial*, *o Jornal Pequeno* e o jornal *O Estado do Maranhão*. A priorização de dois temas – política e opinião – decorre, segundo Araújo (2011), do contexto de disputa de poder estadual. É válido lembrar, porém, que esta é uma tática adotada comumente no jornalismo tradicional brasileiro. Por oportuno, caracterizam-se os dois jornais de cujas produções foram escolhidas as narrativas que compõem o *corpus* de análise desta pesquisa.

De formato atual Standart (53,5 cm x 29,7 cm), o jornal O Estado do Maranhão nasceu do jornal “O Dia” cuja primeira edição circulou em 16 de janeiro de 1960. Em 1968, o então governador José Sarney comprou parte das ações de O Dia. Para garantir o sucesso da empreitada, Sarney se cercou de bacharéis e intelectuais. O poeta e jornalista Bandeira Tribuzi²³ foi convidado a dirigir a redação do jornal. Estava lançada a pedra fundamental do que, poucos anos mais tarde, seria o jornal “O Estado do Maranhão”. A denominação atual, porém, só passaria a ser utilizada em 1973.

O jornal o Estado do Maranhão foi o primeiro jornal impresso do estado a adquirir rotativas *off-set* e a funcionar com sistema de composição eletrônica. É o jornal maranhense hoje com as melhores condições técnicas, com investimentos em equipamentos modernos. Segundo se destaca do próprio site do jornal O Estado do Maranhão, a proposta editorial do JEMA, desde sua fundação é: “um órgão a serviço da verdade”.

²³ **Bandeira Tribuzi**, pseudônimo de **José Tribuzi Pinheiro Gomes**, (São Luís do Maranhão, 2 de fevereiro de 1927 - 8 de setembro de 1977), filho de pai português, até 1946 viveu em Portugal, estudando na Universidade de Coimbra. Iniciou o Modernismo no Maranhão em 1948, com a publicação do livro de poesia "Alguma Existência" Ao lado do ex-presidente José Sarney, Luci Teixeira, José Bento, e outros escritores, fez parte de um movimento literário difundido através da revista que lançou o pós-modernismo no Maranhão, *A Ilha*, da qual foi um dos fundadores. Foi também junto com o ex-presidente o fundador do jornal O Estado do Maranhão.

O jornal é parte do maior conglomerado de comunicação maranhense: o Sistema Mirante de Comunicação. Além do JEMA, o sistema é composto por várias emissoras de rádios AM e FM, uma emissora de televisão, que detém o sinal da Rede Globo e um portal de notícias na internet. O jornal O Estado do Maranhão sempre privilegiou uma abordagem institucional dos fatos no que se refere ao poder público estadual (exceto no período do rompimento como o governador José Reinaldo Tavares). É administrado pela família Sarney.

Na informação de Béliche (2008), nos anos 50 do século XX, o Maranhão era palco de disputas políticas entre, pelo menos, oito jornais: O Combate, Jornal do Povo e Tribuna, dos partidos de oposição; O Imparcial e O Globo, do grupo Diários Associados; Diário de São Luís e Diário Popular, de roupagem abertamente governista, comandados pelo grupo do então senador Vitorino Freire. José de Ribamar Bogéa era repórter de esporte dos jornais do grupo dos Diários Associados. Desempregado, fundou seu próprio: o jornal O Esporte, que depois teve a nomenclatura de Jornal Pequeno, cuja primeira edição circulou em 29 de maio de 1951. Desde os seus primeiros números, o jornal clamou para si a ideologia de apartidário, fora de todas as propostas e propósitos políticos vigentes.

Mesmo sendo menor que os demais, o Jornal Pequeno logo arrebanhou leitores fiéis devido à sua maneira irreverente de escrever, que se refletia em colunas como “O Mundo em Poucas Palavras”, “Defendendo o Nosso Povo”, “Coisas que Acontecem”, “Língua de Trapo”, “No Cafezinho”, “Dicionário do Povo”. Até hoje, o jornal reserva, em sua contracapa, espaço para anedotas, curiosidades e críticas mordazes, por vezes carregadas de chiste e deboche. O tradicional Colunaço do Dr. Peta, publicado aos domingos, com críticas mordazes aos principais opositores políticos do jornal, é um dos exemplos.

No início, o jornal era uma modestíssima folha de 30 x 44 cm, dobrada ao meio. Em 1960, adotou o formato Germânico ou Francês (43 cm x 29,7 cm), formato que têm até hoje. O nome, porém, não é só uma referência ao tamanho do jornal. A aparência e o parque gráfico do JP também são modestos. A redação do periódico ocupa até hoje a antiga sede na rua da Palma, no bairro tombado da Praia Grande, em São Luís. A policromia se restringe ao nome do jornal, impresso no topo da página. Raramente, há fotos coloridas.

A feição modesta do jornal também é reflexo das dificuldades financeiras por que o jornal passou ao longo de sua existência. Em 1960, por exemplo, Ribamar Bogéa respondeu ao processo movido pelo então governador José Sarney, que tentava acabar com o periódico. De estrutura essencialmente familiar, o Jornal Pequeno, com a morte de seu fundador, é administrado pelos herdeiros de José Ribamar Bogéa.

4.2 Maranhão de papel: a saga das falas nos jornais O Estado do Maranhão e Pequeno

Com a metanarrativa *Maranhão de papel: a saga das falas nos jornais O Estado do Maranhão e Pequeno*, sintetiza-se a história das disputas das falas que, como se afirma, tornaram o momento “discursivamente rico, jornalisticamente complexo e politicamente imprevisível”.

Concomitante à crise política e ao movimento de reestruturação hegemônica nas forças políticas do estado, os jornais passam a construir novos cenários e novos efeitos de sentido sobre a política maranhense. Contam-se, pois, os principais acontecimentos desta disputa neste item.

Importa esclarecer que, neste tópico, optou-se por identificar, em itálico, manchetes, títulos, antetítulos, subtítulos, intertítulos e correlatos, bem como destaques nos textos. Os discursos diretos (falas das personagens) e destaques polissêmicos foram colocados entres aspas. No tocante a citações como chamadas e trechos de notícias ou imagens, seguiu-se a norma padrão da ABNT. Para ilustrar a análise, fez-se uso de figuras no corpo do texto e de anexos julgados essenciais para sinalizar os conteúdos sintetizados.

4.2.1 A pré-ruptura em O Estado do Maranhão

O ano 2004 começa com notícias sobre projetos de desenvolvimento, captação de recursos (investimentos em obras para o Maranhão). Já no dia 1º de janeiro, a chamada de primeira página do Jornal O Estado do Maranhão é: *Convênio: José Reinaldo anuncia liberação de Recursos para Ligação entre Balsas e Estreito – R\$ 25 milhões para ferrovia*. Na página interna (ver ANEXO D), a narrativa trata da assinatura de contrato entre o Maranhão e o governo federal. Como estratégia discursiva, o narrador mobiliza exclusivamente a voz do governador que segue explanando sobre as vantagens do feito. “Mais emprego para o Maranhão em 2004”, entre outros. Nesse clima, notícias sobre o governo, com enquadramentos positivos, em primeira página e noutros espaços nobres do jornal, seguem por todo mês. Em 27 de janeiro, por exemplo, o anúncio do Carnaval, na página 05, editoria de Cidade, um tema que, em geral, não agrega peso político, JRT anuncia investimento R\$ 5,8 milhões de reais, declarando que “a sua gestão põe em prática o projeto de transformar o Carnaval de São Luís no melhor do Brasil”, destacando ainda a “tradição do governo que vem sendo feito desde a gestão de Roseana” e o incremento da economia gerado pelo Carnaval. Como estratégia discursiva, o narrador mobiliza números para mostrar o

quanto o governo está investindo no Maranhão e como tais investimentos serão benéficos ao estado. Tal se observa na escolha de palavras ou expressões como “o melhor do Brasil” em relação ao carnaval.

As notícias sobre o governo José Reinaldo permanecem com destaque de primeira página durante todo o mês de janeiro. Em fevereiro, o governador confirma a implantação de um polo siderúrgico no estado. Na ordem sintagmática da narrativa, a estruturação das frases, a disposição dos fatos, o uso de palavras facilitam o entendimento da trama conceitual como um monólogo de JRT, próximo a um discurso político para a “multidão” de (e)leitores. Tal como: “O que está sendo feito é a projeção de um grande distrito industrial para a produção siderúrgica no estado, que pode chegar a 20 milhões de toneladas/ano”. “Os empresários chineses dizem que no Maranhão haverá uma explosão de desenvolvimento”. “O perfil do estado vai mudar muito e rapidamente”. “Não tenho dúvidas de que o estado está entrando em uma era de grande prosperidade”. Além do uso reiterado da fala do governador, para completar a carga semântica e criar efeitos de sentido de um Maranhão de prosperidade e de oportunidades, o jornalista utiliza-se de verbos *discendi* do tipo “comemorou o governador” ou “acrescentando a preocupação do governador com a formação de mão-de-obra, em capacitar e empregar os maranhenses”. (ver ANEXO E).

E o JEMA continua com mais notícias que garantem o efeito de otimismo, de fé nos destinos venturosos do Maranhão e do seu povo. Já em fevereiro, o jornal publica notícia de primeira página sobre a implantação do novo terminal em São Luís para escoar produção agrícola: *Porto do Itaqui ganha terminal de grãos para escoar produção – Projeto prevê construção de seis silos, sendo três na primeira etapa*. No conjunto de boas-novas, noticia-se a privatização do BEM (como um feito positivo para a economia do estado. Assunto, aliás, que será retomado como um erro sem paternidade, nas fases seguintes, como já se ilustrou no corpo do trabalho). Destaca-se no JEMA, também nesse período, a notícia sobre a implantação de um novo modelo de saúde para o Maranhão.

José Reinaldo disse que a “proposta do PDR não é uma invenção de agora e nem um experimento, mas uma solução já adotada por grande parte dos estados brasileiros”. Ele acrescentou que o PDR é um modelo de saúde pública completo e democratizado, “mas que somente será materializado se todos os gestores municipais se comprometerem com o programa” (O ESTADO DO MARANHÃO, 10 de fevereiro de 2004, Política).

Depreende-se da fala do governador o seu empenho em assegurar que o modelo já foi testado. É “democrático”, portanto, “dará certo” no Maranhão. Nota-se também no discurso a estratégia de captação dos parceiros necessários a que o projeto seja efetivado. O texto descreve as inovações do modelo, exaltando-se a capacidade de gestão de JRT. As vozes

mobilizadas, (sempre de personagens ligadas ao grupo político do governador), por sua vez, corroboram para intensificar o “acerto” do governo. Nesta linha editorial, o JEMA segue utilizando as mesmas escolhas, lançando mão das mesmas estratégias comunicativas. Desse modo, mesmo quando o tema não é propício ao tom entusiasmado, de realizações e conquistas, como a matéria que informa a visita do governador à Assembleia Legislativa do Estado para falar da diminuição das receitas estaduais, a narrativa destaca a garantia do poder executivo de que, “apesar de tudo isso, chegamos ao término de 2003, dentro da mais completa normalidade administrativa. Melhor ainda: festejando todas as notícias que, enfim, vão transformar economicamente o Maranhão”. (A fala é do gerente de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado). Destaque aos verbos “festejar” e “transformar” que sinalizam o otimismo do governador, mas também apontam para uma situação que não está satisfatória. O não-dito revela que nem tudo são “flores”. Mudar e transformar, aliás, são léxicos constantes no discurso do governador. (ver ANEXO F).

O jornal O Estado do Maranhão dá tanto espaço ao governo do estado que, nesse mesmo dia, no caderno 3, editoria Geral, na matéria *Combate à fome é meta do governo: Governador José Reinaldo destaca ações adotadas para gerar emprego e renda à população menos favorecida*, dá-se ênfase ao “compromisso de adotar medidas que gerem emprego e renda e que tragam como consequência a redução dos indicadores sociais, entre eles, a fome”. A notícia enfatiza, por meio das declarações do governador, as *Casas da Agricultura Familiar* as quais, segundo JRT, estariam/estavam mudando o conceito de produção no estado, tornando as terras, antes improdutivas, em produtivas e estimulando os pequenos e médios produtores a plantarem, ainda que para o próprio sustento. A narrativa segue dando voz ao governador: “Também criamos a Secretaria Extraordinária de Solidariedade Humana²⁴ que congrega assistência a diversos setores da sociedade e que, além de um comitê com ações voltadas à população menos favorecida, desenvolve um Mutirão da Cidadania, com incontáveis benefícios”. “A dor da fome exige ações mais concretas e uma profunda transformação já está se processando no Maranhão”. “Até o final do meu mandato, os indicadores sociais do nosso estado já estarão iguais aos do restante do país”. (ver ANEXO G).

Identifica-se que o narrador, ao mobilizar a fala de sensibilidade do governador, “a dor da fome”, tenta interagir com o leitor, seduzi-lo para o universo de significações do

²⁴ Secretaria com função estratégica e nuclear dentro do governo José Reinaldo Tavares. Em torno desta Secretaria giravam as principais ações do governo JRT. A titular da pasta era Alexandra Tavares, primeira-dama e, segundo consta, um dos pivôs do conflito e posterior rompimento do governador com o grupo Sarney.

governador, pela emoção e a empatia que expressões assim produzem. Por outro lado, no plano do não-dito, a expressão “chegar aos indicadores sociais iguais aos do restante do país”, sugere que o Maranhão está em desvantagem, mesmo o narrador mobilizando toda carga semântica entusiasta.

Ainda na fase pré-ruptura, em 25 de março, matéria com chamada de capa: *Ação: governo estadual lança plano para acabar com mão-de-obra escrava – Maranhão sai na frente para erradicar trabalho escravo*, enfatiza-se ser o Maranhão o primeiro estado a estabelecer ações para combater a exploração de mão-de-obra escrava. O fragmento em destaque, parte do discurso do governador, “momento histórico para o estado”, sinaliza para o tom que se mantém inalterado nessa primeira fase: a valorização do governador e o otimismo com os rumos do estado, o pioneirismo das ações. Diferente da maioria, a matéria dá voz a outros segmentos, mesmo que de forma tímida, com declarações da sociedade civil organizada.

Nos dias subseqüentes, o jornal O Estado do Maranhão continua noticiando as ações governamentais centradas na figura do governador. Temas como: investimento em estradas (recurso da ordem de 115 milhões) aparecem como resultado “da busca”, “da luta” de JRT por novos investimentos federais; a eleição, por parte do governo, da melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁵ do estado, como meta a ser “perseguida incansavelmente”; a implantação e ampliação do programa Luz para Todos do governo federal; a privatização da CEMAR são temas bastante massificados no JEMA, nesse período.

Sobre a privatização da CEMAR, que seria tema de controvérsia, a *posteriori*, a narrativa dá espaço para o governador: “Eu acredito que serão gerados mais empregos no futuro porque a economia do Maranhão vai crescer vertiginosamente com os investimentos que serão feitos no estado e com isso a CEMAR vai se expandir também”. Seguem-se temas do governo, aos moldes de uma agenda diária de atividades do poder executivo estadual, tais como: a erradicação do analfabetismo, com benefícios, sobretudo, para a zona rural; encontros entre o governador e autoridades da república, (como o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com objetivo de desenvolver ações sociais no Maranhão).

²⁵ Segundo fontes oficiais do Estado do Maranhão, o governo JRT elegeu como meta mobilizadora a elevação do IDH do estado (de 0,647 para 0,700, até o final do governo), priorizando três vertentes essenciais para resgate da cidadania e aumento da auto-estima do cidadão maranhense: saúde, educação e produção de renda.

Figura 6 – José Reinaldo e Agnelo Queiroz²⁶



Fonte: O Estado do Maranhão, 05 de março de 2004, Política, p. 3

Do exposto, é possível afirmar que as construções narrativo-discursivas do JEMA enquadram o governador como administrador excepcional, um gestor sensível e pronto a melhorar, transformar o Maranhão. De igual modo, o Maranhão nas notícias do JEMA, pelo menos naquilo que está explícito também se encontra muito bem. Uma “explosão de crescimento”. É o que se confirma com a notícia: *R\$ 1,2 mi para educação e pesquisa – Ministro da Ciência e Tecnologia anunciou, em São Luís, recursos para investimentos em vários programas no MA*. Nela, destaca-se um Maranhão admirável, digno de elogios:

SURPRESA - O ministro se mostrou entusiasmado com alguns dos projetos de ciência e tecnologia que viu no estado. “Fiquei muito impressionado com o que encontrei no estado. Ariano Suassuna diz que há dois Brasis, um real e outro oficial. Aqui se pensou em soluções a partir do Brasil real para transformar o Brasil oficial e a abordagem do problema é revolucionária. O que me deixa mais animado é que temos a sorte de existir um ambiente político para dar suporte a esse processo. Acredito que o Brasil real tem que ser o parâmetro para construção do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Vamos ajudar a consolidar as experiências do Maranhão e difundir este processo pelas outras regiões do estado”, comentou Eduardo Campos. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 24 de março de 2004, Editoria Geral, p. 5).

Estes e outros programas sociais constituem a agenda do governador e das diversas editoriais do jornal O Estado do Maranhão. O enquadramento das notícias é sempre positivo ao governador. Não se fala em negatividade, não se problematiza. As notícias são relatos das

²⁶ Embora a notícia seja referente ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, por erro do jornal a foto divulgada é do Agnelo Queiroz.

ações, na perspectiva exclusiva do poder executivo. A palavra do governador é suficiente (em apenas uma matéria sobre a privatização da CEMAR, no canto da página, registra-se que os funcionários da empresa fizeram protesto no dia em que a companhia foi privatizada).

Desse modo, de janeiro a junho de 2004, o JEMA segue dando espaços privilegiados ao governador José Reinaldo e este continua pleiteando e conseguindo “recursos para o turismo”, assinando “convênios para melhorar o IDH, a habitação, o saneamento básico no MA, no valor total de 138 milhões”. O governador tem no jornal um divulgador de sua visão como político, mas, principalmente, como administrador. “São obras de extremo significado porque trarão melhorias de vida para a população e irão contribuir para melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano do estado, objetivo maior deste governo”. Discursos produzidos à exaustão pelo jornal O Estado do Maranhão. Nesse período, o JEMA divulga pesquisas com o índice de aprovação do governador de 73,3% pela população do Maranhão.

Uma narrativa, contudo, parece destoante nesse contexto. Explica-se: em 29 de março de 2004, uma notícia com o título: *Em carta a Sarney, governador contesta matéria da revista Veja* e subtítulo: *José Reinaldo diz serem inverídicas declarações atribuídas à primeira-dama* (ver ANEXO H), sobre a entrevista de Alexandra Tavares a *Veja*. O governador afirma, no JEMA, que a revista *Veja* “deturpou e incluiu palavras” que ela (a primeira dama) não teria pronunciado, em nenhum momento da entrevista. Destacam-se trechos da carta que José Reinaldo enviou ao senador José Sarney, transcritos na íntegra:

Fomos e sempre seremos amigos e parceiros políticos, acima de tudo, porque combinamos no objetivo, que é a construção do Maranhão, esse trabalho que já resulta numa infra-estrutura (sic) ímpar, capaz de apontar para nossa terra muito dos investimentos que se implantam no país (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 29 de março de 2004, Editoria de Política, p. 3).

Infere-se da notícia a submissão emotiva e/ou política do governador a José Sarney, mas principalmente a tensão nas relações do grupo pelas declarações da primeira dama. Sinais claros de que uma crise está em curso.

Ainda como síntese desta fase, pela relevância do tema e também porque os desdobramentos do assunto serão importantes para o entendimento das fases a ruptura e a pós-ruptura, destacam-se as notícias: do dia 5 de abril de 2004, matéria publicada, sem chamada de primeira página, na editoria de política, página 3, com o título: *Pobreza será combatida* e o subtítulo: *Governo do Estado assinará convênio com o Banco Mundial* e, do dia 18 de abril, também sem chamada de primeira página, com o título: *Modelo do MA torna-se referência*. As matérias informam do convênio com o Banco Mundial, no valor de 30 milhões de dólares, para execução do Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão – PRODIN, nova versão do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) que atenderia aos 80 municípios

maranhenses, então, como menor IDH. De acordo ainda com as notícias, o programa serviria de modelo para outras unidades da federação: *Modelo do Maranhão torna-se referência mundial com integração de políticas públicas*. Surpreende que o governador, tão visibilizado em outras ocasiões, não seja a voz mobilizada para evento de tamanha importância. O personagem que se destaca é o Gerente de Planejamento, Orçamento e Gestão, Luciano Moreira. Penumbras como estratégias sutis de apagamento do governador nas notícias do JEMA e que prenunciam mudanças. (ver ANEXO I).

Registra-se que, nesta fase, o jornal O Estado do Maranhão continua noticiando o governo, mas a periodicidade e os espaços ocupados por José Reinaldo Tavares começam a diminuir a partir de abril. Percebe-se, nesse período, que o governador não fala mais, há um silenciamento gradual da fala de JRT nas páginas do JEMA. O silêncio diz, pois, que há problemas ali.

4.2.2 A pré-ruptura no Jornal Pequeno

No início do ano de 2004, a única notícia relevante sobre o governador José Reinaldo Tavares (o governador ou seu governo), no Jornal Pequeno, data do dia 4 de janeiro. Matéria com pequena chamada na capa, sem muito destaque, informa: *Governo vai construir ramal ferroviário no MA*. A narrativa fala do início das obras, sem detalhar ou dar voz a qualquer personagem do governo, assunto que foi tratado com destaque pelo JEMA. Não obstante, no dia 27 de fevereiro de 2004, o JP traz uma matéria de capa (ver ANEXO J) com informações aparentemente contraditórias. Com o antetítulo: *José Reinaldo faz balanço positivo da folia no Maranhão* e a manchete em destaque no centro da página: *Alexandra culpa Metropolitana pelos problemas no carnaval*. A contradição é que a notícia tem dois enquadramentos: o governador admite problemas, mas faz balanço positivo do carnaval. A primeira dama, contudo, destaca os problemas e culpa um membro da equipe de JRT. O *lead* sintetiza o enquadramento da matéria pelo ângulo de Alexandra Tavares:

A Primeira-Dama do estado, Alexandra Tavares, que participou com o governador José Reinaldo Tavares e o Secretário de Turismo, Aírton Abreu, da entrevista coletiva à imprensa, ontem, no palácio dos Leões, atribuiu à Gerência Metropolitana a responsabilidade pelos problemas no desfile das escolas de samba do grupo especial, domingo gordo. “Nós, [governador e a gerência de Cultura] não tivemos conhecimento de nada que estava sendo planejado para a passarela. Só entramos na organização uma semana antes do carnaval. Quando detectamos as falhas, o processo já estava contaminado. Por isso, não vamos permitir que os erros observados agora sejam repetidos no próximo ano, que será coordenado pela Gerência de Cultura”, relatou. (JORNAL PEQUENO, 27 de janeiro de 2004, Editoria de Política, p. 3).

O governador relata os aspectos positivos da organização do carnaval, enfatizando, porém, um “apesar de”. O narrador situa as declarações, contextualizando que houve muito questionamento quanto à lisura do processo que escolheu a escola campeã do carnaval maranhense. O que chama atenção é o destaque à fala de Alexandra Tavares da qual se infere, pelas marcas textuais, a nítida separação entre dois grupos: “nós” e “ele” (o gerente Ricardo Murad), cunhado da senadora Roseana Sarney e, então, provável candidato do grupo à prefeitura de São Luís. As falas iluminam divergências no grupo Sarney, bem como a disposição do JP em publicizá-las. Registra-se que, mesmo com a irrupção de Alexandra Tavares nas páginas do JP, as notícias sobre o governador e o grupo que lhe dá sustentação seguem esparsas. Situação, contudo, que muda quando o Jornal Pequeno destaca:

Figura 7 – Alexandra Tavares



Fonte: Jornal Pequeno, 28 de março de 2004, capa

Na chamada para a entrevista (é importante informar que o JP vai reproduzir a entrevista em, pelo menos, três edições), o jornal já se atribui o mérito de haver identificado um conflito nas hostes sarneysistas em função da postura da primeira dama. Como de costume, o Pequeno continua noticiando e destacando as personagens, sobretudo do mundo político, que se opõem ao grupo Sarney.

A partir de abril, porém, sutilmente o JP começa a alterar a postura editorial com relação ao governo José Reinaldo. As mudanças podem ser observadas em eventos como o movimento dos professores da rede estadual de ensino. Quando já está em curso uma provável greve dos professores, o Pequeno noticia: *Professores aceitam prazo do governo para solucionar problema das promoções*. A narrativa noticiosa tem enquadramento pró-diálogo da categoria com o governo. Registra-se que, a partir de abril, o Pequeno começa a publicar, com regularidade, notícias das ações de governo de JRT, como o programa Mutirão da Cidadania e a criação de um *campus* da Universidade Estadual do Maranhão, no município de Timon (ver ANEXO K). Para se ter uma ideia das mudanças editoriais do JP, observadas pelo uso de estratégias discursivas, a notícia sobre o Mutirão traz um personagem de abertura cuja história emociona (um senhor que recupera a visão em decorrência da ação de governo). Da forma como a narrativa se estrutura, inferem-se diferenças na abordagem do JP: o governador (agora) é apresentado como um governante sensível aos problemas sociais, atuante e decisivo na busca de soluções para tais problemas. O narrador detalha, ainda, a ação governamental, por meio da mobilização do discurso do governador:

O Mutirão é um grande programa de cidadania que deverá ser apresentado em congresso médico como o maior programa na área oftalmológica do Brasil, pela grande preocupação com o atendimento de qualidade prestado à população do Maranhão (JORNAL PEQUENO, 19 de abril de 2004, p.3).

Observa-se a mobilização de expressões que valorizam, exaltam a ação governamental (maior programa da área). Também, nesse período, as narrativas noticiosas do JP dão conta de uma possível parceria entre o então prefeito de São Luís, alinhado às forças de oposição ao grupo Sarney e o governador José Reinaldo. Com enquadramento favorável ao encontro institucional (assim o JP denomina) dos dois governantes, a narrativa informa da possibilidade de realização de convênios em benefício de São Luís. Do encontro, é possível deduzir que JRT está se deslocando para a oposição ao grupo Sarney. Assim, a linha editorial do JP, como se depreende dos exemplos, vai aos poucos revelando a adesão do jornal ao governo JRT. É, porém, a partir de maio, precisamente no dia 14, que a opção do Jornal Pequeno fica patente. Com a manchete: *Roseana deixou o governo com dívida de seis bilhões de reais* e título na página da editoria de política: *Oposição acusa Roseana pelo endividamento do Estado* (ver ANEXO L), o JP, ao dar voz aos deputados da oposição ao governo JRT, traz à tona um dos temas que será crucial na guerra de versões entre José Reinaldo e Roseana Sarney (as finanças do estado ou a “herança maldita” – expressão proferida por JRT a ser massificada pelo JP). Os fragmentos da notícia abaixo bem o demonstram:

Aderson Lago (PSDB) teme pelo pior “O Estado está ruim das pernas e já começa a temer pelos servidores que consomem R\$ 120 milhões com a folha de pagamento. Por isso, é mais do que necessário abrir esta discussão na Assembleia para se ter uma noção exata da origem do endividamento, pois com esta dívida de R\$ 6 bilhões, nem que o estado venda todo o seu patrimônio dará para cobrir metade do que deve”. [...] Para Mauro, os problemas que estão surgindo agora na administração José Reinaldo Tavares são consequências de “administrações irresponsáveis que comprometeram as finanças do Maranhão” (JORNAL PEQUENO, , 14 de maio de 2004, Editoria de Política, p.3).

Como estratégia, exalta-se a crise e enfatiza-se a culpada – Roseana Sarney. As vozes mobilizadas dos deputados pelo jornal intensificam a discussão sobre as finanças do estado e expõem a ex-governadora. Nos dias subsequentes, continua progressiva a mudança editorial do jornal em relação ao governo JRT, a ponto de o novo Gerente de Desenvolvimento Humano do Estado (José Reinaldo começa a fazer mudança em sua equipe de governo nesse período) ter destaque de capa, em edição de domingo: *Entrevista - Altemar Lima – O governo investe em educação para melhorar o IDH do Estado* e espaço de página inteira, (p. 5) para falar da política de educação do governo. Desse modo, enquanto segue visibilizando positivamente o governo JRT, o JP desmonta a imagem de boa administradora de Roseana Sarney à frente do governo do Maranhão, como se observa na notícia abaixo: manchete do dia 23 de maio de 2004:

Figura 8 – Aderson Lago, Edison Lobão, Roseana Sarney e José Reinaldo



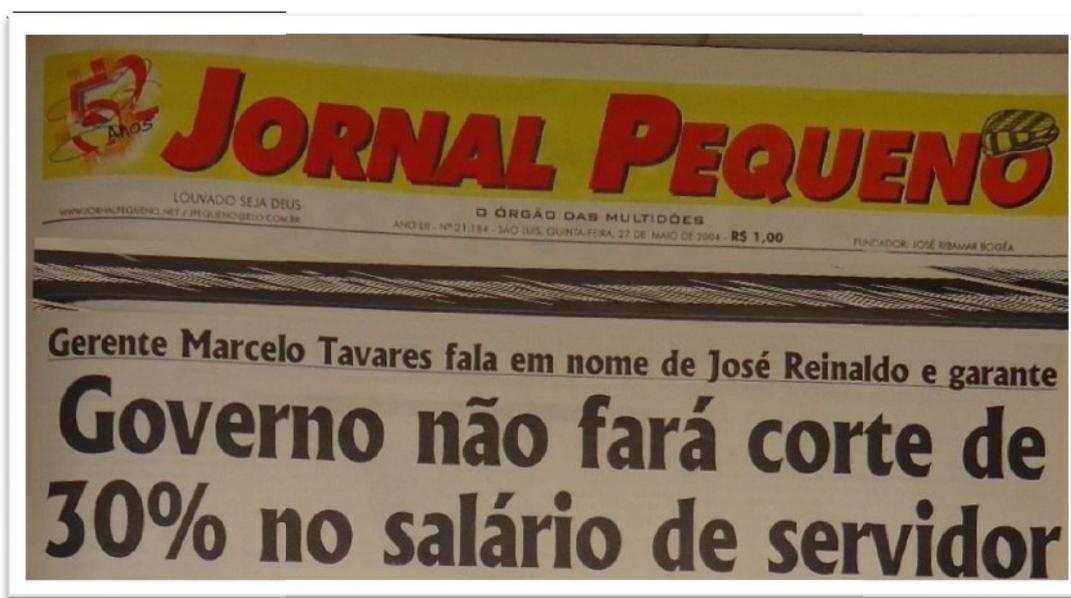
Fonte: Jornal Pequeno, 23 de maio de 2004, capa

Evidencia-se da notícia, a estratégia de mostração (as provas do dizer são os relatórios do TCE – Tribunal de Contas do Estado) para possibilitar que se compreenda a situação financeira do estado e se legitime uma das formas de desacreditar Roseana Sarney. Assim, a narrativa sobre o endividamento do estado objetiva abrir espaço para as notícias da adaptação do estado à nova condição econômica: *Zé Reinaldo prepara mini-reforma para enxugar a máquina do Estado*. A matéria demonstra, de forma inequívoca, os conflitos entre JRT e o grupo Sarney, como se constata no fragmento:

Os parlamentares não confirmaram as especulações sobre suposta intervenção do governador de promover um corte linear de 30 por cento nas gratificações dos servidores, conforme andaram especulando ontem alguns veículos de comunicação ligados ao sistema Mirante, de propriedade da ex-governadora Roseana Sarney (PFL), *hoje, em rota de colisão com o governador e com a Primeira-Dama, Alexandra Tavares*. [grifo nosso] (JORNAL PEQUENO, 25 de maio de 2004, Editoria de Política, p. 3).

Convém informar que os veículos de comunicação do sistema Mirante começam, neste período, a divulgar possíveis cortes no salário dos servidores estaduais ao que o Jornal Pequeno dá atenção especial, apresentando, já neste momento, as versões oficiais do governo para os cortes, sempre tentando atenuar o impacto das medidas para a imagem de JRT. É o que se pode inferir do título: *Gerente de Articulação Política garante que o reajuste não afetará servidores efetivos*.

Figura 9 – Corte no salário de servidor



Fonte: Jornal Pequeno, 27 de maio de 2004, capa

Enquanto isso, notícias positivas sobre o governo intentam diminuir impactos negativos com as medidas da reforma administrativa que o governo iria tomar: *Governo do Estado garante – Já está sacramentado que o MA vai ser o maior produtor de aço do Brasil* (ver ANEXO M). Publica-se, também, nota na coluna de política (Informe JP): *União deixou de transferir 400 milhões para o MA*. A nota esclarece a origem dos embaraços econômico-financeiros do estado: a administração de Roseana Sarney.

O Jornal Pequeno segue dando visibilidade ao governo JRT, durante todo o mês de junho, apresentando narrativas que primam pela versão oficial do estado em notícias como: *Governo do Estado e 22 prefeituras assinam convênio de R\$ 11,4 milhões*. Pelo que se infere, a agenda oficial do governo do estado que era “de responsabilidade” do jornal O Estado do Maranhão, no início de 2004, passa a ser, em razão dos atos políticos, do Jornal Pequeno. As falas do JP tornam-se, por conseguinte, reproduções das estratégias políticas do governo José Reinaldo Tavares.

4.2.3 A ruptura em O Estado do Maranhão

No jornal O Estado do Maranhão, no início de julho de 2004, as narrativas noticiosas sobre o governo José Reinaldo Tavares traduzem “embaraços político-midiáticos”, denominação de Gomes e Conceição (2008, p. 2), para descrever situações identificadas como o momento em que começa o processo de reestruturação dos cenários e dos efeitos de sentido produzidos pelos jornais maranhenses, em razão da reestruturação em curso, consequência dos conflitos no seio do grupo hegemônico, então. Acrescenta-se: tempo de transição e ambiguidade no jornal O Estado do Maranhão quanto à produção de notícias a respeito do governo José Reinaldo Tavares. Tudo em razão de o conflito estar em curso, mas o rito do rompimento, a palavra oficial, ainda não ter ocorrido. Nessa perspectiva, identificaram-se narrativas que ora revelam uma postura editorial do JEMA explicitamente crítica ao governo José Reinaldo Tavares, ora se percebem silenciamentos, apagamentos ou mesmo não-ditos que sinalizam para o clímax que se avizinha.

Em compasso de espera, portanto, as notícias vão se construindo. No em 10 de julho, em tarja preta, na primeira página, a informação sobre o endividamento da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, a insatisfação dos professores e a greve.

Figura 10 – Dívida da UEMA



Fonte: O Estado do Maranhão, 10 de julho de 2004, capa

Aparentemente sem propósito de, na foto que mostra os professores da UEMA, em atitude de protesto, vê-se uma faixa em que se lê “você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”. São sutis construções discursivas que possibilitam compreender que, como já vinha ocorrendo, desde abril, as notícias do governo JRT já não são mais positivas, favoráveis ao governo. A seleção e o enquadramento apontam para crise. Palavras como traição e ingratidão serão muito presentes nas narrativas e discursos do grupo Sarney em referência a JRT. Percebem-se também apagamentos da figura de JRT ao tempo em que personagens que se contrapõem ao governador têm suas vozes mobilizadas. Confirma-se com a notícia sobre a crise na segurança pública. Com chamada de primeira página, do dia 20 de julho: *Crise financeira estadual atinge GTA – Sistema de Segurança Pública sofre Redução de 50% no Orçamento entre 2003 e 2004; Helicóptero é Devolvido*, a matéria relata/delata a desestruturação ocorrida com o GTA²⁷. Ao mesmo tempo, a narrativa destaca o modelo de gestão eficiente (na segurança), criado por Roseana Sarney, com resultados muito bons. Tudo isso está comprometido, ressalta o texto. (ver ANEXO N). Seguem outras narrativas, como mudanças na equipe de governo; corte na folha de pessoal; crise na saúde; denúncias de que o

²⁷ O Grupo Tático Aéreo (GTA), cujo objetivo principal é a manutenção da ordem pública, é subordinado à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão e especializado em resgates de alto risco, rebeliões em presídios etc. É um grupo mesclado de agentes que fazem parte do aparelho da Segurança Pública, pois é formado por profissionais das Polícias Federal, Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros. (Polícia Militar do Maranhão).

governador, apesar da crise, mantém jatinho alugado para uso seu e do grupo de primeiro escalão do governo, etc. Narrativas, enfim, cujas marcas discursivas indicam o rompimento iminente entre JRT e o grupo Sarney.

O que começa a acontecer a partir do dia 28 de julho. Em chamada de primeira página, canto direito, o JEMA divulga uma entrevista de José Reinaldo Tavares. O texto: *SURPRESA: Governador tenta se eximir de culpa por crise*. Na página interna, com título e subtítulo: *Governador tenta responsabilizar antecessores por crise financeira – José Reinaldo surpreende ao atribuir erros de sua gestão ao governo Roseana* (ver ANEXO O), a matéria expõe, pela primeira vez, o rompimento que já está em curso. Destaca-se o trecho em que o jornal dá voz aos parlamentares:

Figura 11 – Parlamentares criticam declarações



Fonte: O Estado do Maranhão, 29 de julho de 2004, política

Ressalta-se que a principal "prova" de que o governador José Reinaldo Tavares está surpreendendo (negativamente) a todos, mobilizada pelos construtores da notícia, são as vozes dos deputados aliados do grupo Sarney. Palavras como "inacreditável" dão conta da indignação e da surpresa. Chama-se atenção para o fragmento: "Não posso acreditar no que vejo e ouço", declarou o deputado César Pires, para quem "o governador está rasgando o

discurso de posse em que prometeu ao povo continuar o governo de Roseana”, que, segundo ele, foi um exemplo para o Brasil. Como se pode perceber, entre as estratégias utilizadas pelos narradores, há a comparação entre o “Maranhão” de Roseana, eficiente, modelo de administração para o Brasil e o “Maranhão” de José Reinaldo que está em estado pré-falimentar. Uma disputa discursiva que se acirra nos dois veículos a partir deste momento.

Convém destacar que a crise política entre o governador JRT e o grupo Sarney é também econômico-financeira. Segundo Couto (2009):

Na esteira do rompimento político, o governador determinou a suspensão do repasse mensal de verbas no valor de 700 mil reais do governo do estado para as empresas do Sistema Mirante. [...] José Reinaldo Tavares afirma que o repasse é antigo, “desde o tempo de Roseana”. Somados os oito anos de mandato de Roseana Sarney e José Reinaldo (1995 a 2002) e o ano e meio de mandato de José Reinaldo até o rompimento (janeiro de 2003 a julho de 2004), quando houve a suspensão do pagamento, chega-se à quantia de 79 milhões e 800 mil reais (COUTO, 2009, p. 179-184).

A suspensão do contrato terá como consequência, claro, o aprofundamento da crise política e midiática, tendo em vista que, a partir daí, o sistema Mirante vai se posicionar sempre contrário ao governo José Reinaldo Tavares, negando-se, inclusive, a anunciar qualquer material de divulgação institucional do governo do estado o que vai implicar uma disputa no campo jurídico. O governo vai entrar na justiça para garantir o direito de divulgar campanhas publicitárias de utilidade pública, como campanhas da área de saúde. Desse modo, com o rompimento público, o jornal O Estado do Maranhão pauta as notícias sobre o governador JRT sempre na perspectiva da crise. A estratégia é focar os problemas decorrentes da “má administração”, dos descaminhos do governo JRT, realizando um paralelo com o governo Roseana. Nessa perspectiva, a senadora e seu grupo aparecem nas narrativas do jornal como personagens que, com seus prestígios, tentam ajudar o Maranhão na esfera federal.

O JEMA segue, assim, noticiando: crise no sistema de segurança; suspensão de programas sociais como o Primeiro Emprego; a contradição de JRT com relação ao BEM; a greve de professores; a crise da ponte sobre o Estreito dos Mosquitos; a intervenção de Roseana pedindo providências ao Ministro dos Transportes para resolver os problemas do estado (que o governador, infere-se, não está resolvendo); a intervenção de Roseana Sarney para: construção de portos e rodovias e verba para educação; o registro da impopularidade de José Reinaldo: “Nenhum governador foi tão impopular”; a crise administrativa e financeira que impede os avanços em todos os setores do estado; o Judiciário em crise; a crise na educação. Como se pode observar, todas temáticas e angulações desfavoráveis ao governo José Reinaldo Tavares.

Figura 12 – Roseana, Lula e Senadores



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão, 24 de agosto de 2004

O texto fotográfico acima é demonstrativo do “poder de intervenção” de Roseana Sarney. Encerra-se esta fase com uma chamada de primeira página que dá dimensão da intensidade da disputa no campo político e no campo midiático entre JRT e o grupo Sarney. No antetítulo: *Alerta* (em vermelho): *Presidente da Vale cobra terreno para implantação de siderúrgica na capital*. No título-manchete: *Descaso do Governo pode prejudicar Pólo Siderúrgico*.

O Presidente da Vale, Roger Agnelli, cobrou do governo a solução do problema do terreno e do licenciamento ambiental para implantação do pólo siderúrgico em São Luís. O executivo alertou que o governo precisa agilizar essa solução, para não perder a oportunidade aberta para o Maranhão. A cobrança foi feita na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Roger Agnelli fez um balanço das atividades da Vale. Apesar da lentidão do governo, ele está otimista quanto à implantação do polo siderúrgico (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 12 de dezembro de 2004, p, 1).

A notícia realça a inoperância do governo do Maranhão, danosa ao estado, a ponto de ser necessário um “puxão de orelha” do presidente da Vale. A estratégia discursiva apreende-se pela escolha de léxicos, como: “cobrou”, “alertou”, “agilizar”, e expressões como “perder uma oportunidade aberta para o Maranhão”, entre outras, que evidenciam os prejuízos causados por JRT ao estado. Para dar maior isenção, o personagem principal da notícia, de quem se mobiliza a fala, é alguém “acima de qualquer querela regional”. É o homem público que representa uma empresa de respeitabilidade e credibilidade internacional, o presidente da Vale. O conjunto discursivo leva, inevitavelmente, à inoperância do governo José Reinaldo Tavares. É a operacionalização do *ethos* (da prova ética), na perspectiva da retórica aristotélica.

Na mesma página, o editorial, a partir do mote da notícia, denuncia os problemas e corrobora com a leitura que se faz:

A perda da refinaria que a Petrobrás planejava implantar em São Luís e, agora, a ameaça de debandada do pólo siderúrgico da Vale do Rio Doce representam duros golpes para todo o povo maranhense.

[...]

Por culpa exclusiva do governador José Reinaldo Tavares, que levou o Estado a um nível de tão vergonhoso descrédito, o povo maranhense assiste, com indignação e revolta, à frustração de um sonho que já parecia realidade.

[...]

Todo esforço então desprendido pela então governadora Roseana Sarney [...] valendo-se do seu prestígio político e da sua excelente imagem de que seu governo desfrutava foi tragado pelas águas da maré vazante em que se transformou o atual governo.

[...]

Resta como amargo consolo a certeza de que dentro de dois anos, não mais, o senhor José Reinaldo voltará a sua insignificância e mediocridade, que será definitivamente da vida pública como um exemplo, a não ser seguido jamais de incapacidade, de irresponsabilidade e desapego aos valores éticos e morais mais elementares [grifo nosso] (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 12 de dezembro de 2004, p. 1).

Os destaques dados aos trechos do editorial ressaltam as estratégias utilizadas pelo narrador. No início, “perda”, “ameaça”, “duros golpes”, “indignação”, “revolta” e “frustração”, são expressões cujas cargas semânticas remetem a sentimentos do povo maranhense, haja vista as expectativas criadas em torno de projetos como a refinaria da Petrobrás e o polo siderúrgico. É a tentativa de mostrar e interagir, provocar sentimentos de revolta, de perda, de frustração no leitor.

Depois, associar os prejuízos a um único culpado: José Reinaldo Tavares (o vilão da narrativa), classificado por atributos como “insignificante, medíocre, incapaz, irresponsável e sem apego aos valores éticos e morais mais elementares”. Em paralelo, apresentar as conquistas associadas à Roseana Sarney (heroína da trama), sobretudo em função de seu prestígio nacional. Por fim, a esperança, mesmo que em amargo consolo, de que o sofrimento,

as decepções e frustrações tenham tempo certo para acabar, daquele momento a dois anos. (o não-dito é que o prazo se refere às eleições e a insinuação – como certeza – de que o povo votará contra o vilão e seu grupo).

A intenção é, ao mostrar os prejuízos, desmascarar o vilão, interagir com os maranhenses (lembrar como foi no passado) e seduzir pela reafirmação dos sentimentos negativos (perda, frustração, indignação...), uma estratégia discursiva bem adequada aos três momentos da retórica: mostraçã, interação e sedução (PINTO, 1999, p.61). Na mesma linha editorial, na narrativa da página interna, lê-se: “*O estado do Maranhão, reconhecido em todo o Brasil por seriedade, eficiência, organização, foi levado a uma situação de calamidade por JR*”. *Caberá aos líderes a tarefa de recuperar o tempo perdido e resgatar a imagem do MA na sua dignidade e grandeza*”.

O destaque vem ao encontro do que se advoga neste trabalho: os Maranhões retóricos ou de papel decorrem das narrativas, instituem-se, transitam por outras e tornam-se reais, mesmo que o sejam só discursivamente. O “Maranhão” de Roseana, um exemplo para o Brasil. O “Maranhão” de José Reinaldo, uma vergonha. (ver ANEXO P).

4.2.4 A ruptura no Jornal Pequeno

Em continuidade à nova política editorial, o Jornal Pequeno segue nesta fase mudando suas estratégias de enunciação. Intensifica-se o processo de mostrar, construir, por conseguinte, o referente. Assim, o mundo configurado ou o mundo do discurso do JP passa a demonstrar a autoridade do governador e de suas ações, criando efeitos de sentido que descredibilizam seus oponentes. No mês de julho, enquanto o JEMA investe em noticiar as crises que estouram no governo JRT, sobretudo aquelas relacionadas à falta de recursos, e ao mau uso do dinheiro público, as narrativas do Jornal Pequeno demonstram o vigor administrativo do governador. Como se pode observar na matéria do dia 15 de julho, com o título: *José Reinaldo busca recursos para viabilizar obras importantes no MA* (ver ANEXO Q). Com chamada de capa e espaço na página 3, editoria de política, a notícia relata os passos de José Reinaldo em Brasília, em visita aos ministérios. Nos modos de mostrar, as estratégias são bem similares às usadas na primeira fase do JEMA, quando os discursos mobilizados são do governador, cabendo-lhe dizer sem contestação. No dia seguinte, mais informações sobre investimentos: *Governo do MA anuncia investimentos para impulsionar economia* (chamada de primeira página e página interna). A narrativa tem enquadramento de modo a estimular,

demonstrar a capacidade administrativa do governador, como bem se constata nos dois primeiros parágrafos da notícia:

O governador José Reinaldo Tavares anunciou ontem, à tarde, no Palácio dos Leões, dois importantes investimentos do governo federal, que promoverão impulso à economia maranhense. O primeiro se refere ao financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) para o Programa de Arranjo Produtivo do Mel, da Casa de Agricultura Familiar. O segundo trata da concretização da implantação e distribuição do gasoduto no Maranhão.

“São duas informações de relevante importância, que contaram com o apoio do presidente do BNDES, Carlos Lessa, e da ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, que me informaram destes vitoriosos projetos. Ambos ajudarão muito no desenvolvimento do Maranhão”, destacou José Reinaldo [grifo nosso] (JORNAL PEQUENO, 16 de julho de 2004, Editoria de Política, p. 3).

Enquanto o JEMA agenda os leitores quanto aos prejuízos que o Maranhão terá em virtude da incompetência do governador, o Jornal Pequeno evidencia dois “importantes investimentos que promoverão impulso na economia maranhense”. “Vitoriosos projetos”, portanto. Dessa forma, o JP faz o percurso inverso: o governador traz projetos que beneficiarão o Maranhão. Como se pode observar, as estratégias discursivas são as mesmas utilizadas pelo JEMA, havendo apenas a troca entre os heróis e os vilões das histórias.

O clima do JP segue reativo ao que se publica no JEMA, numa espécie de tese, réplica e tréplica, até que a publicação da entrevista do governador José Reinaldo dá ao JP a vantagem de “sacar a arma no duelo”. É o que comprova a matéria de capa do JP (cujo título já foi citado na página 46):

Figura 13 – Governador do Maranhão rompe o silêncio



Fonte: Jornal Pequeno, 25 de julho de 2004, Capa

Transcreve-se a chamada da matéria:

O Governador José Reinaldo Tavares, *alvo de um fogo intenso do jornalismo do sistema Mirante nos últimos dias*, disse que o “*Maranhão, sua extrema pobreza e seus indicadores sociais vergonhosos não têm apenas dois anos de idade*”. Segundo ele, o estado viveu oito anos sob *inteira responsabilidade de Roseana Sarney*. “*Seria impossível corrigir em apenas dois anos o resultado de um período que potencializou a miséria, vendeu todo o patrimônio do estado, extinguiu a agricultura familiar, arrasou a saúde e a educação e fez rodovias que se acabam em dois anos*” [grifo nosso] (JORNAL PEQUENO, 25 de julho de 2004, Capa)

À chamada de capa seguem-se, na página 3, editoria de política do JP, respostas às “acusações” do sistema Mirante:

“Desde abril, José Reinaldo tem sido alvo dos ataques da TV Mirante (afiliada da rede Globo), do jornal O Estado do Maranhão e das rádios do grupo espalhadas pelo estado. *Tudo começou quando o governador insatisfeito com os problemas que Ricardo Murad estava criando para o governo, forçou a desincompatibilização do então titular da Gerência Metropolitana, ainda no começo daquele mês, dando sinais definitivos de que não o apoiaria para prefeito de São Luís, tão logo começou a ser agredido pela TV Mirante, o governador mandou suspender um contrato de publicidade de 700 mil reais mensais*. A guerra já estava declarada, mas se manteve silenciosa até a semana passada, quando um jatinho da Weston, que voa há dez anos para o estado, passou a ser destaque metade dos telejornais da emissora do São Francisco.

O governador fez questão de enfatizar que não é o aluguel do jatinho o grande problema do Maranhão. “*O que merece discussão é sermos um estado já não possui a CEMAR, o BEM, a TELMA e outros bens, e continuarmos sendo o que possui a menor renda por habitante, dono do pior IDH – Índice de Desenvolvimento Humano -, o maior número de municípios mais pobres do Brasil, com a maior faixa relativa da população vivendo abaixo da linha da pobreza, com os piores níveis da educação do nordeste tanto na faixa do analfabetismo como no ensino médio e no ensino superior. No setor da saúde, de tão ruins, os dados chegam a ser vergonhosos e inacreditáveis. E sabem de quem são esses dados? Do Ipea, do Governo Federal*. Pois foi assim que saímos dos oito anos de governo que agora me ataca” – afirmou José Reinaldo Tavares. [grifo nosso] (JORNAL PEQUENO, 25 de julho de 2004, Editoria de Política, p. 3).

Dos efeitos de sentido das narrativas, destaca-se a intenção dos narradores (jornalista e entrevistado) de confrontar (estratégia de mostrar) o Maranhão do mundo vivido ou prefigurado (para usar Paul Ricoeur) com o Maranhão de Roseana Sarney, o Maranhão que, nas narrativas do JEMA, tornou-se uma “referência nacional” até que José Reinaldo Tavares o transformou um “estado de crise e de desmandos”. E porque o narrador-jornalista e o personagem destacam este Maranhão vivido, porém não publicizado com frequência, nem pelo governador, quando assumiu o cargo em 2003, muito menos quando foi vice-governador de Roseana, sequer pelo JP, considerado um jornal de oposição?

A resposta se busca na configuração, no texto. Três acontecimentos podem explicar o enigma. Acontecimento aqui, como entende Quéré (2005), pode ser espontâneo, provocado, passível de controle ou de modificações, capaz, principalmente, de modificar as pessoas. É o que se infere da narrativa: três acontecimentos tornaram-se relevantes para a construção do

acontecimento discursivo: a suspensão do contrato do governo com o sistema Mirante (fator econômico); a retirada do apoio do governador ao pré-candidato do grupo Sarney à prefeitura de São Luís (fator político) e a denúncia veiculada pelos meios de comunicação do sistema Mirante a respeito dos custos do governo no aluguel de um avião para transportar o governador e sua equipe. (fator político e decorrência da guerra em curso).

No mesmo dia, além da “Bomba”, o JP traz uma narrativa-resposta sobre o polo siderúrgico, uma reação ao editorial do JEMA que acusa José Reinaldo de colocar em risco a implantação do polo (ver ANEXO R). Dois dias depois, o Jornal Pequeno, em manchete: *Governador desqualificou a administração de Roseana Sarney – Declarações de José Reinaldo caem como uma bomba na classe política*, estabelece e amplia o debate para o poder legislativo, a partir das falas dos deputados que eram, até então, oposição ao governador e ao grupo Sarney, mas, considerando as declarações de JRT, fazem discursos que, por apropriados, passam a ser mobilizados pelo JP. Estava então estabelecida claramente a guerra.

Nesta fase, reafirma-se, o JP passa a ser um diário do governo José Reinaldo, espaço institucional de JRT para interlocução com a sociedade, em contraponto aos veículos do sistema Mirante de propriedade do grupo Sarney. Acrescenta-se que a divulgação, em nível nacional, do rompimento de José Reinaldo Tavares e Roseana Sarney passa a ser reverberado pelo JP como uma estratégia de convencimento e de credibilidade.

O tratamento de temas, sempre com enquadramento positivo ao governo JRT ou, pelo menos, apaziguado em relação a críticas, determina a política editorial do Jornal Pequeno. Assim, títulos como: *Professores querem conversar como governador Zé Reinaldo. José Reinaldo garante conquistas de professores contidas no estatuto. José Reinaldo discute com a Petrobrás sobre a Gasmar. Depois de vender os aviões a preço de banana – Roseana alugou o jatinho que José Reinaldo usa hoje*. Os títulos são exemplos de narrativas produzidas pelo JP as quais, ao tempo em que constroem legitimidade e credibilidade ao governo JRT, desqualificam as notícias e as personagens ligadas ao grupo Sarney presentes nas notícias do JEMA e dos demais veículos do sistema Mirante.

Desse modo, embora tendo se transformado em um jornal “do governo do estado”, o clima editorial do JP continua belicoso. A estratégia é trazer os temas mais espinhosos, relacionados ao governo Roseana, evidenciando a responsabilidade da ex-governadora pelos problemas do estado, como é o caso das privatizações, sobretudo a privatização do Banco de Estado do Maranhão – BEM, que figura como um dos responsáveis pelas condições de endividamento do estado. Exemplifica-se com a manchete:

Figura 14 – Escândalo da venda do BEM



Fonte: Jornal Pequeno, 29 de junho de 2004, capa

Destacam-se, ainda nesta fase, alguns títulos e/ou manchetes cujas temáticas fazem parte das estratégias adotadas pelo Jornal Pequeno visando a: 1) legitimar o governo JRT junto a setores estratégicos da sociedade: *OAB se solidariza como JR e pede nomeação de defensores. Vale se reúne com José Reinaldo*; 2) divulgar as repercussões do conflito por meio da imprensa dos grandes centros do país: *Não é somente o JP e a oposição que dizem! Artigo da Folha de SP defende fim do coronelismo e da oligarquia Sarney – Segundo o articulista, isso será benéfico para o Maranhão e para o Brasil. “Fantástico” exhibe a miséria do MA e deputado culpa “Esquema Sarney”*; 3) divulgar e reverberar entrevistas de JRT, tanto em nível local como em outros centros: *Em entrevista à Revista Época, José Reinaldo diz que Roseana Rompeu com ele*; 4) demonstrar os erros e/ou crimes praticados pelos governos de Roseana Sarney: *Zé Reinaldo garante que a culpa no contrato do BEM é toda de Roseana. Governo José Reinaldo herdou um quadro vergonhoso de estradas do governo Roseana*; 5) reafirmar a capacidade administrativa de JRT: *Ministro dos transportes garante verbas para início das obras da ponte*; 6) responder a provocações contra José Reinaldo Tavares, provenientes do outro lado da ponte (expressão utilizada pelo JP para designar os veículos de comunicação do sistema Mirante de Comunicação).

Sobretudo, infere-se da análise que, a partir dessa fase, o Jornal Pequeno passa a utilizar estratégias discursivas com o objetivo de construir a ideia de que o rompimento de José Reinaldo com o grupo Sarney constituía-se numa grande possibilidade de “libertação” do Maranhão.

4.2.5 A pós-ruptura em O Estado do Maranhão

No ano de 2005, as posições políticas estão definidas, conseqüentemente, as estratégias discursivas dos jornais também. Nesse sentido, o processo da reestruturação hegemônica da política do Maranhão, que havia desestabilizado por um período os *modos de dizer* do JEMA, produziu novos contextos, requerendo novas falas ou novos modos de mostrar os fatos, interagir e captar os leitores. Inclui-se, nas observações, o fato de o jornalismo do JEMA voltar-se para uma prática de denúncia, de investigação, de furo, o que não era próprio da política editorial do jornal até então, acostumado à posição de jornalismo “chapa branca” do governo do Maranhão, por muito tempo. Sobre o governo do estado e do governador JRT, o Jornal O Estado do Maranhão intensifica as denúncias, em construções e reiterações de fatos negativos da administração estadual. Nesse sentido, os escândalos administrativos do governo tornam-se a pauta principal do JEMA.

Já no dia 2 de janeiro de 2005, um ano depois de notícias que exaltavam o governo José Reinaldo, o JEMA publica notícia, com chamada de primeira página. No antetítulo: *Escândalo – Governo pagou pela construção de 20 estradas que não existem* e título: *Veja denuncia corrupção no governo José Reinaldo*. A matéria da página 3 (editoria de política) diz:

Vinte estradas contratadas e pagas, a maioria com aditivo, pelo governo do Estado, não existem, configurando *um escandaloso caso de corrupção que tem como responsável principal o governador José Reinaldo Tavares*. É o que denuncia a revista Veja, na sua primeira edição deste ano, em circulação desde sexta-feira em São Paulo e nas maiores cidades do país e também na sua versão na internet. A revista circula hoje em São Luís.

“*O Maranhão acaba de inovar a engenharia da corrupção ao lançar no cenário estradas virtuais*”, diz a reportagem de Veja, assinada pelo jornalista Policarpo Júnior.

De acordo com a revista, o governo estadual “contratou vinte obras fantasmas, ligando quarenta povoados em doze municípios, uma maneira de tragar dinheiro público a conta-gotas”. Classificadas como “obras de emergência”, foram “integralmente pagas”, mas nada foi feito. “Elas nunca saíram do papel”, diz a reportagem. [grifo nosso] (O ESTADO DO MARANHÃO, 02 de janeiro de 2005, Editoria de Política, p. 3).

A notícia centra no governador. Ele é “culpado” de tudo. Não há preocupação em ouvi-lo, a voz do acusado desaparece e assume relevo a denúncia. Um detalhe chama a atenção e se verifica tanto no JEMA, quanto no JP, os jornais reproduzem as notícias produzidas pelas revistas de circulação nacional, como a Veja, a Isto É e outros semanários de igual *status*, de forma acrítica, como se o fato de a revista em questão ter publicado eximisse outro tipo de apuração. O mesmo acontece em relação aos jornais diários de circulação nos grandes centros do país. Nessa perspectiva, o tema “estradas fantasmas” tem desdobramentos,

em suíte²⁸, em todos os dias subsequentes. Em 06 de janeiro, noticia-se: *Mais duas estradas inexistentes foram pagas pelo governo*. A escolha do léxico “mais” produz o efeito de que só aumenta o tamanho da corrupção. Os modos de mostrar legitimam a narrativa, com demonstração de comprovantes de pagamento de obras não realizadas, entre outras formas de provar (a estratégia de mostrar, o *ethos*) como a tomada de depoimentos de pessoas que estariam “imparciais” para falar sobre. É o que se comprova na notícia com o título: *“População desmente construção de estrada em Poção de Pedras”* (ver ANEXO S):

Uma prova de que as obras “executadas” e pagas pelo governador José Reinaldo nunca saíram do papel são os depoimentos de pessoas que moram há bastante tempo no município, mas nunca ouviram falar dos dois povoados fantasmas. [...] Segundo o vaqueiro José Edmilson da Silva, que reside no povoado São Raimundo dos Crentes, em Poção de Pedras, não existe qualquer sinal de que um dia possam ter sido criados os lugarejos de Mata do Boi e São Vicente. “Nunca ouvi dizer que esses dois povoados existissem, mesmo morando aqui, desde 1971”, declarou o vaqueiro. (O ESTADO DO MARANHÃO, 7 de janeiro de 2005, Editoria de Política, p. 3).

Desse modo, todas as notícias mostram, comprovam a corrupção e desautorizam a administração de JRT. O jornal segue na construção de conceitos negativos da administração por meio de eleição de temas e do enquadramento que possam relacionar JRT à corrupção, incompetência, impopularidade, deslealdade, entre outros atributos negativos. A estratégia é demonstrar que o Maranhão está à deriva, sem comando, mergulhado no caos financeiro, político, moral, institucional. E seguem notícias sobre corrupção: *Força-tarefa investigará destino dos valores repassados ao MA. Roseana Sarney lamenta caos no MA. MP investiga destino do dinheiro desviado. Sob suspeita aplicação de 100 mi pelo governo*. Também sobre a falta de comando, a incompetência do governador: *Sem saída, governo demite a cúpula da infra- Estrutura. MA há três anos sem governo*. (Esse título refere-se ao aniversário de três anos do governo José Reinaldo). Em relação ao tema, o jornal publica uma série de notícias, incluindo uma matéria de meia página sobre os roteiros de viagens oficiais e não oficiais do governador e da primeira dama. É importante destacar a estratégia de legitimação das notícias utilizadas pelo JEMA a partir da população.

²⁸ Suíte – do Francês *suite*, isto é, *série*, *seguimento*. Em jornalismo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de notícia publicada na edição anterior. (NOVO MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de São Paulo, 5ª Ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1995).

Figura 15 – Instalação de siderúrgica



Fonte: O Estado do Maranhão, 27 de março de 2005, Capa

A narrativa do JEMA parte de um critério de verdade irrefutável no imaginário social: pesquisas de opinião. Tomando-se, pois, o mote da avaliação que a população faz da instalação do complexo siderúrgico, o JEMA envereda para a avaliação do governador José Reinaldo como o principal “culpado” pela demora na implantação da siderúrgica. Em paralelo às notícias que desconstroem o governo e o governador José Reinaldo, o Jornal O Estado do Maranhão, em suas narrativas, reforça a liderança e o papel do grupo Sarney, sobretudo Roseana Sarney e José Sarney. O jornal dá visibilidade à Roseana, de modo a apresentá-la como contraponto ao “vilão” JRT. Também coloca José Sarney como o líder sempre a se preocupar com o Maranhão e ajudar o estado. São constantes notícias como: *Sarney teme que MA perca novos investimentos. Sarney diz que imagem ruim pode inviabilizar investimentos no MA*:

Nós tínhamos superado esse tipo de coisa, dessas lutinhas políticas, dessas coisas que a gente lida com a traição, com a falta de espírito público. [...] *Tenho muito medo porque os investimentos que vinham para cá vinham baseados na confiança que o Maranhão passava, na tranquilidade oferecida aos investidores.* Hoje o Maranhão passa para os investidores uma imagem muito ruim. Eu estou na história por várias coisas que Deus me deu; *eu escrevi livros, eu entrei para a Academia Brasileira de Letras e tenho tido, no Brasil inteiro e fora do Brasil também, uma grande repercussão como político.* Acho que tenho que *vir para cá lutar pelo Maranhão e não por mim.* Minha carreira política está formada. Eu não preciso de mais nada [...] *Eu tenho amor a essa terra.* [grifo nosso] (O ESTADO DO MARANHÃO, 11 de fevereiro de 2005, Editoria de Política, p. 3).

Dos fragmentos acima, é possível deduzir, pelas marcas textuais mobilizadas, um José Sarney realizado como político e como intelectual, destaca-se a ênfase que José Sarney dá ao escritor José Sarney (coisas da *Athenas*). Revela-se “como sempre” um apaixonado pelo Maranhão e que teme (tem medo). Ele usa a captação, a interação com o maranhense que

também tem medo de perder investimentos que viriam “transformar” o Maranhão. Outra estratégia usada pelo entrevistado e disponibilizada pelo jornal diz respeito à comparação entre um Maranhão do passado digno de confiança entre os investidores e um Maranhão de hoje (do governo JRT) que não inspira confiança. O não-dito: o Maranhão de Roseana inspirava confiança, o Maranhão de José Reinaldo, não. É mostraçãõ de uma realidade. Por fim, um Sarney desprendido (altruísta) que se disponibiliza a vir lutar pelo Maranhão vai ao encontro dos sentimentos daqueles que amam o estado. É, pois, uma estratégia discursiva de sedução. (Amor pelo Maranhão, aliás, reiterado em quase todas as falas de Sarney).

Em relação à Roseana Sarney, o JEMA destaca sua liderança com efeitos de sentido em duas formas: uma com a demonstração do prestígio de Roseana em nível federal e o seu empenho em resolver problemas como a construção de estradas; a outra, consiste em comparar um passado de desenvolvimento e progresso do Maranhão em confronto com o presente sem perspectiva. São, portanto, notícias do tipo: *Roseana quer estrada recuperada. Senadores recebem reivindicações de prefeitos da Região Tocantina – Roseana Lobão e João Alberto prometem buscar recursos para municípios. Liderança de Roseana é destacada. Trabalho de ex-governadora é lembrado. Acrescenta-se que, por meio das notícias, o JEMA faz campanha declarada da senadora um ano antes das eleições de 2006:*

Figura 16 – Roseana em discurso no município de Santa Helena - MA



Fonte: O Estado do Maranhão, 02 de outubro de 2005, capa

A imagem da senadora diante de uma multidão demonstra popularidade, prestígio. Já o texto verbal, sem subterfúgios, ressalta que Roseana deverá “colocar seu nome à disposição do povo em 2006 para trabalhar visando colocar o Maranhão de novo no caminho do progresso”. Infere-se que havia antes um Maranhão desenvolvido, até 2002, que deixou de ser desenvolvido, dois anos depois da saída de Roseana Sarney. Portanto, no espaço de tempo de dois anos, nos discursos mobilizados pelos narradores da notícia, Maranhões diversos são construídos (o Maranhão de 2002/03, que estava no caminho do progresso; o Maranhão de 2004/05, que está vivendo uma crise de atraso e um provável Maranhão que voltará ao caminho da prosperidade, se/quando Roseana retornar). Como se pode comprovar “Maranhões de papel”.

4.2.6 A pós-ruptura no Jornal Pequeno

Conforme se vem constatando, os processos de construção de novos cenários e a consequente reestruturação de efeitos de sentidos tiveram como resultado mudanças na linha editorial do JEMA e do JP. A análise comparativa entre estes dois veículos possibilitou, porém, compreender que o Jornal Pequeno teve que se adaptar menos ao novo contexto do que o Jornal O Estado do Maranhão, no que tange às estratégias discursivas adotadas pelos periódicos estudados, sobretudo em 2005, uma vez que o JP, embora tenha se tornado uma espécie de “porta-voz” do governo do estado, concomitantemente, transformou-se em “trincheira de libertação do Maranhão”. O Jornal Pequeno, portanto, mesmo editorialmente comprometido com o governo do estado e, em razão disso, deixar de fazer quaisquer críticas à sua administração, não perdeu o *élan* de “oposição”, justo porque, simbolicamente, José Reinaldo “não era governo”. Era “oposição”. Na verdade, o “homem que teve coragem de implodir o grupo”, que se “insurgiu”, que se “libertou” e “buscava libertar o Maranhão”.

É o que se pode inferir da reprodução da entrevista de JRT abaixo:

Figura 17 – Governador bate forte na dinastia



Fonte: Jornal Pequeno, 02 de março de 2005, Capa

Da fala do governador, depreende-se que ele atribui a si o “mérito” de ter rompido com Sarney e a missão de “libertar” o Maranhão. Coloca-se como um mártir, numa estratégia discursiva de remeter a outros mártires que se sacrificaram em nome da causa. Fica patente em seu discurso que os males do Maranhão são responsabilidade exclusiva do grupo Sarney.

Desse modo, em 2005, além de o JP continuar dando visibilidade ao governo JRT, pelo agendamento positivo das ações governamentais, como já vinha fazendo desde 2004, buscou construir, fundamentalmente, a bandeira de libertação do Maranhão (leia-se derrotar o grupo Sarney). Esta bandeira revelou-se nas narrativas jornalísticas por meio de três temáticas relacionadas: a primeira seria intensificar as denúncias contra os desmandos do grupo Sarney, desmistificar na sociedade a ideia de progresso e de competência administrativa construída em 40 anos de hegemonia de Sarney e seu grupo no Maranhão. A segunda, apresentar, ou melhor, revelar a toda a população os níveis de abandono e pobreza do Maranhão em razão do domínio dos Sarneys. A terceira e a mais performática das temáticas se refere ao empréstimo pleiteado pelo governo do Maranhão ao Banco Mundial, com objetivo de combater a pobreza e, segundo a versão do JP, boicotado no Senado Federal pelos três senadores do Maranhão: Roseana Sarney, João Alberto de Sousa e Edison Lobão (três soldados das trincheiras sarneysistas, liderados e orientados por José Sarney).

Em contexto, o empréstimo que se transformou como a principal bandeira política e midiática na luta contra o grupo Sarney foi requerido pelo governo do estado do Maranhão ao Banco Mundial (Bird). O dinheiro seria destinado ao Programa de Desenvolvimento Integrado e os recursos utilizados em ações de combate à pobreza no estado, nas áreas de

educação, saúde, meio ambiente e produção, com destinação de (60%) para investimento nos 80 municípios maranhenses de menor IDH. Assim, em maio de 2004, a instituição confirmou oficialmente o empréstimo ao governo do Maranhão. Proposta protocolada no início de 2005 pelo governo do Maranhão. Nos termos do convênio, o governo do Maranhão deveria entrar com uma contrapartida de 10 milhões de dólares. Para ser, porém, efetivamente concretizado, o Senado Federal deveria analisar e aprovar o pleito. Eis a razão do conflito. A versão dos reinaldistas atribuía a morosidade às manobras dos senadores ligados ao grupo Sarney e também ao poder de José Sarney na esfera federal. Poder usado para emperrar a aprovação do empréstimo. Por outro lado, os sarneysistas alegavam que o estado não estava legalmente apto para pleitear o empréstimo.

Considerando que as narrativas sobre o empréstimo representam, no período estudado, o momento no qual os discursos jornalísticos mais se revelam “espetáculos retóricos”, optou-se por recontar a história do empréstimo como desfecho da saga das falas. Desse modo, pelo entrelaçamento dos títulos e manchetes publicados sobre o tema, apresenta-se a metanarrativa do empréstimo. A luta ou o embate pelos pobres do Maranhão ocorreu em 2005, entre março e novembro.

4.2.7 A guerra pelos pobres do Maranhão

Inicia-se com o Jornal Pequeno:

Figura 18 – Projeto de combate à pobreza



Fonte: Jornal Pequeno, 04 de março de 2005, capa

A imagem acima vem acompanhada do texto:

Já no ponto de ser votado no Senado, conforme prometeu o presidente Renan Calheiros ao governador José Reinaldo Tavares, o projeto que destina 40 milhões para combate à pobreza no Maranhão recebeu oito emendas de última hora, na última terça-feira, e teve que retornar à comissão de assuntos econômicos (CAE) da Casa para novo parecer do senador Rodolpho Tourinho (PFL- BA). As emendas foram apresentadas pelos senadores Garibaldi Alves Silva (PMDB-RN), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que nem conhecem o Maranhão. A manobra foi denunciada, ontem, pela deputada Terezinha Fernandes (PT-MA), que identificou nela “mais uma trama do senador José Sarney (PMDB-AP) para prejudicar o Maranhão”. A sessão onde tudo aconteceu estava sendo presidida pelo senador Papaléo Paes – aliado de Sarney e do PMDB do Amapá. [grifo nosso] (JORNAL PEQUENO, 4 de março de 2005, capa).

A chamada (texto verbal) e o texto fotográfico têm o apelo de mostrar a realidade da pobreza no Maranhão, ao mesmo tempo em que sensibilizam para a denúncia quanto à “maldade” de José Sarney, já caracterizado negativamente como “cacique” e denunciado pela “armação” de colocar seus aliados a emendarem de “última hora” o projeto. A expressão “já no ponto de ser votado” elimina a possibilidade ou a necessidade de mudanças no projeto. Infere-se, portanto, do não dito, que os senadores que emendaram o projeto estariam a serviço da “trama” do senador José Sarney para prejudicar o Maranhão. O efeito do discurso é contundente: “José Sarney não deseja livrar o Maranhão da pobreza”. Um dos argumentos presentes nas narrativas é que o grupo Sarney se nutre da pobreza. A conversa, porém, no “outro lado da ponte” é outra: o JEMA publica: *Recursos: Senadores defendem aprovação dos US\$ 30 milhões para o Maranhão – João Alberto diz que o governo entrava liberação de empréstimo* (ver ANEXO T). A chamada da notícia é:

O senador João Alberto voltou a defender ontem, no Senado, a aprovação do empréstimo de US\$ 30 milhões que o Maranhão pleiteia no Banco Mundial. Ele ressaltou que os obstáculos para o processo estão na administração do estado. “Estou aqui pleiteando a aprovação, assim como fazem também os senadores Edison Lobão e Roseana Sarney”. O senador Lobão, também presente, ressaltou os discursos que fez sobre o assunto. O senador Marco Maciel, de Pernambuco, confirmou o trabalho dos maranhenses pelo empréstimo [grifo nosso]. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 28 de maio de 2005, capa).

Pode-se inferir, das marcas textuais, que os senadores estão na defensiva. Desejam mostrar ou justificar que não estão contra a aprovação do empréstimo. A expressão “voltou a defender” deixa implícito que o senador já vem defendendo o projeto. A necessidade de uma “testemunha” que “confirma” (Marcos Maciel) o que dizem os senadores também é pista de que se pode entendê-los em situação desconfortável. Outra observação com base nas marcas do texto é a ausência, na fala dos senadores, do motivo do empréstimo: “a pobreza do Maranhão”. Não há em qualquer narrativa do JEMA, nesse período, alusão à pobreza do Maranhão nos moldes apresentados pelo JP. Na fala dos senadores, existem obstáculos no processo, contudo atribuem tais empecilhos ao governo do estado.

Do confronto entre as falas construídas pelo JP e JEMA emergem posições que serão determinantes para o duelo entre os que lutam pela aprovação do empréstimo, em nome dos pobres, portanto, e aqueles que se defendem e, por consequência, são acusados de “maldosos”, “inimigos do Maranhão”, “os vilões” que, por meio de estratégias variados, tentam impedir a aprovação do empréstimo e a “salvação dos pobres”. Convém informar que o duelo das falas foi às ruas, com manifestações populares as quais o JP dará visibilidade e o JEMA ignorará. Até porque a motivação do embate, a pobreza do Maranhão, é calada e nunca relacionada ao empréstimo nas narrativas do jornal O Estado do Maranhão, mas é construída e reiterada como a motivação maior do empréstimo e da luta pela “libertação do Maranhão”, no Jornal Pequeno. Nesse sentido, convinha ao JP construir a “história da luta pelos pobres do Maranhão”, denunciando e responsabilizando, por conseguinte, o grupo Sarney pelos males que acometiam/acometem o estado. Assim, na “guerra pelos pobres”, o JP parte para a ofensiva, enquanto o JEMA responde reativamente. Conta-se, pois, a história do empréstimo para o combate à pobreza, por meio de “ataques” e “contra-ataques” do JP e do JEMA, no entrelaçamento dos textos em manchetes e títulos.

A guerra das falas em torno do empréstimo ocorre em dois momentos intensos: nos meses de março e abril, quando, praticamente, só o Jornal Pequeno fala do assunto e depois, nos meses de outubro e novembro de 2005. Em março, o JP publica uma série de denúncias. No dia 5: *Boicote ao projeto de combate à pobreza – Deputados reagem à maldade de Sarney contra pobres do MA*. No dia 7: *Crime contra os pobres do Maranhão – Governador e deputados lutam para reverter maldade de Sarney – governador cancela agenda e vai para Brasília pressionar senadores*. No dia 17, o JP informa, em manchete: *Projeto de combate à pobreza – Omissão de senadores faz Zé Reinaldo apelar a Capiberibe* (ver ANEXO U). Na página 3, no mesmo dia: *Como Sarney, Roseana, Lobão e João Alberto nada fazem – Capiberibe apela no Senado em favor dos pobres do Maranhão*. Em 20 de março, continua o JP: *Repercute em Brasília o discurso de Capiberibe em favor dos pobres maranhenses – Postura dos senadores do MA é condenada na Câmara Federal*. Em 30 de março: *Sarney e Roseana querem mesmo deixar maranhenses com fome*. No dia seguinte, *Maldade dos Senadores do MA contra pobres escandaliza políticos do DF*.

É importante destacar as formações discursivas deste período: expressões como “boicote”, “maldade contra os pobres”, “luta para reverter maldade”, “crimes contra os pobres”, “omissão de senadores”, “apelo a Capeberibe”, “postura condenada na Câmara Federal”, “deixar maranhenses com fome” são estratégias retóricas que dividem a seara semântica em dois espaços: os maus, aqueles que não se importam com os pobres, portanto

não se preocupam com o Maranhão e os bons, aqueles que, bravamente, lutam contra os maus e pelos pobres. Um detalhe importante: o personagem Capiberibe que figura em várias narrativas faz parte dos atos políticos que se transformam em falas (Capiberibe é um arquiinimigo de Sarney no estado do Amapá, acionado pelos reinaldistas como parceiro no combate a Sarney). Aliás, divulgar as repercussões da crise no Senado, na Câmara Federal, faz parte da estratégia de mostração, de legitimação externa para convencimento interno.

Em abril, o JP continua. Solitário, porém, uma vez que o JEMA não se manifesta. Logo no dia 7, o JP publica: *Maldade contra os pobres do Maranhão repercute no Jornal o Globo do Rio – Família Sarney tenta retardar a aprovação do empréstimo* (ver ANEXO V). No dia 22, *Maldade contra os pobres do Maranhão – Manobra de Sarney faz projeto dos 30 milhões cair nas mãos de ACM*. Dois dias depois: *Dobradinha Sarney – ACM em ação contra os pobres – Deputados condenam nova manobra contra empréstimo de US\$ 30 milhões*. Em 26 de abril, nova notícia: *Deputados denunciam sabotagem de Sarney – Encaminhamento do projeto de combate à pobreza à CCJ, de ACM, confirma maldade do chefe da oligarquia contra os pobres*. Mais uma série de narrativas do JP constroem efeitos de sentido que demonizam o grupo Sarney, com a estratégia de apelar para a legitimidade externa, pelo respaldo do jornal da mídia do sudeste do país, como o jornal o Globo.

De maio a setembro, o tema empréstimo sai da pauta do JP, em função da própria dinâmica das votações do Senado. Retorna, contudo, em primeiro de outubro, com matéria de capa: *Zé Reinaldo convoca todos à luta para romper atraso no Maranhão – Presidente da FAMEM também se filia e passa a integrar a frente de libertação* (ver ANEXO W). Até aquele momento, há apenas uma manifestação do JEMA, sobre o assunto. O silêncio fala, contudo. As possíveis leituras apontam para a omissão do grupo em relação ao empréstimo ou para a deliberada decisão de obstacularizar o pleito do governo do estado. O Pequeno continua no “ataque”, em 6 de outubro, informa: *Capiberibe pede aprovação de empréstimo para o Maranhão*. Em 13 de outubro: *Empréstimo de US\$ 30 milhões para combate à pobreza – MA reage ao boicote de senadores e obriga oligarquia Sarney se mexer*. No dia seguinte, *Empréstimo de combate à pobreza – Deputado volta a culpar em Brasília os políticos ligados ao grupo Sarney*. Em 18 de outubro, o JP anuncia: *Quase 18 mil trabalhadores pressionam em praça pública: Grito da pobreza ecoa na Deodoro (ato histórico em São Luís pela aprovação do empréstimo de US\$ 30 milhões para combate à pobreza no MA que está sendo boicotado pelo “Esquema Sarney”)*.

Como “resultado da manifestação popular”, no dia 19, o JP divulga: *Projeto de combate à pobreza – Pressão popular pode levar o Senado a aprovar empréstimo para o*

Maranhão. No dia 20, Projeto para o combate à pobreza – Senadores são pressionados para aprovar empréstimo para o MA. Ainda em outubro, no dia 21, Evangelista condena boicote a projeto de combate à pobreza – Presidente da Assembleia Legislativa critica senadores do Maranhão. No dia 22, o JP descobre a manobra: Combate à pobreza – ACM revela que Sarney boicota projeto dos 30 milhões de dólares. Nesse mesmo dia, mais uma notícia no JP: Deputado denuncia na Câmara Federal, em Brasília – Roseana Sarney é quem mais tenta boicotar empréstimo de 30 milhões. Em 27 de outubro: Maldade dos senadores maranhenses contra os pobres não tem limite – Esquema Sarney ‘adoece’ senador e atrasa de novo projeto de 30 milhões.

Chamam atenção, neste período, as estratégias de captação: “José Reinaldo convoca todos à luta para romper o atraso”, “O MA reage ao boicote e obriga senadores”. Tais estratégias objetivam o envolvimento da população no embate. A metonímia Maranhão = a José Reinaldo reagindo e rompendo com o atraso, bem como “O grito da pobreza” são exemplos de linguagem metafórica, em função conativa, com objetivo de captar e seduzir. Até o final de novembro, as falas são produzidas quase que exclusivamente pelo JP, excetuando-se uma nota ou outra sem muito destaque no JEMA. Dessa forma, somente no final de outubro, no dia 30, o jornal O Estado do Maranhão manifesta-se sobre o assunto: *US\$ 30 MI – governador descumpriu metas e não pode assumir novos compromissos financeiros – Inadimplente, governo está proibido de pedir empréstimo* (ver ANEXO X). Ao que o JP responde (contesta), dois dias depois: *Tesouro Nacional garante que o Maranhão pode fazer empréstimo – Secretário diz que notícia do jornal dos Sarney sobre a ‘inadimplência’ do Estado é mentirosa* (ver ANEXO Y). O JEMA, em tréplica, publica no dia 02 de novembro: *Prejuízo: governador tentou evitar penalização, mas a Secretaria do Tesouro Nacional não aceitou argumentos – Inadimplência obrigou o governo a pagar multa milionária ao Tesouro* (ver ANEXO Z). O JP responde, no mesmo dia, com boas-novas: *Projeto de US\$ 30 milhões é aprovado na comissão de ACM* (ver ANEXO AA). Em 8 de novembro, o JP noticia: *É hoje ou nunca – Reinaldo e deputados pressionam em Brasília pelos US\$ 30 milhões* (ver ANEXO AB). No dia seguinte, mais uma notícia do JP: *Apesar das pressões do “Esquema Sarney” sobre Ney Suassuna – Projeto dos 30 milhões passa pela última comissão e vai a Plenário* (ver ANEXO AC). O JEMA, porém, não se dá por vencido e contra-ataca: no mesmo dia (9): *Vexame: Acordo milionário com empreiteira prejudica ‘empréstimo dos pobres’- Comissão do Senado autoriza empréstimo, mas condiciona contrato à regularização na STN* (ver ANEXO AD). Nas aspas do JEMA, o questionamento sobre as motivações do empréstimo. O Estado do Maranhão tenta desmontar, assim, o principal argumento do “adversário”.

Mas o JP informa que o fim está próximo, o “adversário está agonizando”. No dia 10 de novembro: *Sem saída diante do Projeto dos 30 milhões, senadores do MA entram em pânico – Sarney e Roseana saem da toca e João Alberto agride o Governador com baixarias no Senado* (ver ANEXO AE). Ao que o JEMA responde, no mesmo dia: *Senadores mostram que governo não pode contratar empréstimo – Sarney, Lobão, João Alberto e Roseana desmontam versão de José Reinaldo* (ver ANEXO AF). Coube ao JP, no dia 11 de novembro, o desfecho: *Vitória do povo do Maranhão – Empréstimo de US\$ 30 milhões é aprovado pelo Senado Federal (Sarney e Suassuna ainda fazem uma última manobra contra a pobreza rural no Estado)* (ver ANEXO AG). Como se pode perceber, nesse embate, o Jornal Pequeno deu a palavra final, encerrando-se a guerra das falas pelos pobres do Maranhão.

Ao término desse capítulo, pelas falas e/ou silêncios dos jornais maranhenses, reforça-se a tese de que os semióforos da contemporaneidade continuam a traduzir/construir os Maranhões como espaços simbólicos de poder, em torno do qual, as elites disputam espaço. Não se observou nas narrativas construídas, por exemplo, outras vozes que pudessem contribuir para um debate menos maniqueísta ou menos emocional das questões sobre o Maranhão e seus problemas. O que se revela apropriado ao paralelo dos costumes *athenienses* ontem e hoje. Inclusive e principalmente, naquilo que Borralho (2009, p.172) denomina de didatização da política na imprensa. Só como exemplo, entre tantos debates travados pela imprensa do século XIX, conservadores e liberais disputavam espaços públicos por meio dos jornais, à guisa de defender a soberania dos povos da *Athenas*. Nesses espaços, debatia-se de tudo, “mesmo numa província acentuadamente iletrada, onde o privilégio de codificação e decodificação das letras era de fato de pequenas parcelas da população” (BORRALHO, 2009, p. 178). Assim, se a temática da independência foi um instrumento de simbolização de como as elites ensaiavam seus papeis, no passado, quando a imprensa foi elemento de pedagogização, de didatização dos códigos culturais, por vezes coercitivos, por deixarem de fora a maioria da população, na *Athenas Brasileira* contemporânea, as discussões dos problemas do Maranhão ou Maranhões são um artifício retórico, igualmente pedagógico e didático, para que as elites discutam, sobretudo, a si mesmas. Embora se reconheça que, no passado como presente, o caráter de denúncia e de cisão no espaço intra-elitista possa favorecer o aparecimento de outros atores sociais e outras temáticas. É sempre salutar e recomendável pensar assim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para apresentar considerações finais do percurso ou da “aventura” (dolorosa e prazerosa) de produzir conhecimentos sobre o jornalismo maranhense, ainda que sob as condições rígidas de um trabalho científico, convidou-se o historiador maranhense Wagner Cabral Costa (2006):

Na passagem selecionada de *A décima noite* (romance de 1959), o Largo do Carmo é representado como um agente demoníaco, “olhos e ouvidos” (e também a “língua ferina”) da cidade a devassar a intimidade e os segredos de todos os seus habitantes, os quais manteriam com esse espaço público uma ambígua relação de medo e apego. No romance o Largo do Carmo personifica e condensa em si alguns dos atributos e qualitativos da identidade regional, ou, em outros termos, a praça se torna um “ponto de fixação” nos imaginários sociais urbanos: centro social, centro boêmio, centro cultural da *Atenas Brasileira*. Mas também centro de boatos e mexericos, que a inventiva imaginação popular batizou de DIVA (Departamento de Informações da Vida Alheia), talvez uma zombeteira versão do DIP (!?), onde diariamente dezenas de ludovicenses batiam o ponto. [...] Já na apresentação da personagem, Josué Montello assinala o seu papel na estrutura narrativa do romance: Emiliano, como arquétipo do *intelectual ateniense*, é quem introduz e guia Abelardo nos mistérios e segredos da *maranhensidade*, construindo para o rapaz um mapa subjetivo de acesso ao ser *maranhense*. Assim, Emiliano Penha se autodenomina como um legítimo “produto regional, como o babaçu e o bumba-meu-boi”, além de “prosador e poeta, professor e tribuno, boêmio e devoto, membro da Academia, sócio do Instituto Histórico e presidente honorário deste Largo do Carmo!”. Em suma, um ‘típico’ habitante da *Atenas Brasileira*. [grifo nosso] (COSTA, 2006, p.101).

Intertextual, Costa busca Josué Montello para metaforizar o intelectual maranhense, na personagem Emiliano. Por meio deste, o autor retoma o mito da *Athenas Brasileira*, categoria também utilizada neste trabalho para pensar o jornalismo (o jornalista) como intelectual, como semióforo da sociedade maranhense. Desse modo, reafirma-se que o jornalismo maranhense “traça um mapa subjetivo de acesso ao ser maranhense, aos mistérios e segredos da maranhensidade”. Esse valor, fundante no jornalismo impresso maranhense, pode-se comprovar, especificamente, nas construções narrativo-discursivas dos jornais analisados, nos movimentos de construir e desconstruir o Maranhão; qualificar e/ou desqualificar personagens da vida política, processo intensificado num momento de acirrada disputa pelo poder político, sobretudo pelo controle do Aparelho de Estado, como ocorreu no período analisado.

Nesses termos, os jornais impressos maranhenses, sobretudo no recorte temporal que se analisou, comportam-se como verdadeiros construtores e tradutores da *Athenas Brasileira*, em especial, das elites e, supostamente, do povo a quem os jornais se atribuem a responsabilidade de conduzir, no espaço geográfico Maranhão, mas, principalmente, no espaço simbólico da *Athenas*, onde as disputas por posição de fala e de memórias são uma constante, desde o século XIX, espaço em que se constroem os Maranhões, tão permanentes quanto fulgazes, como o direcionamento das águas do Atlântico em preamar e baixa-mar da Ilha-Maranhão (um fenômeno singular dos movimentos das marés maranhenses). Nesse sentido, as mudanças políticas ensejaram um processo de reestruturação editorial no qual e pelo qual foi possível aferir valores, como a preponderância do valor retórico, na produção noticiosa do jornalismo maranhense. Valor, diga-se de passagem, negado pelos pressupostos teórico-práticos que orientam a forma tradicional de pensar e produzir o jornalismo, confirmando a impossibilidade de a “estrutura” conter a “tessitura”. Verificou-se, portanto, que o *ethos*, a prova ética, na construção noticiosa do jornalismo maranhense, sobrepõe-se, a tal ponto, que a notícia se torna um “*espetáculo* abalando duramente qualquer ilusão de sinceridade” (PINTO, 2004).

Nessa lógica, as escolhas dos *modos de dizer* (mostrar e legitimar; dar credibilidade e seduzir, assim como captar e interagir) constituem-se em estratégias discursivas a serviço da causa política que os jornais defendem. Eis a razão por que o Maranhão ou os Maranhões são, ao mesmo tempo e, na mesma época, rico e pobre; livre e oprimido; desenvolvido e retrógrado; promissor e atrasado; bem administrado, confiável para investimentos e/ou, ao contrário disso, um estado à deriva. Condições que implicam a existência de um *Maranhão retórico*, um *Maranhão de papel*. Este que, convém ressaltar, não se considera invenção ou simulacro, tendo em vista ser um espaço simbólico que “serve para exprimir um projeto de dominação política, de práticas de poder”, com consequências no cotidiano das pessoas. Na *Athenas*, portanto, *dizer é ser*. Tese por demais comprovada pelas análises das narrativas dos jornais Pequeno e O Estado do Maranhão.

Assim, o Maranhão real (no sentido prefigurado) é configurado pelas narrativas dos jornais O Estado do Maranhão e Pequeno numa perspectiva maniqueísta, sempre em função de “heróis” e “vilões”. Maranhão que faz “ecoar o grito da pobreza em praça pública”, que expõe ao mundo suas mazelas, que assume sua condição de estado pobre, miserável, de indicadores sociais vergonhosos ou Maranhão que se vende ao mundo como um estado próspero, de grandes conquistas, de grandes empreendimentos. Em comum, entre configurações tão divergentes, Maranhões construídos, pensados, em torno das elites, que

figuram como principais personagens das narrativas jornalísticas analisadas. Elites, aliás, a quem se atribui a responsabilidade de “conduzir” o estado e seu povo, “salvando” e/ou “libertando”; “afundando” e/ou “destruindo”. Em qualquer dessas situações, subjaz o Maranhão *Athenas Brasileira*, berço de intelectuais, que cultuam a maestria do poeta, do escritor e do jornalista, como bem sintetizam Sarney e Baleiro (no início desta dissertação), Josué Montello e Wagner Cabral Costa, entre outros intelectuais maranhenses.

Conclui-se que os jornais maranhenses (como suporte e como ordem de discurso) constituem-se em “tribunas” em que as classes dominantes discutem a si mesmas (avaliam-se, atribuem-se valores, num jogo de espelhos que reflete, em simultâneo, a imagem da “acusação” e da “defesa”). Um jornalismo eminentemente declaratório pela mobilização das vozes da elite intelectual e política (governo, partidos e outras organizações representantes do poder). Registra-se que raras são as vozes mobilizadas que fogem desse esquema de visibilidade pública. Um jornalismo que também busca legitimidade reproduzindo publicações da imprensa dos grandes centros do país. As notícias, por conseguinte, constituem-se, quase sempre, pelo jogo de versões, com apoio de alguns dados da realidade empírica, tratados na lógica da verdade que convém. Por consequência, a “racionalidade jornalística” revela-se em estratégia retórica, a comprovar a tese de que a estrutura contribui para enclausurar o texto, mas não elimina as marcas do (s) produtor (es) e suas intenções.

No epicentro das “peças” de defesa e acusação, os Maranhões construídos, quase sempre, em torno do político José Sarney. Os jornais legitimam, por conseguinte, pensar o estado a partir do recorte temporal em que José Sarney assumiu o governo do Maranhão, em 1966. É como se o Maranhão existisse a partir dele (Ressalta-se que, tanto o Pequeno quanto O Estado do Maranhão, assim procedem). Não se percebeu, neste período, a construção ou tradução por parte dos jornais analisados que visualizassem outros Maranhões. Não há voz para estes Maranhões que existem, de certo, apesar das elites políticas. Não há, pois, preocupação de se explicar a dissidência (que se denomina de ruptura) entre os grupos, a partir de um recorte histórico que explique o Maranhão ou os Maranhões como produto de uma política “oligárquica e patrimonialista” que controla o estado há mais tempo do que a emergência de José Sarney ao poder. Estado que vem se caracterizando exatamente pela ocorrência de dissidências seguidas de acomodações. Ressalva-se que, embora não tenha sido objetivo desse trabalho discutir a constituição histórica do poder no Maranhão (poder aqui entendido como domínio do aparelho de Estado), nos últimos 60 anos, o Maranhão já viveu, simbolicamente, três libertações!

Desse modo, no jornalismo maranhense, verifica-se um comportamento “esquizofrênico” na tentativa de entrelaçar (conjugar) a tessitura das notícias, que revela engajamentos político-partidários, com a estrutura que tenta, a todo custo, assegurar o lugar da verdade, do dizer verdadeiro, pelo acionamento das técnicas do jornalismo que supõem a produção de um conhecimento isento, imparcial, neutro. O apego à estrutura (reafirma-se) produz narrativas que se constituem pelo *texto das lógicas*. Em razão dessa condição, os textos são *atrofiados*, carecendo de inventividade e cuidados com a textualização. Valor que não se registra somente no jornalismo maranhense, claro.

Estruturas textuais (notícias) que podem suscitar suspeitas ou, ao contrário disso, revelar que, de fato, ali está incontestavelmente a versão dos fatos. Considerando-se esta possibilidade, é possível supor que, no processo de refiguração, as narrativas do jornalismo impresso maranhense sejam recebidas por uma platéia (pensando a notícia como espetáculo) que pode “aderir” “tomar posição”, realizar, enfim, uma leitura partidarizada ou, indiferente, simplesmente assistir ao espetáculo. Não é descartável pensar, com base no que ocorreu no passado, que as questões tratadas pelo jornalismo impresso maranhense acabem interessando a uma sociedade composta por “letrados” interessados em política, especificamente, política partidária porque se veem contemplados nos debates realizados por estes jornais, como ocorreu no século XIX, quando a noção de distinção cultural da *Athenas Brasileira* só fazia sentido dentro da lógica específica de um tipo de sociedade (de pouquíssimos privilegiados) pensada pelos letrados, com características de erudição, intelectualidade, instrução e hábitos refinados, em contraponto com uma maioria desprovida de instrução formal, sem domínio de leitura e sem participação nos debates públicos.

Assim, embora ao longo desta pesquisa se tenha empreendido um esforço de análise, de modo a entrelaçar reflexão teórica à experiência empírica, pode-se afirmar que a narrativa-síntese que se denominou *Maranhão de papel: a saga das falas nos jornais O Estado do Maranhão e Pequeno* retratou, satisfatoriamente, *os modos de dizer e de ser* do jornalismo maranhense, uma análise, contudo, que se sabe incompleta e provisória, uma história a ser contada sempre. A configuração dos atos pelas falas, ressalta-se, sempre será incompleta, parcial, bem como as possíveis leituras, sobretudo quando se intenta realizar análise comparativa, como alerta Pinto:

Os textos não surgem isoladamente num universo discursivo dado. Eles pertencem a séries ou redes organizadas por oposição ou sequencialidades. As marcas ou pistas do processo de geração de sentidos que o analista interpreta numa superfície textual são dependentes do contexto. Isso quer dizer que uma mesma marca encontrada pelo analista em duas superfícies textuais produzidas em contextos diferentes, pode ter interpretações diferentes. (PINTO, 1999, p. 52).

Acompanhando o autor, afirma-se que a opção pela análise comparativa (inevitável em qualquer trabalho interpretativo, implícita ou explicitamente) representou um exercício de pensar o jornalismo e seus valores, pelos jogos de saber/poder que se revelam nas ordens discursivas dos jornais cujas lições apreendidas/aprendidas e conclusões provisórias apresentam-se nestas considerações finais.

São possibilidades de reflexão que não acabam aqui, de certo, e que criam na autora uma sensação de incompletude, um desejo de refazer, trilhar estes e outros caminhos em busca de respostas que, embora provisórias, possam orientar novos olhares. Antecipa-se que a ânsia de querer “desvendar”, “entender” não se esgotou na “aventura” do mestrado. Espera-se suprir o vazio que o conhecimento também produz, em outras etapas, como o doutorado. Sempre reconhecendo que pertencer a esta *Athenas* implica estar imersa neste espaço físico e simbólico de que se é também *semióforo*, com esperança, todavia, de poder contribuir para se pensar e construir outros e plurais Maranhões que não sejam pares de um maniqueísmo limitante, como o fazem Baleiro e Sarney, os personagens convidados para esta viagem que aqui se encerra, com o niilismo pretensioso de Fernando Pessoa (Álvaro de Campos): “NÃO SOU nada./Nunca serei nada./Não posso querer ser nada. À parte a isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo”.

OBRAS CITADAS

ANDRADE, Josefa M. e S. B. **Estrutura traída**: a tessitura das narrativas imagéticas do jornalismo impresso maranhense. 2010. Mestranda em Comunicação (Universidade Federal Fluminense/Universidade Federal do Maranhão).

ARAÚJO, Aline Louise Queiroga de. **Espaços de Interlocução em São Luís-MA**: contratos de leitura, interação e agentes do jornalismo nos jornais *O Estado do Maranhão*, *O Imparcial* e *Jornal Pequeno*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade Federal do Maranhão, 2011.

ATAÍDE, Joanita Mota de. A construção da imagem do poder nas articulações do discurso jornalístico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 29.2006. Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2006.

_____. **Discurso jornalístico**: da carta ilegítima à carta cidadã, no entremeio da política e do jornalismo, no Maranhão. Brasil: 1985-1990. 1998. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BALEIRO, Zeca. Maranhão, engenhosa mentira: Não me espantará que num futuro próximo o Maranhão venha a ser chamado de "Uganda brasileira". **Istoé Independente**. São Paulo. 1 abr. 2009. Colunas e Blogs. Disponível em: < http://www.istoe.com.br/colunas-e-blogs/coluna/10800_MARANHAO+ENGENHOSA+MENTIRA>. Acesso em: 3 set. 2011.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.

BÉLICHE, Suzana Beckman de. **O conto e o ponto**: convergências e divergências no comportamento dos jornais *O Estado do Maranhão* e *Pequeno* durante a greve dos professores de 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade Federal do Maranhão, 2008.

BELMONTE, Thelma. **A coerência na promoção de leitura crítica**. Disponível em: <<http://dacex.et.utfpr.edu.br/thelma5.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

BELTRÃO, Luíz. **Jornalismo Interpretativo**. Filosofia e Técnica. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equicional**: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. 2009. 332f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Fluminense, Niterói, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAMPEDELLI, Samira Y.; SOUZA, Jésus B. **Literaturas Brasileira e Portuguesa**. Teoria e Texto. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **A questão da referência**: das teorias clássicas à dispersão de discursos. Campinas: Autores Associados, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Discurso das mídias**. Trad. Angela S.M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2001.

CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. Da política dos jornais: notas sobre os manuais de redação. In CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da.; MATOS, Marcos Fábio Belo (org.). **Comunicação**: outros olhares. São Luís: NEEC, 2004.

_____. **O dissídio das vozes**: a política dos jornais segundo os manuais de redação Folha, Estado e Globo. São Luís: EDUFMA, 2010.

_____. Modos de ver jornais maranhenses no mercado das notícias In: SEMANA DE COMUNICAÇÃO DA UFMA. 11. 2011. São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2011.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: EDFUMA, 2006.

COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1994.

COUTO, Carlos Augusto Almeida de Macedo. **Estado, Mídia e Oligarquia**. Poder público e meios de comunicação de um projeto político para o Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2009.

D'ELBOUX, Paulo César. **A trajetória comunicacional de José Sarney**. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOMES, Romulo Fernando Lemos; CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. **Mudança Política e discurso**: análise das estratégias discursivas dos jornais O Estado do Maranhão e Jornal Pequeno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 31.2008. Natal. **Anais...** Natal, UFRN, 2008.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A invenção de uma rainha de espada: reatualizações e Embarços na Dinâmica Política do Maranhão Dinástico**. São Luís: EDFUMA, 2008.

GULLAR, Ferreira. **Toda Poesia**: (1950-1987). 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991.

HALL, Stuart. **A Centralidade da Cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e História**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

IMBROISI, Françoise. **Atos de Fingir ou o Caráter Ficcional no Fotojornalismo Brasileiro**. ENCONTRO DA COMPÓS, 28, 2009. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, PUC, 2009. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1127.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2010.

IMIRANTE. Governo sob fogo cruzado. **O Estado do Maranhão**. São Luís, 30 set. 2005a. Política. Disponível em: <<http://imirante.globo.com/oestadoma/noticias/2005/09/30/pagina75674.asp>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

_____. José Reinaldo assume o novo mandato anunciando trabalho. **O Estado do Maranhão**. São Luís, 1 jan. 2003. Política. Disponível em: <<http://imirante.globo.com/oestadoma/noticias/2003/1/1/indice.asp>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

_____. População do Munim faz festa para Roseana Sarney. **O Estado do Maranhão**. São Luís, 30 jul. 2010. Política. Disponível em: <<http://imirante.globo.com/oestadoma/noticias/2010/07/30/pagina180103.asp>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

_____. População maranhense desaprova a administração de José Reinaldo. **O Estado do Maranhão**. São Luís, 10 jun. 2005b. Política. Disponível em: <<http://imirante.globo.com/oestadoma/noticias/2005/07/10/pagina70293.asp>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

JORGE, Sebastião Barros. **A Linguagem dos Pasquins**. São Luís: Lithograf, 1998.

_____. **A imprensa do Maranhão no século XIX**: 1821-1900. São Luís: Lithograf, 2008.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL. Tom. **Os elementos do Jornalismo**. O que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução de Wladir Dupont. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

LAGO, Cláudia. BENETTI, Marcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos**. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

MARQUES, Francisca Ester de Sá. **Estruturas do Discurso Jornalístico**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2002.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** 1997. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em 26 set. 2008.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MENDONÇA, Kleber. **Discurso e mídia: de tramas, imagens e sentidos um estudo do Linha Direta**. 2001. 131f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

MOURA, Maria Betânia. **Os nós da teia: desatando estratégias de faticidade jornalística**. São Paulo: Annablume, 2006.

NASCIMENTO, Evando. Texto, textualidade, contexto. In: SIGNORINI, Inês. **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008.

NOTÍCIAS UOL. **Bradesco compra Banco do Estado do Maranhão por R\$ 78 mi**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2004/02/10/ult27u40657.jhtm>>. Acesso em: 2 out. 2011.

NOVO MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de São Paulo, 5 Ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1995).

ORLANDI, Eni P. **Língua e Conhecimento Lingüístico**. Para uma História das Idéias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PESSOA, Fernando. **Melhores Poemas**. 8. ed. São Paulo: 1996.

PINTO, Milton José. A retórica e a análise de discursos. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da; MATOS, Marcos Fábio Belo. **Comunicação: outros olhares**. São Luís, NEEC, 2004.

_____. **Comunicação e Discurso**. Introdução à Análise de Discurso. São Paulo. Hacker Editores, 1999.

PINTO, Pâmela Araújo. **As interfaces do jornalismo nacional e regional no Brasil: Roseana Sarney e o caso Lunus**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Comunicação. Niterói, 2010.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**. Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

QUÉRÉ, L. **Entre facto e sentido**: a dualidade do acontecimento. Trajectos. **Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

RESENDE, Fernando Antônio. **Ausência na comunicação social e no jornalismo**: a lógica da rua. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/197/197.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2010.

_____. Discursividade e narratividade: vértices redimensionados no jornalismo. **Revista Fronteiras**: estudos midiáticos. v. 9, n. 2, p. 81-90. maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/view/5746/5204>>. Acesso em: 31 mai. 2010.

RESENDE, Fernando Antônio. O Jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. **Contracampo**, Niterói, v. 12, p. 85-101, 2005. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_846.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2010.

_____. O Jornalismo e suas Narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009.

_____. O olhar às avessas: a lógica do texto jornalístico. In: ENCONTRO COMPÓS. 13. 2004. São Bernardo do Campo. **Anais...** São Bernardo do Campo. 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_668.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2010.

RESENDE, Rafael Serra de. Da ágora ao pantheon: intelectuais de “Atenas” e a literatura romântica no Maranhão. **Outros tempos**. São Luís, v. 4, n. 4, p. 70-91, 2007.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus, 1994. 1v.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e cultura**: a experiência cultural na era da informação. Lisboa: Presença, 1994.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras Estórias**. 1 ed. São Paulo: Livraria José Olympio Editora S.A., 1962.

ROSÁRIO, Nísia Martins do. A via da complementaridade: reflexões sobre a análise de sentidos e seus percursos metodológicos. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SARNEY, José. Amor ao Maranhão. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 9 de out. 2001. Coluna do Sarney, p.1.

SIGNORINI, Inês. **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008.

SODRÉ, Muniz. **A Narração do Fato: Notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

SOUZA, Tânia C. Clemente de. **A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação**. 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestoi/lama3.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. 2. ed. Lisboa: Comunicação e linguagens, 1999

_____. **O que é Jornalismo**. Lisboa: Quimera Editores. 2002.

VILANETO, Quincas. **Catálogo Histórico da Imprensa Maranhense: do prelo ao prego: 1821-2007/Capital**. Vol. I. São Luís: Editora UEMA, 2008.

VIZEU, Alfredo. **O Jornalismo e as teorias intermediárias: cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do Discurso**. Disponível em: <<http://www.Bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-jornalismo-teorias-intermediarias.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2010.

OBRAS CONSULTADAS

BAKHTIN, Mikhail. Problemas da poética de Dostoiévski. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.

BARROS, Armando Martins de; ABICAIL, Célia Belmiro; AFONSO JR, Delfim. **Práticas Discursivas ao Olhar**: Desafios na Formação do Profissional de Ensino e de Comunicação. INTERCOM , XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www.en.scientificcommons.org/14922764>. Acesso em: 22 jul. 2010.

BARTHES, Roland. **Análise Estrutural da Narrativa**, Petrópolis: Vozes, 1973.

BELTRÃO, Luíz. **Iniciação à filosofia do Jornalismo**. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CORRÊA, Rossini. **Formação Social do Maranhão**: O presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

CORREIA, João. Linguagem Jornalística, estranheza e referência. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joão-linguagem-jornalistica-estranheza-referencia.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**: o campo do signo, 1945-1966. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. 1v.

_____. _____.: o do cisne, de 1967 a nossos dias. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. 1v.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 1999b.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Granel, 1979.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA/PROIN – CS, 2000.

JORGE, Sebastião. **Política Movida a Paixão**: O Jornalismo Polêmico de Odorico Mendes. São Luís: Departamento de Comunicação Social da UFMA, 2000.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda/Editora Campus, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. 2. ed. São Paulo: Senac, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os Exercícios do Ver**: Hegemonia Audiovisual e Ficção Televisiva. (Trad. Jacob Gorender). 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

MELO, José Marques. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MERCADO & NOTÍCIA: *Jornal, interlocução e poder em São Luís (MA)*. Grupo de Pesquisa do Departamento de Comunicação Social, da Universidade Federal do Maranhão, sob a coordenação do professor-doutor Francisco Gonçalves da Conceição, 2009.

MORAES, Nascimento. **Vencidos e Degenerados**. Romance (crônicas maranhenses). 4ª edição. São Luís: Centro cultural Nascimento de Moraes, 2000.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal**: da forma ao sentido. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo, 1997.

PINTO, Milton José. **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 188-193.

PINTO, Pâmela Araújo. **Dos bastidores às urnas**: uma análise jornalística da trajetória da mulher na política maranhense entre os anos de 1986 a 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social- Jornalismo). Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, 2007.

RESENDE, Fernando Antônio. O jornal e o jornalista: atores sociais no espaço público contemporâneo. **Novos olhares**, São Paulo, v. 2, n. 3. p. 36-55, jan./jul. 1999.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **A partitura invisível**: para uma abordagem interactiva da linguagem. Lisboa: Colibri, 2001.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. **Filosofia, linguagem e comunicação**. São Paulo: Cortez, 1983.

ANEXOS

ANEXO A - Convênio: José Reinaldo anuncia liberação de Recursos para Ligação entre
Balsas e Estreito – R\$ 25 milhões para ferrovia

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.242	25 de Julho de 2004

JORNAL PEQUENO
 LOUVADO SEJA DEUS
 O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES
 ANO LIII - Nº 21.242 - SÃO LUÍS, DOMINGO, 25 DE JULHO DE 2004 - R\$ 1,50
 FUNDADOR: JOSÉ BRAMAR BOGZA

B O M B A

GOVERNADOR DO MARANHÃO ROMPE O SILÊNCIO

Zé Reinaldo diz que herdou índices vergonhosos do governo Roseana

E que a Mirante está criando ambiente para a violência

O governador José Reinaldo Tavares, alvo de um fogo intenso de jornalismo do Sistema Mirante nos últimos dias, disse que "o Maranhão, sua extrema pobreza e seus indicadores sociais vergonhosos não têm apenas dois anos de idade". Segundo ele, estado viveu oito anos sob inteira responsabilidade de Roseana Sarney. "Seria impossível corrigir em apenas dois anos o resultado de um período que potencializou a miséria, vendeu todo o patrimônio do estado, extinguiu a agricultura familiar, arrasou a saúde e a educação e fez rodovias que se acabam em dois anos". PÁGINA 3

Limite de José Reinaldo chega ao fim e governador reage forte aos ataques de Roseana Sarney através da Mirante

ANEXO B – José Reinaldo Tavares assinou o contrato de privatização do BEM: processo de saneamento do banco foi autorizado pelo governador em exercício

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão		1º de Agosto de 2004
<p style="text-align: center;">POLÍTICA</p> <h2 style="text-align: center;">José Reinaldo Tavares assinou o contrato de privatização do BEM</h2> <h3 style="text-align: center;">PROCESSO DE SANEAMENTO DO BANCO FOI AUTORIZADO PELO GOVERNADOR EM EXERCÍCIO</h3> <p><small>REPRODUÇÃO DE IMAGENS: MIRANTE/BANAS PRESS</small></p> <p>Colocado sob suspeita pelo governador José Reinaldo Tavares, durante entrevista concedida semana passada, o contrato de financiamento entre Governo do Estado e União para o saneamento e a privatização do Banco do Estado do Maranhão (BEM), efetuada pelo Governo Federal, foi assinado pelo próprio José Reinaldo, na condição de governador em exercício.</p> <p>O governador assinou não apenas o contrato, no valor de R\$ 275 milhões, em junho de 1998. Em outubro do mesmo ano, ele viabilizou, com sua assinatura, o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado do Maranhão, para consolidação e refinanciamento da dívida financeira estadual e para redução do estoque da dívida.</p> <p>Durante a entrevista, o governador, além de questionar o contrato, deu a entender que o pagamento do financiamento efetuado para sanear o BEM estaria prejudicando a sua administração. Mas a verdade, segundo revelou o ex-presidente do banco, Afonso Celso Pantoja, é que o empréstimo só começa a ser descontado a partir de 2008, estendendo-se por 40 anos.</p> <p>QUEM DEVE EXPLICAÇÃO</p> <p>A revelação de que foi o próprio governador quem contraiu o empréstimo e autorizou a União a conduzir o processo de privatização do BEM deixou perplexo o meio político, que foi surpreendido na quarta-feira com as declarações do governador, criticando os procedimentos que ele mesmo adotara para sanear a instituição bancária estadual e atribuindo a responsabilidade à ex-governadora Roseana Sarney, de quem foi vice durante dois mandatos.</p> <p>"Isso é muito grave, pois mostra que o governador não sabe o que se passa no governo e desconhece até mesmo o que assina", afirmou o deputado Max Barros. "Se alguém precisa dar explicações sobre aquele contrato é o próprio governador", asseverou o deputado César Pires, que já havia criticado o chefe do Executivo por "sua deslealdade com a governa-</p> <p>EM ENTREVISTA concedida semana passada, José Reinaldo criticou o processo de privatização do BEM</p> <p>dora que garantiu a sua eleição".</p> <p>OPERAÇÃO VANTAJOSA</p> <p>Ontem, o economista Afonso Celso Pantoja, que presidiu o BEM durante todo o processo de saneamento da instituição, disse que o valor necessário do empréstimo tomado à União e o conjunto de medidas adotadas para o ajustamento do banco para sua privatização "foram extremamente criteriosos, permitindo relação entre o obtido pela sua privatização e o custo do financiamento para privatizá-lo dentre as mais favoráveis dos bancos estaduais".</p> <p>Pantoja citou vários exemplos: o Banerj obteve financiamento de R\$ 5 bilhões e conseguiu R\$ 300 milhões na privatização. "A relação, nesse caso, é de 6%", explica. O Bandepe, de Pernambuco, obteve R\$ 350 milhões, tendo conseguido financiamento de R\$ 1,5 bilhão, numa relação de 23%. Já o Banco do Estado do Maranhão, teve financiamento de R\$ 275 milhões, e obteve R\$ 78 milhões na privatização.</p> <p>"A relação entre financiamento e valor obtido na venda, em relação ao BEM, foi de 28%, uma das mais vantajosas entre todas as ope-</p> <p>rações comandadas pelo Governo Federal em todo o país", assegura o ex-presidente do banco.</p> <p>O financiamento concedido pelo Governo Federal foi incluído na dívida consolidada do Estado, segundo Afonso Pantoja, como "intra-limite", que limita em 1/12 de 13% da receita líquida média do Estado. "Com a dívida anterior ao contrato do BEM já comprometida esse limite, o início da autorização do financiamento foi previsto para o ano de 2008, devendo o prazo do empréstimo se estender para 40 anos", explica ele.</p> <p>Outra vantagem do contrato firmado entre a União e o governo estadual foi a manutenção dos empregos dos funcionários. "Sem que o processo fosse deflagrado, dificilmente esses empregos teriam sido preservados", afirmou o ex-presidente.</p>  		

ANEXO C - Zé Reinaldo garante que a culpa no contrato do BEM é toda de Roseana

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.252	4 de agosto de 2004

JORNAL PEQUENO
 LOUVADO SEJA DEUS
 O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES
 ANO LII - Nº 21.252 - SÃO LUÍS, QUARTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2004 R\$ 1,00
 FUNDADOR: JOSÉ RIBAMAR BORGES

"ERA ASSINAR OU SOFRER PENALIDADES QUE QUEBRARIAM O ESTADO"

Zé Reinaldo garante que a culpa no contrato do BEM é toda de Roseana

O governador José Reinaldo Azeites mostrou ontem, em entrevista coletiva à imprensa, nove documentos com os quais comprova que foi a então governadora Roseana Sarney quem contraiu o empréstimo e autorizou a União a conduzir o processo de privatização do BEM. Segundo Reinaldo, o processo de empréstimo para a privatização do Banco do Estado foi extremamente danoso para o Estado. José Reinaldo reconheceu ter assinado, o contrato de financiamento, mas que o fez "por força de substituição eventual, em exercício do cargo de governador". Era assinar ou sofrer penalidades que quebrariam o Estado", enfatizou. O governador acusou ainda Roseana Sarney de promover perseguição violenta contra o seu governo. **PÁGINA 3**

Expedição quer formar lista CM's para apoiar denúncias do governo

Força Mundial responsabiliza Princesa Branca pela crise que ameaça implodir grupo Sarney



José Reinaldo mostra documentos da privatização do BEM durante entrevista à imprensa

ANEXO D – Lula libera R\$ 25 mi para obra do ramal ferroviário de Balsas: governador anuncia investimento que beneficiará a produção de grãos

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.115	1º de Janeiro de 2004

POLÍTICA SÃO LUIS, 1º DE JANEIRO DE 2004
QUINTA-FEIRA

Lula libera R\$ 25 mi para obra do ramal ferroviário de Balsas

Governador anuncia investimento que beneficiará a produção de grãos

O governador José Reinaldo Tavares, assessorado, na tarde de ontem, que já foi aprovado o novo plano do governo federal para a construção do ramal ferroviário de Balsas a Estreito, que servirá o pólo de produção de grãos do norte do Maranhão à Norte-Sul. Ele disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou na manhã de ontem de R\$ 25 milhões para a obra e que a mesma será iniciada imediatamente.

O convênio assinado ontem diz respeito ao primeiro trecho do ramal ferroviário, que parte do Estreito e tem uma extensão de 43 quilômetros. A construção do trecho terá um custo total de R\$ 107 milhões. O ramal ferroviário de Estreito a Balsas tem 200 quilômetros e todo o projeto já está concluído.

DEFERÊNCIA – Para José Reinaldo, que ontem recebeu pessoalmente um agradecimento ao presidente da República, por intermédio do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, a liberação dos recursos “é uma deferência muito grande do presidente Lula para com o Maranhão. A visita dele a Balsas, em maio passado, serviu para que ele constatasse o potencial daquela região e para que iniciássemos o nosso projeto e a nossa determinação de promo-

LULA e José Reinaldo Tavares durante a visita a Balsas: potencial da região foi reconhecido pelo presidente

ver a interligação de Balsas ao Porto do Itaqui”, disse etc.

O governador classifica o convênio assinado ontem como “mais uma grande notícia para o Maranhão”. Segundo ele, o ramal ferroviário de Balsas vem, ao mesmo tempo, contemplar o potencial daquela região e reforçar o ambiente “para que 2004 seja, de fato, o ano do emprego no Maranhão”, afirmou.

TRABALHO EXTRA

ANEXO E – José Reinaldo afirma que pólo impulsionalará economia do MA: governador anuncia etapas de implantação de siderúrgica no estado

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.148	03 de fevereiro de 2004

POLÍTICA SÃO LUÍS, 3 DE FEVEREIRO DE 2004
TERÇA-FEIRA

José Reinaldo afirma que pólo impulsionalará economia do MA

Governador anuncia etapas de implantação de siderúrgica no estado

O governador José Reinaldo Tavares disse ontem, ao retornar de uma viagem de seis dias à China, que a implantação do pólo siderúrgico do Maranhão está consolidada. Ele esteve durante dois dias em Xangai, onde participou da assinatura do contrato com as empresas que instalarão uma usina siderúrgica no estado, o que atrairá outros empreendimentos para o Maranhão.

"O que está sendo feito é a projeção de um grande distrito industrial para a produção siderúrgica no estado, que pode chegar a 20 milhões de toneladas/ano. Os empresários chineses dizem que no Maranhão haverá uma explosão de desenvolvimento", disse José Reinaldo, ao desembarcar no aeroporto Hugo da Cunha Machado, em São Luís.

Segundo o governador, vários empresários chineses chegarão ao Maranhão ainda neste primeiro trimestre para prospectar investimentos no setor. "O perfil do estado vai mudar muito e rapidamente. Não tenho dúvida que o estado está entrando em uma era de grande prosperidade", comemorou José Reinaldo.

CONTRATOS - O contrato para a instalação da usina siderúrgica foi firmado entre a Acelor, a Baosteel, a Companhia Vale do Rio Doce e o Governo do Maranhão. O governador afirmou que o empreendimento está em andamento com a contratação do estudo de impacto ambiental, de um estudo pormenorizado de mercado e da instituição bancária que irá gerir toda a parte financeira do projeto, que não custará menos de US\$ 1,5 bilhão (cerca de R\$ 4,3 bilhões).

José Reinaldo disse que as obras civis da usina devem começar no final deste ano e a siderúrgica deve estar totalmente implantada em 2007. "Para os empresários, a construção civil é a parte mais fácil do empreendimento. Já o estudo de viabilidade é fundamental porque, a partir dele, é que serão dimensionados os equipamentos", explicou.

Segundo o governador, os equi-

JOSÉ REINALDO foi recebido pelo vice-governador Jura Filho, ao desembarcar no aeroporto de São Luís



peramentos - considerados a parte mais difícil na montagem da empresa - começaram a ser contratados ainda este mês. José Reinaldo disse que na próxima semana a empresa *BV Steel Projects*, fundada no Maranhão, estará abrindo um escritório no Rio de Janeiro para tratar do dimensionamento da siderúrgica.

Além da Acelor, da Vale e da Baosteel, foi contratada a maior empresa alemã na área de consultoria siderúrgica, a *Ferrostal*, para ajudar na implantação da usina. A siderúrgica produzirá no mínimo 3,7 milhões de toneladas de aço/ano. De acordo com o governador, no entanto, a empresa deve começar produzindo cinco milhões de toneladas/ano.

Mão-de-obra será qualificada

O governador José Reinaldo Tavares disse que enviará uma equipe técnica do Governo do Maranhão a Xangai para discutir com a universidade local a ida de técnicos de níveis superior e médio para se aperfeiçoarem na área de metalurgia. O objetivo é garantir que os maranhenses se qualifiquem e sejam bem aproveitados na usina siderúrgica em implantação no estado.

"O emprego de maranhenses na usina foi uma das questões mais discutidas durante nossa visita a Xangai. A intenção dos empresários chineses é empregar o maior número de maranhenses, desde que qualificados. Pretendo mandar uma missão técnica à China para discutir com a universidade de lá a ida de técnicos formados por nossas universidades e escolas técnicas", declarou o governador.

José Reinaldo informou ainda que a missão do Governo do Maranhão discutirá também a implantação de um curso de metalurgia na Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e nos centros tecnológicos e a melhoria do que já existe no Cefet.

RELAÇÕES - Segundo informou o governador, a implantação da usina siderúrgica no Maranhão será um dos pontos a serem discutidos durante a visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará à China em maio.

O governador afirmou que Xangai é uma das cidades mais desenvolvidas da China, a exemplo do que São Paulo representa para o Brasil. A Baosteel é a maior empresa instalada na cidade. Ele disse que o ponto de maior destaque de sua viagem à China foi a indicação do Maranhão como ponto importante da rota da produção mundial de aço.

"Nós estamos despertando o interesse de várias empresas. Estou vindo outros empresários visitar o Maranhão e nos ficamos felizes, porque temos a certeza que se iniciará pelo Maranhão um novo relacionamento entre Brasil e China, de muita repercussão para os dois países", concluiu José Reinaldo.

ANEXO F – Governo do Estado destaca ajuste administrativo na AL: mensagem mostra que, mesmo com perdas, Maranhão teve equilíbrio

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.162	17 de fevereiro de 2004

POLÍTICA SÃO LUÍS, 17 DE FEVEREIRO DE 2004
TERÇA-FEIRA

Governo do Estado destaca ajuste administrativo na AL

Mensagem mostra que, mesmo com as perdas, Maranhão manteve equilíbrio

O governador José Reinaldo Tavares destacou ontem, durante a reabertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, o ajuste administrativo da máquina estadual durante o ano passado, apesar de grandes perdas na receita provocadas devido, principalmente, a cortes promovidos pelo Governo Federal.

Na mensagem lida na Tribuna da Casa pelo gerente de Planejamento, Orçamento e Gestão, Luciano Moreira, o governador informa que em 2003 o estado teve de administrar uma diminuição de R\$ 297 milhões dos repasses do Fundo de Participação do Estado (FPE). E ainda a não liberação de R\$ 37 milhões de convênios com órgãos federais e de R\$ 190 milhões de emendas parlamentares ao Orçamento da União, o acréscimo de R\$ 40 milhões no pagamento da dívida estadual em decorrência da valorização cambial e a liberação de apenas R\$ 16 milhões dos R\$ 339 milhões previstos no Orçamento da União.

O governador lembrou ainda que houve queda na arrecadação do ICMS na ordem de R\$ 140 milhões, crescimento de 28% da folha de pessoal em decorrência de decisões judiciais e da necessidade de novas contratações para ações de apoio à agricultura familiar, à defesa animal e à educação.

“Apesar de tudo isso, chegamos ao término de 2003 dentro da mais completa normalidade administrativa. Melhor ainda: festejando todas as notícias que, enfim, vão transformar economicamente o Maranhão”, declarou Luciano Moreira.

AGRICULTURA - Ele lembrou do investimento que o governo tem feito na agricultura familiar, expedição de títulos de posse de terra e no combate à febre aftosa, com a vacinação de 85% do rebanho do estado, o que equivale a quatro milhões de cabeças de gado.

Em relação à geração de empregos, a mensagem ressaltou a conclusão do zoneamento ecológico dos 640 quilômetros da costa maranhense e a aprovação, pela Assembleia, da lei que regulamenta o setor. José Reinaldo afirmou que a atividade tem potencial para criar mais de um milhão de empregos no Maranhão.

Associada à piscicultura, tem a implantação do pólo siderúrgico, que irá criar 15 mil empregos nesta primeira fase. “Na educação, conseguimos matricular mais 253 mil alunos no ensino médio, com o aumento de 88,9% de vagas. Aumentamos em 8,5% a oferta de vagas no ensino infantil; foram criados mais de 1,6 milhão de vagas no ensino fundamental e matriculamos mais 93 mil pessoas no programa Vamos Ler”, informa a mensagem.

Foram destacadas ações na área social, na infra-estrutura (com a construção de 74 obras civis e recuperação de 170 km de estradas), a criação da Universidade Virtual (Univima), ações na área de saúde, saneamento e a luta pelo aumento do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,647 para 0,700.

Além do governador e do gerente Luciano Moreira, participaram da reabertura dos trabalhos legislativos, a secretária de Solidariedade Humana, Alexandra Tavares, o presidente da Casa, Carlos Alberto Milhomem, o vice-governador Jura Filho, o vice-presidente do Tribunal de Justiça, Vicente Ferreira Lopes, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Jorge Pavão, o diretor do Fórum da Justiça Federal, José Carlos do Vale Madeira, a juíza do trabalho Márcia Farias, entre outros.



LUCIANO Moreira lê mensagem do Executivo observado por José Reinaldo, Milhomem, Jura Filho e Vicente Lopes

ANEXO G - Combate à fome é meta do governo: Governador José Reinaldo destaca ações adotadas para gerar emprego e renda à população menos favorecida

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.162	17 de fevereiro de 2004

GERAL SÃO LUÍS, 17 DE FEVEREIRO DE 2004 TERÇA-FEIRA ESTADO DO MARANHÃO 5

Combate à fome é meta do governo

Governador José Reinaldo destaca ações adotadas para gerar emprego e renda à população menos favorecida

O governador José Reinaldo disse ontem, na abertura da II Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que está sendo realizada no Sesc Turismo, no Olho d'Água, que o Maranhão tem se antecipado às medidas do Governo Federal, principalmente no que diz respeito ao combate à fome. "Foi um compromisso do nosso governo adotar medidas que gerem emprego e renda e que tragam como consequência a redução dos indicadores sociais, entre eles a fome", anunciou.

O evento, que acontecerá até amanhã, contou ontem com a presença da secretária extraordinária de Solidariedade Humana, Alexandria Tavares, do representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Aldenor Gomes, de representantes do Conselho Regional do Programa Fome Zero e de outras entidades ligadas ao assunto, além de representantes dos 217 municípios maranhenses.

O governador destacou as Casas da Agricultura Familiar, que, na opinião dele, está mudando o conceito de produção no estado, tornando as terras antes improdutivas em produtivas e estimulando os pequenos e médios produtores e planejarem, ainda que para o próprio sustento. "Também criamos a Secretaria Extraordinária de Solidariedade Humana, que congrega assistência a diversos setores da sociedade e que, além de um comitê com ações voltadas à população menos favorecida, desenvolve o Mutirão da Cidadania com incontáveis benefícios", enumerou.

Segundo o governador, a fome está ligada à falta de oportunidades e, por isso, o governo estadual está trabalhando para melhorar os indicadores sociais do Maranhão. "A dor da fome exige ações mais corajosas e uma profunda transformação já está se processando no Maranhão. Até o final do meu mandato, os indicadores sociais do nosso estado já estarão iguais aos do restante do país", garantiu.

MEDIDAS - Com o tema "A consecução de uma política nacional de segurança alimentar e rural: o evento tem o objetivo de discutir a situação dos municípios maranhenses e propor medidas que garantam a inclusão social das pessoas de baixa renda.

"É preciso garantir que essas pessoas tenham condições de buscar sua própria segurança alimentar, e que não dependam apenas de programas assistencialistas", ressaltou o professor José de Jesus Lemes, da Universidade Federal do Ceará, que ministrou a palestra "O Mapa da Exclusão Social no Maranhão".

A Conferência Estadual também está avaliando o primeiro ano do programa Fome Zero no estado e discutindo propostas para que esse atue de forma mais eficiente nos municípios maranhenses. Durante a conferência, serão eleitos os delegados que participarão da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que será realizada no período de 17 a 23 de março, em Orlândia (SP).

Alexandra Tavares informou que a meta da Secretaria de Solidariedade Humana é que, até o final do ano, todos os municípios sejam atendidos pelo programa Fome Zero. "Atualmente 200 municípios maranhenses estão incluídos no programa mas, até o final do ano, queremos que todos os 217 municípios do estado sejam atendidos pelo Fome Zero", afirmou.

A II Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional prosseguirá hoje, com a avaliação da gestão do Conselho Estadual de Segurança Alimentar (Consea) e debates sobre a inclusão social das comunidades indígenas e quilombolas e a atuação do Fome Zero nos municípios maranhenses.



O GOVERNADOR José Reinaldo fala sobre as ações do governo voltadas para o combate à fome no Maranhão.

ANEXO H – Em carta a Sarney, governador contesta matéria da revista Veja: José Reinaldo diz serem inverídicas declarações atribuídas à primeira-dama

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.203	29 de março de 2004

POLÍTICA SÃO LUÍS, 29 DE MARÇO DE 2004
SEGUNDA-FEIRA

Em carta a Sarney, governador contesta matéria da revista Veja

José Reinaldo diz serem inverídicas declarações atribuídas à primeira-dama

O governador José Reinaldo Tavares contestou ontem trechos da reportagem da revista Veja, edição desta semana, baseada em entrevista concedida pela primeira-dama Alexandra Tavares. Ele garante que declarações feitas por sua mulher foram deturpadas, inclusive com a inclusão de palavra que ela não teria pronunciado em nenhum momento da entrevista. A reação do governador foi externada em carta dirigida ontem ao presidente do Senado, senador José Sarney, na qual lamenta os termos da matéria e reafirma ser inabalável a amizade pessoal e política que os une há 40 anos.

Na carta, José Reinaldo avalia que a matéria publicada pela revista questiona "a solidez de uma amizade que dura 40 anos", mas assegura que essa amizade "sempre será capaz de se submeter a qualquer prova". O governador encaminhou a carta ao senador José Sarney, que se encontra em São Paulo desde a semana passada.

"Fomos e sempre seremos amigos e parceiros políticos, acima de tudo, porque combinamos no objetivo, que é a construção do Maranhão, esse trabalho que já resulta numa infra-estrutura ímpar, capaz de apontar para nossa terra muitos dos investimentos que se implantam no país", diz o governador.

FRASE - A deturpação das declarações da primeira-dama, segundo o governador José Reinaldo, estaria na frase atribuída a ela: "Ali passei a fazer política, mas a minha política. Não essa política que está aí: dissimulada e corrupta". Ele garante que sua mulher não pronunciou a palavra "corrupta" em qualquer momento da entrevista, atribuindo à revista a responsabilidade pela inclusão dela no contexto das declarações.

Justifica o governador: "Ela (Alexandra Tavares) jamais o faria, ainda mais em se tratando do nosso grupo político, até porque isso atingiria inclusive a mim".

O governador José Reinaldo encerra sua carta ao senador José Sarney observando que "as interpretações se fazem ao sabor de quem as faz". E assegura: "Isso não nos abala, afinal estamos muito acima de tudo isso e, principalmente, por tantas outras experiências anteriormente vividas".



JOSÉ Reinaldo afirma que trechos da entrevista concedida por Alexandra Tavares à Veja foram de

São Luís, 28 de março de 2004

Meu Caro Presidente *Jose Sarney*

É evidente a repercussão de uma publicação como a Veja, questionando a solidez de uma amizade que dura 40 anos e sempre será capaz de se submeter a qualquer prova.

Fomos e sempre seremos amigos e parceiros políticos, acima de tudo porque combinamos no objetivo, que é a construção do Maranhão, esse trabalho que já resulta numa infra-estrutura ímpar, capaz de apontar para nossa terra muitos dos grandes investimentos que se implantam no País.

De tudo o que foi publicado o que mais exige que se dissipem dúvidas está aí ao redor da frase "Ali passei a fazer política, mas a minha política. Não essa que está aí: dissimulada e corrupta" -atribuída à minha mulher.

Apesar da frase não estar, no tempo e no espaço, o elemento "corrupta", faço a mais absoluta questão de assegurar que a Alexandra não pronunciou o termo "corrupta" em qualquer parte da entrevista. Ela jamais o fará, ainda mais em se tratando do nosso grupo político, até porque isso atingiria inclusive a mim.

Não mais, as interpretações se fazem ao sabor de quem as faz. Isso não nos abala, afinal estamos muito acima de tudo isso e, principalmente, por tantas outras experiências anteriormente vividas.

Saudações do

Reinaldo
José Reinaldo

ANEXO I – Pobreza será combatida: Governo do Estado assinará convênio com Banco Mundial

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.210	05 de abril de 2004

PROGRAMA

Pobreza será combatida

Governo do Estado assinará convênio com Banco Mundial

Henriko Moreira

O governo do Maranhão e o Banco Mundial assinam este mês convênio de US\$ 40 milhões para a execução do Projeto Integrado do Maranhão: Desenvolvimento Rural - nova versão do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR). Os termos e as cláusulas do contrato vão ser discutidas em uma reunião, hoje, na sede do Banco Mundial, em Brasília, com a participação do gerente de Planejamento, Orçamento e Gestão, Luciano Moreira e técnicos da União. A versão final do acordo deverá ser concluída nos dias 13 e 14.

Luciano Moreira, ressalta que nessa nova versão do PCPR serão priorizados, com 60% dos recursos, os 80 municípios maranhenses que apresentam menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), além de assegurar a Integração de Políticas Públicas e dos Programas Governamentais.

A Integração de Política Públicas e Programas Governamentais denominada pelo Banco Mundial de "Componente Horizontal", que está sendo implantada pioneiramente no Maranhão e vai servir de modelo para que a instituição financeira adote a iniciativa em outras unidades da Federação onde desenvolve suas ações.

OTIMIZAÇÃO - Luciano Moreira enfatiza que o essencial dessa política é evitar a superposição de programas e de recursos,



LUCIANO Moreira participa de reunião hoje na sede do Banco Mundial assegurando a otimização dos investimentos e das ações governamentais, de modo a se alcançar a meta de elevação do IDH do Maranhão de 0,647 para 0,700.

O governo José Reinaldo Tavares elegeu como meta mobilizadora a elevação do IDH, priorizando três vertentes essenciais para resgate da cidadania e aumento da auto-estima do cidadão maranhense: saúde, educação, e produção (renda).

Áreas que vão ser priorizadas nessa nova fase do PCPR. No setor de educação, por exemplo, a finalidade é incrementar o acesso e a qualidade da 1ª à 4ª série, redução do índice de analfabetismo e promoção da alfabetização inte-

grada com atividades de produção e geração de renda e; no setor de saúde, a redução da mortalidade infantil e materna.

Uma outra vertente do PCPR II - executado pelo Núcleo Estadual de Programas Especiais (Nepe) - é continuar o apoio aos cerca de 19 mil índios das etnias Awá, Guajá, Guajajara, Kanela, Krikati, Timbira (Gavião) existentes no estado e que habitam 17 áreas já demarcadas.

A execução da primeira fase do PCPR em áreas indígenas comprovou a sua capacidade concreta dessas comunidades de identificar suas necessidades e executar projetos comunitários através de suas associações.

ANEXO J – Governador José Reinaldo faz balanço do carnaval 2004: Alexandra atribui à Metropolitana pelos problemas no desfile

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.095	27 de fevereiro de 2004

São Luís, sexta-feira, 27 de fevereiro de 2004

JORNAL PEQUENO

GOVERNADOR JOSÉ REINALDO FAZ BALANÇO POSITIVO DO CARNAVAL 2004

Alexandra Tavares atribui à Metropolitana responsabilidade pelos problemas no desfile

Jorge Vieira
Da Editoria de Política

A Primeira-Dama do Estado, Alexandra Tavares, que participou com o governador José Reinaldo Tavares e o Secretário de Turismo, Airton Abreu, da entrevista coletiva à imprensa, ontem, no Palácio dos Leões, atribuiu à Gerência Metropolitana a responsabilidade pelos problemas no desfile das escolas de samba do grupo especial, domingo gordo. "Nós (governador e a gerência de Cultura) não tivemos conhecimento de nada que estava sendo planejado para a passarela. Só entramos na organização uma semana antes do carnaval. Quando detectamos as falhas, o processo já estava contornado. Por isso, não vamos permitir que os erros observados agora sejam repetidos no próximo ano, que será coordenado pela Gerência de Cultura", relatou.

As declarações da Primeira Dama foram feitas após uma série de questionamentos da imprensa sobre a lisura do julgamento que concedeu à Turma do Quinto o título de campeã do carnaval maranhense 2004. Segundo manifesto assinado pela presidente da Favela do Samba, Geisa Moraes, entregue ontem ao governador José Reinaldo, após a coletiva, a Comissão Organizadora do Carnaval, nomeada pelo gerente Metropolitano Ricardo Murad, pecou em tudo. Para completar, relatou alguns casos estranhos, como o fato do malote com os votos dos jurados ter sido levado para a Gerência Metropolitana em vez de ser guardado no Quartel da Polícia Militar, como combinado. "Não temos nada a ver com isso. Tudo é de inteira responsabilidade do gerente Ricardo Murad", disse Alexandra Tavares aos jornalistas.

Balanço positivo - Apesar dos atropelos e da desconfiança com os jurados que deram o troféu de campeã à tradicional escola da Madre de Deus e da desordem verificada na apuração no desfile dos blocos tradicionais, onde houve a interdição da apuração dos votos, o governador José Reinaldo Tavares fez um balanço positivo da folia para a economia do Maranhão e da participação do governo no carnaval. Para o governador valeu a pena investir os R\$ 5,7 milhões na estrutura que movimentou os desfiles na passarela, nos circuitos de ruas e nos bailes. "Pela primeira vez ganhamos destaque nacional como o quarto maior carnaval do país. Só de inserções gratuitas na TV Globo foram quatorze. O retorno veio com os turistas que lotaram os hotéis". Diante do sucesso de público, ele prometeu construir uma passarela fixa para 2005.

O secretário extraordinário de turismo, Airton Abreu, com base em dados fornecidos pelo Infraero, informou que, durante o período carnavalesco, houve um incremento de 35,8% nos vôos que chegaram a São Luís. Segundo Abreu, outro segmento que não tem do que reclamar é o hoteleiro. Conforme os números fornecidos pela rede de hotéis, 85 por cento dos cômodos foram ocupados por turistas estrangeiros e de outros Estados. "Houve um incremento de 40 por cento em relação ao ano passado", comemorou o secretário.

Antonio Padilha, Gerente de Cultura, diante de tanta reclamação dos dirigentes de escolas de samba que se sentiram lesados pela Comissão do Carnaval e das famílias que moram nas proximidades do circuito de rua, anunciou que haverá correções para o próximo ano. A começar pelo horário de início da folia de rua, que deve iniciar, em 2005, a partir das 15 horas. Quanto à questão dos jurados, ele adiantou que vai sugerir às organizações carnavalescas a montagem de júri técnico e não composto de dirigentes de escolas de samba, como ocorreu este ano.

A principal mudança para o carnaval 2005, no entanto, foi anunciada pela Primeira Dama. Ela adiantou que no próximo ano toda a organização da folia será transferida da Gerência Metropolitana para a Gerência de Cultura. Alexandra admitiu, no entanto, que os erros verificados agora ocorreram por falta de experiência. "Essa foi a primeira vez que o governo esteve à frente do desfile de passarela. Ano que vem vamos fazer melhor". Para a Primeira Dama, "os fatos lamentáveis ocorridos na apuração não ofuscaram o brilho da festa".

Manifesto - Em carta aberta ao governador, a presidente da Favela do Samba denunciou que a "Comissão Organizadora do Carnaval foi composta por pessoas com vínculos com escolas de samba, um equívoco que deu no resultado que conhecemos: venceu a escola de samba que estava marcada para vencer e, por fim e não menos grave, o grupo "A" dos Blocos Tradicionais ficou sem resultado".

A Comissão Organizadora do Carnaval foi composta por Augusto Tampinha (mesmo na condição de presidente da comissão, desfilou pela Flor do Samba), Américo Azevedo Neto (desfilou pela Turma do Quinto e já foi presidente da escola), Lílio Guega (presidente da Turma do Quinto) e Maria Lúcia Viana (presidente da União das Escolas de Samba de São Luís, que desfilou pela Império Serrano), responsável pelo corpo de jurados.

Segundo os denunciantes, enquanto Maria Lúcia desfilava como porta bandeira da Império, "o corpo de jurados atravessou o desfile incompleto, o que só foi percebido quando da abertura dos envelopes, na hora da apuração, no Quartel da Polícia Militar".

ANEXO K - Governador visita mutirão da cidadania em Timon: José Reinaldo anuncia a criação de um campus da Uema no município

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.146	19 de abril de 2004

São Luís, segunda-feira, 19 de abril de 2004

JORNAL PEQUENO

GOVERNADOR VISITA MUTIRÃO DA CIDADANIA EM TIMON

José Reinaldo anuncia a criação de um campus da Uema no município

Timon - O aposentado Francisco Sérgio Lopes, 68 anos, sofria de catarata e nos últimos 10 anos buscava recursos para realizar a cirurgia, único tratamento disponível para o problema. A oportunidade veio com o Mutirão da Cidadania, realizado no último final de semana, no município de Timon. Ele fez a cirurgia e se emocionou ao recuperar a visão. O governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares esteve no município e acompanhou os atendimentos prestados pelo Mutirão. Em seguida, em reunião com líderes comunitários, anunciou a criação do Campus Universitário da Uema (Universidade Estadual do Maranhão) no município, localizado a 430 quilômetros de São Luís.

O Mutirão da Cidadania é realizado pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria Extraordinária de Solidariedade Humana. Segundo o governador, José Reinaldo Tavares o programa merecerá destaque em um congresso médico. "O Mutirão é um grande programa de cidadania e deverá ser apresentado em congresso médico como o maior programa na área oftalmológica do Brasil, pela grande preocupação com o atendimento de qualidade prestado à população do Maranhão", afirmou. Em Timon, foram realizados cerca de 30 mil atendimentos. Segundo a coordenadora do Mutirão, Leopoldina Amélia Barros, o destaque desta edição foi a inclusão de três novos serviços, a cirurgia corretiva da catarata, o exame para detectar a retinopatia diabética (doença oftalmológica

associada ao diabetes, uma das principais causas de cegueira no mundo) e a emissão do título eleitoral.

Para o presidente da Assembleia Legislativa, Carlos Alberto Milhomem, que acompanhou o governador na visita, realizada no final de semana, a avaliação do programa é positiva. "O Mutirão é o resgate da cidadania, é a demonstração de que estamos devolvendo as riquezas do nosso Estado para o povo maranhense". Também estiveram presentes, a deputado estadual Socorro Waquim, o chefe da Casa de Governo, em Timon, Luiz Cláudio Lima Macedo e demais autoridades. O Mutirão permanece na cidade de Timon, até amanhã (20.04), com os serviços de emissão de documentos. As próximas cidades a serem atendidas pelo programa serão São Luís e Axixá.

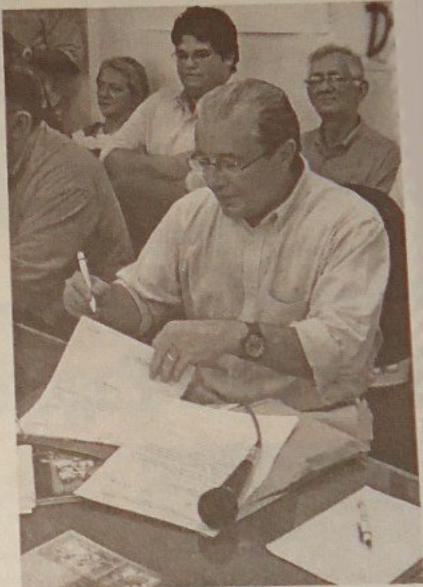
Criação de Campus Universitário da Uema - Durante a visita ao município de Timon, o governador José Reinaldo Tavares reuniu-se com lideranças comunitárias organizadas pela FAMCC, Federação das Associações Municipais e Conselhos Comunitários de Timon. No encontro, anunciou a criação do Campus Universitário da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) no município.

O ato de lei, que cria o Campus foi assinado pelo Governador e repassado às mãos do presidente da Assembleia Legislativa, Carlos Alberto Milhomem, para aprovação. A solicitação para criação da universidade foi intermediada

pela deputada estadual, Socorro Waquim. "Como educadora estou muito feliz. Acredito ser este também o papel de um deputado lutar para que as ações do Governo cheguem até o interior e beneficiem a população", afirmou.

Durante o encontro, a presidente da FAMCC, Cláudia Regina das Chagas Souza, entregou um documento ao governador contendo as reivindicações de representantes das zonas urbana e rural e solicitando apoio para o desenvolvimento do município. Entre as principais reivindicações está a implantação de uma ordenação imediata para trabalhar com o movimento comunitário e a descentralização das ações do Governo para o município. Para Cláudia, o encontro demonstra o compromisso social do Governo. "A presença do governador, hoje aqui, representa um fato histórico para as lideranças comunitárias de Timon, ele veio ouvir as nossas reivindicações, que não

têm sido tratadas com respeito em nosso município". O governador declarou que as reivindicações serão atendidas pela da Secretaria de Solidariedade Humana e que o movimento comunitário terá todo o apoio do Governo.



Governador José Reinaldo

ANEXO L - Roseana deixou o governo com dívida de seis bilhões de reais

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.171	14 de maio de 2004

OPOSIÇÃO DENUNCIA NA ASSEMBLÉIA

Roseana deixou governo do Estado com dívida de seis bilhões de reais



Aderson Lago, Domingos Dutra, Julião Amim e Mauro Bezerra responsabilizaram a ex-governadora Roseana Sarney pelo endividamento brutal do Estado

Deputados da oposição acusaram ontem a ex-governadora Roseana Sarney (PFL) pelo endividamento do Maranhão e defenderam que a Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa convoque uma audiência pública para discutir o assunto. A senadora, segundo os parlamentares, recebeu o Estado das mãos do ex-governador Edison Lobão (PFL) com uma dívida de R\$ 1,8 bilhão e triplicou essa dívida ao longo dos oito anos de sua administração, elevando o montante para mais de R\$ 6 bilhões.

PÁGINA 3

São Luís, sexta-feira, 14 de maio de 2004

JORNAL PEQUENO

Oposição acusa Roseana Sarney pelo endividamento do Estado

Jorge Vieira
Da Editoria de Política

Os deputados Aderson Lago (PSDB), Julião Amim (PDT), Domingos Dutra (PT) e Mauro Bezerra (PDT) acusaram ontem a ex-governadora Roseana Sarney (PFL) pelo endividamento do Maranhão e defenderam que a Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa convoque uma audiência pública para discutir o assunto. A senadora, segundo os parlamentares, recebeu o Estado das mãos do ex-governador Edison Lobão (PFL) com uma dívida de R\$ 1,8 bilhão e triplicou essa dívida ao longo dos oito anos de sua administração, elevando o montante para mais de R\$ 6 bilhões.

Somente no primeiro ano do governo Roseana, conforme dados levantados pela oposição, foram contraídos empréstimos da ordem de R\$ 1 bilhão. O restante foi acumulando nos anos subsequentes. Aderson Lago lembra as operações de crédito contraídas pela ex-governadora junto aos Banco Central, BNDES e Caixa Econômica Federal para fins administrativos. Com o Bacen, foi contraído empréstimo da ordem

de R\$ 275 milhões para o "saneamento do Banco do Estado do Maranhão"; R\$ 120 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e outros R\$ 100 milhões com a CEF.

O empréstimo feito junto à Caixa Econômica Federal teria por finalidade a recuperação da malha rodoviária, que já dava sinais de deterioração desde aquela época. Uma mensagem do Poder Executivo, aprovada pela Assembleia Legislativa, no entanto, modificou a finalidade do recurso, que acabou sendo utilizado pela Gerência da Fazenda. Aderson Lago informou ainda sobre os empréstimos contraídos pelo Estado para a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (Caema) contribuíram para elevar a dívida.

"O endividamento do Estado precisa ser objeto de discussão nesta Casa; afinal, a sociedade precisa saber o que a ex-governadora fez com este dinheiro, pois seu governo se caracterizou pela venda do patrimônio público do Estado, que rendeu milhões ao Tesouro. Não tem justificativa ela ter elevado a dívida a este patamar com os milhões conseguidos com a venda das estatais. O endividamento provocado por Ro-

seana estaria tendo consequências na atual administração", acusou o líder do PDT, deputado Julião Amim.

No entendimento do parlamentar pedetista, cabe ao governo abrir a discussão e apurar as causas da dívida. "É do conhecimento de todos que o governo cortou as verbas de publicidade do Sistema Mirante, então precisamos conhecer este contrato que repassava mensalmente para os veículos de comunicação da ex-governadora a importância de R\$ 700 mil. E por conta desta sangria que não se tem saúde, educação e as estradas não existem", completa Julião.

O deputado Domingos Dutra cobrou que a Comissão de Orçamento e Finanças promova um debate sobre a situação financeira do Estado, principalmente em função dos comentários de que o governo começa a enfrentar problemas de caixa para cumprir seus compromissos, até mesmo com os servidores, que estariam passando por privações nas gerências, por falta de verba.

Aderson Lago teme pelo pior. "O Estado está ruim das pernas e já começo a temer pelos servidores que consomem R\$ 120 milhões com a folha de pagamento.

Por isso, é mais do que necessário abrir esta discussão na Assembleia para se ter uma noção exata da origem do endividamento, pois com esta dívida de R\$ 6 bilhões, nem que o Estado venda todo o seu patrimônio dará para cobrir metade do que deve", alerta o tucano Aderson Lago.

Para Mauro Bezerra, os problemas que estão surgindo agora na administração José Reinaldo Tavares são consequências de "administrações irresponsáveis que comprometeram as finanças do Maranhão". "Os dados estão aí disponíveis para quem quiser ver. Por isso, não adianta usar a mídia para tentar distorcer a verdade, pois quem endividou o Estado foi a ex-governadora Roseana e isso ninguém pode negar. As datas dos empréstimos coincidem com o período em que ela esteve à frente do Executivo do Estado", ressaltou.

Os parlamentares que seguem a orientação da senadora na Assembleia Legislativa não se manifestaram nem contestaram as acusações. Um deputado muito ligado à ex-governadora, ao ser indagado sobre os números da dívida, recusou-se a comentar afirmando que não dispunha de dados para se posicionar.

ANEXO M – Governo do estado garante: já está sacramentado que o MA vai ser o maior produtor de aço do Brasil

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.184	27 de maio de 2004

São Luís, quinta-feira, 27 de maio de 2004

JORNAL PEQUENO

GOVERNO DO ESTADO GARANTE

Já está sacramentado que o MA vai ser o maior produtor de aço do Brasil

Xangai - A quarta-feira vivida em Xangai, na China, pelo governador José Reinaldo Tavares, diretores da Baosteel e da Companhia Vale do Rio Doce, sacramentou o Maranhão como o principal pólo siderúrgico do Brasil num futuro bem próximo. Anunciado pelo presidente da CVRD, Roger Agnelli, como melhor lugar do mundo para a siderurgia, o estado, que tem o complexo portuário do Itaqui, dentre outros elementos de infra-estrutura, começa ainda em 2004 a ver a construção da sua primeira planta de produção de placas de aço para, em dez anos, já estar produzindo sozinho o mesmo volume que Brasil hoje produz: 30 milhões de toneladas por ano. AS informações são da gerência de comunicação do governo.

Segundo o gerente Sérgio Macedo, o Maranhão vai ser sede de quatro gigantescos complexos siderúrgicos. O primeiro deles, da Baosteel, de quase 1,5 bilhão de dólares, começa a ser construído este ano e já em 2007 estará produzindo 3,7 milhões de toneladas por ano. Quando entrar em produção, a planta da Baosteel já estará sendo ampliada para, dois anos depois, já estar produzindo 7 milhões de toneladas por ano.

O governador José Reinaldo Tavares manteve, ontem, pelo menos três reuniões de trabalho com Roger Agnelli, da CVRD, a primeira delas logo no café da manhã, no Ritz Hotel, no centro de Xangai. Ficou acertado que o Maranhão terá, além da fábrica da Baosteel, pelo menos três outras, todas de porte gigantesco. Ali mesmo Tavares determinou aos assessores da sua comitiva que iniciassem trabalho de ampliação da área utilizada pela Vale do Rio Doce na zona industrial de São Luís.

Ainda no café da manhã, José Reinaldo e Agnelli discutiram a participação dos empresários da construção maranhenses nas obras do pólo siderúrgico e um programa intenso de formação de mão-de-obra para aproveitamento do pessoal local no empregos que começam a surgir. Outra combinação diz respeito a um processo de compras locais, para que o comércio do estado também cresça com o processo de implantação do pólo siderúrgico.

Agnelli disse ao governador José Reinaldo que a CVRD tem compromissos internacionais que exigem a construção de mais plantas siderúrgicas. "O Maranhão é o melhor lugar do mundo para concretizarmos esse projeto" - salientou. A maior empresa de mineração do Brasil que é, ao mesmo tempo, uma das maiores do mundo, já trabalha a busca de parceiros internacionais para construir pelo menos três outras plantas, devendo fechar negócios com conglomerados japoneses, coreanos e outros chineses.

Na parte da tarde, os negócios entre o Maranhão e a CVRD tiveram duas outras presenças de peso: a do presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e da presidente da Baosteel, Madame Xie Qihua, também compareceram os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e das Minas e Energia, Dilma Rousseff. Do encontro saiu a decisão da Baosteel de começar imediatamente, no máximo até o começo de 2005, as obras da sua primeira planta siderúrgica no Maranhão, num investimento inicial de quase 1,5 bilhão de dólares, o maior dos chineses no Brasil.

O presidente Lula cumprimentou o governador José Reinaldo "pela brilhante vitória maranhense na corrida mundial para ser fonte economicamente" e recomendou aos seus ministros apoio integral aos projetos sejam acelerados. A presidente da Baosteel, Xie Qihua, acompanhada dos seus diretores, disse que o Maranhão vai ser a extensão dos seus negócios. "Muito obrigado pela infra-estrutura que vocês construíram" - disse ela a José Reinaldo.

ANEXOS N – Crise financeira estadual atinge o GTA: sistema de segurança pública sofre redução de mais de 50% no orçamento entre 2003 e 2004; helicóptero é devolvido

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.316	20 de julho de 2004

GERAL

Crise financeira estadual atinge o GTA

SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA SOFRE REDUÇÃO DE MAIS DE 50% NO ORÇAMENTO ENTRE 2003 E 2004; HELICÓPTERO É DEVOLVIDO

DANIEL MATOS
Do Equipe do O Estado

A crise que se abateu sobre as finanças do estado na atual gestão já começa a comprometer o sistema de segurança pública. O novo orçamento teve uma redução de mais de 50% entre 2003 e 2004. O mais novo organismo de segurança estadual atingido pelos cortes determinados pelo Poder Executivo é o Grupo Tático Aéreo (GTA), que perdeu um dos seus dois helicópteros e tem que operar, a partir de agora, com uma série de restrições, entre as quais a redução no consumo de combustível.

Outra consequência da crise foi o fechamento da unidade do GTA em Imperatriz, que vinha combatendo de forma eficaz práticas criminosas como o tráfico de drogas e assaltos a banco em toda a região sul do estado.

A Secretaria de Segurança Pública já efetuou o pagamento de duas das quatro mensalidades que estavam atrasadas, referentes aos salários dos helicópteros Esquilo B 190 BA (Águia I) e Esquilo H 190 B2 (Águia II), pertencentes à empresa PMR Táxi Aéreo, co-

Rio Grande do Sul. O aluguel de cada aeronave, equivalente a 60 horas de voo/mês, custa R\$ 103 mil aos cofres do estado, totalizando uma despesa que se aproxima dos R\$ 450 mil, fora o consumo de combustível.

DOTAÇÃO

As duas mensalidades pendentes representam também uma despesa de R\$ 150 mil, que, segundo o secretário Raimundo Cutrim, deverá ser paga em breve. "Tínhamos dotação orçamentária, mas ainda não havia a rubrica (autorização de pagamento). A liberação foi providenciada, viabilizando a portação de pelo menos duas parcelas. Acredito que em pouco tempo devemos estar pagando as demais parcelas", informou o secretário de Segurança Pública.

Cutrim explicou ainda que, pelo fato de a secretaria ter decidido não mais contratar pilotos civis, optando pela formação fora do estado de pilotos pertencentes ao próprio quadro da polícia, a utilização de um segundo helicóptero tornou-se dispensável. No momento, o helicóptero que restou não está realizando operações de-

vido à falta de combustível.

IMPERATRIZ

Além da devolução de um dos helicópteros à empresa locadora, a cortação de gastos determinada pela Poder Executivo à Secretaria de Segurança Pública levou à desativação da unidade do GTA do município de Imperatriz. A base, que teve papel fundamental para a redução crítica dos índices de criminalidade na região sul do Maranhão, vinha operando com 10 policiais, entre pilotos e operadores.

Até o ano passado, o GTA contava com um efetivo de 40 homens, atualmente reduzido para 35. A atual gestão chegou a anunciar que até o final de 2005, a equipe do GTA seria ampliada para 50 homens. Foi abem também o processo licitatório visando a aquisição de um terceiro helicóptero, que não passou do papel.

A administração estadual determinou ainda a construção de um segundo hangar para acomodar a aeronave que estava prevista ser adquirida, mas a obra foi suspensa sem que fosse dada qualquer explicação.

Além de vir operando, até então, com os helicópteros Águia I e Águia II, o GTA possui o avião Cessna 210. Com o fim Tarbo, arreado do cunho uma operação de combate ao tráfico internacional de drogas realizada em conjunto com a Polícia Federal.

Corte paralisa as ações planejadas

O orçamento do Maranhão para o setor de segurança pública, que em 2002 e 2003 foi de R\$ 40 milhões, caiu para R\$ 18 milhões este ano. O corte de mais da metade dos recursos paralisou todas as ações que haviam sido planejadas para a área em 2004. Levando a Secretaria de Segurança Pública a trabalhar somente com a perspectiva de cobrir as despesas com custeio. A queda dos recursos reflete também nos ganhos das polícias, que tiveram direitos como diárias, horas extras e vale-transporte restringidos.

O secretário Raimundo Cutrim confirmou que o orçamento de R\$ 18 milhões destinado à área de segurança pública cobrirá, ainda assim, após a realização de uma série de ajustes, apenas o custeio de despesas, impedindo qualquer incremento no número de crimes e manutenção de delegacias, contratação de novos policiais, aquisição de novas viaturas e equipamentos.

Na base do suspendido dos investimentos, a Secretaria de Segurança Pública vem sendo obrigada a cortar uma série de gastos, situação que tem desagradado os policiais. "Hoje, até a nossa alimentação e a dos 4.200 detidos que estão sob a responsabilidade do sistema prisional do Estado está restrita", revela o vice-presidente do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol) Auro José.

Os cortes resultam ainda na redução do consumo de combustível e da quantidade de voluntários a qual cada servidor tem direito, entre outras consequências.



■ POLICIAIS são vistos em uma das operações do GTA, em São Luís

ANEXO O - Governador tenta responsabilizar antecessores por crise financeira – José Reinaldo surpreende ao atribuir erros de sua gestão ao governo Roseana

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.325	29 de julho de 2004

29 DE JULHO DE 2004, QUINTA-FEIRA

POLÍTICA

Governador tenta responsabilizar antecessores por crise financeira

JOSÉ REINALDO SURPREENDE AO ATRIBUIR ERROS DE SUA GESTÃO AO GOVERNO ROSEANA

REPRODUÇÃO DE IMAGEM DE TVSIAMAM PRADO



■ O GOVERNADOR José Reinaldo atacou membros do grupo político ao qual pertence há vários anos aprovação de mais de 80% da população. Em seu discurso de posse, naquele dia, o vice que assumia disse que seu maior desafio seria continuar "o governo exemplar de Roseana Sarney". As declarações do governador José Reinaldo causaram surpresa e perplexidade, sobretudo aos que se lembraram que ele só conseguiu eleger-se com os esforços políticos gigantescos feitos pelo grupo liderado pela ex-governadora, que percorreu o Maranhão apresentando-o como seu candidato.

ANEXO P – Governo não apresenta resultado após dois anos e meio de gestão

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.433	14 de novembro de 2004

POLÍTICA

Governo não apresenta resultados após dois anos e meio de gestão

CRISE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA IMPEDE AVANÇOS EM TODOS OS SETORES DO ESTADO

■ MARCO AURÉLIO D'EÇA
De Editoria de Política

Após 31 meses de vigência – nove como substituto no governo anterior e 22 do atual mandato – o governador José Reinaldo Tavares não conseguiu ainda dar um rumo claro e bem definido ao seu governo, nem no campo administrativo nem na área política. Nesse período, ele não apresentou resultados concretos em nenhum setor da administração estadual e não construiu base política alguma. Até agora, o balanço do seu mandato registra apenas uma grave crise financeira, embora o atual gestão tenha herdado o Estado em pleno equilíbrio financeiro e fiscal.

As promessas dos primeiros dias de governo ficaram para trás. As sucessivas mudanças na equipe também demonstram a falta de direção das metas e objetivos. Nos últimos dois anos e meio, foram 10 secretários novos em quatro das principais pastas do governo, o que significa um nome novo a cada três meses.

Pela Secretaria de Educação passaram Luís Fernando Silva. A Hemar Lima e, na última semana, assumiu o professor Edison Nascimento. Mesmo assim, a rede estadual de ensino, antes em franco processo de evolução, está hoje sucateada, com as aulas fechadas em pleno final de período letivo e professores em estado de greve. Na Saúde também foram três secretários diferentes no governo José Reinaldo: Axlton Muel Suelly Tonial e a atual, Helena Duailibe. Outros dois titulares – Luciano Moreira e Simão Cirineu – passaram pela Secretaria de Planejamento, mesmo número de gestores e Curo Civil – Carlos Brandão e Pedro Maranhão.

BASE

José Reinaldo Tavares é o único governador do Brasil que ainda não conseguiu formar uma sólida base parlamentar na Assembleia Legislativa. Pelo menos é isso que fica claro em seu próprio discurso: "Nós vamos formar um grupo forte na Assembleia", diz ele. Ou então: "Quem foi, aliado do governador, segura crânio".

O reflexo dessa fragilidade política no campo parlamentar pôde ser medido na recente polêmica das Medidas Provisórias reduzindo direitos de professores. O governador batalhou nada menos que 60 dias para conseguir aprovar as propostas, o que aconteceu com precária maioria de 21 votos, e, pelo que se comenta no meio parlamentar, só depois que conseguiu liberar R\$ 500 mil, a cada deputado, em emendas ao Orçamento do Estado para 2005. E mesmo assim houve deputado que não acreditou nas promessas governistas.

No momento, o governador quer eleger o presidente da Assembleia Legislativa, mas não consegue conquistar o número necessário de votos. Em entrevistas, garante ter "30 deputados" em sua base, mas só conseguiu reunir 16, no máximo, nos encontros promovidos por seus líderes de bancada.

Uma prova de fogo para o governador poderá ocorrer esta semana. Quinta-feira passada, foi no do Palácio dos Leões, confirmada para o PTB. Antes das eleições, ele garantiu que levaria junto pelo menos "28 parlamentares" para o deputado estadual e federais que o seguia até a medida do café pedindo do governador.



■ LUCIANO Moreira, Helena Duailibe e Simão Cirineu: muitas mudanças na primeira escalão do governo



■ SUELLY Tonial deixou a pasta da Saúde em meio à crise. Lima não superou obstáculos na educação



PROMESSAS E DÍVIDAS

■ **PROMESSA** - No início do mandato, José Reinaldo garantiu que daria continuidade à estrada Rosário/Barririnhas, levando-a até Parnaíba (PI).

O que foi feito - Nenhum quilômetro foi iniciado em dois anos e meio. As obras rodoviárias no Maranhão estão paralisadas há passos lentos. Mesmo assim, segundo relatório de uma comissão especial da Assembleia Legislativa, o Governo do Estado gastou quase o dobro do que deveria com esse tipo de obra.

■ **PROMESSA** - O governo também afirmou que iria iniciar a construção de um ramal da Ferrovia Norte-Sul que garantisse o escoamento da produção de soja de região Sul.

O que foi feito - A obra não anda por falta de definição no projeto e desentendimentos do Estado com o órgão federal responsável por esse tipo de intervenção. Mesmo assim, três anos o governador incluiu o projeto na lista de emendas de interesses do Maranhão à bancada federal.

■ **PROMESSA** - A mobilização do Vestibular de Cidadania foi uma das principais bandeiras do governador, tanto durante a

Campanha quanto após assumir o governo.

O que foi feito - Até hoje, não se tem notícia de nenhuma turma deste vestibular, ou de aulas que tenham concluído esse tipo de curso, apesar de uma campanha maciça da mídia governista. As escolas estaduais, assim como a Universidade Estadual do Maranhão, estão abandonadas e os professores em greve, por causa do rompimento do acordo do governo com a categoria.

■ **PROMESSA** - O governador anunciou que a Grêmios Metropolitanos seria o braço do governo no capital, São Luís, "realizando as obras que a prefeitura não faz", e investindo na infraestrutura da cidade.

O que foi feito - A agência foi extinta no início deste ano. Todas as obras que não concluídas a tempo, foram abandonadas pelo governador. José Reinaldo repassou a administração da Lagoa da Jansen e da Avenida Litorânea à Prefeitura de São Luís. O resultado é que os dois empreendimentos estão abandonados, sem iluminação em vários trechos e sem manutenção nos parques e praças.

ANEXO R – Governador discutirá pólo siderúrgico com CVRD

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.242	25 de julho de 2004

Governador discutirá pólo siderúrgico com a CVRD

O governador José Reinaldo Tavares reúne-se, terça, no Rio de Janeiro, com os diretores Armando Santos (Ferrosos) e José Zorman (Desenvolvimento de Metalurgia e Ferrosos) da CVRD, a fim de tratar questões relativas ao pólo siderúrgico e de outros investimentos que a empresa fará em nosso estado.

Como se sabe a primeira siderúrgica, uma parceria Baosteel/Arccelor/Vale, deve entrar em operação em 2007 e vai produzir inicialmente 3,7 milhões de placas de aço/ano. Nos dois anos subsequentes, na segunda fase, onde está prevista uma ampliação, a produção será de 7 milhões de placas de aço/ano.

EMPREGO – O início da construção do pólo siderúrgico está sendo aguardado com grande expectativa pela população local, uma vez que o investimento representa a chance de bons negócios tanto para quem está à procura de emprego como para os empresários maranhenses que poderão fornecer serviços e equipamentos para o empreendimento. O desenho deste novo cenário maranhense reflete o êxito da política de atração de investimentos do Governo e da internacionalização do Maranhão, colocando-o em visibilidade na rota de grandes negócios.

Na implantação do pólo siderúrgico deve ser investido US\$ 1,5 milhão. Na primeira fase da obra serão gerados 15 mil empregos e na sua operacionalização cerca de cinco mil. A meta do Governo é capacitar 20 mil pessoas em diversas áreas, como de mineração, metalurgia e construção civil. Para José Reinaldo é preciso aproveitar essa oportunidade para assegurar emprego para a população maranhense.

ANEXO S - População desmente construção de estrada em Poção de Pedras

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.487	07 de janeiro de 2005

POPULAÇÃO desmente construção de estrada em Poção de Pedras

TRABALHADORES NEGAM A EXISTÊNCIA DE POVOADOS 'BENEFICIADOS' PELO GOVERNO

POLÍTICA

MÁRIO CARVALHO
Reportagem especial

POÇÃO DE PEDRAS - Não existem os povoados Mata do Boi e São Vicente. Fica cada vez mais difícil o Governo do Estado tentar esconder a existência da engenharia das estradas virtuais no Maranhão. A comprovação de que nenhuma estrada vicinal foi realizada pelo governador José Reinaldo Tavares (PTB) pôde ser comprovada em depoimentos dos trabalhadores rurais que em nada foram beneficiados.

Em municípios como Poção de Pedras, onde documentos atestam que a Secretaria de Estado de Infra-estrutura (Sinfra) pagou mais de R\$ 80 mil por uma estrada vicinal "iludida" os povoados Mata do Boi e São Vicente, a comunidade da região ignora a realização da obra.

Uma prova é que as obras "construídas" e pagas pelo governador José Reinaldo nunca saíram do papel são os depoimentos de pessoas que moram há bastante tempo no município, mas nunca ouviram falar dos dois povoados "fantasmas".

Segundo o vaqueiro José Edmilson da Silva, que reside no povoado São Raimundo dos Crentes, em Poção de Pedras, não existe qualquer sinal de que um dia possam ter sido criados os lugares de Mata do Boi e São Vicente. "Nunca ouvi dizer que esses dois povoados existissem, mesmo morando aqui desde o ano de 1971", declarou o vaqueiro.

De acordo que, além de trabalhar com gado, percorrer as estradas da região dirigindo carinhões, e nunca ouvi falar e nem passou por esses povoados. "Tenho certeza de que se existe esse lugar e a estrada foi construída pelo Governo do Estado, as obras só podem estar escondidas debaixo da terra", brincou o vaqueiro.

Para o também vaqueiro Francisco Alves, não dá para imaginar que existam esses dois povoados. "Nunca ouvi dizer que tenha havido esses dois povoados. Isso fica aqui mesmo, em Poção de Pedras?", indagou ele, com ar de espanto.

DEPOIMENTOS

Apesar da inexistência dos homens do campo, documentos da Sinfra confirmam claramente as obras de engenharia virtual. De acordo com o resumo das medições, técnicos da Secretaria de Infra-estrutura leram: fez levantamentos de terra entre os períodos de 17 a 22 de julho de 2003 e dia 29 de outubro de 2003. O engenheiro responsável pela execução das obras é José de Oliveira Brito.

As estradas inexistentes impressionam até mesmo os moradores locais da região, como é o caso da lavradora Josefa Nogueira dos Santos, 70 anos. Ela disse nunca ter visto qualquer obra do governo José Reinaldo no município. "Moro aqui há mais de 20 anos e até agora nunca vi uma obra do governador. Também nunca ouvi falar desses povoados Mata do Boi e São Vicente."

MORADORES do povoado São Raimundo dos Crentes: obras pagas pelo governo nunca existiram

JOSE Edmilson, vaqueiro em Poção de Pedras: "As obras só podem estar escondidas debaixo da terra"

JOSEFA Nogueira, lavradora em Poção de Pedras: "Nunca vi uma obra do governo José Reinaldo"

ANEXO T - Recursos: Senadores defendem aprovação dos US\$ 30 milhões para o Maranhão
 – João Alberto diz que o governo entrava liberação de empréstimo

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.628	28 de maio de 2005

<p>RECURSOS Senadores defendem aprovação dos US\$ 30 milhões para o Maranhão</p> <h1>João Alberto diz que governo entrava liberação de empréstimo</h1> 	<p>O senador João Alberto voltou a defender ontem, no Senado, a aprovação do empréstimo de US\$ 30 milhões que o Maranhão pleiteia no Banco Mundial. Ele ressaltou que os obstáculos para o processo estão na administração do Estado. "Estou aqui pleiteando a aprovação, assim como fazem também os senadores Edison Lobão e Roseana Sarney". O senador Lobão, também presente, ressaltou os discursos que fez sobre o assunto. O senador Marco Maciel, de Pernambuco, confirmou o trabalho dos maranhenses pelo empréstimo. Política 3</p>
---	---

ANEXO U - Projeto de combate à pobreza – Omissão de senadores faz Zé Reinaldo apelar a Capiberibe

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.473	16 de março de 2005

JORNAL PEQUENO
 O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES
 ANO 106 - Nº 21.473 - SÃO LUÍS, GUARAPUBIRÁ, 16 DE MARÇO DE 2005 R\$ 1,00
 FUNDADOR: JOSÉ ESTANISLAU SOARES

PROJETO DE COMBATE À POBREZA
Omissão de senadores do MA faz Zé Reinaldo apelar a Capiberibe

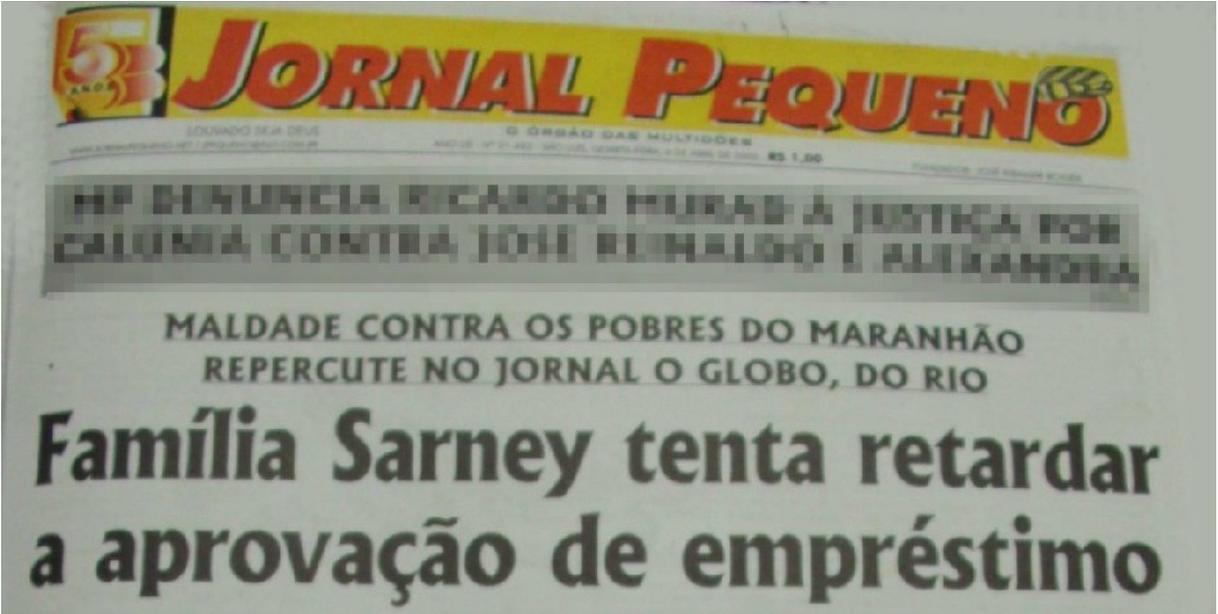
Sem contar com apoio de senadores maranhenses, o governador José Reinaldo Tavares viajou a Brasília para pedir o apoio do senador João Capiberibe, do Amapá, para aprovação de uma operação de crédito do Governo do Estado com o Banco Mundial (BIRD) no valor de US\$ 30 milhões, para combate à pobreza rural. "O Maranhão é, hoje, o Estado da federação com 70% da população abaixo da linha de pobreza, com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano - IDH, e o último colocado em renda per capita do País", lembra o governador durante conversa com Capiberibe, a quem pediu ajuda e desabafou sobre as dificuldades que enfrenta. PÁGINA 3

Política Tavares em Articulação Política

José Reinaldo conversa com o senador Capiberibe, em Brasília, observado por Luciano Leitão

ANEXO V - Maldade contra os pobres do Maranhão repercute no Jornal o Globo do Rio –
Família Sarney tenta retardar a aprovação do empréstimo

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.493	06 de abril de 2005



ANEXO W - Zé Reinaldo convoca todos à luta para romper atraso no Maranhão – Presidente da FAMEM também se filia e passa a integrar a frente de libertação

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.670	01 de outubro de 2005

54 ANOS JORNAL PEQUENO
 LOUVADO SEJA DEUS
 www.jornalpequeno.net / jornalpequeno.com.br
 O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES
 ANO LV - Nº 21.670 - SÃO LUÍS, SÁBADO, 01 DE OUTUBRO DE 2005 - R\$ 1,00
 FUNDADOR: JOSÉ BRANCA BOCELA

JOÃO CAPIBERIBE AFIRMA NA FESTA DE FILIAÇÕES DO PSB
 "Sou um profundo conhecedor da intolerância de Sarney"

Zé Reinaldo convoca todos à luta para romper atraso do Maranhão
 Presidente da Famem também se filia e passa a integrar a Frente de Libertação

Os pesos-pesados da Frente de Libertação do Maranhão na festa de filiações do Partido Socialista Brasileiro

O governador José Reinaldo Tavares fez duas convocações em defesa do Maranhão, ontem, ao filiar-se ao PSB, que deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores se unam numa grande mobilização para o Senado aprovar o empréstimo de US 30 milhões para o combate à pobreza rural; outra, que todos se unam em torno de um projeto político maior: em defesa da cidadania, do progresso e contra o atraso. A grande surpresa da festa do PSB foi a filiação do presidente da Famem e prefeito de Tuntum, Cleomar Tema, que em seguida afirmou que está ao lado do governador José Reinaldo para integrar a Frente de Libertação do Maranhão. "Estamos junto com o governador José Reinaldo e vamos à luta", afirmou.

PÁGINAS 1 - EDITORIAL - + 3

Governador José Reinaldo e o presidente da Famem, Cleomar Tema, assinam ficha de filiação do PSB

ANEXO X - US\$ 30 MI – governador descumpriu metas e não pode assumir novos compromissos financeiros – Inadimplente, governo está proibido de pedir empréstimo

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.783	30 de outubro de 2005

The image shows the front page of the newspaper 'O Estado do Maranhão'. The masthead at the top reads 'O ESTADO DO MARANHÃO' in large, bold letters. Below the masthead, the date and issue number are printed: 'SAO LUIS, DOMINGO, 30 DE OUTUBRO DE 2005 - Nº 15.783'. The main headline is in large, bold, black font: 'Inadimplente, governo está proibido de pedir empréstimo'. Above this headline, in smaller red and black text, is the sub-headline: 'US\$ 30 MI Governador descumpriu metas e não pode assumir novos compromissos financeiros'. Below the main headline, there are three columns of text. The first column starts with 'O Governo do Estado está proibido de contrair qualquer empréstimo ou financiamento, mesmo externo, por não ter cumprido as metas estabelecidas no Contrato de'. The second column starts with 'Ajuste Financeiro e Refinanciamento da Dívida, firmado com a União em 1998. Por conta da inadimplência, o Maranhão não pode assumir novos compromissos financeiros'. The third column starts with 'ceiros, o que mostra ser inútil o barulho que José Reinaldo Tavares vem fazendo em torno do empréstimo de US\$ 30 milhões, pleiteado no Banco Mundial. POLÍTICA 3'. The newspaper's logo is visible in the top left corner.

ANEXO Y - Tesouro Nacional garante que o Maranhão pode fazer empréstimo – Secretário diz que notícia do jornal dos Sarney sobre a ‘inadimplência’ do Estado é mentirosa

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.701	01 de novembro de 2005

54 ANOS JORNAL PEQUENO
 LOUVADO SEJA DEUS
 WWW.JORNALPEQUENO.NET / JORNALPEQUENO@GMAIL.COM.BR
 O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES
 ANO LV - Nº 21.701 - SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 01 DE NOVEMBRO DE 2005 - R\$ 1,00
 FUNDADOR: JOSÉ MARANHAR BOGGA

Tesouro Nacional garante que o Maranhão pode fazer empréstimo

Secretário diz que notícia do jornal dos Sarney sobre 'inadimplência' do Estado é mentirosa

O secretário de Planejamento e Gestão, Sando Carneiro, disse ontem que se depender do governo federal, a operação de empréstimo ao Governo do Estado, no valor de US\$ 30 milhões, para combater a pobreza rural, está segura. Ele classificou de "mentirosa" notícia veiculada no jornal da família Sarney do último final de semana, que colocava sob ameaça a liberação do empréstimo porque, segundo o veiculista, o Governo do Maranhão estaria inadimplente junto a órgãos federais. "Esta é uma informação mentirosa porque o Estado está adimplente, tem crédito junto aos órgãos federais. A notícia não tem outro objetivo a não ser incitar, através de outras vias, a liberação dos recursos", afirmou Carneiro.

PÁGINA 3

ANEXO Z - Prejuízo: governador tentou evitar penalização, mas a Secretaria do Tesouro Nacional não aceitou argumentos – Inadimplência obrigou o governo a pagar multa milionária ao Tesouro

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
O Estado do Maranhão	15.786	02 de novembro de 2005

ANEXO AA - Projeto de US\$ 30 milhões é aprovado na comissão de ACM

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.702	02 de novembro de 2005

54 ANOS **JORNAL PEQUENO**

LOUVADO SEJA DEUS
WWW.JORNALPEQUENO.NET / PEQUENO@PEQUENO.COM.BR

O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES
ANO LVII - Nº 21.702 - SÃO LUÍS, QUARTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2005 - R\$ 1,00
FUNDADOR: JOSÉ RIBAMAR BOGIA

Acusação de grampo contra Zé Reinaldo é piada de João Alberto
EDITORIAL - PÁGINA 2, E INFORME JP - PÁGINA 3

Projeto dos US\$ 30 milhões é aprovado na comissão de ACM

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, ontem, o projeto que autoriza o governo do Maranhão a contrair empréstimo de até US\$ 30 milhões junto ao Bird. Os recursos destinam-se a financiar o Segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão. A matéria volta, agora, à Comissão de Assuntos Econômicos, do senador Edison Lobão, que, em seu parecer na CCJ, acolheu o projeto original, conforme aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e rejeitou as oito emendas apresentadas em Plenário. PÁGINA 3

ACM presidiu sessão que aprovou o relatório do empréstimo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

ANEXO AB - É hoje ou nunca – Reinaldo e deputados pressionam em Brasília pelos US\$ 30 milhões

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.707	08 de novembro de 2005

JORNAL PEQUENO
10 ANOS
O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES
ANO LIV - Nº 21.707 - SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 2005 - R\$ 1,00
FUNDADOR: JOSÉ RIBAMAR SOUZA

AMITY INICIOU DEBATE DA SAÚDE NA ZONA RURAL E ABRIU CAMINHO PARA OS PORCELOS

É HOJE OU NUNCA
Reinaldo e deputados pressionam em Brasília pelos US\$ 30 milhões

O governador José Reinaldo Tavares e um grupo de deputados seguiram, à madrugada de hoje para Brasília, onde pretendem fazer pressão no Senado pela aprovação do empréstimo de US\$ 30 milhões para combater a pobreza rural no Maranhão. O deputado Domingos Dutra (PT) integrará a comissão para acompanhar a votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado Federal. Se for aprovado, o projeto vai a plenário. Em caso de mais alguma manobra do "Esquema Samey", muito provavelmente não haverá mais tempo do empréstimo ser aprovado. PÁGINA 3

ANEXO AC – Apesar das pressões do “Esquema Sarney” sobre Ney Suassuna – Projeto dos 30 milhões passa pela última comissão e vai a Plenário

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.708	09 de novembro de 2005

JORNAL PEQUENO
 O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES
 R\$ 1,00

APESAR DAS PRESSÕES DO “ESQUEMA SARNEY” SOBRE NEY SUASSUNA
Projeto dos 30 milhões passa pela última comissão e vai a Plenário

mesmo com a torcida con-
 os senadores do Maranhão,
 missão de Assuntos Eco-
 nos (CAE) do Senado Fe-
 des, ontem, parecer favo-
 ao projeto que autoriza a
 anção de empréstimo ex-
 de US\$ 30 milhões pelo
 nhão, junto ao Banco
 ital (Brd), nos termos de
 o já anteriormente ado-
 tada pelo colegiado, ao rejeitar
 emendas que haviam sido apre-
 sentadas à matéria em Plenário.
 A operação, que destina recur-
 sos para o combate à pobreza
 rural no estado, agora voltará
 ao exame do Plenário, onde já
 tem pedido de urgência. O se-
 nador Ney Suassuna, relator do
 projeto, revelou que foi muito
 pressionado.
 PAGINA 3

Na luta pela aprovação do empréstimo, José Reinaldo chegou a ir à mesa da CAE, de onde acompanhou os debates

ANEXO AD - Vexame: Acordo milionário com empreiteira prejudica ‘empréstimo dos pobres’ - Comissão do Senado autoriza empréstimo, mas condiciona contrato à regularização na STN

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	15.793	09 de novembro de 2005

O ESTADO DO MARANHÃO
SÃO LUIS, QUARTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2005 - Nº 15.793

VEXAME

ACORDO MILIONÁRIO COM EMPREITEIRA PREJUDICA 'EMPRÉSTIMO DOS POBRES'

Comissão do Senado autoriza empréstimo, mas condiciona contrato à regularização na STN

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem o projeto de empréstimo de US\$ 30 milhões para o Maranhão. No entanto, incluiu a ressalva de que a operação só será realizada quando o governo José Reinaldo regularizar sua situação na Secretaria do Tesouro Nacional. O motivo é um acordo fechado pelo

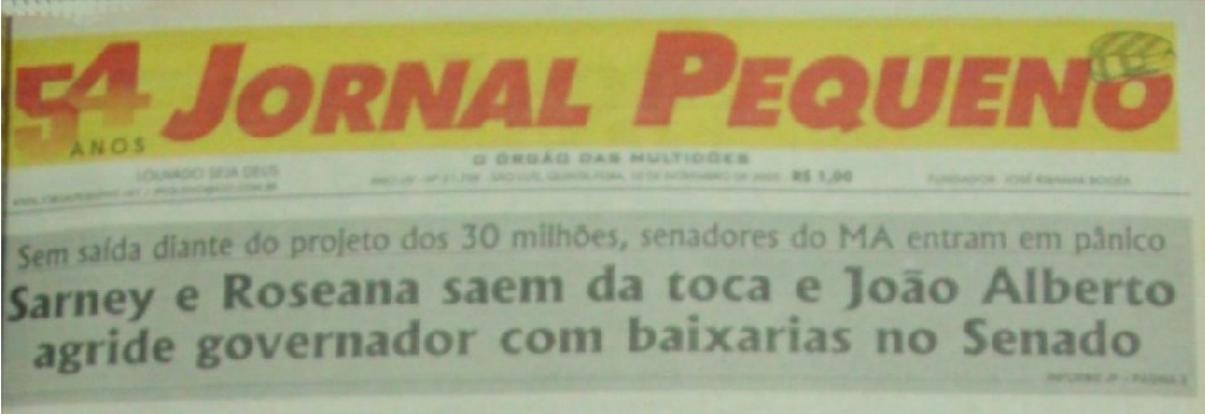
atual governador com a empreiteira Camargo Corrêa, à qual foram pagos cerca de R\$ 147 milhões como parte de débito do Estado, da década de 80, de cerca de R\$ 300 milhões. A transação deveria ter sido comunicada à STN, mas não foi. A revelação foi feita por Jorge Kalil, secretário-adjunto da STN. **Paúlca 3**

EDISON Lobão fez desálio no Senado

NEY Suessuna pôs ressalva no projeto

ANEXO AE - Sem saída diante do Projeto dos 30 milhões, senadores do MA entram em pânico – Sarney e Roseana saem da toca e João Alberto agride o Governador com baixarias no Senado

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.709	10 de novembro de 2005



ANEXO AF - Senadores mostram que governo não pode contratar empréstimo – Sarney, Lobão, João Alberto e Roseana desmontam versão de José Reinaldo

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.709	10 de novembro de 2005
<p>Senadores mostram que governo não pode contratar empréstimo</p> <p>SARNEY, LOBÃO, JOÃO ALBERTO E ROSEANA DESMONTAM VERSÃO DE JOSÉ REINALDO</p> <p>Os senadores José Sarney (PMDB), Edison Lobão (PFL), João Alberto (PMDB) e Roseana Sarney (PFL) criticaram nesta quarta-feira o acordo de R\$ 147 milhões, assinado pelo governador José Reinaldo com a empreiteira Camargo Corrêa, que pode prejudicar a contratação de empréstimo de US\$ 30 milhões para o Programa de Combate à Pobreza Rural no Maranhão. Em discursos no plenário do Senado, eles analisaram que a situação é muito grave, apesar de o governador ser classificado de "sem muita importância".</p> <p>Devido ao acordo com a Camargo Corrêa, sem a devida autorização do Senado, o empréstimo não poderá ser contratado, mesmo aprovado em plenário, até que a irregularidade seja corrigida. Favor do senador Ney Suassuna (PMDB) foi aprovado terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a ressalva de não ao acordo.</p> <p>"Quando os pobres do Maranhão estão esperando os R\$ 61 milhões, o governador do Maranhão dá R\$ 150 milhões a uma empreiteira", criticou José Sarney, na tribuna. Ele afirmou que a campanha de difamação patrocinada por José Reinaldo contra os senadores do Maranhão era na verdade "uma caixa de fumaça" para esconder o problema principal. Sarney afirmou na tribuna que, apesar disso, estará favorável à aprovação do empréstimo.</p> <p>Roseana Sarney reforçou seu compromisso de votar a favor do projeto, "agora, o que não concorda é que o governador pague ou não, sem autorização do Senado e não aplicar recursos para combater a pobreza", criticou a senadora. Ela também denunciou a campanha difamatória, paga pelo governo público, para atacar os senadores do Maranhão.</p> <p>CONFLITO</p> <p>João Alberto apontou José Reinaldo como "o governador mais corrupto da história política do Brasil". Ele criticou o governador por ter assinado o acordo de R\$ 150 milhões à Camargo Corrêa. "Esse governador corrupto deveria até ter vergonha de dizer que governa o estado. Como é que vive dizendo que não tem dinheiro para pagar funcionários e combater a pobreza, mas deu R\$ 150 milhões a uma empreiteira?", questionou.</p> <p>Edison Lobão mostrou-se em dúvida sobre os reais interesses do governador. "Eu quase chego à conclusão de que menos se quer a aprovação deste projeto do que a ajuda em torno dele, para esconder outros objetivos". Ele acrescentou que "talvez não queiram a aprovação do empréstimo" aqueles que espalham outdoors difamatórios. "Não queremos", afirmou referindo-se também aos colegas João Alberto e Roseana Sarney. Foi Lobão, inclusive, quem agitou a inclusão do requerimento que pede urgência na votação do empréstimo. O requerimento foi aprovado e a votação em plenário foi marcada para a sessão da próxima quarta-feira.</p> <p>Vários senadores reconheceram o empobrecimento de Roseana Sarney, Edison Lobão, José Sarney e João Alberto pela aprovação do empréstimo. A sessão foi acompanhada pelo governador José Reinaldo e seus aliados, que deixaram o plenário constrangidos.</p> <p>Presidente da CAE, o senador Luiz Antônio (PMDB-PA) ressaltou que fazia justiça ao trabalho da bancada maranhense. "Os senadores Lobão, Roseana, João Alberto, e também o presidente Sarney, mal-</p> <p>to lutaram para que este empréstimo fosse votado", declarou. "Quem acompanha os trabalhos no Senado sabe do empenho destes parlamentares", disse Hericlito Feres (PTL/PT). A senadora alagoana Helena Helena (P-Sol) reconheceu o trabalho de Lobão para agilizar a votação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça.</p> <p>Suassuna explicou que até contra ele foram espalhados outdoors em Brasília. As placas diziam: "Senador Suassuna, lembre-se dos pobres do Maranhão". Em seu discurso, o senador paranaense ressaltou: "Não devo de pensar nos pobres do Maranhão em momento algum. Pelo contrário. Mas em preciso que tenhamos essa coligação".</p>		

ANEXO AG - Vitória do povo do Maranhão – Empréstimo de US\$ 30 milhões é aprovado pelo Senado Federal (Sarney e Suassuna ainda fazem uma última manobra contra a pobreza rural no Estado)

JORNAL	EDIÇÃO	DATA
Jornal Pequeno	21.710	11 de novembro de 2005



The image shows the front page of the newspaper 'Jornal Pequeno'. At the top, it says '54 ANOS' and 'JORNAL PEQUENO'. Below that, it reads 'O ÚLTIMO SEJA DELIS', 'O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES', 'ANO LV - Nº 21.710 - SÃO LUÍS, SEXTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2005 - R\$ 1,00', and 'FUNDADOR: JOSÉ RIBAMAR BOGÉA'. The main headline is 'Vitória do povo do Maranhão' followed by 'EMPRÉSTIMO DE US\$ 30 MILHÕES É APROVADO PELO SENADO FEDERAL'. A sub-headline reads 'Sarney e Suassuna ainda fazem uma última manobra contra a pobreza rural do Estado'. The page number 'PÁGINA 2' is visible in the bottom right corner.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A553 Andrade, Josefa Melo e Sousa Bentivi.

As narrativas da Athenas Brasileira: modos de dizer e modos de ser no jornalismo maranhense / Josefa Melo e Sousa Bentivi Andrade. – 2011.

173 f. ; il.

Orientador: Fernando Antônio Resende.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2011.

Bibliografia: f. 132-139.

1. Jornalismo. 2. Narrativa. 3. Discurso. 4. Valor. 5. Maranhão.
I. Resende, Fernando Antônio. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD 079.81